



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR	Presidente
BPS	Vice-Presidente
BTR	
BTR	
MSC	
MSC	
BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BPS
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	Presidente "ad hoc"
Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado Romel Anízio	BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - ATAS



1.1 - 15ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates “Estratégias para a Superação da Pobreza”

1.2 - Evento Realizado na 47ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinado à Realização do Ciclo de Debates “Estratégias para a Superação da Pobreza”

1.3 - 16ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates “Estratégias para a Superação da Pobreza”

1.4 - 17ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates “Estratégias para a Superação da Pobreza”

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - RELATÓRIOS

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

**ATAS**

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/6/2011

Presidência dos Deputados Paulo Guedes e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Ana Cláudia Silva Alexandre - Palavras do Procurador-Geral de Justiça Alceu José Torres Marques - Palavras do Secretário Wander Borges - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Prefeito José Antônio Miranda - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Jorge Abrahão de Castro - Palavras da Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro - Registro de presença - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Paulo Guedes - André Quintão - Antônio Júlio - Bosco - Bruno Siqueira - Célio Moreira - Delvito Alves - Ivair Nogueira - João Leite - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Rômulo Viegas - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Guedes) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Estratégias para a superação da pobreza”, com os seguintes objetivos: debater as diretrizes do Plano Nacional de Superação da Pobreza Extrema, com vistas à sua efetiva implantação em Minas Gerais; debater as ações propostas pelo governo de Minas e contribuir com a elaboração e implantação de programas estratégicos para a superação da pobreza extrema em Minas Gerais; propiciar a discussão intersetorial de políticas públicas, com vistas à superação da pobreza e das desigualdades regionais; subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -; e debater a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 -, no que diz respeito à superação da pobreza e das desigualdades regionais.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Wander Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; e Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; a Exma. Sra. Ana Cláudia Silva Alexandre, Subdefensora Pública-Geral, representando a Defensora Pública-Geral do Estado, Andrea Abritta Garzon Tonet; e os Exmos. Srs. Jorge Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Márcio Lacerda; José Antônio Miranda, Prefeito Municipal de Japaraíba e Diretor da Região Centro-Oeste da Associação Mineira de Municípios - AMM - , representando o Presidente da AMM, Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Deputado Gil Pereira, Secretário de Estado de

Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas Gerais; Deputado Rômulo Viegas; e Rômulo Paes, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário Adjunto de Trabalho e Emprego, representando o Deputado Estadual Carlos Pimenta, Secretário da Pasta; Fernando Antônio Fagundes Reis, Promotor de Justiça, Coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público; e Vereador Arnaldo Godoy; da Exma. Sra. Cesária Macedo, Chefe de Representação Regional do Ministério da Cultura; do Exmo. Sr. Élido Bonomo, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas; da Exma. Sra. Júlia Restori, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais; dos Exmos. Srs. Rodrigo Pires, Presidente do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais, e Marcos Jota, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea-MG -; e da Exma. Sra. Andreia Borges David, da Rede de Educação Cidadã de Minas Gerais e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Deputado Wander Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, que, neste ato, representa Antonio Anastasia, Governador do Estado; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais; Ana Cláudia da Silva Alexandre, Subdefensora Pública-Geral, representando Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; José Antônio Miranda, Prefeito Municipal de Japaraíba e Diretor da Região Centro-Oeste da AMM, representando Ângelo José Roncalli de Freitas, Presidente da AMM e Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Assembleia e autor do requerimento que deu origem ao ciclo de debates "Estratégias para superação da pobreza"; Deputado Rômulo Viegas; Rômulo Paes de Sousa, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deputado Gil Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; Jorge Nanhas, Secretário Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte, representando Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; senhoras e senhores; demais autoridades. Em meados do século passado, mais precisamente em 1946, o médico e cientista social Josué de Castro lançava "Geografia da Fome", livro que revelou a trágica situação da população brasileira em relação a um dos indicadores básicos da saúde humana: a alimentação.

A obra, que se tornou referência no Brasil e no exterior, teve não apenas o mérito de traçar um mapa da desnutrição no Brasil, como o de mostrar que ela não podia ser vista como um fenômeno natural entre as classes menos favorecidas, que tinha causas políticas e socioeconômicas bem definidas e que deveria ser motivo de grande preocupação para os governos e para a sociedade. O escritor Josué de Castro expunha a realidade incômoda, mas incontestável, de um Brasil que precisava encarar de frente suas contradições para se transformar em uma nação mais justa e democrática, para encontrar um caminho mais humano e igualitário para o seu desenvolvimento.

Da longínqua década de 1940 para os dias atuais, muita coisa mudou no País. Não somos mais uma sociedade predominantemente agrícola, mas agora fundamentalmente urbana. Obtivemos expressivos avanços em nosso parque industrial, no desenvolvimento tecnológico e na construção da democracia. Entretanto, ainda não conseguimos libertar-nos do estigma da desigualdade, que se reflete nas populações mais carentes sob as diversas faces da pobreza: a fome, as precárias condições de saúde e de habitação, a baixa escolaridade, os baixos rendimentos e a ausência de oportunidades no mercado de trabalho.

Atendo-nos apenas ao aspecto da renda familiar, é inconcebível nos conformarmos com o fato de que, segundo o Programa Brasil sem Miséria, 16 milhões de brasileiros sobrevivem com até R\$70,00 por mês, o que equivale a aproximadamente um oitavo do salário mínimo. O que se pode comprar com R\$70,00 por mês? E com pouco mais de dois reais por dia? Certamente não dá para comer, que dirá para cuidar minimamente da saúde e da educação para ter uma moradia digna desse nome? Isso configura uma situação de extrema pobreza e de ausência absoluta dos direitos humanos básicos. Uma situação inteiramente incompatível com a maturidade política, com as conquistas tecnológicas, com a condição de termos entrado no seleto grupo das oito maiores economias do planeta.

Em Minas Gerais, síntese socioeconômica do País, os índices de miséria se reproduzem em proporções que, se não são idênticas, estão bastantes próximas daquelas registradas para o conjunto da população brasileira. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 37,6% das famílias mineiras situam-se na categoria de baixa renda, o que significa terem um rendimento mensal "per capita" de até meio salário mínimo. Enquadram-se nessa faixa cerca de 7.300.000 pessoas no Estado.

Se considerarmos as famílias classificadas como pobres, com rendimento mensal "per capita" de até um quarto do salário mínimo, elas constituem um percentual também bastante elevado, de 19,7%, englobando aproximadamente 3.800.000 pessoas. Esses dados constituem motivo para que nos preocupemos: o governo do Estado, a Assembleia Legislativa, os demais poderes públicos e a sociedade em seu conjunto. O ciclo de debates que estamos iniciando tem o propósito de centrar nossas atenções sobre o tema, discutindo as características da pobreza em nosso Estado, as políticas públicas destinadas a combatê-la e propostas concretas para que essas políticas se tornem mais abrangentes e eficazes.

Este evento terá ainda um importante desdobramento no segundo semestre deste ano, o seminário legislativo "Políticas públicas para erradicação da pobreza e redução das desigualdades", e com certeza gerará valiosos subsídios para que sejam aprimorados os principais instrumentos de planejamento do Estado: o PMDI, o PPAG e o Orçamento anual. Este encontro faz parte também de um conjunto de ações práticas decorrentes dos projetos prioritários da Assembleia para o biênio 2011-2012, de acordo com a diretriz central de ser a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania.



Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a sua realização, especialmente ao nosso amigo Deputado André Quintão, autor do requerimento desta reunião, aos demais membros do Parlamento, aos ilustres expositores e debatedores e a todos os presentes. Esperamos, com a contribuição e o empenho de todos, dar um passo importante para reduzir e, em pouco tempo, eliminar do nosso Estado as condições de pobreza e desigualdade que afetam milhões de mineiros; mineiros que merecem uma vida digna, que merecem ser respeitados em todos os seus direitos e exercer plenamente a sua cidadania. Muito obrigado.

Dando sequência, esta Presidência agradece a todas as autoridades e a todos os presentes. Para dar continuidade aos trabalhos do nosso ciclo de debates, passo a Presidência ao Deputado Rômulo Viegas, que coordenará os trabalhos no dia de hoje. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Ana Cláudia Silva Alexandre

Bom dia a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente Rômulo Viegas, todas as autoridades presentes e os participantes do seminário. Para a Defensoria Pública, na questão do enfrentamento da pobreza, a ideia de traçar estratégias faz parte de nosso dia a dia institucional. Hoje a Defensoria Pública está presente em apenas 99 comarcas do Estado, em um universo de 296, e vivencia, de forma angustiante e tormentosa, essa realidade de efetivamente levar seus serviços àqueles destinatários específicos, conforme traça a nossa Constituição: os pobres do Estado. Isso nos traz, no dia a dia, dificuldades e a necessidade de estarmos presentes em solenidades como esta, em que podemos trazer a nossa angústia e tentar compartilhá-la, pois, sem a união de esforços do Executivo, do Legislativo e de órgãos do sistema de Justiça, teremos muita dificuldade em diminuir a desigualdade social e levar dignidade para os cidadãos do Estado. Cumprimento a Assembleia Legislativa pela iniciativa, que é oportuna e valiosa, e a todos que aqui estão por se disponibilizarem a discutir, debater e buscar alternativas para uma questão que realmente é essencial. A sociedade civil, juntamente com o Estado aqui representado por todos esses poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, tem que conseguir encontrar outras alternativas e considero o momento realmente valioso. Obrigada.

Palavras do Procurador-Geral Alceu José Torres Marques

Bom dia a todos e a todas. Permitam-me cumprimentá-los nas figuras do Deputado Rômulo Viegas, Presidente desta reunião e do Secretário de Estado Deputado Wander Borges, neste ato representando o Governador do Estado, Prof. Antonio Anastasia. Nossas palavras são breves, mas de cumprimentos e de saudação ao Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais pela iniciativa surgida na Comissão de Participação Popular, presidida pelo Deputado André Quintão, que trouxe ao Parlamento mineiro a tarefa de instaurar, no seio da nossa sociedade, debate de tão estratégica importância na nossa convivência. Um País rico, um País onde as coisas começam a funcionar não pode deixar de planejar estrategicamente o combate à pobreza extrema, o combate à miséria, o combate à fome. Por isso queremos enaltecer a iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reforçando e caracterizando a sua natureza de Casa do povo mineiro, de Parlamento participativo de nossa sociedade, ao trazer até as instituições organizadas as sugestões, as palestras, enfim, as estratégias para o combate e a erradicação da miséria.

Devo dizer ainda, no que diz respeito ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que tão logo assumimos a Procuradoria-Geral, há três anos, deparamo-nos com questões cujas soluções ultrapassavam, e muito, a mera aplicação da lei, a mera análise do texto legal. Por isso tivemos a oportunidade de criar, no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais, numa iniciativa pioneira no Brasil, uma coordenação de inclusão e mobilização sociais, presidida pelo colega Fernando Fagundes, que aqui se encontra, que tem por objetivo fazer com que o Ministério Público, além da sua característica tradicional de aplicador e fiscalizador das leis, possa também ter um instrumento vigoroso e ágil de política de inclusão social. Por isso, nesse momento em que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais toma a iniciativa de trazer esse debate, dirijo-me especialmente ao nosso Secretário Deputado Gil Pereira, para dizer que hoje também temos uma carência de membros no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Mas hoje, exatamente hoje, por coincidência, estamos dando exercício a Promotores de Justiça recém-ingressos na carreira. Nas regiões do Norte de Minas, do Vale do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha e no Noroeste de Minas, próximo a Unaí, muito embora haja carência, a nossa preferência é por essas regiões. Posso afiançar a V. Exa. que nenhuma delas hoje está vaga ou estará vaga de Promotores de Justiça.

Quero colocar o Ministério Público irmanado ao projeto da Assembleia Legislativa, colocar a nossa capilaridade, podemos assim dizer, para estarmos juntos nos debates que, certamente, serão muito ricos ao nosso destino. As nossas palavras são de agradecimento e de cumprimento pela iniciativa. Muito obrigado. Um bom dia a todos.

Palavras do Secretário Wander Borges

Deputado Rômulo Viegas, coordenador dos trabalhos, neste momento representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia; nosso colega, companheiro e Deputado Gil Pereira, Secretário de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas; Sra. Ana Cláudia Silva Alexandre, Subdefensora Pública-Geral, representando a Defensoria Pública-Geral do Estado, Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet; Sr. José Antônio Miranda, Prefeito Municipal de Japaraíba e Diretor da Região Centro-Oeste da AMM, representando o nosso Presidente Ângelo Roncalli; Sr. Alceu José Torres, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Sr. Jorge Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte, neste ato representando o Prefeito Márcio Lacerda; Sr. Rômulo Paes de Sousa, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; meu colega e Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular e autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; Sr. Marcelo Garcia, nosso Chefe de Assessoria do Governador do Estado; nossa querida Cristina, Vice-Prefeita de Montes Claros; Sra. Carmen Rocha Dias, Subsecretária de Projetos Especiais da Sedese; senhoras e senhores; demais autoridades.

Com muita alegria, estamos novamente nesta Casa, iniciando este ciclo de debates que vai dar origem a uma série de encontros e discussões de suma valia ao combate da pobreza e das desigualdades sociais.

Se voltarmos no tempo, poderemos falar daqueles momentos em que apenas a Sociedade São Vicente de Paulo - SSVP - era a grande entidade, Deputado Rômulo, que atendia aos pobres e aos miseráveis pelo País afora, junto às igrejas. De lá para cá, muitas coisas mudaram. Com a Constituição de 1988, houve a implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas - , em 1993, mais um avanço; depois, a real implantação pelo Brasil afora dos diversos Centros de Referência de Assistência Social - Cras. Vale lembrar que Minas Gerais foi o primeiro Estado a instituir, em 2005, o trabalho de fundo a fundo, inédito naquele momento, quando pudemos



caminhar por diversos Municípios. Minas deu exemplo de superação, trabalho e competência com a criação dos conselhos, dos fundos e dos planos, habilitando todos os seus Municípios. É uma política constante, renovada, dinâmica e com objetivo definido. Mas há de se ressaltar aqui também o trabalho de todos pelo Brasil a fora, desde o mais simples cidadão aos Municípios, aos Estados e à União.

Aqui em Minas, de 2003 a 2010 foram investidos aproximadamente R\$5.900.000.000,00 em ações de combate à pobreza. Citamos, como simples exemplo, o Projeto Travessia, que já investiu, a partir de 2008, aproximadamente R\$600.000.000,00 em ações diretas em Municípios onde o IDH é mais baixo. Essas ações perpassam todas as nuances que trazem um contexto; ações que vão da infraestrutura à questão da energia, da água, da rede de esgoto, da comunicação, da informação e da oportunidade. É importante relatar alguns números do nosso Estado. Hoje Minas já ultrapassa mil unidades de Cras espalhados pelo Estado a fora. Só para se ter uma ideia, já estamos em outro projeto do governo do Estado, que é o Poupança Jovem, atendendo a mais de 60 mil meninos e meninas do ensino médio.

Por que estou falando esses números? Porque o problema da pobreza não perpassa a questão simples econômico-financeira. No que tange à pobreza, o assunto é muito maior. A discussão da pobreza deve dar-se pela indignação daqueles que têm uma situação socioeconômica boa; daqueles que têm condição de dormir, nessas noites frias, com um bom cobertor; daqueles que têm acesso à alimentação. Enfim, enfrentaremos desafios monstruosos à frente e, se não desnudarmos um pouco de tudo isso que aí está, continuaremos do mesmo jeito.

Este momento que a Assembleia nos proporciona traz algumas referências, sobretudo na questão do planejamento, porque este é o ano da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental, o PPAG, que norteará os caminhos do governo para os próximos quatro anos, a partir de 2012. Consequentemente, toda discussão que travarmos, de agora até a efetiva aprovação desse projeto, será de suma importância para pautar ações que realmente diminuam a pobreza no Estado de Minas Gerais. Mas é relevante dizermos que, nos últimos anos, conseguimos diminuir a percentagem dos pobres de Minas Gerais de 25% para aproximadamente 15%, conforme pesquisa de amostra por domicílio feita pelo IBGE. Esse dado é extremamente interessante, mas tudo o que se faz é muito pouco. O que nós precisamos é de distribuição de renda; o que nós precisamos é de moradia; o que nós precisamos é de qualificar os nossos cidadãos porque o emprego pleno surge constantemente, mas a mão de obra não é qualificada. Então, falta oportunidade para essas pessoas. Chega-se ao ponto de alguns desistirem até de buscar a própria felicidade.

Senhoras e senhores, é com muita alegria que vemos este ciclo de debates. O Governador Prof. Antonio Anastasia se mostra guerreiro no combate a essas desigualdades sociais. Poderíamos listar inúmeros fatos e ações que ocorrem em Minas Gerais, mas quero simplesmente dizer da elaboração do Piso Mineiro de Assistência Social, que, até 2014, financiará e atenderá a todos os 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. A questão agora é o Porta a Porta, outro projeto do governo do Estado, porque os números são extremamente desconcertantes. Minas está visitando as cidades pequenas, estamos chegando a 65 mil residências, de forma a verificar as privações nessas cidades com IDB baixo, com 1.500 a 2 mil residências. A partir daí, teremos condições de efetivar políticas que possam realmente mudar a vida das pessoas. E mudar a vida das pessoas é dar a elas oportunidade de serem felizes. Talvez seja esse o nosso maior objetivo. Uma pergunta que fazemos a quase todos: qual o nosso objetivo? Que reflexão devemos fazer da vida? Qual o nosso compromisso com o próximo? Mais fraternidade? Mais tolerância? Mais amor ao próximo? Enfim, mudanças de comportamento no combate à miséria, à pobreza e às desigualdades sociais devem estar pautadas primeiramente no coração de cada um de nós que temos condição de fazer alguma mudança para que o mundo possa ser de mais felicidade e de mais alegria. Devemos deixar de ser egoístas, deixar que a felicidade individual fique longe dos nossos corações, tentar melhorar a felicidade coletiva. Enfim, temos desafios. Temos desafios quanto ao consumo excessivo. Não que as pessoas não tenham o direito de comprar e ter acesso a novos bens. O excesso do consumo patrocinado pela mídia massacrante em cima de famílias tem colocado também a sociedade numa discussão plena e permanente de quais são os seus objetivos, uma vez que deixamos de ter valores éticos e morais para termos valores de bens e consumos, uma disputa no dia a dia da sala de aula, na escola, na sociedade e em qualquer outro lugar.

Senhoras e senhores, trago aqui o abraço carinhoso, para dizer que o Governador Antonio Anastasia, juntamente com todo o seu Secretariado, aqui também representado pelo colega Gil Pereira, estará à disposição, como sempre esteve, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para discutir e buscar soluções, mesmo que diante de algumas situações nos sintamos impotentes para resolvê-las. Precisamos ter sensibilidade e discernimento suficiente sobre a discussão, para trazer à tona as mazelas que ainda existem não só em Minas, mas também em toda a Nação, pelo Brasil a fora, porque os números nos mostram isso. Tivemos muitos avanços com o Plano Real, patrocinado pelo grande mineiro Itamar Franco - para quem pedimos plena recuperação -, que passou pelo Presidente Fernando Henrique e avançou com o Presidente Lula. Devemos continuar agora em uma sintonia harmônica, Estados, Municípios e União pela superação da pobreza, que é um dever cívico e constitucional daqueles que têm a oportunidade de enfiar a mão no bolso e comprar o pão nosso de cada dia. Muito obrigado.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos os convidados e inscritos para este ciclo de debates. Pretendo ser breve para que, imediatamente após a nossa intervenção, iniciemos a primeira Mesa de trabalho. Na pessoa da Ana Cláudia, Subdefensora Pública-Geral - uma plateia majoritariamente feminina e uma Mesa masculina -, cumprimento todas as autoridades, instituições e entidades que nos auxiliaram na organização deste ciclo de debates, portanto uma construção coletiva.

Quando o governo federal lançou a ideia, sem o plano estar concluído, de convocação para erradicação da pobreza extrema, imediatamente procuramos o Governador Anastasia e pedimos que a Assembleia, o Ministério do Desenvolvimento Social, entidades da sociedade civil, Municípios e o Poder Legislativo pudessem integrar as suas ações e os esforços para efetivar, em Minas Gerais, essa grande meta de superação da pobreza extrema. Agradeço às entidades que nos auxiliaram: o Ipea, que realiza rodadas regionais de debate sobre esse assunto em todo o Brasil, a Fundação João Pinheiro e o governo do Estado, aqui representado pelos Secretários Gil Pereira e Wander Borges e pelo Marcelo Garcia, Chefe da Assessoria de Articulação, Participação e Parceria Social do Governador de Minas Gerais, que também foi o interlocutor para a construção deste ciclo de debates. Também agradeço ao nosso

amigo Rômulo Paes de Sousa, que fará parte da Mesa no período da tarde, a participação do Ministério de Desenvolvimento Social. Estivemos com ele e com a Ana Fonseca, Secretária Nacional de Assistência Social, que também nos auxiliou na construção deste ciclo de debates.

Geralmente, as Mesas de abertura dos seminários são longas; ficamos doidos para que ela acabe para que possamos entrar nos debates. Mas esta Mesa é importante, porque reunir Ministério Público - o Dr. Alceu foi muito feliz, temos de nos orgulhar, porque ele faz um bellissimo trabalho social -, Defensoria, governo do Estado, AMM, Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social - Cogemas -, que se encontra no Plenário, e não na Mesa - aliás, ele incorporou essa atividade em seu calendário mensal e a realiza em Belo Horizonte -, Prefeitura de Belo Horizonte e tantas outras e Câmara Municipal de Belo Horizonte, representada neste Plenário pelo Vereador Arnaldo Godoy e outros Vereadores, é um desafio, mas precisamos dessa integração. Superar pobreza extrema não é desafio de um governo, de um ente federado, de um partido político, mas da Nação; é um imperativo ético. Reconhecemos que o Brasil avançou muito, particularmente depois da Constituição de 1988, com o redesenho de políticas públicas. Nos últimos anos, houve expansão dessas políticas públicas e dos sistemas de políticas públicas.

Nesta manhã, quero dar uma boa notícia. Ontem, foi aprovado no Senado, em última instância, o projeto de lei que institui e oficializa o Sistema Único da Assistência Social - Suas. Então, hoje podemos comemorar. Agora vai para sanção da Presidente Dilma. Em Minas, o Suas já é lei. Aqui fizemos primeiro. Nossa lei, a nº 19.444, sancionada em janeiro, seguiu as diretrizes do projeto de lei nacional. Esse avanço das políticas públicas é inegável e é uma importante conquista. É inegável que nos últimos anos milhões de brasileiros saíram da pobreza, que a classe média no Brasil cresceu, que o País retomou um processo de desenvolvimento e crescimento econômico, mas ainda existe o chamado núcleo duro da pobreza, que foi mencionado aqui, com essa linha de corte de R\$70,00, que atinge mais de 16 milhões de brasileiros, dos quais mais de 900 mil mineiros. E são exatamente esses que precisam de uma presença mais forte do Estado, porque nesse núcleo duro estão pessoas que não têm nem registro civil. É nesse núcleo que estão os analfabetos. É nesse núcleo que estão crianças que chefiam domicílios, portanto, em situação de trabalho infantil. É nesse núcleo que estão as pessoas que não têm água nem para beber, o que é muito grave, ou que não têm água para o consumo e para a produção agrofamiliar. É nesse núcleo que estão pessoas que não têm endereço, que não têm terra, que não têm teto. São os pequenos agricultores que não têm a terra regularizada e não conseguem a declaração, o Darf, para obter o crédito da agricultura familiar. São os jovens que não têm a qualificação necessária para o primeiro emprego. Aí o Brasil cresce, as oportunidades de emprego aparecem, mas muitas vezes as pessoas não têm a qualificação necessária. E sabemos que não adianta crescer sem justiça social. Se não cuidarmos disso, o Brasil pode até manter o nível de crescimento, pode até chegar a ser a 5ª economia do mundo, mas um grande contingente de pessoas pode ficar fora desse processo de compartilhamento da riqueza construída pelo País. São os jovens que já estão no "crack", no tráfico, que evadem no ensino médio. Então, não é uma tarefa fácil. Daí a importância deste ciclo de debates. Não adianta haver uma agenda nacional sem os Municípios se envolverem, sem os Estados se envolverem, se não houver ousadia, criatividade e integração entre os órgãos - a chamada intersetorialidade, que discutiremos muito aqui, principalmente amanhã, sobre a qual é fácil falar, mas é difícil fazer - sem a chamada busca ativa dessas pessoas que não têm acesso sequer a direitos já reconhecidos.

Então, companheiros e companheiras, iniciamos com muita determinação este ciclo de debates. Na abertura, falou-se que já conquistamos uma grande vitória. O Deputado Rômulo Viegas é um dos que compartilham essa vitória, juntamente com outros Deputados e Deputadas. Dada essa importância, o Presidente da Assembleia resolveu transformar este ciclo de debates em um seminário legislativo de superação da pobreza e de enfrentamento das desigualdades regionais.

Em agosto, setembro e outubro, vamos percorrer todas as regiões de Minas Gerais. Vamos discutir propostas em todas as regiões, para que a Assembleia seja informada, para que seja subsidiada pela população na análise do Plano Plurianual 2012-2015, que votaremos neste ano, e também na Lei Orçamentária para 2012. Sabemos que efetivar políticas públicas exige ações e recursos orçamentários. Nesta semana, o Presidente da Assembleia disse que este será o seminário legislativo mais importante desta Casa no biênio. Esta é uma meta estratégica, ética, civilizatória e republicana. Compartilhamos esta iniciativa com vários órgãos públicos e com a sociedade civil, porque atinge o ser humano, e este é o papel do Poder Legislativo.

Em 2005, fizemos algo parecido. Muita gente que está aqui participou daquele evento. Quando houve a implantação do Suas, mais de 1/4 dos Municípios de Minas Gerais não eram habilitados. Eram mais de 220 Municípios. A Assembleia, por meio da Comissão de Participação Popular, e o governo do Estado, que tinha à frente o Governador Aécio Neves, procuraram o então Ministro Patrus Ananias, o Cogemas e as entidades que trabalham com assistência. Realizamos um verdadeiro mutirão em Minas, e, em pouco tempo, habilitaram-se 100% dos Municípios, o que propiciou que Minas, no primeiro ranqueamento de implantação do Suas, ficasse em 1º lugar.

Política pública não pode ser apropriada por interesse menor, político-partidário, mas deve ser construção republicana. É a isto que nos prestamos nesta Assembleia com este ciclo de debates: convergir esforços para superar a pobreza extrema em Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Prefeito José Antônio Miranda

Bom dia a todos. Nas pessoas do Deputado Rômulo Viegas, que preside esta sessão, e do Deputado e Secretário Wander Borges, representante do Governador, cumprimento toda a Mesa. Estou aqui representando o Presidente da AMM. Aproveito a oportunidade para colocá-la à disposição desta Assembleia Legislativa e dos demais órgãos da sociedade civil, para, juntos, construirmos o que dará igualdade a todo cidadão brasileiro. Recentemente, a AMM disponibilizou um departamento de assistência social para tratar dessas questões. A AMM está à disposição da Assembleia, principalmente do Deputado que teve esta iniciativa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Deputado Estadual Wander Borges, Secretário de Desenvolvimento Social, que representa o Governador Antonio Anastasia, e o Deputado Gil Pereira, Secretário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Ambos são parlamentares atuantes nesta Casa, há vários anos estão no exercício da vida pública e, agora, foram afastados do Parlamento para emprestar ao governo de Minas sua sabedoria,



seu conhecimento e, sobretudo, sua dedicação. Obrigado pela presença. Destaco a presença nesta Mesa do Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa e autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates “Estratégias para a superação da pobreza”. Este Deputado também exerceu vários mandatos nesta Casa e é uma bandeira viva da política de assistência social, não apenas por sua formação, mas sobretudo por sua paixão e dedicação.

Quero cumprimentar o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, sempre presente na Assembleia, emprestando sua sabedoria e conhecimento às ações do governo de Minas; a Subdefensora Pública-Geral, Ana Cláudia da Silva Alexandre, representando aqui a Defensoria Pública, que é, sem dúvida, uma parceira efetiva e positiva das nossas ações; o Prefeito José Antônio Miranda, de Japaraíba, representante da nossa AMM - como Prefeito, ele sabe muito bem a importância deste ciclo de debates; Jorge Nahas, Secretário de Políticas Sociais de Belo Horizonte, representando aqui o Prefeito Márcio Lacerda; Rômulo Paes de Sousa, meu xará, Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando o governo federal. Cumprimento ainda todos os presentes. Quero registrar a alegria que sinto ao ver essa composição seleta da Mesa, sobretudo por ver o Plenário e as galerias cheias. As pessoas presentes representam uma parcela significativa da nossa sociedade, demonstrando a clareza e a paixão que temos de nos dedicar às questões sociais. Todos sabemos que nossas cidades são constituídas por uma dinâmica societária, heterogênea, diferenciada, com novos grupos e novas clivagens surgindo a cada momento. Elas fazem uma travessia crucial nas novas classes, que trazem evidentemente problemas sociais. Procuramos solucioná-los. Sabemos que as sociedades crescem e nossos problemas crescem de forma exponencial. Muitas vezes, nossas soluções são apresentadas de forma linear. Portanto, este ciclo de debates vai dar oportunidade de externarmos nosso conhecimento, nossas opiniões, nossos desejos, que poderão ser traduzidos, em parceria com o governo federal, com o governo estadual e com os Municípios, em resultados positivos. Já avançamos muito. Existem várias datas que registram e enriquecem as páginas da nossa história, mas vou ater-me a duas: 1988, com a promulgação da nossa Carta Magna, e 1994, com o Plano Real. De lá para cá, avançamos bastante. Houve uma contribuição expressiva dos governos anteriores, todos envolvidos nesse cenário, mas ainda temos de resolver muitos problemas. O Governador de Minas, Antonio Anastasia, em contato direto com a Presidente Dilma, trabalha para a erradicação da pobreza. Acredito muito que no parlamento teremos condições de apresentar soluções e, em breve, resultados.

Quero agradecer às autoridades que compuseram esta distinta Mesa. Vou pedir uma nova recomposição da Mesa, para que os palestrantes possam externar seus conteúdos e suas experiências. Muito obrigado a todos.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro, Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, pesquisadora e professora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; e os Exmos. Srs. Jorge Abrahão de Castro, Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e Diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Deputado André Quintão.

O locutor - Com a palavra, o Sr. Jorge Abrahão de Castro, para sua exposição sobre o tema “O caráter multifacetado da pobreza: destituição econômica e aspectos de direitos humanos e cidadania”.

Palavras do Sr. Jorge Abrahão de Castro

Bom dia a todos e todas. Antes de mais nada, gostaria de agradecer à Assembleia de Minas Gerais o convite a mim e ao Ipea para participarmos deste evento. Agradeço também ao Deputado André Quintão. Estamos desenvolvendo no Ipea um ciclo de debates sobre a pobreza extrema nos diversos Estados, e o Deputado nos viu em Brasília quando debatíamos essa mesma questão em relação ao Distrito Federal. Agradeço ainda ao Deputado Rômulo Viegas, que está presidindo a Mesa.

Estou muito feliz por estar aqui, primeiro porque sou mineiro, estando radicado em Brasília há muitos anos.

Falar para Minas Gerais, como disse o Deputado, é bom porque há grande audiência no Estado. É importante ressaltar que o Ipea está fazendo esse ciclo de debates. Associamo-nos à Assembleia, pegando uma carona no trabalho em desenvolvimento, e traremos um pouco da nossa reflexão sobre o dimensionamento e mensuração da pobreza, principalmente no que se refere à pobreza extrema. Traremos alguns números para qualificar o debate. Nossa principal tarefa, como instituto de pesquisa, é trazer informações fidedignas, qualificadas, que possam servir aos governantes, ao Legislativo e à sociedade em geral, no momento de tomar decisões, para que tenham clareza do que significa a pobreza extrema.

Lidaremos com a pobreza extrema utilizando a medida estabelecida. Pela primeira vez na história do País, temos uma linha de pobreza. Até então, havia linhas diversificadas. Nunca tivemos uma linha de pobreza. Determinou-se uma linha de pobreza, com base na renda, de R\$70,00 “per capita”, conforme estabelecido a partir de 2010. Isso deve ficar claro, porque, até então, utilizavam-se diversos indicadores para a pobreza. Pesquisadores têm diversas medidas e cada um pensa a pobreza de determinada forma. O governo atual diz: “Vamos pensar a pobreza de forma multifacetada, mas serei monitorado e cobrado pelo trabalho com uma linha de pobreza baseada na renda, e a renda pela qual serei avaliado e cobrado será a menor de R\$70,00 'per capita'”. Isso é importante. A tarefa imposta é erradicar a pobreza extrema, ou seja, em quatro anos conseguir que determinado conjunto da população ultrapasse a renda “per capita” média de R\$70,00. Isso é muito importante, porque vocês verão que as linhas de pobreza de programas variam como quisermos. Cada Estado pode estabelecer a linha que desejar. Nacionalmente, foi estabelecida a linha de renda de R\$70,00. Isso é o que importa. Se um Estado, como o Rio de Janeiro, estabeleceu que a linha é de R\$100,00, tudo bem. No Estado, o governo buscará superar isso. Nacionalmente, a perspectiva, repito, é de R\$70,00.

Nos meus trabalhos, que mostrarei a seguir, estou utilizando essa linha de R\$70,00. Todos os dados de dimensionamento de problemas seguem esse parâmetro. Chamamos de linha de pobreza a linha que vai até R\$140,00, que é a linha final do Bolsa-Família. Depois, temos um grupo de vulneráveis e um grupo de não pobres, o que explicarei mais à frente, detalhadamente. O primeiro esclarecimento importante para todos é que o governo federal estabeleceu uma linha nacional. Não é uma linha de programa, é uma linha nacional para monitoramento da pobreza. Tentarei conduzir minha argumentação para o seguinte caminho: estou medindo a



pobreza pela linha da renda, que reverbera as multifaces da pobreza. Toda a minha argumentação dirá que, ao considerar determinada renda, também posso dizer que uma pessoa que esteja abaixo da linha de R\$70,00 também está fragilizada em um grande conjunto de outros indicadores. Argumenta-se que a pobreza é multifacetada e que a linha de renda não mede nada, porque só mede a pobreza de renda. Direi que a pobreza de renda está altamente correlacionada com os demais itens da pobreza. Por isso, medir pobreza pela linha da renda é tão bom quanto medir anuidos multifacetados, que é muito mais difícil.

Na última década, o Brasil realizou um movimento muito importante; entramos neste século com um movimento muito importante. Primeiro, o Brasil cresceu como há muito tempo não crescia, e esse crescimento foi muito importante, pois favoreceu os mais pobres. Isso significa que todos ganharam, mas que os mais pobres ganharam um pouco mais que os mais ricos, o que não víamos acontecer há muito tempo. Já houve crescimento em que alguns ganharam, e outros não ganharam nada. O crescimento do início desta década, que inaugurou o século, permitiu que os mais pobres ganhassem mais. Isso levou à ampliação da renda e à queda da desigualdade. Mas não foi somente o crescimento que foi favorável a esse movimento: houve também a implementação e consolidação de uma série de políticas sociais que cumprem um papel fundamental, principalmente as políticas de transferência de renda.

É importante esclarecer que não foi somente o Bolsa-Família que ajudou; ele é um elemento estratégico da política de combate à pobreza e de redução da desigualdade, mas é importante esclarecer que, para a queda da desigualdade e da pobreza, a previdência rural foi fundamental, assim como o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-Loas - e o Bolsa-Família. Esses são os três elementos pilares, importantíssimos para a queda da pobreza e a redução da desigualdade. Além disso, houve a ampliação dos serviços na área de educação e de saúde, que foram importantes no oferecimento de serviços à população e também como vetores de demanda para o mercado interno.

Acabamos de provar por meio de estudos que o gasto social é um bom vetor de crescimento e de distribuição. Gastar em educação tem todo o sentido para o futuro e para as economias regionais e locais, pois o professor consome e move a economia. Isso mostrou que gastar no social é bom para a economia também. Há o preconceito de que gastar com o social não traz retorno. Além de retorno em termos de conhecimento e ampliação da produtividade, há aumento do retorno econômico, pois é gerado crescimento econômico também nacional, o que é muito importante. Não exportamos a nossa demanda; grande parte dessa demanda permanece na economia nacional.

Além de a política social ser fundamental para a queda da desigualdade e a ampliação da renda, é hoje o ponto central para o crescimento econômico. Calculamos que mais ou menos um quarto da economia brasileira gira em torno de políticas sociais, o que é algo em torno de 23% do PIB, comandado por um vetor de bem-estar, saúde, educação e previdência. E isso produz esse movimento que estamos vendo. É importante que ele permaneça, pois um novo crescimento e um novo desenvolvimento está coadunado com o crescimento e as políticas sociais. Isso é muito importante.

Essa é uma síntese da situação social do Brasil, com alguns dados de Minas Gerais, para fazermos uma comparação. Vocês vão observar que a cobertura previdenciária brasileira, hoje, já chega a 78% no Brasil e, em Minas Gerais, chega a 79% da população acima de 60. Estou querendo dizer que ser idoso no Brasil, hoje, significa estar protegido. O Brasil não tem pobre extremo velho. Ou seja, a cara da pobreza não passa pela velhice porque existe um sistema de proteção, principalmente a previdência rural, a previdência em geral, que protege o idoso de tal forma que ele não está dentro da pobreza extrema. Esse é um grande avanço que a Constituição de 1988 trouxe para o povo brasileiro. Não temos idosos nas ruas, não temos idosos na mendicância, e grande parte disso se deve às políticas sociais. É um número expressivo para o Brasil, se comparado à América Latina.

A esperança de vida, no caso brasileiro, se você chegou aos 60 anos, é de viver mais 20 anos; no caso de Minas Gerais, são 22 anos. Se chegou aos 60, vai até os 82, o que também mostra um avanço das políticas sociais.

A pobreza brasileira, medida pela PNAD, que não é uma pobreza medida pelo censo, está em 5,2%, e a de Minas Gerais está em 3%. Ela é 42% mais baixa do que a do Brasil. E vocês vão observar que a pobreza extrema, rural, no Brasil, é de 12,7%, e em Minas é de 5,6%, índice bem mais baixo do índice da pobreza do Brasil. Essa é uma cara bastante diferenciada do Estado de Minas Gerais em relação ao Brasil, que tem grande parte da sua pobreza no Nordeste.

A taxa de mortalidade infantil é muito alta. Minas também acompanha essa taxa, mas aqui ela é um pouco menor.

A taxa de homicídio masculino é uma coisa que está assustando, principalmente em relação à juventude, que é de 47 por 100.000, que é muito alta. Em Minas também é muito alta, mas está com valor abaixo do verificado no Brasil. Estive em Pernambuco e vi que essa taxa está em 100, que corresponde ao dobro da brasileira. É um problema muito sério porque reflete a não inserção do jovem no mercado de trabalho, nas escolas. O que percebemos é que em Minas a situação é um pouco melhor, e a taxa vem caindo.

Outra coisa importante que está acontecendo no Brasil e que é bom que as pessoas saibam é a composição da renda. Em geral, a renda é composta com o trabalho e com a transferência vinda das políticas públicas. Isso é normal em todo o mundo. Há muito preconceito no Brasil contra o fato de as pessoas receberem transferência de renda. Na Europa, mais de 30% a 40% da renda dos indivíduos vêm de transferência de renda que provém do Estado, a qual pode ser um segundo emprego ou contribuição. Há países do Norte da Europa onde a renda familiar, em grande parte, é composta por renda oriunda de transferência do Estado. Todos pagam imposto alto, mas todos têm um retorno daquele imposto. Não há pecado nenhum, no Brasil, no fato de a renda vinda do Estado pela transferência estar se ampliando. Isso quer dizer que a estruturação do sistema de proteção social está se efetivando. Isso é a modernização. Podemos observar que cerca de um quarto da renda das famílias de Minas é transferência de renda proveniente do Bolsa Família, da previdência ou de outros tipos de transferência, fora os serviços que não estão constando aqui. No Brasil, isso representa 21%. O Brasil está caminhando nesse processo. Como a população brasileira está envelhecendo e vai envelhecer muito mais, grande parte dos idosos receberão transferências provenientes da estrutura de previdência. Quanto mais a população envelhecer, maior será esse percentual.

O analfabetismo brasileiro é uma vergonha. Um país como o nosso não poderia ter taxa de analfabetismo, mas isso reflete algo muito importante: os momentos em que o Brasil mais cresceu foram aqueles em que não se fez nada pela educação, como na década de 70. Por isso existe o efeito carregamento, ou seja, a geração de hoje carrega os efeitos dos problemas do passado, segura algo que



não foi resolvido no passado. Uma delas é o analfabetismo. É lamentável que o Brasil ainda tenha uma taxa de analfabetismo quase de dois dígitos. Um país como o nosso não poderia admitir isso. Conforme os dados, 40% dos pobres extremos são analfabetos funcionais. Como esse índice é muito alto, é difícil a inclusão dessas pessoas no sistema produtivo. Difícilmente, esse conjunto da população, dependendo da idade, vai inserir-se em algum tipo de segmento produtivo. Existe um déficit histórico que precisa ser sanado. Minas Gerais não foge à regra do Brasil, o índice está um pouco menor, mas ainda é muito alto nos meios urbano e rural.

O rendimento médio é idêntico ao do Brasil. Tem déficits de abastecimento de água e de esgoto menores que os do Brasil. Água, esgoto e outros serviços básicos não são problemas somente da pobreza, mas de toda a população. Como o Brasil deixou de fazer infraestrutura social durante um certo tempo, precisa recuperar essa potencialidade. Isso é pior para os mais pobres. Os serviços, principalmente os de infraestrutura, faltam para a maioria da população – o que é trágico para os mais pobres – porque, durante um período muito longo, não se fez um planejamento objetivo dessa questão. Felizmente, estamos voltando a trazer isso para dentro das estruturas de planejamento, para dentro das estruturas de gasto do Estado. O mercado não resolveu isso, poderia ter resolvido, mas não resolveu. Ninguém impediu o mercado de resolver questões de saneamento e de abastecimento de água. Agora, é necessário que o Estado atraia as forças de mercado. Não podemos baixar as taxas de mortalidade se não melhorarmos o saneamento para todos, principalmente para os mais pobres.

Esse é um quadro geral. A parte amarelinha, em baixo, representa a área rural, que está numa situação bem pior que a área urbana. É importante dizer que uma população expressiva está vivendo no meio rural brasileiro, ou seja, 18% da população ainda está no meio rural. Quando dizemos que a área rural é carente de serviços, estamos fazendo referência a um conjunto amplo da população, não a um conjunto pequeno. Em algumas regiões isso é ainda pior. Por exemplo, o meio rural nordestino necessita de uma grande e importante intervenção. Isso está ocorrendo, mas precisa ser incrementada.

O número médio de anos de estudos de quem está no campo não passa do ensino das primeiras quatro séries. Quem está no meio rural, no Brasil, é um analfabeto funcional. Talvez não tenha tido acesso à educação no passado ou tenha acesso hoje em uma escola de má qualidade ou em uma escola que desenraíza o rural de si mesmo e urbaniza quem deveria estar incorporando um caráter próprio da região. Há regiões no País em que o rural está envelhecendo porque os jovens estão saindo e gerando uma juventude na cidade urbana. Tratar o rural como urbano é uma questão séria. A expulsão do povo do meio rural tem que ser evitada, porque não resolverá o problema do urbano nem do rural.

É importante falarmos sobre o quadro geral, porque a pobreza extrema está inserida nele. Avançamos muito na economia, na produção social, mas há um conjunto da população que não tem acesso aos serviços e ao mercado de trabalho e tem dificuldades para ter acesso à vida. Esse conjunto da população que está ficando fora precisa ser trazido para dentro das políticas públicas e da cidadania brasileira. Vale a pena começar a implementar políticas objetivas para não deixar esse conjunto fora do Brasil, sem abrir mão do que estamos fazendo para todos. O mais importante é focalizarmos um determinado grupo sem romper os grupos universais. Ninguém é contra a política de educação para todos ou sobre a política de saúde para todos, mas é importante olharmos esse conjunto e trazê-lo para dentro dos universais, para melhorar as oportunidades e a solidariedade. Não estamos rompendo o pilar da política social.

Vamos ver o que aconteceu na evolução, pensando na pobreza extrema. A pobreza extrema caiu bastante e está dividida em quatro itens. Ela é representada por pessoas com renda “per capita” até R\$70,00, o que significa uma família de quatro pessoas com renda menor que R\$280,00; se for uma família de 3 pessoas, a renda é menor que R\$210,00; e, se for uma família de duas pessoas, a renda domiciliar é menor que R\$140,00. Esses são os extremamente pobres. Decidimos criar uma categoria chamada pobre, imaginando que a cesta de bens é muito básica, voltada quase que exclusivamente para superação da fome. A cesta de bens para a pobreza se amplia um pouco mais e inclui o dobro da cesta de bens de R\$140,00, que são os pobres. Entre R\$140,00 e o salário mínimo “per capita”, incluímos um grupo chamado vulnerável. A pobreza e a pobreza extrema são muito voláteis. As pessoas entram e saem muito facilmente da pobreza e da pobreza extrema. Há um grupo intermediário, que é o grupo vulnerável, que pode subir ou cair na pobreza; tudo dependerá das opções que o País fizer.

Podemos regredir socialmente, dependendo das opções que adotarmos: se fizermos opções para não crescer, podemos regredir socialmente. O crescimento é um tema central nesse movimento. Se fizermos uma opção para gastarmos na área pública social e diminuirmos os gastos públicos em outras áreas, podemos ter uma regressão econômica e social.

É importante dizer que nosso quadro é de avanço, pois o movimento é ascendente. Mas isso pode ser reprimido.

O que verificamos de 2004 para 2009? Primeiro, constatamos que caiu a taxa da pobreza extrema, diminuiu o número de vulneráveis e aumentou o quantitativo de não pobres. Esse é um movimento virtuoso. Estão todos se mexendo para cima, diminuindo o conjunto de pobres e ampliando o de não pobres. Isso vale para o Brasil e também para Minas Gerais.

Outro ponto importante é a incidência da extrema pobreza – e estou olhando só a extrema pobreza no período abaixo de setembro. A incidência da pobreza em 2004, no rural, era de 20% e caiu para 12,7% até 2009. No urbano, era de 6% e caiu para 3,2%, taxas medidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Ao mesmo tempo, observa-se que grande parte da pobreza extrema está no meio rural.

O segundo ponto é que, se analisarmos pelas regiões, observaremos que as diferenças são cabais. O Nordeste concentra cerca de 50% da pobreza extrema brasileira; o Sudeste, uma menor parte; e o Sul, uma menor ainda. A pobreza, portanto, tem uma cara, um lugar rural muito forte, mas está no meio urbano também. O enfrentamento do rural e do urbano são diferentes, e podemos dizer que o do rural é até mais fácil que o do urbano, pela dificuldade de encontrar esse pobre urbano e tentar qualificá-lo. A ação de erradicação da pobreza urbana será muito mais complexa do que imaginamos, exigirá muito esforço dos Estados e Municípios, principalmente nas questões de inclusão produtiva, etc.

Aqui temos um dado do Brasil, com uma perspectiva histórica. Aquelas setinhas ali mostram que, no Brasil, a pobreza está caindo. No passado, ela vinha meio paradinha. A década de 90 foi um horror. Podemos esquecer-la. Esse foi um momento muito ruim. Não houve crescimento. A pobreza nem a desigualdade se mexeram. O começo deste século foi muito importante, com um movimento de



queda da pobreza. Minas Gerais acompanhou esse movimento. Aqui, vemos a pobreza rural no Brasil e em Minas Gerais. É possível observar que a pobreza rural de Minas está caindo um pouco mais rápido que a do Brasil; mas, no todo, ela está caindo.

Isso aqui é algo interessante: a queda da pobreza rural em Minas foi muito mais rápida que a urbana, ou seja, algo deu certo: ou o crescimento, ou a política, não sabemos dizer o quê. O movimento de queda da pobreza extrema no meio rural aqui foi muito mais acelerado que o do meio urbano, apesar de a taxa já estar baixa neste último. Talvez até seja por isso mesmo. O indicador social tem um problema: chega a um nível baixo e se mover é muito difícil. Todos sabem que a taxa de mortalidade pode cair tranquilamente até certo ponto, mas, dali para frente, só com milagre, pois começa a dificuldade de encontrar as pessoas e fazer chegar até elas o serviço. Talvez, então, essa seja a questão do meio urbano e, por isso, dizemos que ele precisará de um olhar muito forte das políticas públicas para erradicar a pobreza extrema. O meio rural fez um movimento bastante importante, que se verificou no País como um todo. Estamos indo a quase todos os Estados, e essa foi uma das coisas mais fortes que identificamos em Minas Gerais. Não sei explicar por que não achamos causa nesses casos. De certo é uma política pública específica, local. As políticas gerais estão valendo para todos, então...

A desigualdade brasileira era muito alta e caiu. Já a desigualdade em Minas, que sempre foi mais baixa, mantém o diferencial. É engraçado porque, no Distrito Federal, nesse período, explodiu a desigualdade. Todo o Brasil está fazendo um movimento de queda de desigualdade, mas no Distrito Federal a desigualdade explodiu, chegando a quase 0,61%. O Distrito Federal é o lugar mais desigual do País e o de maior renda. Às vezes amplia-se a renda, mas não é ampliada para quem mais precisa. As desigualdades no Brasil também estão localizadas em algumas regiões. Com certeza, o que acontece em Brasília amplia a desigualdade brasileira. Brasília é outro planeta. Mas o importante é que aqui em Minas conseguimos manter a queda da desigualdade, e uma desigualdade mais decente que no resto do Brasil. Se observarmos, só agora chegamos à desigualdade do começo da década.

Aqui temos alguns aspectos demográficos da pobreza extrema. Acho importante chamar a atenção para os seguintes dados: primeiro, os pobres extremos são aqueles cuja densidade no domicílio é muito alta; são, em geral, quatro ou cinco moradores por domicílio. Quanto aos não pobres, são cerca de 2,7 a 3 moradores por domicílio. Ou seja, há um caráter diferencial se considerarmos o pobre extremo e o não pobre. Não chamo de rico, mas de não pobre, porque os ricos de verdade não estão dentro dos dados da PNAD. A PNAD está capturando os dados de renda no trabalho; não está capturando riqueza. Eu diria que o não pobre é aquele que tem um rendimento familiar “per capita” de um salário-mínimo - quatro pessoas, R\$2.000,00. Os não pobres têm R\$2.000,00 e são, no máximo, quatro pessoas por domicílio. Vocês vão ver famílias com quatro ou mais crianças. Em 2009, cerca de 15% das famílias pobres têm quatro ou mais crianças no domicílio. Esse é um fator que vai levar essas famílias a serem pobres. As crianças não trabalham e dividem a renda familiar, que já é baixa. Vocês vão verificar que famílias com mais de quatro crianças no domicílio entre os não pobres é zero. Não existem essas famílias entre os não pobres, ou seja, quem ganha R\$2.000,00 dificilmente tem mais quatro filhos no domicílio; tem dois, três, não quatro filhos. Não sou demógrafo, mas há uma mudança concreta do perfil domiciliar “per capita” forte entre os pobres, apesar de, por efeito do passado, ainda ser grande a quantidade de crianças no domicílio entre os mais pobres.

Outro ponto importante é que, além de ter localidade, a pobreza tem cor: é preta e parda, muito diferente dos não pobres. Vocês podem verificar que 74% dos pobres e dos extremamente pobres são pretos ou pardos. Já entre os não pobres, apenas 36%. O Brasil é negro; cerca de 50% da população brasileira é formada de negros, que estão altamente representados entre os mais pobres e pouco representados entre os mais ricos, apesar dos avanços. O número de negros entre os mais pobres não está diminuindo tanto assim, mas cresce o número de pretos e pardos entre os não pobres. De alguma forma, está-se ampliando a renda desse conjunto da população.

O número de famílias sem criança se ampliou um pouco. É um movimento interessante. Havia 16% de famílias sem criança entre os pobres. Esse número cresceu para 25%, o que insinua que as famílias pobres também estão fazendo planejamento familiar. Isso é muito importante, porque o Bolsa-Família foi muito acusado de fazer movimento contrário. Com esse dado simples, de 16% para 25%, não é preciso ser matemático para perceber que essa renda não incentivou nenhuma família a ampliar o número de filhos. As famílias não pobres estão optando por não terem mais filhos também, e isso também não amplia esse quantitativo.

Pobreza extrema e idade: outra questão importante. Como foi dito, a pobreza extrema está localizada na zona rural e é forte em alguns Estados, como no Piauí. Pernambuco é um Estado diferente do Nordeste, pois é mais urbano. Em Minas Gerais, a pobreza também é mais urbana, apesar de relativamente a pobreza rural ser muito maior. Em termos de idade, podemos observar que a pobreza tem uma característica: atinge crianças. Vamos deixar claro que se trata de uma família com criança e com renda baixa. Por causa disso, as crianças são atingidas. Em 2004, cerca de 15% das crianças de 0 a 14 anos de idade eram pobres extremas. Esse dado diminuiu bastante, o que é importante. Acho que agora, com a ação objetiva do Bolsa-Família de ampliar o número de crianças beneficiadas, vai haver uma mudança importante nesse indicador. Em breve, deixaremos de dizer que a pobreza extrema é da criança.

Esse número é importante, porque mostra que não há idosos entre os pobres extremos. Isso é reflexo da política pública, o que é importante. Como hoje não há idoso na pobreza extrema, a política de combate à pobreza não precisa focá-lo. Já existe uma estrutura voltada para idosos; é preciso focar crianças e adolescentes. Esse é o nosso mundo.

A questão do adolescente é mais complexa: não basta transferir-lhe renda; é preciso gerar oportunidade. Com a criança, porém, é diferente: é preciso gerar renda para a família e dar oportunidade aos pais.

Aqui está um caso importante, que revela que 45% da pobreza são da criança; 16%, do adolescente; e parte do pessoal da idade ativa. Em Minas Gerais há esse padrão, mas com um dado interessante: menos crianças e mais idade ativa. Apesar de a diferença não ser muito grande, essa é uma característica de Minas. Se no Brasil são mais crianças, em Minas são menos crianças e mais idade ativa. Na composição da renda dos extremamente pobres, há uma parcela que é do trabalho. Os extremamente pobres estão trabalhando, só que dispõem de poucos instrumentos e pouco acesso aos serviços. Em geral, estão inseridos em péssimos tipos de trabalho. Estão na informalidade, nenhum tem carteira assinada – se isso ocorre, é um milagre. Tendo carteira assinada, ganhando o salário mínimo, está fora da pobreza estabelecida pela política pública atual.



Quando partimos para os não pobres, o mundo do trabalho vai ganhando maior força. Vocês podem verificar que o Bolsa-Família é muito importante para os extremamente pobres. A renda “per capita” dos extremamente pobres é de R\$38,00, a dos pobres é R\$104,00, a dos vulneráveis, R\$270,00, e a dos não pobres, R\$1.200,00.

O Bolsa-Família é importante para os extremamente pobres. 57% dos extremamente pobres dependem do Bolsa-Família, e os não pobres em nada dependem do referido programa.

Minas Gerais depende menos do Bolsa-Família do que o Brasil. Os pobres mineiros dependem menos dessas transferências do que o pobre brasileiro. O pobre brasileiro depende 39% do Bolsa-Família e 49% da renda do trabalho, menor que o salário mínimo. E, em Minas Gerais, essa taxa é um pouco menor. Grande parte da renda dos extremamente pobres depende do Bolsa-Família.

Quanto à educação, os anos médios de estudo dos não pobres é de quase 10 anos, ou seja, eles quase completam o ensino médio, enquanto os pobres mal e porcamente terminaram a quarta série; ou seja, há um déficit educacional muito grande nesse conjunto da população, entre 15 e 60 anos. O analfabetismo funcional é de aproximadamente 42%, é muito alto. Atrair esse conjunto, com esse quantitativo de capacidade, para alguns trabalhos é o desafio que teremos de enfrentar.

Quanto ao mercado de trabalho dos extremamente pobres, verificaremos que aproximadamente 30% está na produção agrícola, como trabalhador rural, mas o resto, mais de 50%, está desocupado ou inativo, ou seja, o cara está fora da estrutura do mercado de trabalho, encontrando-se à parte dela. Daí, inventamos algo para tentar ver como se encontra a conexão das pessoas no mercado de trabalho numa família típica. Verificamos que 30% dos extremamente pobres não têm conexão com o mercado de trabalho, 32% têm conexão precária, 36% têm conexão agrícola, e outras conexões, que seriam as desejáveis, as efetivas, apenas 3%. Isso mostra o caráter precário dessa situação. Portanto, no meio rural, onde há muitas crianças, a escolaridade é baixa e não há conexão com o meio de trabalho. O cara está sem conexão e precisa ser conectado.

Quando olho para a estrutura de serviços, verifico que ela é muito baixa, que o brasileiro em geral tem baixíssimo acesso a estruturas razoáveis de esgoto, de moradia. Minas Gerais encontra-se um pouco melhor, mas, mesmo assim, nada temos a comemorar. Quanto à estrutura de equipamentos, vamos observar que dois equipamentos centrais quase todo mundo tem: fogão e televisão. Há mais televisão que rádios nos Municípios. Dos extremamente pobres, 90% têm uma televisão em casa, têm acesso a algum tipo de informação. Já computador no domicílio, os pobres não têm, os extremamente pobres. O Brasil em geral não tem, a classe média já tem, mas os extremamente pobres não. Isso é um problema. Outra coisa importante que os extremamente pobres não têm é o tanquinho. É uma coisa importante, porque estamos falando de um conjunto da população, que é o das mulheres, e nem um tanquinho para lavar roupa está disponível para esse conjunto, como equipamento necessário e importante para o bem-estar.

Termo pedindo desculpas por ter ultrapassado o meu tempo. A ideia é montar para vocês um perfil da extrema pobreza e o que isso significa hoje para o Brasil. Tentamos trazer um pouco do debate para Minas Gerais. É extremamente importante que o Brasil se movimente para olhar para essa população e desenhar políticas públicas para a cidadania. Estamos fazendo uma coisa importante para construirmos o nosso país. Não podemos admitir que, em um País com economia desenvolvida, isso ainda exista. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O locutor - Com a palavra a Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro para a sua exposição sobre o tema “O caráter multifacetado da pobreza: destituição econômica e aspectos de direitos humanos e cidadania”.

Palavras da Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao nobre Deputado André Quintão e a esta Assembleia a oportunidade de compartilhar com vocês algumas reflexões que temos produzido na Fundação João Pinheiro, no campo do estudo da pobreza e proteção social. A fala que eu trouxe aqui é produto desse esforço, também coletivo, de uma produção institucional importante que, espero, possa contribuir para essa tarefa de elaboração do PPAG, porque o tema é discutir a pobreza visando à construção de estratégias para a sua superação. E o meu registro será um pouco diferente. A ideia é mesmo essa, complementar a abordagem do Jorge, porque estarei exatamente abordando as dimensões psicossociais da pobreza e o que isso traz de implicação para a formulação de políticas públicas. Significa olhar para a pobreza de uma perspectiva para além da privação de renda, mesmo considerando-se a renda um indicador importante, que se relaciona a uma série de outras vulnerabilidades. Mas é importante especificar essas dimensões psicossociais e a subjetividade também envolvida na discussão e na condição de pobreza.

A minha exposição está estruturada em quatro pontos. O primeiro é só uma chave de entrada para o tema. Acho isso importante. Acabamos de realizar uma pesquisa na Fundação João Pinheiro, com o apoio da Fapemig, que tenta mensurar os efeitos dos serviços e dos programas de proteção social sobre esses aspectos menos tangíveis da pobreza. Foi uma pesquisa grande. Tivemos uma contribuição importante de vários pesquisadores, que tentaram exatamente mensurar esses efeitos no âmbito da autonomia, da capacidade de ação, do protagonismo das famílias. Realmente, estamos muito imbuídos dessa pesquisa. O relatório ficou pronto este mês. A dimensão da subjetividade, do sofrimento, ficou muito presente, porque ouvimos mais de 600 famílias beneficiárias do Bolsa-Família e que também participam do Cras.

É muito importante começar sob a perspectiva de que a pobreza tem uma dimensão de subjetividade, que estamos falando além das estatísticas, ou seja, de cada pessoa que tem um nome, sonhos, desejos e projetos. Estamos falando de pessoas concretas, reais. É importante resgatar essa discussão sobre a pobreza. Mas também não se trata de um apelo à caridade, ao amor, à filantropia, embora tudo isso esteja presente aqui. A perspectiva é a de direito e de cidadania. Estamos falando de justiça social, de licenciamento público de uma questão que é uma produção social. Não é um dado da natureza, algo que é produzido pelas nossas formas econômicas, sociais e políticas. Essa condição é fruto de decisões, de situações, e cabe uma resposta em termos de políticas públicas e da sociedade como um todo.

Embora a dor seja uma condição humana, o sofrimento é algo que é mediado pelas injustiças sociais. Aqui, nessa perspectiva, ainda que consideremos os aspectos psicossociais, a dimensão da subjetividade da pobreza, não é possível pensar em enfrentar a pobreza com base nos 10 argumentos da filantropia, da caridade, da benevolência, da boa vontade. Não é nada disso. Trata-se de direitos de



profissionalização da atenção à pobreza e do enfrentamento radical, com uma modificação tremenda da nossa forma de conceber e enfrentar essa realidade.

Aqui, já estou no segundo ponto. Na verdade, quero trabalhar mais o que significa uma concepção ampliada de pobreza e que consequências isso tem para o desenho de políticas públicas.

No quarto ponto, se der tempo, falaremos sobre alguns dados preliminares da pesquisa que fizemos. Essa pesquisa teve uma importante contribuição do Prof. Edgar Magalhães. Foi feito um esforço grande, ousado, para tentar capturar, na ponta, o que ocorre de fato com essas famílias a partir da entrada no Bolsa-Família e do acesso aos serviços socioassistenciais por meio dos Cras.

É importante essa discussão de concepções, de como entendemos a pobreza, porque isso tem consequência tanto na mensuração do público, na identificação do público que será alvo dos legítimos promotores das políticas de proteção social, quanto nas estratégias de enfrentamento. São consequências importantes do ponto de vista das políticas públicas.

Estamos falando aqui da pobreza não só como algo relevante do ponto de vista de conhecimento, da academia e do entendimento de um fenômeno social, mas sobretudo do ponto de vista da política pública, do campo de ação.

Aqui temos um diagrama que explica determinadas concepções e enfoques, como concebemos o problema da pobreza. Por um lado, há implicações na forma como operacionalizamos, como mensuramos esse público, como identificamos a percentagem da população e a magnitude. Por exemplo, uma concepção, como a que foi abordada aqui, que define a pobreza extrema a partir de um corte de renda, a partir de uma perspectiva monetária que define um conjunto de 900 mil indivíduos ou 380 mil domicílios que seriam alvo de políticas de enfrentamento da pobreza extrema. Mas, se definirmos de outra maneira, se compreendemos a pobreza como privação monetária ou a entendemos como um fenômeno muito mais complexo e multifacetado, os nossos indicadores e a nossa definição do público será outra. Isso é importante; isso tem consequências importantes, muito práticas em termos de orçamento, em termos de formulação de ações. Essa discussão conceitual não é irrelevante pelas explicações que contém. Por outro lado, a concepção, o enfoque de pobreza orienta as estratégias de intervenção, alimenta a nossa ação. Toda estratégia tem uma concepção por trás.

Então, acho importante discutirmos o que entendemos por pobreza, o que está envolvido na discussão sobre pobreza, porque isso tem implicações objetivas, concretas, reais em termos do público, das políticas, como também do conteúdo. Que tipo de políticas serão desenvolvidas? Não vamos aprofundar muito cada um desses enfoques. Essas são apenas algumas das maneiras de conceber a pobreza. Cada uma delas poderia ser desenvolvida. Não é o caso de fazê-lo aqui, mas gostaria rapidamente de mencionar essa perspectiva do enfoque monetário, por exemplo, que é o enfoque da pobreza vista pela privação de renda. É o mais antigo, é o mais hegemônico, é o dominante, é o que estamos usando aqui. Estamos falando da pobreza extrema a partir de um corte de R\$70,00 “per capita”. Então, é a ideia da pobreza medida e vista a partir desse indicador. Desde o século XIX é assim, depois, porém, outras abordagens foram sendo agregadas, tentando-se ultrapassar as fragilidades dessa visão da pobreza como ausência de renda. Olhar para as privações múltiplas ou para as necessidades básicas insatisfeitas, por exemplo, significa que a renda pode ser um indicador importante das condições de vida, mas está longe de ser suficiente. O que temos de ver, de fato - e esse enfoque das necessidades aponta isso muito bem -, é a questão do acesso a bens e serviços, à escola, à saúde, a uma infraestrutura urbana, a transporte, a moradia. Tudo isso se refere a condições de vida, muito além de renda. No mesmo nível de renda, famílias que se encontram em territórios ou em situações diferentes em termos de acesso à escola ou à saúde também apresentam condições de vida muito diferentes. Então, a renda é importante, mas não é absoluta, mesmo porque aqui estamos falando de um nível muito baixo; estamos falando de uma linha de corte de pobreza absoluta de R\$70,00 “per capita”.

Nem todos os países do mundo trabalham com linha de pobreza assim, de pobreza absoluta. Nos países desenvolvidos, trabalha-se com linha de pobreza relativa, que leva em conta a dimensão da desigualdade. Aqui, não. Estamos trabalhando a ideia de mínimo, e R\$70,00 é muito baixo. Se colocássemos uma renda, uma linha de pobreza relativa, como é o caso dos países desenvolvidos, provavelmente 60%, 70%, 80% da população do Brasil seriam pobres. Então, estamos falando de algo muito pequeno e, ao mesmo tempo, de uma situação extremamente grave. A renda é importante, mas o acesso à saúde, à moradia, às condições de saneamento, à escolaridade, tudo isso diz respeito às condições de vida. É a ideia de privações múltiplas para além da renda, que está envolvida no enfoque das necessidades básicas insatisfeitas.

Há também o enfoque das capacidades, que foi uma construção do Amartya Sen, um economista ganhador do Prêmio Nobel na década de 70, importante formulador da ideia de desenvolvimento humano. O índice IDH veio a partir das formulações desse economista, que mudou radicalmente o discurso sobre bem-estar e crescimento econômico, exatamente porque trouxe para o debate, para a discussão a ideia da liberdade, da capacidade, de que pobreza não é só nível de renda, não é só nível de produtividade ou nível de riqueza das nações, dos países, porque depende de olhar para as oportunidades e para as capacidades que as pessoas têm para viver a vida que julgam digna de ser vivida. A ideia de desenvolvimento para a liberdade chama a atenção para o aspecto da subjetividade, do respeito, da autonomia, da dignidade. Todos esses elementos estão meio fora do discurso econômico, mas, nessa discussão aberta pelo enfoque das capacidades, são o centro. Importa olhar para isso. Uma família que sofre com problemas com o uso de drogas, de alcoolismo, ou que tem um deficiente ou um idoso em seu meio, ou que mora na periferia, é diferente de outra família que tenha a mesma renda e condições familiares ou comunitárias diferenciadas. É importante verificar em que condições as pessoas têm realmente a possibilidade de viver uma vida com segurança de renda, com acesso à informação, aos bens da cultura, partilhando uma situação de igualdade sem vergonha de participar. Foi aberto um caminho mais longo com essa perspectiva do enfoque das capacidades. Isso muda radicalmente nossa visão de como o fenômeno e a condição da pobreza devem ser vistos.

O enfoque da exclusão social é específico de uma certa sociedade industrial europeia. Ele surge no contexto de uma sociedade rica para mostrar que existe um conjunto da população que não usufrui os benefícios do crescimento econômico. São pessoas que devem ser protegidas pelo Estado, através de uma renda mínima que lhes permita inserção econômica e social. São pessoas que sofrem de um processo de exclusão social, pela exclusão do trabalho, pelas mudanças no mercado de trabalho. Hoje, esse enfoque da exclusão orienta a política da União Europeia. O plano de combate à pobreza da União Europeia é de enfrentamento da exclusão social. É um conceito muito mais amplo que o de pobreza, pois leva em consideração o gênero, a cor e outras dimensões das relações sociais, dos



estigmas, da segregação, dos aspectos relacionais envolvidos na condição de pobreza. É bastante específico o olhar da exclusão social, que traz algo que tem a ver com a ideia de pertencimento, de compartilhar um universo comum no reconhecimento da identidade. O enfoque da vulnerabilidade e riscos é mais recente. São esses enfoques que orientam a política do Suas e têm orientado o debate sobre a pobreza, porque, de certa maneira, absorve a ideia de pobreza como privação monetária. Vai além da ideia de privação material, porque reconhece a multidimensionalidade das privações, reconhecendo que não há somente privação de renda, mas um conjunto de outros ativos devem ser considerados para além do ativo financeiro. Também reconhece a presença de dimensões subjetivas, de aspectos relacionais, aspectos das relações familiares, das relações sociais e políticas e reconhece um elemento importante que veremos mais à frente, que é a ideia da estrutura de oportunidades. Essa ideia diz respeito ao conjunto de políticas, de leis, de regras e de instituições que, de fato, viabilizam ou não a superação e o enfrentamento da privação.

Nosso argumento é que a renda é necessária e fundamental em uma sociedade monetarizada como a brasileira, em que não há como olharmos para a pobreza sem considerar a renda. Mas não é suficiente para caracterizar a pobreza e, sobretudo, não é suficiente para enfrentar a pobreza.

Toda literatura sobre os outros enfoques, como a capacidade, a exclusão e a vulnerabilidade, chama a atenção para a mesma coisa: a necessidade de considerar outras dimensões para além da dimensão econômica e monetária, para identificar outras situações de vulnerabilidade além da pobreza extrema ou da pobreza em si. Para isso, há instrumentos, meios e condições mais efetivos de enfrentamento à pobreza. Esses são os elementos da multidimensionalidade, dos múltiplos aspectos, das múltiplas faces da pobreza, a ideia da heterogeneidade e a presença de dimensões subjetivas, que chamamos de aspectos menos tangíveis, de natureza psicossocial presentes de forma quase absoluta em famílias em situação de extrema pobreza.

Esses elementos serão mais detidamente analisados nas transparências. Veremos o que significa considerar esses elementos na formulação e na implementação de políticas públicas. Que consequências isso traz para a intervenção? Essa é a nossa perspectiva.

Sobre a multidimensionalidade e multideterminação, isso já foi dito aqui de diversas maneiras, mas é importante precisar um pouco o que significa. Isso está dizendo que, para além da renda, há uma série de outros fatores, que se misturam à precariedade dela. Cada um vai reforçando o outro, criando uma situação de múltiplas privações. Numa família de baixa renda, em que se coloca criança no trabalho infantil para melhorá-la, há uma vulnerabilidade adicional, que é o teste de escolaridade. Ela está sujeita a uma série de riscos, e isso significa atraso escolar. Essa família de baixa renda, que mora numa periferia, tem baixo acesso aos serviços de saúde, tem uma condição de saúde mais precária, as crianças adoecem mais, têm um rendimento escolar pior, a casa é pequena, não há onde estudar, não há um cômodo em que a criança possa abrir o livro, há uma precariedade de moradia, de déficit de escolarização e informação, de aspectos culturais, de locomoção na cidade. Pode parecer incrível, mas encontramos pessoas que moram nas periferias de Belo Horizonte que nunca foram à Savassi, ao Parque Municipal ou a um “shopping”. Elas estão segregadas de alguma forma, não compartilham o mundo comum. Quando estamos falando dessa multidimensionalidade, estamos falando dessas condições, em que o fator da falta de renda vem acompanhado da falta de escolaridade, de precariedade de saúde, de problemas com alcoolismo, com o uso de drogas e com a depressão. Isso é uma coisa que vimos muito na fala das mulheres e dos técnicos que trabalham com essas famílias. Essas famílias estão deprimidas, na desesperança. Muitas vezes, elas procuram os postos de saúde para ter alguém com quem conversar. É dessa situação que estamos falando, em que o estado de privação material vem acompanhado de privações de outra natureza. Essa multidimensionalidade vai para além da renda. Esse é o ponto da ideia de se considerarem também os fatores que são individuais, específicos de cada família, os fatores culturais, enfim, todos os aspectos para além do aspecto econômico. A pobreza crônica e a miséria, essa pobreza crônica de que estamos falando aqui é um produto, um resultado desse aprisionamento. Esse termo, a teia da pobreza, é exatamente uma teia em que não há uma saída. A saída é difícil, pela falta de renda. Conseguir tirar essa família da série de vulnerabilidade é difícil, porque ela se sente impotente, paralisada, sem ter para onde ir. Há vetores que se somam e se interagem. É difícil a resolução de um problema como esse. Se fosse somente uma dimensão, seria fácil resolvê-lo. Se fosse o caso de simplesmente transferir renda para essas pessoas, estaria tudo resolvido, mas não é assim. Há uma série de outros fatores que condicionam o uso dessa renda, inclusive.

A heterogeneidade da pobreza é um outro elemento que está ligado à multidimensionalidade, porque os pobres não são todos iguais. Estamos falando de 900 mil indivíduos que recebem um quarto do salário mínimo, mas cada um é um, com suas idiossincrasias, suas singularidades, suas particularidades, com trajetórias de vida específicas. Então, a pobreza é diversa. Pobres são pobres de forma muito diferenciadas. As necessidades não são todas iguais. Não é pelo fato de estarem abaixo de uma linha de rendimento que são colocados numa mesma situação. São situações específicas, que demandam um atendimento específico. E aqui há um elemento importante, se considerarmos a heterogeneidade da pobreza, que é a questão dos territórios. Devemos olhar para o território, porque ali é que são produzidas essas diferenças. Existem evidências, existem estudos em que podemos controlar todas as variáveis, escolaridade, renda, mas há algo que é do lugar em que as pessoas moram e isso faz toda a diferença para saírem ou não da pobreza. Existem áreas segregadas. Vamos ver isso na pesquisa que fizemos. Existem territórios onde se verificam processos de degeneração, de desorganização social, de precarização dos serviços, que são difíceis de reverter - o alimento e o transporte são mais caros, as condições de saúde são piores; o posto de saúde não funciona a contento, estão mais sujeitos aos elementos da violência do território e do tráfico. São processos onde se tem uma dissolução do tecido social, com relações de violência, de desconfiança, de não cooperação. Então, há esses elementos nas próprias áreas, e é importante considerar, numa estratégia de enfrentamento da pobreza, exatamente essa dimensão do território. Não é possível uma política maciça que se dê de forma homogênea em todos os lugares, porque cada local tem uma especificidade, um contexto, e esse fato deve ser levado em conta.

Para além desses dois aspectos, que as concepções ampliadas sobre a pobreza reconhecem como elementos importantes, há também a presença das dimensões menos tangíveis, que estamos chamando de aspectos psicossociais. Ao tratar de aspectos psicossociais, estamos na fronteira mesmo de alguma questão que é da ordem do sujeito, mas que é produzido na interação com o social. Começamos falando que a dor é da humanidade, do indivíduo, mas o sofrimento é mediado pelas injustiças sociais. Quando falamos de pobreza, estamos falando de sofrimento - o sofrimento da incerteza, da insegurança. É uma situação em que se acumula uma série



de privações e que gera comportamentos, atitudes, valores e crenças que são muito difíceis de alterar. Mas isso se produz de maneira efetiva, principalmente nesse grupo da pobreza crônica, em que temos dimensões que dizem respeito aos vínculos sociais, às relações sociais: baixa autoestima, resignação, fatalismo, desesperança, subalternidade, dependência. Uma série de elementos vão se construindo na relação desse pobre com as políticas públicas. Ele vai aprendendo a ser pobre. Vários autores mostram o processo de aprender a ser pobre, de assumir a condição de coitado, de destituído, do que não tem, do que não sabe, essa postura de que não adianta fazer nada, de que nada vai mudar, de que é assim mesmo. É muito importante considerar esse elemento, com o qual não sabemos lidar. As políticas públicas não sabem como trabalhar com isso. Também não é algo para psicólogo cuidar. As políticas têm de desenvolver, de alguma forma, uma metodologia para enfrentar essa questão. Como se alteram essas condições psicossociais? Como se altera essa condição de desesperança e fatalismo?

Nesse aspecto, é muito importante olhar para essas relações que se criam entre os agentes públicos e os pobres, entre os não pobres e os pobres. Frequentemente é nessas relações que essas atitudes, comportamentos e crenças são construídos e reforçados. Geralmente os pobres são vistos, principalmente pelos agentes públicos encarregados da execução de programas, como aqueles que não sabem, que não podem, que não têm, que são incapazes, que são coitados, frágeis. E são mesmo, mas, muitas vezes, demanda-se deles a postura de um pobre bonzinho, que colabora, que não dá trabalho, que aceita, que agradece. Isso tudo reforça uma atitude de passividade. É muito diferente uma relação que se crie e se estabeleça, baseada no aumento do protagonismo, da autonomia, da capacidade de reivindicação dessa população, na escuta dessa população de verdade. Isso são mecanismos de políticas públicas que têm de ser desenvolvidos para, de fato, romper com esse círculo de destituição e privação.

Quando consideramos essa dimensão psicossocial, esse conjunto de fatores de natureza mais subjetiva - comportamento, atitudes, representações, crenças etc. -, é importante ter o foco nas capacidades, nas oportunidades que são abertas e nos recursos que os pobres têm. Eles têm elementos que podem ser mobilizados. Muitas vezes, têm ativos que podem ser resgatados: esse saber, essa capacidade de olhar não só para a destituição, para a falta, mas também para as possibilidades de construção conjunta de oportunidades de saída.

Isso nos remete a esse tema da autonomia, do emponderamento, da promoção social. Estamos falando exatamente de como tiramos esses indivíduos dessa condição e conseguimos, de fato, colocá-los numa esfera de cidadania, de autonomia, de protagonismo, de uma condição de partilha de uma identidade comum. Estamos dizendo da importância de olhar para essa situação com enfoque de vulnerabilidade, que vai além da pobreza monetária, porque nos obriga, em termos de políticas públicas, a olhar para políticas preventivas, políticas que acontecem antes de o indivíduo precisar desse recurso ou dessa transferência de renda. Uma série de políticas de prevenção podem ser desenvolvidas antes que o indivíduo precise ou que sua sobrevivência dependa exclusivamente de um benefício de transferência de renda. Muitas vezes - ouvimos isso no campo -, o Bolsa-Família é o único rendimento que essas famílias têm. É possível que alguém viva com o único rendimento do Bolsa-Família? Provavelmente, irá contar com esse rendimento, precisará dele para o resto da vida. Essas são famílias com baixa escolaridade e que, por isso, não têm acesso a cursos de qualificação. E, quando chegam a fazê-los, não têm acesso a emprego. Muitas vezes, não conseguem ter emprego porque não têm com quem deixar os filhos, pois as crianças são pequenas e, apesar de todo o esforço, ainda não há um sistema de creche pública que consiga liberar essas mulheres para o mercado de trabalho. Muitas vezes, os empregos são precários.

Estamos falando da necessidade de pensarmos o sofrimento, a ameaça, a insegurança, a incerteza, a precariedade e a vulnerabilidade; a necessidade de pensarmos uma política muito além da transferência de renda, muito além de simplesmente considerar necessidades satisfeitas, o que já não é pouco. Quando pensamos em alimentação, saúde, moradia, trabalho, transporte e relações sociais fragilizadas, sabemos que existem elementos envolvidos numa condição de pobreza e a reversão dessa condição é desafiadora, daí a necessidade de olharmos o problema de outra forma, a fim de que consigamos achar alternativas diferentes para enfrentá-lo.

Se pensamos a vulnerabilidade como base conceitual para entendermos a pobreza, falamos de pelo menos quatro ou cinco elementos. Começamos com a ideia de riscos, que são econômicos, de desemprego, de uma crise econômica, de uma enchente, enfim, de diversos aspectos a que todos estamos sujeitos. Todos estamos sujeitos a uma chuva forte, mas os indivíduos que moram na periferia, em área de risco, estão mais vulneráveis e têm muito menos ativos, muito menos recursos para enfrentá-la. Por ativos, entendemos capital financeiro, a renda e seus bens, os ativos físicos, como moradia, carro, equipamento ou meio de produção. Existem ainda os ativos humanos, que têm relação com escolaridade, condições de saúde e conhecimento; e os ativos sociais, que dizem respeito a relações familiares, relações com as redes de serviço e relações comunitárias. Tudo isso é considerado pela literatura como ativo. De alguma forma, as pessoas podem movimentar-se de diferentes formas na condição de pobreza em função do ativo que possuem.

Isso tem relação também com a estratégia de respostas, que está relacionada ao uso desses ativos. Como elas utilizam os recursos? Muitas vezes, a família utiliza a mão de obra do trabalho infantil, o que recupera o ganho monetário, mas prejudica um ativo humano ou de escolaridade. É preciso observar essa diferente interação entre os ativos. O chefe de família que perde emprego não perde só renda, pois uma série de outros ativos familiares também sofrem com essa situação. A literatura está cheia de relatos. A perda do trabalho, o fato de não conseguir ser o provedor da casa o leva ao abandono do lar, à baixa autoestima, ao alcoolismo, à perda da autoridade familiar e à desagregação familiar. A ausência do trabalho tem impactos que vão muito além da falta de renda. Não se pode pensar pobreza como o corte estático numa linha qualquer, definida anteriormente. É um processo, uma dinâmica. As pessoas não se tornam pobres de uma hora para outra. Há um processo que se cria. É importante sabermos qual é o papel das políticas públicas na reorientação dessa trajetória. Qual é a capacidade que, de fato, as políticas públicas têm para reverter uma trajetória descendente de exclusão e de destituição? Qual é o papel das ações pequenas, ou mais estruturais, para evitar essa marginalização social? É importante considerarmos isso. Geralmente o enfoque da pobreza é na perspectiva monetária, ainda que seja considerada a linha do tempo, para se saber o que aconteceu de um ano a outro, se reduziu ou aumentou, mas não é verificada a trajetória. O que aconteceu para impulsionar essa família para um lado ou para o outro? Quais são os pesos dos fatores que provocaram essa mudança na dinâmica da pobreza? Entender isso é muito importante.



É fundamental a ideia da estrutura de oportunidades, pois, para olhar a pobreza, não podemos olhar somente para os pobres, já que eles não brotam da terra, mas são produtos da organização social e têm relação com essa estrutura de oportunidades, com as políticas, as leis, as regras, as instituições dos Poderes Executivo e Legislativo, a sociedade e o setor privado. Tudo isso produz a pobreza. Uma lei de uso do solo, de habitação e de regularização fundiária, uma política pública de infraestrutura urbana e um recurso para uma determinada política, tudo isso interfere na condição de vida dos pobres de forma muito direta.

Essa ideia de estrutura de oportunidades é muito importante, pois revela que não basta olhar para os pobres ou aumentar os ativos para os pobres exclusivamente, se não houver uma mudança nessa estrutura de oportunidades, que favoreça uma mudança de vida. Por exemplo, não adianta simplesmente convencer uma família a matricular uma criança na escola e tirá-la do trabalho, se não há vaga, e a escola não a recebe. Muitas vezes, a escola não quer o público do Bolsa-Família. Muitas vezes, a escola não quer esse público que causa problemas. Qual seria a estrutura de oportunidades que, de fato, pudesse fazer com que as famílias mobilizem os seus ativos e forneçam respostas? A beneficiária do Bolsa-Família pode fazer um esforço tremendo para se qualificar, pois, para frequentar um curso de qualificação, tem de pegar dois ônibus e não pode trabalhar, mas, depois, pode não encontrar vaga. Ela pode procurar emprego em todo lugar, mas não encontra. Que estrutura de oportunidades está, de fato, aberta para ela? Podem dizer que há vagas no mercado de trabalho e que houve um crescimento, mas não é para esse público que utiliza o Bolsa Família e que está em condições de pobreza extrema. A estrutura de oportunidades chama a atenção para isso.

O outro ponto é o seguinte: quais serão as consequências desse desenho de políticas públicas, se considerarmos a multidimensionalidade, a heterogeneidade e essa dimensão mais subjetiva? Que intervenções serão necessárias? Que mudanças são necessárias na implementação das políticas? É claro que não exploraremos isso detalhadamente, mas gostaria de registrar essa questão da intersetorialidade, que vocês discutirão provavelmente amanhã, ou seja, a necessidade de políticas mais integradas e articuladas intersetorialmente, para fazer frente a esse caráter multidimensional da pobreza; a ideia de redes de serviço; a importância do território e a flexibilidade na provisão dos serviços, para que se dê conta dessa heterogeneidade.

As respostas têm de ser diferenciadas, pois a pobreza é heterogênea. Quem lida com a população sabe disso. Vejo que estão presentes muitas pessoas que trabalham nos Cras e com o público da política de assistência. Essas pessoas sabem que algo que se faz para uma família pode não ser o mesmo a se fazer para outra. Tem de haver uma flexibilidade nos serviços e uma capacidade de mobilizar uma rede adequada de qualidade, com serviços que atendam às demandas e às necessidades da população. O foco tem de estar direcionado à ampliação da autonomia e ao desenvolvimento das capacidades. Esse é o tremendo desafio, pois, na verdade, não sabemos como fazer isso, como alterar essas condições e como, de fato, gerar esse protagonismo.

Quando falamos em empoderamento, falamos em mudanças que dizem respeito ao aumento no âmbito dos recursos externos. Transferir poder aos pobres é algo horrível de se dizer, mas, de fato, remete a isso, pois empoderar significa alterar as condições de acesso do ponto de vista de recursos diversos, de renda, de informação, de serviço e de trabalho. São condições muito objetivas, mas também dizem respeito ao âmbito das crenças e dos valores e à capacidade de ação e de efetivar escolhas e resultados. Estamos falando de algo que acontece no plano dos indivíduos, num nível macro de atitudes, de comportamentos, do empoderamento que acontece aí. Vimos isso claramente na pesquisa que fizemos, quando apareceu a ideia de que, quando se trabalha com as famílias e as meninas falam que são trabalhadas de dentro para fora, isso mostra que elas não abaixam a cabeça, que elas têm reconhecimento, que elas chegam ao serviço de forma mais ativa. Isso aumenta a capacidade de diálogo, aumenta a capacidade de interpretação, de comunicação, de menções à sociabilidade. Tudo isso significa empoderar, tudo isso significa uma capacidade de autoafirmação, de autoexpressão, mas é insuficiente se não vier acompanhada das condições objetivas que são dadas ou não pela estrutura de oportunidades existentes. Não adianta trabalhar o indivíduo se, de fato, não tem as condições de contexto que permitam que ele caminhe com as próprias pernas.

E os agentes públicos - este é um ponto importante - os agentes não pobres são extremamente importantes para catalisar esse processo de mudança. Quando pensamos o que temos em termos de política, pensamos na política de transferência de renda, que não é uma invenção brasileira, que vem da Europa e que a América Latina adota como estratégia de enfrentamento da pobreza desde a década de 90. Mas isso é claramente insuficiente, até mesmo porque o valor do benefício é pequeno. Embora seja uma dos maiores da América Latina, a média do benefício é pouca para uma família sobreviver. Isso não permite que ela saia de uma situação de pobreza se não vier acompanhado de outras mudanças, de outras políticas em outras esferas de governo.

A efetividade dos programas de transferência de renda para reverter, de forma sustentável, a pobreza demanda uma reorganização não apenas da saúde e da educação pela condicionalidade, embora fundamentalmente vise a essa mudança na forma da saúde e da educação para, de fato, dar conta da condicionalidade. Mas isso exige uma mudança, uma alteração e uma articulação de outros setores, de outros níveis da política, do nível local, do nível federal e de diversos atores da sociedade civil, do mercado do Estado, que não é suficiente, mas é extremamente importante. E é combinado com o benefício da transferência de renda o esforço do Suas. Quem conhece a história da assistência social sabe a importância que significou a constituição do Suas, desta política sistêmica, organizada com a busca de atendimento às necessidades específicas, territorializadas, dentro do enfoque da vulnerabilidade. Foi um esforço de coordenação dos setores, um esforço de construção de uma política pública mais profissionalizada. O Brasil mudou com a política do Bolsa-Família agregada à política do Suas. Mas, mesmo assim, há alguns desafios de combinar política de proteção, de garantia de renda com promoção social.

A garantia de renda é importante, mas a geração de autonomia e capacidade demanda políticas de trabalho efetivo, de condições de trabalho e renda efetivas, acesso à educação e saúde de forma universal. Embora tenhamos o SUS, estabelecido constitucionalmente de forma universal, quando chegamos na ponta e ouvimos as pessoas falando, vemos que isso não existe. Este é um desafio: alcançando o mínimo, nós efetivamos direitos? Com uma renda mínima estamos, de fato, garantindo direitos sociais? Claramente, isso não é suficiente. Não podemos pensar que uma política de mínimos sociais dê conta de efetivar o que está por trás da noção de direito social, o que está por trás da nossa noção de bem-estar e cidadania.



Nesse caso temos o ponto da necessidade de olhar a pobreza pela questão social que ela manifesta. Ela não é um problema da política de assistência social, ela não será combatida pelo Bolsa-Família nem pelo Suas, pela assistência, pelas políticas sociais ou pelo Estado sozinho. Ela é um produto da própria sociedade e só será revertida se, de fato, as ações não ficarem concentradas nos pobres, mas voltarem para a própria sociedade, para as causas estruturais da pobreza e da desigualdade. Estamos falando exatamente do conteúdo redistributivo, ou seja, da desigualdade. Isso não é banal. Senão, ficaremos administrando a pobreza, sempre haverá um contingente de pessoas dependendo do benefício. Aí, vamos lutar mais e mais pela expansão do Bolsa-Família. Na verdade, é necessária uma estratégia que estanque, supere, garanta que essas famílias não precisem desse benefício, que possam prescindir disso. Elas querem isso. Ouvimos isso de uma família. Uma senhora nos disse: “Quer coisa melhor que ganhar dinheiro a partir do nosso trabalho?”. Todos os pobres querem autorrealização no trabalho e dignidade, enfim, querem ser úteis. Ninguém quer viver do Bolsa-Família. A pessoa que deseja viver do Bolsa-Família está doente, precisa de ajuda, porque o recurso é muito pouco para possibilitar uma conformidade nessa condição.

Além da necessidade de conjugar proteção e promoção social e pensar em estratégias mais efetivas, existe um desafio de construção e fortalecimento da capacidade estatal, da gestão. Isso é muito importante. Uma coisa é pensar na formulação, no desenho de políticas, mas outra coisa é olhar para a implementação dessas políticas, olhar para os recursos efetivos, humanos, financeiros, de conhecimento, de informação, para o carro que o Cras tem ou não tem para visitar as famílias, para os salários, para os recursos humanos que estão na ponta, para os salários de professores, de médicos e dos profissionais do Cras, enfim, olhar para as condições de enfrentamento, em termos de capacidade gerencial. Temos de caminhar muito na construção de um governo multimídia, de um governo relacional, que consiga coordenar uma rede de serviços. O elemento da capacidade de gestão, da capacidade estatal é muito importante, é um grande desafio, é urgente.

É urgente pensar nos critérios político-normativos para a definição das necessidades sociais. Isso nos remete a direitos. Não é o orçamento que sobra para a assistência social, não vamos fazer com o que temos. A necessidade de usar parâmetros político-normativos é a explicitação de um compromisso. O recurso tem de dar conta disso, e não, o inverso, ou seja, temos esses recursos, vamos ver o que dá para fazer com eles. Aí, são atendidos 10% de um conjunto de milhões de pobres, porque não existem recursos. O procedimento é diferente: devemos olhar para um padrão desejável de inserção, para um conjunto de direitos e, a partir daí, reorganizar a provisão de serviços, as políticas públicas, alinhar os atores em torno de uma estratégia efetiva, comprometida com os resultados. Sei que é muito difícil pensarmos nisso, porque significa pensar que a qualidade, o volume, os tipos de serviços serão definidos a partir desses critérios normativos, e não, em função do corte de orçamentos, do interesse político-partidário ou de outros interesses que não sejam os de acabar efetivamente com a pobreza. Devemos pensar, focar nas demandas e necessidades reais. Temos muitas informações, muitos indicadores, sabemos muitas coisas, muitas instituições cuidaram da pobreza do Nordeste do Brasil. O que falta? Talvez a pobreza tenha de ser vista de outra maneira.

Aqui são alguns achados que conseguimos, por meio dessa pesquisa que fizemos pelo método Survey, ou seja, olhamos, dentro desse marco de vulnerabilidade, os defeitos dessas dimensões psicossociais. Não vou ler tudo. Um dos resultados é que a maioria dos beneficiários do Bolsa-Família, dos Cras e dos que chamamos de não assistidos, ou seja, a população que mora no território, mas não está no CadÚnico, têm o curso fundamental incompleto. Apenas 0,2% têm o curso superior incompleto. Se pegarmos o público dos não assistidos, que não estão no CadÚnico, que não são atendidos pelo Cras nem pelo Bolsa-Família, vamos verificar que a situação não é muito diferente: apenas 1% tem o curso superior incompleto. É uma situação de pobreza também, de extrema vulnerabilidade: não estão entre os extremamente pobres, não estão entre o público do Bolsa-Família, mas encontramos essa condição de escolaridade entre os adultos das famílias que pesquisamos.

Situação no mercado de trabalho. Trabalhadores no mercado informal ou desempregados. Estão fora do mercado de trabalho 27% dos beneficiários do Bolsa-Família. Quais são as condições de autonomia de renda?

Essas são percepções sobre os problemas do território. São problemas de infraestrutura, de educação, de transporte e de saúde. São coisas que extrapolam muito o alcance da assistência social e das políticas de transferência de renda. E quem são essas famílias? A maioria delas sobrevive com a renda do Bolsa-Família. Em muitos casos, as famílias passam fome. Elas têm uma situação de vulnerabilidade alimentar, mesmo sendo beneficiárias do Bolsa-Família. Nas visitas, os técnicos veem que as famílias não têm o que comer. A fome está presente, mas existe a vergonha de assumir essa condição. As técnicas não veem no público uma característica de pedinte, mas percebem uma condição de vulnerabilidade. O número de cestas básicas é pequeno diante da demanda, e as famílias são beneficiárias do Bolsa-Família. É um público que está atendido.

No Cras há uma acolhida, reconhecem a especificidade de cada família, o que se traduz claramente pela criação de vínculos. As técnicas mostram uma situação de transmissão intergeracional, de reprodução de uma condição de miséria. A avó viveu uma situação, passou para a mãe, passou para a filha e passará para a outra filha. Encontramos isso em vários casos. Vigora a ideia de que não há alternativas. É um conjunto de desgraças, de falta de saída e de ausência de perspectivas. O trabalho do Cras significa olhar para essas demandas que não estão explicitadas. A demanda da fome existe, mas não é especificada. A violência doméstica contra as crianças e contra as domésticas também aparece. As técnicas do Cras têm que ler nas entrelinhas alguma coisa que é vulnerabilidade, mas que as próprias famílias não percebem assim. Por exemplo, o caso de uma mulher que chega com um olho roxo no Cras pedindo um vale-transporte. Ela quer o vale objetivamente, mas também quer ser vista e romper com a invisibilidade gerada pela situação de violência. O Cras faz um trabalho miudinho na ponta, de formiguinha, com cada um. As mudanças acontecem no comportamento, em várias normas de boa educação, na forma das pessoas se comportarem no meio social e de se posicionarem diante do serviço. Temos algumas falas que mostram mudanças claras no campo da higiene e do auto-cuidado. A demanda pela mudança concreta é muito clara. Como é que faremos com que a família participe do Cras se não temos uma resposta clara para a sua demanda de trabalho, para a sua demanda objetiva?

Essas são as falas que mostram essa frustração, essa impotência, essa solidão do trabalho do Cras e do serviço socioassistencial em geral. Eles lidam com a situação, tratam de um público que chega ali com uma condição que não é simplesmente de vulnerabilidade,



apenas no sentido de prevenção de riscos, mas um público que já está em situação de alto risco. Esse material ficará à disposição de todos. Há a ideia de que o peso fica muito nos ombros da assistência social, mas que não há condição da assistência e da própria política resolver o que acontece aqui. É o limite da estrutura de oportunidade, o relato das famílias. Essas frases nos impactaram muito. Apesar do investimento que a Prefeitura de Belo Horizonte faz, há muitos anos, para a reversão da infraestrutura urbana e social, já ouvimos as seguintes frases: “Onde moro, a Casas Bahia só entrega as coisas com escolta”. “Quando tem campanha de vacinação de idosos, nem o médico da família desce lá”. “Quem está embaixo não sobe, quem está em cima não desce.” É nesse lugar que estão as famílias com o maior descumprimento de condicionalidade, as mais vulneráveis, e é nele também que o Cras não pode descer, não existe lugar para se colocar o equipamento, etc. Isso tudo são estruturas de oportunidade. São pessoas beneficiárias do Bolsa-Família e estão além desse público de pobreza extrema a que nos referimos, mas ainda encontramos ali essa realidade.

Esse é um pouco do meu recado, do que queria deixar para vocês quanto à questão dos serviços socioassistenciais. Embora seja importante trabalhar na dimensão dos ativos familiares e dos ativos comunitários, na dimensão da sociabilidade, eles são claramente insuficientes se não vierem acompanhados dessas mudanças estruturais que demandam o envolvimento de todas as políticas de transporte, trabalho, saúde, educação, alimentação. Percebemos que existe um efeito.

Essa é uma transparência feita por um estatístico e que achei brilhante. Ela mostra respostas como disposição para procurar emprego, acesso a informações de emprego, disposição para frequentar mais lugares de lazer, etc. a perguntas que fizemos para o público do Bolsa Família - 608 beneficiários. Os que participam do Cras apresentaram um índice de resposta muito maior em relação a esse elemento que os que não participam. Esse gráfico mostra essa correlação e a significância de mais de 90%. A linha vermelha representa quem participa do Cras e mostra um índice de resposta alta em relação àqueles elementos. Portanto, o Cras faz diferença para o público do Bolsa Família, ainda que existam todos esses limites.

Temos, então, que olhar para a política de assistência social como uma aliada, junto da econômica, da de trabalho, da de urbanização, da de transporte etc., para conseguirmos, de fato, abandonar o discurso de superação da pobreza e olhar para cada uma dessas 600 famílias, 900 mil indivíduos ou 25% de domicílios em Minas Gerais que ainda recebem até meio salário-mínimo. O desafio é grande, e espero que o processo aberto para a discussão do PPAG nos faça pensar de forma diferente e ousar seguir outra trajetória nas políticas de superação da pobreza.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência e o Deputado André Quintão, também representando a Assembleia, queremos registrar e agradecer a presença de alunos e professores da Fundação de Educação Machado, do Município de São Lourenço.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos nossos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Esclarecemos que abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe agora” e pelo 0800. Para melhor organizarmos o debate, informamos que, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em “Participe agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 0800-7092564.

O locutor - Informamos aos participantes que as propostas recebidas durante o ciclo de debates serão agrupadas em um documento final do evento e servirão para subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015 - PPAG -, no que diz respeito à superação da pobreza e das desigualdades regionais. Esse documento também contribuirá com as discussões do seminário legislativo sobre políticas públicas para a erradicação da pobreza e o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais em Minas Gerais, que será realizado nesta Casa no mês de outubro.

Debates

O Sr. Presidente - Quero convidar o Sr. Alexandre Braga, da União de Negros pela Igualdade Unegro - de Belo Horizonte.

O Sr. Alexandre Braga - Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Alexandre Braga e sou presidente da União de Negros pela Igualdade - Unegro - de Minas Gerais. Há cerca de 20 dias, fizemos em Brasília uma reunião com a Ministra Tereza Campello para discutir algumas propostas sobre o Brasil sem Miséria. O questionamento do movimento negro é quanto à logística, que ainda não está clara. Esse é o projeto mais importante na história do Brasil para combater a desigualdade e a miséria, mas a sua logística tanto em Brasília como nos Estados ainda não está clara. Não sabemos se será composto um comitê em Minas Gerais, já que são muitas as ações. Os programas são muito bons, mas ainda precisa haver um esclarecimento da logística: haverá um comitê gestor? Serão contratadas equipes para fazer essa busca ativa na zona rural e na urbana? Essa logística, portanto, precisa ser esclarecida. Talvez a Mesa possa dar um esclarecimento de como será essa operação.

O Sr. Presidente - Há várias perguntas dirigidas aos dois expositores. Vou sugerir fazê-las por blocos. A primeira pergunta é da Sra. Cláudia Emília da Silva Pereira, da Comissão Regional de Segurança Alimentar do Alto São Francisco de Pompéu, Minas Gerais: “Se o direito humano à alimentação adequada - DHAA - está incluído no art. 6º da Constituição Federal de 1988, o que os gestores podem fazer diante da fome, até que a extrema pobreza seja banida do Estado? Visto que no nível municipal os recursos são poucos e a extrema pobreza não é prioridade, o que o Ministério Público fará diante do direito à alimentação?”.



A segunda pergunta é de Aliete da Conceição Rangel, da Igreja Pentecostal Tabernáculo dos Milagres, de Sabará, Minas Gerais: “Ao procurar o órgão público no Município de Sabará, uma família assalariada com nove crianças foi informada de que não há programa governamental que a atenda. Diante disso, como essa família poderá ser atendida pelo governo estadual?”.

Terceira pergunta, de Natane Nara dos Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais: “Baseado na apresentação do Dr. Jorge Abrahão, observa-se que, na área rural, o nível de pobreza extrema é maior. Dessa forma, o fato de o sistema de controle de corrupção ter um controle menor nessas áreas, não pode ser causa e ou agravante para essa situação? Sabe-se que o nível de controle de repasse de recursos e sua efetiva utilização e direcionamento é baixo. Que mecanismos são propostos para o controle interno efetivo feito por vocês, com foco na diminuição do nível de pobreza?”.

Pergunta de Ivone Luíza Moreira Silva, do Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais, Belo Horizonte, dirigida ao Prof. Jorge Abrahão: “A pesquisa realizada para identificação da pobreza entre os idosos no Estado considerou as comunidades tradicionais indígenas, idosos institucionalizados e aqueles que são arrimos de família?”.

Pergunta de Daniel Pimenta Martins dos Santos, da Escola Municipal Anísio Teixeira, de Belo Horizonte: “Sr. Jorge Abrahão, gostaria de um esclarecimento. Quando o senhor diz ‘famílias sem crianças’, quer dizer famílias que não tiveram crianças ou que as crianças já cresceram e saíram de casa? Gostaria também de saber por que razão os dados de 2000 não constam nos seus gráficos”.

Pergunta de Suzane Duarte Almada, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Santa Luzia: “Prof. Jorge, senti falta dos dados que relacionam gênero com extrema pobreza”.

Passo a palavra para o Dr. Jorge e, logo em seguida, para a Dra. Carla.

O Sr. Jorge Abrahão de Castro - Vou tentar responder a todas as perguntas. A primeira pergunta é do representante da Unegro. Alexandre, o Rômulo, Secretário Executivo do Ministério estará aqui à tarde e com certeza poderá responder com mais propriedade como está a logística. Sou do instituto de pesquisa; o que fizemos é parte do diagnóstico e sugestões de políticas; da implementação e da logística quem cuida é o Ministério.

Acho fundamental tudo o que você falou. Temos que saber como vai funcionar. Como vai incluir o Município e o Estado? Vai ser feito um sistema de adesão a essa busca ativa? Não sei como estão pensando em desenvolver isso - se haverá algum incentivo, se por meio de GD, hoje utilizado para o cadastramento das famílias -, como o Cras e o Creas irão fazer parte dessa história; como os movimentos sociais poderão participar, o que considero importantíssimo. É central a discussão de como os movimentos sociais podem participar de um plano como esse, até para respondermos um pouco àquela pergunta. Quando falei dos idosos, apresentei números em forma de riscos, por questão estatística. Talvez exista um conjunto de idosos que ainda não estão protegidos. Nem todos estão protegidos, como o idoso urbano, que não faz parte da estrutura de proteção ou do BPC. Se não estiver no BPC, é porque não sabe que tem direito; se não constar do rural, é porque não está em local rural. Há um conjunto de idosos que podem estar desprotegidos, o que é um problema, mas residual.

Em relação ao tamanho do problema que tratamos, esses elementos, quilombolas e indígenas, são importantes; para eles devem ser consideradas estratégias específicas e eles devem ser tratados politicamente na ação de resolução dos problemas. Quando percebo isso, verifico que é residual, dados os outros problemas. Por ser uma estatística pequena, não apresentei detalhamento a esse respeito.

Outra pergunta, da Cláudia, se refere ao direito à alimentação adequada e ao que as pessoas podem fazer. Queria deixar claro que, apesar de reconhecer que a questão da pobreza é multifacetada, a transferência de renda é fundamental e não ocorre apenas por meio do Bolsa-Família. Parece que apenas o Bolsa-Família está tirando as pessoas da pobreza. É o conjunto das políticas públicas de direito que faz isso. Cerca de 18 milhões de pessoas saem da pobreza por meio da previdência rural, elemento importantíssimo de combate à pobreza extrema e que é política de direito. O BPC é outro elemento fundamental e também constitui uma política de direito fundamental. A transferência de renda ainda não é direito, mas pode ser, se fizermos caminhar a ideia de renda básica de cidadania. Por quê? Porque é importante garantir renda às pessoas. Apesar de reconhecer toda a importância do serviço e tudo mais, a renda é questão central na perspectiva da cidadania brasileira. Percebemos que, ao conectar os indivíduos pela renda...

O Bolsa-Família não tirou um determinado conjunto da pobreza, mas uma parcela razoável. As estratégias do Bolsa-Família, da Previdência e do BPC foram fundamentais para o movimento de melhoria da renda e do direito à alimentação adequada. A via da renda tem funcionado nessa perspectiva. A ampliação a ser feita do Bolsa-Família, o que considero importantíssimo, vai possibilitar, em parte, que esse conjunto da população tenha acesso à renda e, logicamente, à alimentação adequada. Imagino que uma parcela razoável dos problemas que enfrentamos em relação à alimentação será resolvida por meio da transferência de renda, elemento importante e central.

A Aliete disse que a família procura e não é atendida. Trata-se de um caso a ser observado pelo Ministério Público, pois é um direito. Percebemos que há muito descolamento não apenas em relação a acesso, a direito à assistência, mas também o desconhecimento por parte de muitas famílias, até nas pequenas cidades, das ofertas de emprego. Ou seja, há ainda muita falta de comunicação. As famílias que procuram e não são atendidas devem ir ao Ministério Público e atuar contra o gestor público. Agora, há todo um movimento importante para o cadastramento, de forma que mais pessoas tenham acesso a esse direito. Que as pessoas procurem cadastrar-se para terem seus direitos. Quanto àqueles que estão sendo vetados, que procurem o Ministério Público, assim como os que desconhecem a instituição ou dela têm medo, porque as estruturas da assistência social brasileira precisam funcionar a favor desses indivíduos, norteando-os.

Relativamente ao controle da corrupção, acho que o Brasil avançou muito. O Brasil montou uma estrutura razoável de fiscalização, embora estejamos longe do almejado. Não acho que o ocorrido no meio rural se deva à corrupção, pois ela, quando ocorre, atinge todos os locais. Mas as estruturas de fiscalização do Estado melhoraram muito. E o mais importante nesse caso é a própria fiscalização da sociedade. Este debate tem um caráter de envolvimento da sociedade na participação efetiva da política pública, fiscalizando e sugerindo mudança na estrutura. Isso diminui muito a corrupção. Claro que continuarão a existir dificuldades de lidar com a política pública.



Já respondi à Ivone. Quanto aos idosos, indígenas e não institucionalizados, há uma parte dos idosos não institucionalizados, que são aqueles do meio urbano, os quais não se encontram cobertos pelas políticas previdenciárias. Por isso não falamos que a Previdência Social brasileira é universal, pois há uma parte que ainda se encontra descoberta. Esse é um problema que o plano de combate à pobreza não resolverá: a questão do idoso urbano não coberto por nenhum tipo de previdência.

Quando falo de famílias do Daniel, famílias sem criança, refiro-me àquelas em cujo domicílio, naquele momento, não há crianças. Eu utilizo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, em que se vai ao domicílio para perguntar se nele há crianças. Pode ser que naquela família a criança já tenha virado adulto, e será computado como tal.

O dado referente a 2000 não se encontra nessa pesquisa, porque não comparamos dados de amostragem com dados de censo, pois encontraremos diferenças até grandes em alguns casos. Uma das maiores dificuldades que enfrentaremos no ano que vem será a comparação dos dados do censo 2000 referentes à pobreza com os da PNAD. Portanto, não comparamos porque não é a mesma base, às vezes não é a mesma pergunta, e, em termos estatísticos, isso é importante. Assim, os anos de 2010, 2000, 1991 não estarão em nenhuma análise que se toma a PNAD como referência.

Quanto à falta de gênero, isso é verdade. Peço-lhes desculpas. Há uma discussão relativa às transferências na questão de gênero. O Bolsa-Família, ao focar na mulher, apresenta um problema, que é o de levá-la para dentro do lar, em vez de chamá-la a ter uma atitude concreta no mundo do trabalho, fora do ambiente doméstico. Portanto, o Bolsa-Família cumpre o papel de fixar a ideia de cuidadora da mulher, que hoje é questionável. Por que cuidador tem de ser a mulher e não o homem? Na realidade, esse é um dilema, mas é um mal menor, porque pior seria não ter para quem transferir essa renda. Esse é um problema, pois acaba-se com o Bolsa-Família fortalecendo o papel cuidador da mulher, ficando um segundo dilema: se não quisermos fortalecer esse papel cuidador da mulher, como fazer para transferir essa renda? Grande parcela dos domicílios pobres já não é de casais com filhos, é monoparental fortemente baseado nas mulheres, ou seja, mulher com filhos. Os homens em geral abandonam as mulheres, e elas ficam com o encargo profundo de manter essa estrutura. Esse é um dilema da pobreza que envolve gênero. Infelizmente, parcela das mulheres vai ter de reconhecer que neste momento precisamos funcionar fortalecendo o vínculo cuidador, que é fundamental para a estrutura da família, e, ao mesmo tempo, gerando possibilidades para essa mulher perder esse papel cuidador e ser uma pessoa ativa, concreta, com igualdade de oportunidade com os homens no mercado de trabalho. Esse dilema existe, nós o conhecemos, mas não tem como resolvê-lo num curto espaço de tempo.

Tentei responder as perguntas colocadas. Desculpem-me se me estendi muito.

O Sr. Presidente - Vamos fazer a última rodada de questionamentos. Depois, os expositores responderão e farão as suas considerações finais.

Ana Carolina dos Santos Alvim, da UFMG, Belo Horizonte: “De acordo com a apresentação da Dra. Carla Bronzo, a pobreza não pode ser explicada somente pela renda. Dentre essas outras caracterizações da pobreza, podemos citar a corrupção como uma delas? Ou podemos interpretar a corrupção como uma caracterização da pobreza?”

Para os dois expositores, uma provocação da Rosilene Magalhães Ferreira, do Município de Serranos: “Sou estudante do curso de Serviço Social. Tenho combatido muito a transferência de renda via Bolsa-Família. Não sou totalmente contra, mas penso não ser esse programa a solução para a pobreza. O ideal é que se dê oportunidade às famílias de conseguirem seu próprio sustento. Talvez se fosse firmado um acordo entre governo e empresários, quanto à redução de impostos para que as empresas contratassem mais funcionários, uma vez que ele, funcionário, sai muito caro para a empresa. Há tempos já diz o velho e certo ditado: “O trabalho dignifica o homem”. Tenho, para mim, que o Bolsa-Família é uma esmola, e a pobreza necessita, realmente, é de uma maneira mais justa de manter o seu sustento. Geração de emprego e renda é a melhor estratégia para se chegar à erradicação da pobreza”.

Leonardo Silva, do Cras Apolônia, de Belo Horizonte: “O participante reconhece o esforço do governo brasileiro para melhorar as condições de vida da população mais pobre, mas destaca a necessidade de uma reforma tributária urgente para que as políticas de geração e transferência de renda tenham efeito de fato”.

Uma provocação da Ana Angélica dos Reis Soares, estudante da UFMG: “Baseado na elevada taxa de analfabetismo nacional, é possível traçar um panorama de formação de cidadãos trabalhadores que funcionam como massa de manobra sujeitos às arbitrariedades do mercado econômico e à total instabilidade socioeconômica e psicossocial? Pensando, então, nas relações trabalhistas, como garantir que os trabalhadores sejam, de fato, cidadãos plenos com emprego digno e estabilidade socioeconômica? No que tange a direito de acesso à moradia e mobilidade urbana, a Capital mineira passa por uma situação delicada em relação à regulamentação fundiária em ocupações de propriedades comprovadamente descumpridoras de função social. Essa parcela da população vive em situação de vulnerabilidade, sujeita a exclusão e ameaças permanentes de despejo. Como superar essa ausência de sensibilidade administrativa e promover o direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, de acesso à moradia, rompendo com a imposição da verticalidade urbana?”

Luciana Rios, da UFMG: “Um grande problema que assola o Brasil nesta década é o uso de “crack” pela maioria da população pobre, principalmente pelos jovens, que são o caso mais preocupante, pois é neles que enxergamos o futuro. Quais são as estratégias para que haja uma melhoria nesse quadro deficiente do País? Já sabemos que clínicas de recuperação não atingem nem a metade de indivíduos recuperados. O que nossos representantes têm como planejamento para esse problema? Há alguma saída?”

Portanto, primeiro a Dra. Carla e, depois, os dois podem compartilhar as respostas.

A Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro - Não consigo ver a corrupção como uma caracterização da pobreza. Realmente, não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque a corrupção, bem como a negligência com o corte de orçamento, com a não priorização social, de alguma forma produz condições para que o combate à pobreza não seja efetivo. Não acho que a corrupção seja um elemento de caracterização da pobreza. Talvez não tenha entendido a pergunta, porque não consigo ver, de fato, essa relação. A corrupção diz respeito à falta de compromisso com a questão social.

A questão de o Bolsa-Família ser uma esmola, é complicado, porque, na verdade, em parte, é uma estratégia necessária, mas não suficiente. Foi isso que tentei abordar na minha fala. Embora muitas famílias precisem realmente desse recurso para a sua



sobrevivência, porque é a única renda de que elas dispõem - de fato, esse é um elemento de garantia de renda -, isso não é suficiente para reverter, para possibilitar a superação dessa condição. Mas o Bolsa-Família não é um programa isolado; está alinhado com programas de transferência e condicionamento de renda, que é a receita de enfrentamento da pobreza em todo o mundo. Tem um foco no curto prazo, garantindo que a família tenha um recurso que lhe permita alimentar-se durante boa parte do mês, nem sempre durante o mês inteiro, mas também tem um foco no médio prazo, no desenvolvimento de capacidades, pela condicionalidade da escola e da saúde. A aposta é que, no futuro, as crianças que estão crescendo nessas famílias protegidas pelo Bolsa-Família tenham mais condições de uma melhor inserção no mercado de trabalho. Agora, precisamos ter uma noção clara - temos de ter coragem de enfrentar esse debate - de que uma parcela da população brasileira vai viver do Bolsa-Família para sempre, a não ser que se reordene e se organize, de forma muito radical, a nossa estrutura social para que o mercado consiga, de fato, absorver essa população. Não temos uma política efetiva de geração de renda, uma política de economia solidária, que dê conta de tirar dessas pessoas, dessas famílias esse benefício de transferência monetária. Claro que ela é insuficiente. É lógico que o trabalho dignifica o homem. Concordo com isso, mas, de fato, o Programa Bolsa-Família é um avanço no campo da assistência, representa uma ruptura, como a tradição assistencialista, de atenção fragmentada e focalizada, numa perspectiva de garantia de renda. Temos muito mais que avançar, mas é a partir do Bolsa-Família que podemos pensar como integrar e articular as políticas públicas em torno da ideia de promoção social. O Bolsa-Família pode ser um catalisador disso, pode ser um elemento de articulação das diversas políticas, mas não podemos destinar a ele a enorme tarefa de superar a pobreza. Além de ser inócuo, é injusto, porque a pobreza não é criada e não será revertida por um política de assistência social. A pobreza é criada na dinâmica do mercado de trabalho, do salário mínimo e em diversas outras dimensões. Cabe à assistência, vamos dizer, curar algo que ela não produziu.

O direito à moradia e à política urbana são fundamentais. Vemos claramente que um aspecto extremamente relevante para atestar as condições de vida da população é habitação e infraestrutura urbana. Infelizmente, por mais que tenham ocorrido avanços - Belo Horizonte tem uma política intensiva de urbanização, de regularização fundiária -, ainda assim o desafio é muito grande, e a prioridade tem de ser vista. Aí, talvez uma agenda renovada de enfrentamento da pobreza, a questão da moradia, da habitação, entre com uma centralidade maior, com mais recursos, com mais prioridade do que teve até então. Esta é minha resposta.

O Sr. Jorge Abrahão de Castro - Bom, acho que a Rosilene levantou bem a questão. O Bolsa-Família é como qualquer coisa no mundo. É preconceito do brasileiro de achar que, se você transfere renda, as pessoas não estão no mercado de trabalho. Se você olhar bem, está todo mundo no mercado de trabalho, só que as inserções são péssimas. É disso que estamos falando. O mercado de trabalho na Europa é organizado. Isso aconteceu no pós-guerra, porque não era assim. Lá existe o Bolsa-Família, que é o seguro-desemprego. O cara está desempregado há dois ou três anos, tentando se requalificar, ou nem tanto, e funciona como seguro-renda, porque aquela sociedade não aceita que seu indivíduo, seja ele qual for, fique sem renda para sobreviver. Acho que avançamos ao dizer que é terrível ver a pobreza como paisagem. Está lá aquele monte de gente. "Larga pra lá. É culpa deles não estar dentro do mercado de trabalho". Não é disso que estamos falando, entendeu? O mercado de trabalho brasileiro não foi suficiente nem competente o suficiente para criar emprego de boa qualidade para todo mundo. Certo? Estão todos trabalhando ferozmente. Muita gente trabalha muito mais do que imaginamos. E a inserção e as relações são péssimas nesse conjunto da população. Por isso não tem renda. Muitos desses cidadãos não estão nem no circuito da mercadoria. A coisa mais simples no sistema capitalista é o cara estar dentro do circuito de produção da mercadoria, dentro do circuito comercial. Mas está no escambo do trabalho para a sobrevivência. Isso é um atraso histórico para a própria questão dentro do capitalismo.

O Bolsa-Família vem corrigir um problema central, importante. Reduzir imposto não vai resolver nada disso. Redução de imposto não é um mantra suficiente para fazer esse tipo de coisa, ou seja, qualquer coisa hoje. É preciso tomar muito cuidado.

Vamos ter de tentar a geração de emprego pelas vias do Estado, porque na realidade nossa estrutura de mercado de trabalho não está absorvendo nem parte de uma geração de jovens bem-qualificados. Não é só para os pobres que temos de pensar em emprego, é para o conjunto da população brasileira. Vocês sabem que em torno de 1.500.000 jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão fora da escola, dos quais 700.000 ninguém sabe onde estão; não estão na escola, não estão no trabalho, não estão em lugar nenhum. Precisariamos saber, indiferentemente da renda, porque são pobres e precisam ter alguma conexão. É terrível esses jovens não estarem nem no mercado de trabalho. Então, acredito que temos importantes dilemas de inclusão no sistema produtivo. E o Bolsa-Família cumpre um papel importante, porque nem todos conseguirão se inserir diretamente no mercado de trabalho, porque suas deficiências são muito grandes para entrar em uma estrutura de empregabilidade. Então, o Bolsa-Família é central para o que chamamos de uma estrutura de proteção social de boa qualidade para o Brasil. É importante dizer que, abaixo do Equador, o Brasil - fora a Austrália - é um dos países que institucionalizou uma das melhores políticas sociais conhecidas, avanço da Constituição de 1988. Faltava a estruturação das transferências de renda, coisas que demoraram um pouco. Deveríamos ter feito isso antes.

Quanto à questão da reforma tributária, estou totalmente de acordo. Se algo atrapalha a distribuição de renda no Brasil, é que distribuimos bem a renda, pelo lado dos gastos, mas temos uma coisa que é terrível, porque, pelo lado tributário, cobramos muito imposto dos mais pobres. Grande parte do que é consumido por pessoas que recebem auxílio do Bolsa-Família, abaixo de determinado valor, fica nos impostos que são cobrados na mesma dimensão em todas as faixas de renda. Para vocês terem uma ideia, em torno de 38% da renda auferida pelos mais pobres volta para o Estado por meio do sistema tributário. Entre os mais ricos, esse retorno de renda para o Estado é de apenas 23%. Nossa estrutura tributária é altamente repressiva. Ela poderia funcionar muito bem para diminuirmos a desigualdade brasileira. A curva de desigualdade pode ser desacelerada com uma reforma tributária progressiva. Não queremos acabar com os impostos, pois a estrutura tributária é importante. Não existe Estado sem carga tributária. O Paraguai enfrenta dificuldades enormes por não contar com uma proteção social básica, resultado da falta de carga tributária. Sem carga tributária, não há acesso a serviços como educação e saúde. Carga tributária significa serviços do Estado, mas o Estado deve gastar bem e ser eficiente. Uma carga tributária menos repressiva é fundamental. A mudança no sistema tributário representaria um avanço social, um grande elemento para melhorar a situação social brasileira.



Quanto à questão da formação, sou pesquisador oriundo da área da educação, e sempre falamos sobre o analfabetismo no Brasil. Estou até cansado de falar sobre isso. Não é possível que este país não perceba que o analfabetismo precisa ser erradicado. Falamos sobre isso há tantos anos, mas não vemos políticas concretas para reduzir o analfabetismo. As políticas que existem são pífias, porque o analfabetismo, até certo ponto, está localizado na população mais velha, acima de 40 anos, aquela população do Brasil grande dos anos 70, quando não havia escola para essas pessoas. Essa é a maior demonstração de que crescimento sem distribuição de renda gera isso. A estrutura de combate ao analfabetismo é um grande desafio não só para o governo federal, mas também para Estados e Municípios que fazem pouco em relação a isso. São pouco conhecidas as políticas efetivas de Estados e Municípios que busquem efetivamente erradicar o analfabetismo. Essa é uma questão fundamental. O Paraná trabalhou fortemente em uma política de erradicação do analfabetismo, mas conheço poucas ações públicas que teriam grande importância não só para políticas de combate à pobreza, mas também para a promoção da cidadania brasileira.

Estamos falando sobre o combate à pobreza, mas, na realidade, em nosso DNA, estamos preocupados com a cidadania, com o acesso de todos a direitos, a um conjunto de ações. O analfabetismo não pertence à cara que gostaríamos que o Brasil tivesse em breve. A questão que envolve o “crack” e outras drogas é extremamente preocupante. Em parte, isso revela problemas de segurança pública. Devemos rediscutir toda essa questão das drogas no País, que tem a ver também com política social, principalmente focando os jovens. Não apenas os jovens fazem uso de drogas, mas também as crianças e até pessoas mais velhas. Isso ocorre em um país que está crescendo. Se não estivesse crescendo, seria um desespero. Devemos desenvolver ações concretas de inclusão. Sabemos que o maior índice de desemprego ocorre entre os jovens, que enfrentam problemas sérios de entrada no mercado de trabalho, péssima remuneração e alta rotatividade. Esse é um desafio. O Brasil demorou muito para elaborar uma política estruturada para a juventude. É um dos países que entrou mais tarde nessa discussão sobre a juventude.

Só no ano 2000, estruturamos instituições que tratavam dos jovens. Os outros países estão tratando disso há 20 anos. Demoramos a entender que temos jovens e que eles merecem políticas públicas específicas, um olhar específico. Acho que a questão do “crack” e outras estão incluídas dentro dessa perspectiva. Há um setor de saúde pública, há o setor de repressão. Acredito que são importantes os avanços nessa área, mas eles ainda são pequenos.

Não sei se respondi a todas as perguntas. Se houver outras, elas me poderão ser encaminhadas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado André Quintão, para suas considerações.

O Deputado André Quintão - Quero agradecer ao Prof. Abrahão, salientando que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea - tem feito seminários em todo o Brasil. Já foram dois no Distrito Federal, em mais dois ou três Estados, e Minas Gerais hoje recebe, com muito prazer, a contribuição do Ipea. Transmitam ao seu Presidente, Márcio Pochmann, nossos agradecimentos. Da mesma maneira, gostaria de agradecer muito a nossa amiga, Carla Bronzo, da Fundação João Pinheiro, centro de excelência e formação em gestão pública e pesquisa em Minas Gerais, a qual também nos ajudou na formatação da proposta de organização deste ciclo de debates. Também contamos com a ajuda da Profa. Laura e do Prof. Bruno Lazarotti. Quero agradecer ao Deputado Rômulo Viegas a sua coordenação. Na Assembleia, particularmente nas políticas sociais, temos conseguido trabalhar juntos, respeitadas as diferenças partidárias. Reitero que este ciclo de debates foi acertado com o Governador Anastasia, com o Rômulo, do Ministério do Desenvolvimento Social, e com as entidades parceiras. Hoje temos aqui um Deputado do PSDB coordenando os debates. Esse entendimento em Minas Gerais pode facilitar as coisas. Cada governo tem sua ênfase, sua leitura. À tarde, teremos aqui o Marcelo e o Rômulo exatamente para observarem isto: as estratégias de cada nível de governo. Mas a Assembleia consegue, particularmente no campo das políticas públicas e sociais, criar um ambiente favorável à integração institucional dos níveis de governo. Acho isso muito importante. Gostei muito das duas exposições. Teremos um material riquíssimo. Como assistente social, eu as achei muito importantes, porque minha visão é muito próxima ao que foi apresentado aqui. Sabemos da importância da transferência de renda. Quando vemos que há 30% de analfabetos, pessoas que não têm água potável, sabemos que o processo de incorporação desses cidadãos, por mais que as políticas públicas universalizem-se, vai depender de um reforço de renda, caso contrário vão morrer de fome ou com uma doença grave. A Carla faz outra observação, que também é muito importante, ou seja, a renda sozinha não vai equacionar a questão. O Brasil sem Miséria busca trabalhar exatamente esses três planos: o plano de transferência de renda, o plano da melhoria do acesso e a ampliação dos serviços públicos e dos sistemas de políticas públicas e a inclusão produtiva, num rumo mais emancipatório. Todos os expositores deixaram claro que temos as medidas de focalização, a partir de um problema declarado. O governo estabeleceu 70, mas poderia ter estabelecido 80, 85, 71. Ele declarou que seria 70 para facilitar o monitoramento desses R\$16.000.000,00, mas poderia haver outras medidas. É importante irmos atrás desse contingente, mas sem perder de vista e sem desacelerar - a Carla mostrou essa preocupação, que também é minha - os sistemas universais, sejam sistemas sociais, seja a política econômica, para não haver o perigo da regressão, a que o Jorge se referiu. Esse enfoque é relevante. Vamos persegui-lo, porque, repito, é um imperativo ético, a pessoa não tem água para beber. No final da exposição da Carla houve menção a um dado do Barreiro, não sei se no debate foi feita referência a este dado: 21% de usuários de drogas, problemas desse tipo. É a questão do tratamento do usuário e do sistema de defesa social.

Temos uma obrigação ética e civilizatória. Essas pessoas não podem ficar à margem da sociedade. Não podemos desistir delas. Fico imaginando a situação da família. Geralmente se tem a mesma criação, mas há aquele que estudou, que está na universidade, mas sempre existe aquele que não quer estudar, que está doente, que foi para o mundo das drogas ou para o álcool. A tendência é falar “esse não tem jeito”. Não podemos fazer isso. É em relação a esse que temos de atuar mais. São seres humanos, não podemos descartá-los. As razões são várias: se a pessoa é analfabeta, existe esse sentimento que a Carla tão bem explicou de que “não tem jeito”, ela mesma fala isso, numa total desvalia, é o coitadinho, porque não tem a terra ou porque está doente. É para esse que temos de ter mais Estado, mais competência.

Falo isso muito nas escolas de serviço social, é outro debate. Vejo aqui pessoas do Cress, e vamos ter de discutir a nossa formação sob essa luz. Está presente a Maíra, que é Vice-Presidente, a Darklane. Vamos ter de discutir a política pública de assistência social e o Suas à luz do combate à pobreza extrema, que será no espaço de amanhã. Mas vamos ficar por aqui.

Gostei muito do debate, cumpriu plenamente o objetivo da parte da manhã. As exposições serão disponibilizadas. O evento foi transmitido ao vivo e será retransmitido pela TV Assembleia. Serão disponibilizadas na página da Assembleia as exposições. Agradeço a todo o corpo técnico da Assembleia, à Ana, à Dark, aos demais assessores do mandato, à Rosilene, Consultora que nos auxiliou nesse processo, e ao Marcelo Garcia, que foi um parceiro importante na formulação deste evento. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/6/2011

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Rômulo Paes - Palavras do Sr. Marcelo Garcia - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates “Estratégias para superação da pobreza”, com os seguintes objetivos: debater as diretrizes do Plano Nacional de Superação da Pobreza Extrema com vistas à sua efetiva implantação em Minas Gerais; debater as ações propostas pelo governo de Minas e contribuir para a elaboração e a implantação de programas estratégicos para a superação da pobreza extrema em Minas Gerais; propiciar discussão intersetorial das políticas públicas com vistas à superação da pobreza e das desigualdades regionais; e subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015 - PPAG - no que diz respeito à superação da pobreza e das desigualdades regionais.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para compor a Mesa os Exmos. Srs. Rômulo Paes, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Marcelo Garcia, Assessor Chefe de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado.

Palavras do Sr. Presidente

É com alegria que retomamos o ciclo de debates “Estratégias para superação da pobreza” em Minas Gerais, organizado em parceria com o governo do Estado, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dezenas de entidades da sociedade civil, instituições acadêmicas, movimentos sociais, gestores, Municípios, enfim, com várias entidades que abraçaram essa ideia e estão aqui hoje concretizando esse primeiro passo de discutirmos, num ano muito importante, a situação da pobreza em Minas e, principalmente, as estratégias de superação.

A maioria das pessoas já esteve presente na parte da manhã, quando tivemos a apresentação de um diagnóstico pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - Ipea -, pelo Dr. Jorge Abrahão de Castro, e a exposição da Profa. Carla Bronzo, da Fundação João Pinheiro, entidade parceira na organização deste ciclo de debates, reflexões muito interessantes sobre um diagnóstico não apenas monetário, mas em várias dimensões da pobreza no País e em Minas.

Na sequência, neste momento ouviremos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a apresentação das diretrizes do plano Brasil sem Miséria, que foi lançado pela nossa Presidente Dilma Rousseff na semana passada, e do nosso colega e amigo Marcelo Garcia, Assessor-Chefe de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais, as iniciativas e estratégias do governo do Estado. Nosso objetivo hoje é exatamente recebermos essas informações. Contaremos também com a participação de todos neste debate.

Lembro que neste ano a Assembleia, por intermédio do seu Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, dentro das diretrizes do Plano Estratégico da Assembleia, tomou a sábia decisão de, no segundo semestre, regionalizar este debate. Estaremos no seminário legislativo prioritário da Assembleia em todas as regiões administrativas de Minas Gerais discutindo superação da pobreza e desigualdades regionais e subsidiando os trabalhos da Assembleia para nossa intervenção no Plano Plurianual e no Orçamento de 2012. Nesse sentido, este ciclo de debates é o primeiro passo, o gesto inaugural de comprometimento coletivo da Assembleia Legislativa e entidades parceiras, no intuito de unificarmos esforços, de integrarmos ações nesse desafio ético-civilizatório de superação de todas as formas de pobreza no País e, particularmente, em Minas Gerais.

Agradeço ao Sr. Rômulo Paes, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social. É uma honra tê-lo entre nós aqui em Belo Horizonte, e tenho o prazer de passar-lhe a palavra. Com muita honra e alegria, a Assembleia o recebe.

Palavras do Sr. Rômulo Paes

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado André Quintão, meu amigo e companheiro. É uma satisfação estar aqui continuando este dia de debates tão importante para nós. Cumprimento também ao Marcelo Garcia, Assessor Chefe de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais; alguns amigos de muitos anos que foram secretários do Ministério do Desenvolvimento Social que estão na plateia, como Rosilene Rocha, Laura da Veiga, Crispim Moreira; além de minha amiga de algumas décadas Neila Batista. Depois de certa idade, contamos o tempo em décadas, mas não contarei quantas.

A ideia que transmitirei para todos no início desta conversa é a maneira como estamos construindo o Brasil sem Miséria na medida em que foi lançado. Como foi lançado na semana passada, trarei os principais eixos articuladores do programa e principais aspectos que o caracterizam, de modo que discutamos um pouco a maneira como incidirá no Estado de Minas Gerais e nos Municípios. Notem



que o primeiro ponto de partida de qualquer política pública é definir a demanda, a população-alvo e as características dessa população que enseja, portanto, uma ação organizada do Estado.

O nosso ponto de partida foi identificar a população. Então identificamos uma população a partir de uma linha de pobreza - aliás, são R\$70,00 “per capita” ao mês - que é consistente com várias linhas que se utilizam no mundo. Muito próximas dela, por exemplo, estão os objetivos do milênio. Vimos essa distribuição. Os senhores percebem que, nos pontos mais vermelhos, ou seja, nos mais densos da cor vermelha, concentra-se a população extremamente pobre. É claro que, do ponto de vista prático, estamos falando de 16.250.000 - para ser mais preciso, 46% - no campo, e a metade na zona urbana. Observamos também um déficit de serviços públicos. O que explica essa situação populacional é a ausência de oportunidades, em alguns casos, em várias gerações. Quando pegamos um pacote de serviços públicos, observamos uma distribuição onde há uma carência quantitativa e qualitativa de serviço.

A questão fundamental é como fazer com que essa população que busca esses serviços tenha acesso a essas oportunidades. Na verdade, temos um conjunto de programas e oportunidades também do ponto de vista econômico que podemos apresentar para que esses brasileiros consigam superar essa condição de ausência de acesso e, sobretudo, de oportunidade. Portanto o plano é este: uma articulação entre a demanda e a oferta. Para que a oferta seja competente, é preciso alterar a nossa maneira de trabalhar e, muitas vezes, a nossa própria agenda, o conteúdo dos programas, a fim de chegarmos a esse ponto. Notem um ponto de partida muito claro para nós: o País enriquece e enriquece por saltos. Infelizmente estamos vivenciando um salto de enriquecimento do País. Entretanto, uma parcela da população não consegue aproveitar essas oportunidades em função de seus déficits antigos - sobretudo o déficit de escolarização - de saúde, de qualificação e da própria infraestrutura domiciliar, que está associada à questão da saúde. Portanto, é preciso uma abordagem global.

Essa questão também é fundamental. Como disse aos senhores, é preciso que o Estado mude a sua forma de trabalhar. Temos uma relação geralmente passiva com a população demandante. O Estado cria a sua rede de serviços e espera que se busquem esses serviços a partir de uma mobilização que é feita de maneiras diferentes. O fundamental é que se espera que esses cidadãos busquem o Estado. Contudo há uma questão fundamental. Uma parcela da população tem uma relação muito tênue com o Estado em razão da má qualidade e da ausência dos serviços e de um certo distanciamento histórico no que se refere a buscar os serviços e não ver suas demandas atendidas. É preciso invertermos essa lógica e buscarmos diretamente essa parcela da população. Há uma inversão da lógica de relacionamento entre o Estado e a população demandante, entre a população extremamente vulnerável e a população em extrema pobreza.

A primeira questão fundamental está ligada à ideia de que devemos partir do Bolsa- Família. Mais do que um programa de proteção social, é uma condição que marca aqueles indivíduos que necessitam dessa abordagem mais global. Observem uma primeira questão que está posta. Hoje aproximadamente 13 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa- Família. Identificamos e chegaremos a mais 800 mil famílias que deveriam estar no programa e não estão.

O Jorge Abrahão deve ter comentado, pela manhã, que utilizamos dados do censo populacional para fazermos as estimativas. Temos também o Cadastro Único, que hoje conta com informações sobre 20 milhões de famílias, para fazermos um casamento entre essas duas bases de dados e ver, inclusive, onde elas não estão. Ou seja, quais as famílias não estão inseridas no cadastro.

Podemos fazer isso por meio de três estratégias básicas. Uma pela ponta, pelos agentes de saúde, agentes de assistência técnica rural, pela própria escola, e também, obviamente, por um processo de mobilização, contando com o movimento social para que cheguemos até essa população, que é elegível, deveria estar recebendo benefício e não está. Também com relação ao BPC, a partir das informações do censo, 145 mil idosos são elegíveis para o BPC - dentro da faixa de R\$70,00 “per capita” não são todos elegíveis para o BPC. Recordo que no caso de BPC o ponto de corte é um quarto do salário mínimo, e aqui estamos trabalhando, exclusivamente, com renda “per capita” de R\$70,00. Então, dentro dessa faixa, existem 145 mil idosos que não recebem o BPC - são elegíveis e deveriam estar recebendo. O Busca Ativa deverá encontrá-los, senão a maior parte deles, com certeza. Como disse, o cadastro único é a âncora, a partir dele é que identificamos as características dessa população elegível para esse plano, e a partir dele somaremos outras informações, oriundas de outros cadastros, para que tenhamos o percurso desses indivíduos. Vejam que falei de duas coisas muito importantes. A primeira delas, a mudança de atitude do Estado frente a essa população que demanda um conjunto amplo de serviços.

A segunda questão é que o Estado agora vai até essa população, ou, na expressão da Presidenta Dilma, o Estado correrá atrás dela. Mais ainda, com o Cadastro Único teremos uma fonte de informação personalizada sobre qual é a família, quais suas características e suas demandas. Teremos, portanto, uma articulação deste cadastro com outras fontes de informação que nos permitirá, por exemplo, ver o percurso desses indivíduos. Ou seja, quando se apresenta uma oportunidade, o que acontece? Ao chegarem até esse serviço, isso altera a condição de vida desses indivíduos? Isso se perde? Ou seja, vamos passar a acompanhá-los, a fazer um acompanhamento. Se, para os profissionais da área de serviço social, isso é muito claro, enquanto ação organizada e racional do Estado, isso não é. Ou seja, há uma inovação também nessa abordagem.

Na busca ativa teremos a inclusão de 800 mil famílias até 2013; uma busca ativa de 145 mil idosos para inclusão no BPC; e o total da população estará presente no cadastro único. Na prática, como funcionará essa questão? Não sei se vocês conseguem visualizar o mapa, mas temos uma potencial família beneficiária, e nós podemos chegar até ela, dentro do cadastro. Ou seja, temos as informações sobre qual é a situação dessa família, qual é a sua renda familiar mensal não fixa, o número de membros da família, a renda “per capita”, a composição. Enfim, o cadastro único, sobretudo na versão sete, tem mais de 128 variáveis, o que depende de alguns módulos específicos, identificando a situação de cada família, de cada membro dessa família.

Essa população está assim distribuída no País, conforme apresento. Esses números que vocês veem estão expressos em milhares de pessoas. Em Minas Gerais são 909 mil ou 910 mil pessoas que estavam com essa condição de renda “per capita” até outubro do ano passado, conforme o censo apurou. Então, trata-se de cerca de 5,6% do total dessa população a que me referi, de 16.250.000.

O Estado de Minas Gerais é o 7º em concentração de pessoas nessa condição. Na sua frente, estão Bahia, Maranhão, Ceará, Pará, Pernambuco e São Paulo. A concentração de indivíduos nessa condição pode ser explicada pelo tamanho da população, pela pobreza do Estado ou por uma combinação das coisas. Lembrem que, embora alguns desses Estados tenham maior concentração de riqueza,



isso não é homogêneo: a desigualdade é um componente do desenvolvimento econômico brasileiro que temos procurado superar, mas é óbvio que há um longo caminho pela frente. Portanto temos crescimento desigual, tanto em nível de Estado quanto nas cidades. Aliás, um dos principais locais de concentração de riqueza é o entorno de regiões metropolitanas. No caso de Belo Horizonte, temos consciência desse fenômeno há bastante tempo.

Esse quadro mostra a distribuição da população extremamente pobre em Minas Gerais. Percebemos os pontos mais escuros, com mais adensamento, no Norte de Minas e até mesmo no Triângulo. Mais ao Sul de Minas, vamos encontrando uma situação mais homogênea, com ausência desses pontos mais escuros, indicando um adensamento menor de população extremamente pobre.

Se essa é a demanda e se essa é a estratégia de se atender à demanda, estamos falando do que, em termos de políticas públicas? Primeiro, do aumento das capacidades e das oportunidades, que vamos articular com esse mapa da pobreza extrema, para apresentar três eixos: o eixo da garantia de renda - e já falei um pouco do Bolsa-Família e do BPC -; o eixo de inclusão produtiva, que vou apresentar com mais detalhes; e o eixo do acesso a serviços públicos. Do ponto de vista conceitual, estamos falando que é preciso haver o desenvolvimento de capacidades, o que é diferente de acordo com o momento da vida de cada pessoa. Quanto mais jovem a pessoa, maior a possibilidade de que essa oferta de programas públicos tenha um resultado decisivo na sua vida; quanto mais idosa, mais nos restará apenas a dimensão da proteção como alternativa. Assim, quanto mais cedo atendermos a uma pessoa, mais alternativa teremos para esses indivíduos e mais alternativa eles terão para buscar uma condição de vida melhor e para estar em melhores condições de disputa no mercado de trabalho ao chegar à idade adulta.

Obviamente, estamos falando em uma combinação de resultados, para o aumento da renda “per capita” - isso significa que, em muitos casos, teremos um “mix” em que combinamos a transferência de renda com a renda obtida do trabalho; e, em alguns casos, teremos a renda do trabalho. Essa combinação implica também o aumento das condições de bem-estar, que é dado até mesmo pelos outros ativos que são necessários a essa família, como uma condição de moradia adequada e o acesso à saúde com qualidade. Isso é diferente para os meios rural e urbano, mas apresentarei mais detalhes em seguida.

No caso da garantia de renda, já expus o básico, mas temos o Bolsa-Família. Lembrem que 40% dos extremamente pobres têm menos de 14 anos de idade. Portanto mudanças recentes feitas no Bolsa-Família visaram atingir exatamente essa parcela da população. Por exemplo, estamos incluindo agora 1.300.000 crianças e adolescentes até 15 anos - passamos para cinco filhos a trava que antes era de três filhos, e a consequência disso, em termos numéricos, será a inclusão no programa de mais 1.300.000 crianças. Já havíamos feito uma intervenção, aumentando o valor do benefício variável, justamente o que incide sobre as famílias pobres e extremamente pobres que têm crianças e adolescentes. Essa mudança já havia acontecido em março.

Agora já fizemos essa alteração, retirando a trava e aumentando, portanto, o rendimento com uma prole mais numerosa.

No que se refere à inclusão produtiva, é preciso considerar circuitos distintos, que são a condição de vida da população, o local onde reside - se no campo ou na cidade - e a inserção delas no trabalho, ou seja, a relação delas com o mundo do trabalho também se altera porque, no caso do eixo rural - ou circuito rural, como chamamos -, falamos do aumento da produção agrícola das famílias de trabalhadores rurais pobres, extremamente pobres. Portanto, estamos falando em aumentar a produção. Observem o eixo mais abaixo. Parto do pressuposto de que vocês estão lendo tudo, não é mesmo?

Em relação à população urbana, falamos principalmente da geração de ocupação e renda tanto pelo mercado formal quanto pelo mercado informal, de forma a ampliar as suas competências para que esses indivíduos melhorem a sua condição. Importante lembrar que a grande maioria dos beneficiários do Bolsa Família trabalham, mas ganham pouco. É preciso, então, que desenvolvamos suas competências para que eles tenham uma melhor condição de trabalho e, dessa forma, tenham melhor rendimento.

A inclusão produtiva urbana refere-se ao mapa de oportunidades locais, isto é, requer que compreendamos quais são as oportunidades em termos de oportunidade econômica. Esse intenso processo de desenvolvimento econômico que o Brasil está vivendo está gerando muitas oportunidades. Belo Horizonte é um dos casos notáveis em relação a isso. No entanto, a ausência de qualificação e de escolaridade desses indivíduos faz com que eles não aproveitem essas oportunidades. Então, é muito importante que tenhamos uma abordagem que articule qualificação, economia popular e solidária e microempreendedorismo.

Mais do que isso, ao pensarmos também na possibilidade da busca do emprego formal, possivelmente uma parcela da população chegará até esse ponto. Algumas, aliás, com salários muito baixos, estão buscando uma intermediação de mão de obra. Portanto, essa situação se dará por via de um emprego formal ou de uma atividade informal. Qualificação é o ponto central disso.

Observem o seguinte: há um processo intenso de busca de mão de obra no País e uma reclamação permanente da ausência de mão de obra qualificada. O que se busca, então, é fazer o encontro dessas duas pontas, ou seja, compreender como é a dinâmica em cada Município e, dessa forma, a oferta que, em termos de qualificação, seja compatível com isso. Em números, estamos falando da qualificação profissional de 1.700.000 pessoas através do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; do Pronatec, que é uma mudança importante do MEC, que passa a ingressar na qualificação. Na verdade, era uma atividade mais residual no MEC; a questão do ProJovem, que, aliás, estamos remodelando de modo que seja consistente com essa nova etapa; também o Mulheres Mil e Catadores de Material Reciclável.

Nessa altura do campeonato, já posso alertá-los também para uma mudança em relação à organização da política pública. Aliás, hoje é um dia de celebração para todos nós da área da assistência social, porque ontem tivemos a aprovação no Senado do projeto de lei do Suas - e sempre falávamos de abordagens setoriais, Suas, SUS, abordagem sistêmica da educação, como sistemas setoriais especializados. De um lado, a política social; do outro, a política de inclusão produtiva com conexões que, embora já existentes, não eram suficientemente fortes para darmos uma abordagem mais organizada a essas intervenções.

Então, como estou começando a demonstrar para vocês, estamos para além das abordagens sistêmicas setorializadas. Estamos falando agora de uma abordagem sistêmica intersetorial. Estamos combinando saúde, educação, assistência social e programas de inclusão produtiva para o campo e para a cidade em uma rede que envolve oito ministérios do nível federal, que é o núcleo duro dessa intervenção, ainda com a contribuição da coordenação de mais três outros, espalhando-se por todo o governo federal e descendo em articulação, em pactuações com o governo estadual, com os governos municipais e também com a sociedade civil, contando com

participação da sociedade civil organizada e também do setor empresarial. Ou seja, não estou falando mais de abordagens isoladas, concorrentes em alguma medida. Estou falando agora de uma abordagem integrada. Estamos para além dos programas, muito além dos sistemas isolados. Estou falando de uma abordagem intersistêmica.

Isso também é novo nessa escala que estamos praticando no Brasil. Existem experiências municipais e também estaduais. Belo Horizonte tem experiências importantíssimas. Mas, com essa escala, com esse grau de mobilização e investimento, estamos dando esse passo decisivo neste momento.

O microempreendedorismo também é uma alternativa importante. Temos buscado uma parceria com os órgãos que trabalham com esse tema e produzido, na verdade, uma alternativa. Percebam que inúmeros trabalhadores pobres são microempreendedores. É preciso desenvolver mais esse grupo do ponto de vista técnico para que seus negócios floresçam e ganhem escala. Em alguns países onde a oportunidade de emprego formal é muito pequena, essa é a principal estratégia. Isso acontece principalmente no Sul da Ásia. No Brasil, essa é uma estratégia pouco explorada. Essa é a grande verdade. De uma maneira geral, é estabelecida a questão do assalariamento, como modelo ideal.

Aqui estamos falando de estratégias diversas porque a vida é diversa, o Brasil é heterogêneo e as oportunidades também. Algumas cidades têm uma atividade menos intensa, e as oportunidades se apresentam dessa forma. Em outras, mesmo em cidades muito grandes, onde existem muitas oportunidades pelo emprego formal, ainda assim uma parcela da população busca outras formas na sua atividade produtiva por escolha ou por ausência desta. Então é preciso que também tenhamos uma visão ampla e um leque grande de oportunidades.

Economia popular e solidária. Novamente digo que Belo Horizonte tem uma experiência interessante nos seus modelos cooperativistas em vários níveis, que até mesmo são pontos de inspiração para o Brasil. Então aqui também há um investimento importante para que essas competências sejam desenvolvidas.

Dessa forma, temos esse modelo. Quem conhece bem a matéria percebe que ele tem um nível muito grande de complexidade e de parceiros, mas também contamos com um aumento muito singular de disposição do nível federal, estadual e municipal e da sociedade civil, para que enfrentemos esse grande problema do Brasil.

O circuito rural. Estamos falando do aumento das capacidades de oportunidades. A assistência técnica é uma questão essencial. Considerando os insumos, o que sabemos é que as famílias carecem de domínio tecnológico para ampliar sua escala de produção. Onde estão essas famílias? Estamos falando de 253 mil famílias. Percebam que a unidade mudou: estamos falando de famílias e não mais de indivíduos. A forma de organização do trabalho para atividade rural em famílias muito pobres é uma atividade de família. Portanto, identificando quais são as famílias, apresentamos uma alternativa.

Uma segunda questão necessária para que essas potencialidades floresçam é o acesso, mais do que ao crédito, à possibilidade de investimento para aquisição de insumos fundamentais para a atividade produtiva no campo. Estamos falando de um fomento de R\$2.400,00 por família, não é crédito. Estamos falando de insumo fundamental para atividade produtiva, consistente com os microclimas de cada região onde residem essas famílias, que são as sementes adaptadas, sementes crioulas. A Embrapa, no Brasil, é uma das principais referências mundiais no desenvolvimento de tecnologia para a produção de sementes crioulas. É um insumo fundamental que será ofertado a essas famílias. Obviamente, com assessoramento técnico para a família, discutindo com ela a melhor escolha de atividade produtiva e a melhor técnica a ser utilizada.

Podemos dar como exemplo o semiárido, com mil Municípios, em que há uma demanda efetiva desse tipo de atividade. Vamos identificar cada família, entendendo suas condições: se possuem DAP, a renda familiar, o número de membros da família, a renda “per capita” mensal, o tipo de produção que já praticam, o módulo rural de que dispõem, a área de propriedade da família, se recebem Bolsa-Família, se participam do programa Garantia-Safra, etc. Enfim, nesse processo de cadastramento, teremos condições de identificar as famílias e os indivíduos nas suas peculiaridades.

A nossa articulação para intervenção, em termos de inclusão produtiva no meio rural, é a combinação de semente, mudas e tecnologia; fomento - acesso financiado aos outros meios através da compra, ou seja, aquisição por parte das famílias -; Água para Todos; e Luz para Todos. A combinação desses insumos tende a levar a um aumento da produção. No caso do Água para Todos, estamos falando em cisternas para 750 mil famílias e cisternas para a produção para 600 mil famílias. No caso do Luz para Todos, estamos falando no atendimento de 257 mil famílias extremamente pobres que ainda não têm acesso a energia elétrica. Dessa forma, com o aumento da produção, poderão chegar aos mercados e, em alguns casos, à produção para autoconsumo. Temos também uma parceria importante com a rede supermercadista para aquisição desses produtos. Significa produzir em um padrão de qualidade que permita chegar à gôndola do supermercado. Esse ponto é muito importante, porque mostra a combinação de esforços do setor público e do setor privado para atingir esses objetivos.

Temos um programa de aquisição de alimentos, como leite, grãos e outros produtos alimentícios, em que o governo faz a compra antecipada, garantindo um preço justo, e esses alimentos são distribuídos para populações vulneráveis.

Aqui estamos falando também para combinar toda essa atividade de produção de alimentos e aumentar a qualidade dos alimentos, para que eles, aliás, cheguem ao mercado. Sobre a ampliação do PAA, mostrarei os números. Começamos, em 2011, com 66 mil famílias; em 2012, 135 mil famílias; em 2013, 190 mil famílias; e, em 2014, 255 mil famílias. Como já disse a vocês, elas são extremamente pobres e, contamos, portanto, com essa estratégia de compra antecipada e garantia de preços.

Mercados privados. No caso, é a aquisição de produtos da agricultura familiar pela rede privada, como disse a vocês. São supermercados, empresas e restaurantes, rede de fortalecimento do comércio familiar.

Bolsa Verde. Incentivo às famílias extremamente pobres para conservação ambiental. Estou falando de R\$300,00 por família, uma pagamento semestral para que as famílias conservem principalmente a cobertura vegetal primária nas suas propriedades. Isso é importante e uma estratégia adotada em vários países, há muitos anos; por exemplo, há mais de uma década na Nova Zelândia e nos países escandinavos. Também em Minas existe um programa do mesmo tipo. Ou seja, na verdade, estamos aproveitando o que se produziu no mundo de melhores experiências sobre essa questão, para também incorporar isso a essa agenda. Então, esse é modelo



para abordagem, em termos de população rural. Ao final, vocês observam o acesso aos mercados de autoconsumo. Autoconsumo é o seguinte: algumas famílias tem propriedades tão pequenas que a capacidade de expansão da produção, de modo a permitir que ela chegue ao mercado para venda, é muito limitada. Então, nesse caso, o incentivo está voltado para a produção de autoconsumo.

Essa é a última parte: acesso aos serviços públicos e, obviamente, ampliação da rede de serviços públicos. Teremos de aumentar a oferta e também qualificá-la. Um dos problemas do serviço público é a qualidade ou, na verdade, a ausência de especificidades no tipo de atendimento do serviço prestado para que funcione para essas populações. Há as dificuldades inerentes da distância e do seu modo de vida. Portanto, são necessárias, algumas vezes, alterações no desenho dos programas. Estamos falando de expansão e aprimoramento dos serviços e também de mobilização e qualificação de servidores.

Essa aranha que vocês estão vendo tem em uma ponta assistência social e, em outra, segurança alimentar. Temos o Cras e o Creas, obviamente, não como serviços, mas como rede prestadora de serviços, para onde convergem a maioria dos serviços de assistência social. Temos ainda nas pontas: educação e provisão de luz, de energia elétrica, portanto.

Na educação, temos o Brasil Alfabetizado Mais Educação. Há ainda: habitação, Minha Casa, Minha Vida; PAC, uma combinação do saneamento, da infraestrutura, da educação infantil e da Unidade Básica de Saúde; combate ao trabalho infantil; e, no caso da saúde, esse conjunto de ações.

Farei apenas um comentário sobre as várias iniciativas da saúde. De uma maneira geral, às vezes temos a ideia de que a população extremamente pobre morre, sobretudo, de doenças infecciosas. Isto é falso, não é mais assim. Na verdade, hoje o que ocorre com as populações extremamente pobres é uma sobreposição de riscos. Isso implica que elas são populações, sim, sujeitas ainda a doenças infecciosas, mas, ao mesmo tempo, têm índices altíssimos de hipertensão, obesidade e diabetes. Então, uma abordagem que não considera as doenças crônicas fracassaria rotundamente. Nesse caso, estamos também apresentando uma abordagem mais contemporânea dessas populações com demandas com uma dupla carga em termos de necessidades ou uma dupla carga em termos de deficiências para se ter uma condição de vida adequada.

E também, obviamente, algumas populações específicas, como apoio à população em situação de rua. Nesse ponto, aparece a questão da documentação que é um pré-requisito fundamental para que essas populações tenham acesso a grande parte dos serviços. Apenas para terminar, gostaria de dizer como isso vai funcionar.

No caso do meio urbano, os Cras aparecem com o centro de articulação dessa atividade. Primeiro. O processo de identificação irá permitir ou o cadastramento já existente ou o cadastramento que ocorrerá no momento em que a família passar a pleitear o seu ingresso no plano. Isso já é feito em muitos Cras, e vamos ampliar essa competência do Cras para o processo de cadastramento. Mais que isso, a questão do acompanhamento. É preciso que nós acompanhemos as famílias e observemos as demandas para saber como elas irão se alterando ao longo do tempo. Nesse processo, existe uma questão fundamental, que é o referenciamento. Para onde ir? Quais são as oportunidades que estão sendo apresentadas? Essas oportunidades encontram aquela busca? Quando as pessoas vão ao sistema Sine ou ao curso de qualificação, o Prominp ou o Pronatec, essa família e esses indivíduos conseguem se inscrever no curso e acompanhar o curso. Os nossos sistemas permitirão fazer esse acompanhamento ou tracejar esse circuito. O Cras de referência será informado a esse respeito, mas, obviamente, todos sabemos que isso implica um diálogo com as famílias, numa abordagem de parcerias, e não de intrusão na vida dos indivíduos.

Cabe ao Estado apresentar as oportunidades. Esse é o nosso papel, essa é a nossa responsabilidade. Portanto, essa é uma rede do Cras, em que existe um referenciamento espacial que nos permite fazer uma alocação das famílias em relação a cada Cras. Nada de novo para Belo Horizonte. O sistema educacional de Belo Horizonte funciona assim desde 1994. Desde 1994, existe o georreferenciamento de crianças para as escolas públicas. Posteriormente, quatro anos depois, ele veio para a saúde. Estamos falando de um modelo de referenciamento coordenado pelo Cras, com as famílias devidamente alocadas. É claro que, em alguns Municípios, isso será mais fácil se a rede for mais desenvolvida. Em outros, obviamente, terá de se investir no desenvolvimento da rede para aumentar essa capacidade.

Para resumir, este é um momento muito importante em se tratando de políticas pública e social no Brasil, primeiro porque o Estado muda de atitude quando busca os indivíduos mais vulneráveis. Ele muda de atitude para acompanhar as trajetórias desses indivíduos. Ao invés de apresentar abordagens sistêmicas setorializadas ou até mesmo abordagens baseadas em programas, numa abordagem mais racional, organizada e articulada, ele faz uma abordagem intersistêmica, que pretende a política social e vai até a política de inclusão produtiva. Estamos falando de um nível mais elevado e extremamente complexo de se fazer política pública. O número de parceiros é muito grande, assim como as possibilidades de conflito, mas, ao mesmo tempo, o Brasil já está à altura disso pelo o que desenvolveu e conquistou ao longo de sua trajetória. É esse o ponto em que estamos, em termos de excelência da nossa política pública, apesar de reconhecermos as nossas deficiências e a capacidade de investimento que o Estado dispõe para fazer isso, e, sobretudo, a disposição de quem faz política pública.

Então gostaria de destacar a disposição da Presidente Dilma, da Ministra Tereza Campello e dos parceiros que se apresentaram para a construção desse projeto nacional. Tenho certeza de que temos excelentes condições para começar essa caminhada. Mas quero dizer a vocês que isso não será suficiente se os Estados e, sobretudo, os Municípios não participarem. Quero dizer ainda mais: é fundamental que a sociedade civil participe dessa iniciativa, como tem participado das políticas sociais brasileiras até hoje. Participem mais, mais intensamente, dialogando, cobrando e criticando, de modo que possamos, num prazo curto - como o Brasil funciona em saltos, não seria tão irracional propor isso -, buscar os 8,5% da população brasileira para que também desfrute da oportunidade que este país está dando para nós e para a maioria dos brasileiros nesse momento. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Quero agradecer ao Rômulo Paes de Sousa, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela competência, clareza, em sua apresentação, e também pela pontualidade. O Rômulo integra o Ministério de Desenvolvimento Social desde o governo anterior, trabalhou com o ex-Ministro Patrus Ananias. Como mencionado, há vários companheiros e companheiras de equipe presentes neste evento, como Laura Veiga, Crispim Moreira, Rosilene Rocha, Neila Batista,



vários integrantes da equipe do MDS que construíram o alicerce para que o Brasil pudesse, nesse momento, sonhar e efetivar esse passo, além da superação da pobreza extrema.

Com a palavra, o Sr. Marcelo Garcia, para sua exposição sobre o tema “O combate à pobreza extrema no Brasil e em Minas Gerais, o tamanho do desafio e as estratégias em curso”. Agradeço a presença e a parceria na organização deste evento.

Palavras do Sr. Marcelo Garcia

Deputado André Quintão, é um prazer estar aqui. O cerimonial me disse que eu poderia ficar aqui na Mesa mesmo; então, ficarei ao seu lado. Conheço de muitos anos muita gente da plateia. Vi ali atrás a Neuza Lima, uma amiga de muitos anos - não estava enxergando, mas o Deputado André Quintão confirmou para mim. Parece-me que ela deu uma escapulida; quem achá-la, mande um abraço. A Rose e a Carla também são amigas de muitos anos e convivo com o próprio Deputado André Quintão há muitos anos. Estamos há muitos anos nessa discussão sobre política pública de assistência social, sobre política de combate à pobreza, sobre essa trajetória de conquistar a cidadania de forma coletiva e conquistar proteção para quem é desprotegido.

Fiquei um pouco impressionado, Deputado André Quintão, porque ontem a Rose me mandou um torpedo dizendo que o PL Suas havia sido aprovado no Senado. Hoje de manhã um senhor me comunicou que ele havia sido aprovado, e o Secretário Executivo Rômulo também disse a mesma coisa. Não senti manifestação de contentamento e alegria com essa conquista extraordinária da Política de Assistência Social. Não é uma coisa pequena o Suas ter virado lei a partir de ontem. Realmente, peço uma salva de palmas para o Suas, para essa luta que temos travado desde a conferência de 2003. Em 2003 ocorreu a conferência própria do Suas; em 2004 tivemos a Política de Assistência Social; em 2005, a NOB. O PL foi para o Congresso em 2008, e, a partir desse ano, ocorre essa discussão muito complicada sobre se será aprovado ou não, o que gera até algumas dificuldades para os gestores municipais de assistência social. O Suas é lei ou não? Agora é, vai para as mãos da Presidenta da República a fim de ela sancionar. É uma conquista bastante específica, e acho que precisamos comemorar, porque não podemos fazer tantas comemorações como essa. Fiquei feliz com a notícia e acho que temos um grande caminho pela frente.

Secretário Rômulo, tenho apenas uma preocupação antes de começar minha exposição. Desde ontem algumas pessoas têm comentado, mandando-me “e-mail”, telefonando-me, “tuitando-me” etc. sobre a questão do ProJovem. Já que o senhor falou sobre essa questão aqui, acho fundamental que o senhor leve uma mensagem de Minas Gerais. O ProJovem Adolescente é uma conquista da Política de Assistência Social e de lá não pode sair. O MEC tem tentado fazer uma discussão de que ele pode ir para a educação, mas, se ele for, fragilizará o jovem, que demanda proteção social e um atendimento que só os Cras conseguem fazer. Leve de Minas Gerais a expectativa de que não é boa a unificação dos ProJovens no MEC, porque eles têm especificidades muito diferentes. Foi um projeto construído a partir de 2007 pelos gestores municipais e estaduais, foi difícil implantá-lo. Temos absoluta certeza de que o jovem que frequenta o ProJovem precisa de proteção da assistência social.

Bem, o Deputado André Quintão procurou o Governador Anastasia para discutir que era importante, fundamental que o mandato dele como Deputado fosse instrumento para discutir a extrema pobreza e o combate a ela. Foi isso, não foi, Deputado André Quintão? Acho que o Deputado André Quintão tem essa responsabilidade de expor à sociedade mineira que os pobres não são pobres porque querem, não o são por herança, não o são porque precisarão ser pobres o resto da vida. Depois essa conversa com o Governador demandou uma conversa comigo e com toda a assessoria. Este seminário é fruto dessa conversa, dessa preocupação do Deputado André Quintão em fazer esse diálogo bastante plural, em fazer um diálogo para construção de consenso com toda a sociedade mineira sobre a questão do combate à extrema pobreza.

Se há uma coisa de que não podemos discordar é que a extrema pobreza precisa ser superada, é que os pobres têm direito a não ser pobres. Podemos discordar de uma série de coisas, se gostamos ou não da novela das 8, se votamos no fulano ou no beltrano, se gostamos do Atlético ou do Cruzeiro, mas tenho certeza de que quem está nesta sala não é contra o fato de que a pobreza precisa ser superada. Acho que temos um compromisso maior ainda de levar essa discussão sobre a superação da pobreza para as sociedades brasileira e mineira.

Houve o diálogo do Deputado André Quintão e a abertura da Presidenta da República, que veio a Minas Gerais e teve uma conversa com o Governador Anastasia. O Governador, então, foi a Brasília comprometer-se com ela em relação ao Brasil sem Miséria.

Desde meados de janeiro, tenho tido encontros quinzenais ou de três em três semanas com a Sra. Ana Fonseca, Secretária Executiva do plano Brasil sem Miséria, a fim de construirmos uma identidade coletiva sobre o problema da miséria e da pobreza em Minas Gerais. O Governador esteve com a Ministra Tereza Campello há dez dias e reafirmou o compromisso de trabalharem juntos. Então, temos uma conquista importante. Iremos trabalhar juntos - governo federal, governo estadual e Prefeituras -, em direção a um caminho efetivo, que é o de acabar com a extrema pobreza e com a miséria em Minas Gerais e no Brasil.

O Secretário Rômulo trouxe dados importantes sobre a extrema pobreza no Brasil. Em Minas Gerais, 210 mil habitantes vivem na extrema pobreza. Quero fazer um parêntese: o IBGE fez um corte bastante conservador sobre a extrema pobreza no Brasil. Ele adotou, como o próprio Rômulo disse, critérios das Metas do Milênio e do Banco Mundial. Porém, temos uma discussão dentro do governo de Minas, bem como com algumas outras pessoas que estudam pobreza, miséria e proteção. Não há de ser o corte - a Profa. Carla tratou disso muito bem pela manhã - não há de ser R\$70,00 que definirá se a pessoa é pobre ou se ela não é pobre. Não poderá ser apenas o corte linear de renda que definirá a questão da miséria ou da indigência de uma pessoa. Ontem eu perguntava: se ela ganhar R\$74,00 e não tiver banheiro em casa para fazer cocô, ela não é pobre? Ela não é miserável? Ela não é indigente? Ela está fora desse universo de trabalho da gente?

Uma das questões que adotamos em Minas Gerais é o critério que leva em conta o corte de renda, mas leva em conta também o corte de privações sociais. O que são privações sociais? O PNUD, no ano passado, definiu um indicador de pobreza, que trará o conceito de privação na área de educação, na área da saúde, na área da água, na área da renda e na área de bens. Você poderá definir se aquela família vive ou não em pobreza dimensional. É claro que a renda é fundamental para garantirmos inclusão. Todavia não podemos apenas fazer conta matemática para encontrarmos os pobres no Brasil. Por isso adotamos em Minas, desde o ano passado, a



discussão da busca ativa, que aqui chamamos de porta a porta. Para podermos encontrar os miseráveis em Minas Gerais, é de casa em casa, é de porta em porta. Não tem jeito. Não adianta apenas liberar os dados do IBGE, porque esses dados são liberados por cidades. Estão lá os dados; e onde o IBGE não chegou? E aquela pessoa que não foi acessada pela política pública? A partir daí, a discussão da busca ativa ganha um sentido muito forte na discussão do combate à miséria, porque durante muito tempo, sim, esperamos que essas pessoas nos procurassem, para que pudessem ser referenciadas para serviços. A discussão de sair do nosso espaço de trabalho privilegiado, na busca ativa de uma população que precisa ser protegida, é uma questão muito forte a partir de 2010 e de 2011. Nós, aqui em Minas, já fizemos 44 cidades, Deputado André Quintão, e 70 mil domicílios. Neste momento, estamos fazendo a primeira vila e favela, em Juiz de Fora, a Vila Olavo Costa.

Há um dado, Deputado, que gostaria de compartilhar com o senhor. Os dados do Porta a Porta de Minas, que é realizado junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, e medem as privações de cada domicílio, estão, neste momento, no computador da Ana Fonseca. Não temos o que esconder; muito pelo contrário, temos de mostrar à sociedade brasileira, à sociedade mineira e à sociedade daquelas cidades que essas privações existem, sim, e que elas precisam ser superadas de casa em casa, de porta em porta. Lembrava-me de uma experiência particular como assistente social, no início da década de 90, quando eu trabalhava na organização internacional Médicos sem Fronteiras. Sou de Niterói e fui trabalhar no Rio. O Rio era uma cidade muito violenta. Dizem que ainda é, mas muito menos do que no início dos anos 90.

Fui trabalhar na favela de Vigário Geral, onde seis meses antes havia acontecido uma chacina em que foram mortas 21 pessoas da mesma família. Essa chacina foi em 1993 e ficou muito famosa no Brasil inteiro pela barbaridade. Foi uma vingança policial sobre a favela de Vigário Geral por conta do tráfico de drogas. Médico sem Fronteiras, com a experiência que tem, foi acionado para entrar na favela de Vigário-Geral, onde, na época, você não podia contar a sua mãe que trabalhava ali para ela não morrer de enfarte na hora, tamanho era o perigo do lugar.

A Neuza chegou. Neuza, mandei-lhe um abraço. Gosto muito de você, gosto mesmo. Há muitos anos, a Neuza me deu uma dica para a minha vida que nunca esqueci. Nessa época, eu era muito novo, jovem, determinado, disposto, animado, e, com toda a experiência da Médico sem Fronteiras, fomos para dentro de Vigário-Geral, uma favela de mais de 6 mil domicílios, que muitas cidades de Minas Gerais não têm, para implantar o programa de atenção à população nas áreas da saúde, da proteção e da mediação de conflitos. Isso em 1994. Em 1996, depois de mais de mil atendimentos, procuraram-nos para dizer que havia um problema na comunidade de Nova Brasília, em Vigário-Geral. E nos perguntamos: Nova Brasília? Onde? Estávamos, há mais de um ano, dentro da favela de Vigário-Geral e nunca tínhamos saído do nosso circuito de trabalho para procurar territórios muito mais vulneráveis e empobrecidos; por exemplo, a comunidade de Nova Brasília.

Em Nova Brasília, nos deparamos com uma cena de guerra, africana, muito diferente do habitual que víamos no que poderíamos chamar de quartel-general da, Médico sem Fronteiras. Isso significava que precisávamos ter respostas muito prontas e imediatas para aquela cena de barbárie e de urgências sociais. Contarei uma rapidamente: quando fomos chamados no episódio de Nova Brasília, uma mãe de três filhos tinha sido morta pelo tráfico de drogas, numa decisão unilateral do tráfico que faz o juízo dentro da favela, decidindo quem morre e quem não morre. Ela tinha sido morta porque seu filho mais novo, de 6 meses, tinha morrido afogado nas próprias fezes. É esse cenário da contradição e da barbárie sobre o qual estamos falando. Por muitas vezes, nos esquecemos de buscar, conhecer, compreender e encontrar soluções. Uma mãe, drogada, é morta porque seu filho também morreu, asfíxiado pelas próprias fezes, e duas crianças ficaram orfãs naquele ano. O que fazer?

Esse assunto não teria chegado ao serviço da Médico sem Fronteiras, se não tivéssemos descoberto aquela nova comunidade e trabalhado lá. Fundamentalmente, o Brasil sem Miséria e o Programa Travessia, em Minas Gerais, precisam ter um compromisso com o Busca Ativa, ir de porta em porta, construir um caminho de achar os mais pobres. Mas precisamos fazer uma discussão importante sobre o Busca Ativa e sobre o Porta a Porta, que é a questão dos trabalhadores da área social. Não vamos conseguir avançar significativamente na questão do Busca Ativa ou do Porta a Porta em Minas Gerais, se, efetivamente, não fizermos uma discussão sobre as condições dos trabalhadores da área social no Brasil.

Não podemos achar que trabalhadores da área social estão vivendo o sacerdócio. Não somos missionários, somos trabalhadores que se qualificam todos os dias para enfrentar contradições, mas não podemos enfrentar as contradições de uma sociedade desigual e pobre e as contradições que chegam às nossas casas. Tanto o governo federal quanto o governo do Estado e as Prefeituras precisam olhar para os trabalhadores da área social como o eixo fundamental dos programas de combate à pobreza do Brasil, de Minas e das cidades.

Sem os trabalhadores, voltamos à era da caridade e da filantropia, que, tenho certeza, não é o desejo do governo federal, do governo do Estado, nem de todos nós que estamos aqui. Fazer caridade, filantropia deve ser apenas uma memória guardada em nossas mentes, e não a prática ativa em questão relacionada com o combate à pobreza e à miséria. Combater pobreza e miséria precisa de qualificação, de preparo, de supervisão, de apoio técnico e de condições ou vamos fazer Porta a Porta, Busca Ativa utilizando vale-transporte ou a pé.

Onde estão resolvidas as questões efetivas dos trabalhadores no Brasil sem Miséria, no Programa Travessia, que temos discutido em Minas Gerais? Essas questões são fundamentais para podermos compreender o tema. Há aí uma questão que precisamos enfrentar, sim. Há uma discussão sobre financiamento que também precisamos enfrentar. Refiro-me à renúncia fiscal para empresas e fundações privadas. Compare o salário de quem trabalha numa fundação empresarial de desenvolvimento social com o de assistente social que trabalha num Cras, num Creas, enfrentando todas as contradições. E tem a diferença que trabalhamos de portas abertas, entra todo o mundo. Eles escolhem com quem querem trabalhar. Precisamos redefinir a política de financiamento, sim. Não temos dúvida de que serão os Cras e os Creas a grande porta de entrada para o Brasil sem Miséria e para o Programa Travessia. Temos aí uma questão que precisamos discutir do Porta Aberta, do Porta a Porta e do Busca Ativa. Refiro-me à burocracia. Quem trabalha com miséria e com exclusão sabe muito bem que não há nota fiscal nas favelas, nas vilas nem no campo para o produtor rural. Nós nos vemos, às vezes, respondendo por problemas que não são causados por nós, mas pela burocracia que não confia nos pobres, que exige que provem que



são pobres o tempo inteiro, quando a própria política nacional de assistência social indica que ninguém tem de provar que é miserável. Essa discussão tem de passar a burocracia de programa de combate à pobreza. Temos de ter coragem de acreditar na palavra de quem diz que necessita de proteção. Ou não? Ou vamos ficar perdendo tempo sempre, pedindo para trazer conta de luz ou qualquer outro comprovante. Há, sobretudo, uma informação importante. Não fazemos Busca Ativa ou Porta a Porta para sermos fiscais da pobreza. Fazemos para encontrar as privações em que as pessoas vivem. Encontrá-las e resolvê-las. Agora, se for entrar em casa de pobre para saber se tem ou não geladeira, se tem fogão ou banheiro, viraremos fiscal de pobre, e isso não é papel da política social no Brasil e muito menos nossa.

Quero fazer uma outra ponderação, sem provocar o Secretário Rômulo nem o Deputado André Quintão. Isso nunca é a minha proposta. A caminhada não começa agora. Ela começou há muitos anos quando definimos na Constituição brasileira que a assistência social é política, é dever do Estado e direito do cidadão. Foi lá que a caminhada começou. Temos levado essa caminhada à frente, a trancos e barrancos, mas temos levado, garantindo e entendendo com a população que a política de assistência social é garantidora de direitos e de acessos e não uma política de substituição de outras políticas. Não vamos fazer política de saúde para pobre. Não vamos fazer política de educação para pobre. Não vamos fazer política de cultura para pobre. Queremos que os pobres acessem as políticas de cultura, de habitação, de educação! Não queremos segregação de pobre no Brasil, muito pelo contrário, queremos uma inclusão social sustentável em que os pobres tenham o primeiro o direito de não serem pobres. Há um amigo meu que diz uma coisa curiosa: "Se tiver outra vida..." É outra. Não é essa. Não dá para desperdiçar o tempo das pessoas que estão morrendo na miséria e na pobreza. A miséria e pobreza têm urgência. Temos de saber que articulação e integração são fundamentais para combatermos a miséria e a pobreza em Minas Gerais, no Brasil, seja lá onde for.

Por isso o cadastro único é tão importante e fundamental.

Um participante – Diga isso à Sedese.

O Sr. Marcelo Garcia - Diremos, ou melhor, estou dizendo, pois estamos ao vivo. Sou do governo do Estado, e não há problema nenhum, pois devemos ter uma discussão conceitual sobre pobreza, estratégia e aliança com a sociedade. É isso que devemos discutir abertamente: aliança com a sociedade sobre o combate à pobreza. Devemos conversar sobre isso com os Prefeitos, os trabalhadores, os intelectuais e as escolas. Devemos compreender que a pobreza não é responsabilidade da Sedese. Combater a pobreza é responsabilidade de todos nós que estamos nesta Assembleia Legislativa, hoje, discutindo dados desde cedo. No entanto devemos mexer em mentes e corações de todos, para fazer acreditar que é possível superar pobreza, exigência e miséria.

Deputado André Quintão, se quisermos definir pobreza, pegaremos o texto do Prof. Sérgio Abranches, em que diz: "Ser pobre significa - em termos muito simples - consumir todas as suas energias exclusivamente na luta contra a morte". A pobreza mata todos os dias, e não é apenas a morte de mandar para o cemitério. Quando uma mulher permite que seu filho seja explorado no trabalho infantil, nesse momento, ela morre como mãe; quando um homem deixa sua filha sofrer exploração sexual, nesse momento ele também morre como pai. Essa morte que a pobreza provoca, todos os dias, nas pessoas é que deve indignar não apenas nós, que trabalhamos na área social, mas também a sociedade brasileira, que, de certa forma, faz vista grossa aos dados de pobreza brasileira. No critério conservador do governo (R\$70,00), há 16 milhões de pessoas pobres e miseráveis no Brasil; em Minas, o percentual é de 4%; no Maranhão, 25%. Ou seja, 25% da população do Maranhão vivem na miséria, e, no Piauí, 22%. Isso tem de causar indignação.

No último mês, pensei em uma coisa curiosa e fiquei até mesmo com inveja, mas uma inveja "santa". Todos acompanharam o debate sobre o Código Florestal no Congresso. O povo defende a mata, a floresta e a produção rural com uma gana e uma coragem, que até me perguntei: quem defenderá a pobreza no Congresso com essa coragem?!

Uma participante - O Deputado André Quintão.

O Sr. Marcelo Garcia - Isso, o Deputado André Quintão. É impressionante, pois o debate sobre meio ambiente - e não estou dizendo que meio ambiente não é importante - tomou conta da agenda brasileira de uma forma como nunca vi o tema da pobreza tomar. E garanto que nenhum de vocês viu alguma discussão sobre pobreza. Hoje li os jornais com atenção, e não havia nenhuma linha sobre isso, no entanto sobre meio ambiente havia três páginas. Estamos invertendo valores, pois o meio ambiente existe para dar vida, no entanto há pessoas que não estão vivendo, mas morrendo, e não nos indignamos, não falamos nem promovemos essa luta política com a sociedade e com o Congresso Nacional.

Quando se fala em cadastro único, que é um instrumento fundamental - foi implantado em 2001, já está na sétima versão e cada vez mais atual e competente -, digo sempre nas minhas aulas telepresenciais que o cadastro é nosso. Parem de criar cadastros paralelos. Como o Rômulo mostrou, devemos correr com essa informação, pois é o instrumento mais precioso. É claro que precisamos fazer busca ativa porta a porta, pois nem todo o mundo está no cadastro, mas já nos dá um panorama das privações e da falta de proteção que precisamos resolver. E aí se tem a questão: cadastro não foi criado para gerar Bolsa-Família, e ele também gera o Bolsa-Família.

Quando um assistente social entrevista uma mulher, pergunta-lhe se seus filhos estudam, e ela responde que não, mas a entrevista prossegue; para, ao final, gerar o Bolsa-Família, perdeu-se uma rara oportunidade de garantir acesso à educação. É naquela hora que devemos parar e garantir proteção. É ali, onde não há um banheiro em casa. Deputado, se há uma coisa que me agride profundamente é a questão do banheiro. Como nos conformamos com o fato de as pessoas fazerem cocô no mato, ainda em 2011, se temos "twitter", internet e televisão. O Deputado acompanha tudo que acontece pela televisão e, neste exato momento, com toda essa tecnologia, existe brasileiro, como nós, fazendo cocô no mato porque não tem banheiro em casa.

Isso não será discutido com força no Congresso Nacional? Não invertemos a discussão do financiamento? Como fica essa discussão no Brasil? O Cadastro Único nos dá essa informação e mais ainda as expressões da pobreza sobre a qual precisamos discutir. Quais expressões são essas? Ainda sobre as expressões de pobreza e discutindo o conceito que estamos trabalhando sobre proteção social, privação social e desproteção social, há a questão do negro com a qual trabalhamos de manhã.

Quais são os coletivos desprotegidos? Não discutimos coletivos desprotegidos. Mulheres, onde está o cenário da mulher? Nos programas de combate à pobreza, com a força de dizermos que a mulher precisa ser incluída porque, de fato, sustenta uma família? Aliás, sustenta num sentido mais amplo. E os negros, os deficientes, as lésbicas, os "gays" ou seja lá quem for desse coletivo de



desproteção? Não há lei que regule a proteção social para eles. Como conseguimos discutir dentro do programa oficial dos governos federal e estadual esses coletivos de desproteção? Onde estão? Como converso com eles? Como quebro, em muitos momentos, o meu preconceito sobre a minoria e a diferença para garantir a inclusão dessa parcela da população?

Deputado André Quintão, trago aqui uma conversa importante. A religião é um fator privado, mas temos de ter muito cuidado. A religiosidade não pode interferir na construção da política pública. No entanto, de certa forma, está interferindo, sim, no direito de muitos brasileiros e brasileiras. Não podemos criar esse hiato no Brasil que não é a tradução da nossa política pública nem da nossa política de proteção.

Outra questão importante do Busca Ativa, do Porta a Porta e do Cadastro Único que estamos discutindo em Minas Gerais é a necessidade de não pasteurizar projetos. O projeto para o Triângulo não é igual para o Norte de Minas, nem o projeto para Belo Horizonte é igual ao para Juiz de Fora. Não podemos ficar tendo a ideia da vez e ficar ofertando para os pobres. Se pensarmos em todas as boas ideias que já foram tidas ao longo dos últimos anos de grandes projetos que não tinham características como o Plano Brasil sem Miséria e o Travessia, veremos que os dois deixam claro que não querem pasteurizar soluções, mas sim, encontrar as privações e construir coletivamente soluções para as privações. A pausterização de projetos não colaborará para, de fato, combatermos a miséria e a extrema pobreza.

Trago novamente para a nossa vida o Suas. Não sei se todos ou quase todos neste Plenário convivem diariamente com o Suas. Certamente metade das pessoas, sim. Outro dia passou no “Jornal Nacional” aquela série “Blitz na escola”. Queria só que houvesse a “blitz” da assistência para sermos reconhecidos e ter identificado o que estamos fazendo e construindo de ponte, de travessia entre a exclusão e a inclusão. Não haverá essa “blitz”, pois não somos procurados pelo jornal. Não verdade, só somos procurados, atormentados e infernizados quando há assunto ruim. Muitas coisas que realizamos por meio do Suas, como a garantia de acesso à educação, à saúde e a direitos, ainda não estão sendo compreendidas pela população. Tudo bem, Deputado. Há um problema nosso de comunicação. O Ministro Patrus Ananias já disse isso algumas vezes, e concordo com ele. Conversamos muito com a gente mesmo. Precisamos conversar para fora e levar a demanda, os problemas e os desafios do nosso trabalho para dentro da Assembleia Legislativa, como o Deputado André Quintão fez hoje - aliás, parabeno-o por isso. É extraordinário estar discutindo pobreza e assistência social dentro de uma Assembleia Legislativa. Precisamos levar esse assunto para dentro do Congresso Nacional e os intelectuais, assim como pegar os problemas que estão conosco e, de fato, traduzi-los para a sociedade.

Por que digo dos Cras? O próprio nome diz: Centro de Referência de Assistência Social. Há uma coisa curiosa, sempre que viajo para o interior ou para um Estado mais pobre, quando chego no Cras, os assistentes sociais dizem para mim: “Mas referenciar para onde? Não tem serviço para referenciar”. Uma coisa é um Cras em Belo Horizonte, na cidade do Rio de Janeiro, em Niterói, onde a demanda de ativos, de ofertas e de pertencimento é muito maior. Outra coisa é um Cras numa cidade de 3.000 habitantes, cidade pobre e miserável. E aí é importante a questão da rede de oportunidade. Que oportunidade se tem naquela cidade? Ou aquela cidade vive na inércia. Como conseguimos discutir a pluralidade dos próprios centros de referência com as diferenças regionais e territoriais que existem sobre a oferta de serviços?

Houve outro dia uma discussão sobre pobreza urbana e pobreza rural. Sou urbano, moro em área urbana, aliás sempre morei e não entendo nada de mato, e estou tomando um pouco de aversão a mato, por causa dessa discussão de código florestal. Pobreza urbana e pobreza rural, vamos a Minas Gerais, Deputado André Quintão, onde 45% dos miseráveis moram na área rural; 55% moram na área urbana. E aí fica a discussão entre a pobreza urbana e a pobreza rural. O mundo urbano tem oferta de serviços todo o tempo; no mundo rural, o povo está lá largado detrás da montanha. É claro que é diferente, não é a mesma coisa, são realidades completamente diferentes. Vou citar um exemplo do Rio de Janeiro. Perdoem-me a expressão, mas podem ficar tranquilos que não é nenhuma expressão pesada, mas sim uma metáfora. Por exemplo, o pobre que mora na Rocinha, maior favela da América do Sul, e o pobre que mora no interior do Piauí. O pobre que mora na Rocinha tem Cras, tem escola - para ir à pé -, ele tem posto de saúde, ele tem inclusive - aí eu peço desculpas -, o “Shopping Center” mais rico do Brasil, em frente, para poder roubar. O pobre do Piauí nem roubar pode, por que vai roubar de quem? Entenderam? Essa é uma questão que precisamos entender. Como é diverso isso! Chega-se em uma cidade onde só o vento bate, não chega nada lá, não chega uma oferta, um ativo. Como essas pobreza podem ser iguais? Como a gente não se debruça para entender essa diferença? E aí não pode haver imigração. Como o povo vai ficar morando no interior do Piauí e não vai migrar para São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro? Se eu fosse um deles, migraria também. A possibilidade de oferta para a minha família é muito maior. Então, temos de discutir pobreza rural e pobreza urbana, compreendendo o que é morar numa área que não tem nada, como é a área rural, sobretudo no Nordeste.

O SUS tem enormes desafios de compreender essa pluralidade, Deputado André Quintão, Secretário Rômulo e prezados amigos aqui presentes, e traduzi-la. Outro dia eu disse para uma pessoa que entende muito de números: “Olhe, você entende muito de números, mas não entende de pobreza”. Precisamos compreender e entrar nesse imaginário, nessa coisa que não conseguimos bem definir, mas que Guimarães Rosa, que João Cabral de Melo Neto definiu muito bem em “Morte e vida severina”. É difícil defender a vida só com palavras, ainda mais quando a vida é essa que se vê. Só com números, ainda mais quando a vida é essa que se vê; só com gráficos, quando a vida é só essa que se vê. Como conseguimos defender a vida? É traduzindo a dificuldade de viver dessa população que vive na extrema pobreza. E não tem público mais capacitado e qualificado do que o público da assistência social, para fazer as interpretações das expressões de vulnerabilidade de pobreza para toda a sociedade. Temos de ser um sistema não para dentro, mas para fora, para dizer ao Brasil o quanto essa população vive a privação, vive a desproteção e vive a dureza da pobreza.

Como estamos falando no João Cabral, há uma peça do também nordestino João Falcão, chamada “A dona da história”, interpretada no Rio de Janeiro por Marieta Severo e Andrea Beltrão, que vivem a mesma personagem aos 50 e aos 20 anos de idade e que se encontram. Imagine, Deputado André, você se encontrar com o André de 20 anos de idade. Se eu me encontrasse com o Marcelo de 20 anos de idade, eu falaria uma série de coisas para ele: faça ginástica, não falte à aula de Educação Física, use Finasterida para não perder o cabelo já aos 25 anos de idade. Enfim, eu falaria uma série de coisas. Na peça, a Marieta e a Andrea se encontram e a personagem terá outras opções de vida, vai poder escolher, vai ser dona da sua própria história. E o texto tem algo de que gosto muito:



tudo o que precisamos na vida é ter uma história para contar. Aqui, pergunto a todos vocês: que história esses 16 milhões de miseráveis estão podendo contar da vida deles? É uma história de tristeza, de fome, de não ter água para beber, de não ter banheiro, de ter privação do emprego etc.

Como podemos pegar uma caneta e reescrever e ajudar a recontar a história das pessoas que vivem na miséria no Brasil? É trazendo a sociedade para o debate; é convencendo a sociedade de que precisamos, definitivamente, construir pontes e travessias para que os pobres deixem de ser pobres. Sabendo que o tempo está terminando, já que estou em Minas, onde trabalho agora... Frequento Minas há muito tempo - desde 1997, trabalho em Belo Horizonte -, como Neuza Lima pode testemunhar. Aliás, Neuza fugiu de novo. Deve ser a idade: quando chegamos a certa idade, não conseguimos mais ficar sentados.

O Guimarães Rosa está coberto de razão quando diz que a vida é um mutirão de todos. É verdade. Mas qual é a nossa parte nesse mutirão? É a busca ativa? É a identificação das privações? E aí tem uma questão específica, Rômulo, que temos de considerar: a população miserável não acredita em mobilidade social. Assim, precisamos negociar com eles para que se convençam de que é possível, sim, a mobilidade social, assim como a construção de uma outra vida. Escuto de muitos meninos e jovens: estudar para quê, se não vou conseguir nada, não vou conseguir ser nada? Então, precisamos construir, sim, a identidade da mobilidade social.

Mas, voltando à frase de Guimarães Rosa, a vida é um mutirão de todos, qual é o nosso papel nesse mutirão e como estamos desenvolvendo esse papel? Como o governo federal e o governo de Minas exercem o seu papel nesse mutirão? Como assistentes sociais e psicólogos trabalham nesse mutirão? Não tenho dúvida de que temos o desafio comum de garantir a inclusão social sustentável, mas precisamos identificar os nossos papéis e desafios e construir alianças - sobretudo, construir alianças com a sociedade, com o Parlamento, com o Executivo, com os trabalhadores. Tenho certeza de que podemos vencer a extrema pobreza no Brasil, mas não através de um sopro de boa vontade de alguém, mas do esforço coletivo de toda a sociedade. A sociedade é responsável pelo que vê e vive e pode ser convencida de que pode viver e ver de outra forma a própria vida que congrega.

Então, nós, no governo de Minas Gerais, acreditamos, sim, na travessia - acreditamos que quem não tem escolaridade pode atravessar e conseguir a escolaridade; quem não tem acesso à saúde pode atravessar e ter esse acesso; quem mora em uma casa precária pode atravessar e ter segurança de habitação. Nós acreditamos na travessia; por isso, nosso programa-marca é o Travessia, porque queremos que as pessoas atravessem o fosso da exclusão.

Deputado André Quintão e Secretário Rômulo, não tenham dúvidas de que trabalharemos juntos com o governo federal, com o Legislativo Estadual, com os trabalhadores, com os usuários, enfim, com cada pessoa que quiser entrar nesse mutirão cidadão em prol da vida. Segundo Guimarães Rosa, “a vida é um mutirão de todos”, e, sem dúvida alguma, queremos que a vida das pessoas possa ser contada de outra forma. Tenho certeza de que todos aqui querem isso também.

Já que ainda tenho tempo, terminarei minha fala dizendo que, se tivermos de convencer a sociedade brasileira sobre a urgência de tratarmos a pobreza, teremos de nos lembrar de um poema de Julio Cortázar que fala de amor, mas também fala de opções sobre prioridade. Como se fosse possível escolher o amor. Como se não fosse um raio, que nos chega e nos deixa varados no meio da grama. Que esse raio chegue em toda a sociedade brasileira e a convença de que a pobreza precisa ser vencida porque a população precisa ter uma vida com dignidade e uma vida onde a privação seja coisa do passado.

Muito obrigado. Passemos, agora, ao debate.

O Sr. Presidente - Gostaria de agradecer ao Marcelo pela sua exposição e também pela sua competência e pontualidade, assim como fez o Rômulo. Na verdade, quem achou que iria cochilar depois do almoço se enganou. Na verdade, o debate promete.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos nossos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Esclarecemos que abriremos espaço também para a apresentação de sugestões enviadas pelo formulário do “Participe agora” e pelo 0800. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar, tendo em vista que este evento está sendo transmitido, ao vivo, para quase 300 Municípios. Basta acessar o “site” da Assembleia, www.almg.gov.br, abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em “Participe agora” para enviar sua contribuição; ou telefonar gratuitamente para o número 0800-7092564.

Debates

O Sr. Presidente - Nosso debate será feito em blocos, e já temos aqui algumas pessoas inscritas para darem suas contribuições orais. No entanto, antes de passar a palavra a essas pessoas, gostaria de registrar que recebi telefonema de duas pessoas: do Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, que me pediu para transmitir um abraço especial às pessoas que nos visitam em nossa cidade. Pela manhã ele já esteve representado pelo Sr. Jorge Nahas, Secretário de Política Social, e pediu ao Rômulo, ao Marcelo e à Prefeitura para também se debruçarem sobre o desafio de enfrentar a extrema pobreza da nossa Capital. Pediu-me, ainda, que isso fosse registrado aqui, no debate. Também foi convidado o Conselheiro Sebastião Helvécio, do Tribunal de Contas, que, por causa de uma reunião da Corte, não pôde comparecer. É muito importante que um órgão de controle, como o TCU, esteja sintonizado conosco para nos ajudar a superar amarras burocráticas do dia a dia, bem como a gestão em cada Município.

Peço à Sra. Carla Márcia de Lacerda Alves, da Prefeitura de Belo Horizonte; à Sra. Maria Auxiliadora de Miranda, da Prefeitura de Betim, e ao Sr. José Anízio Bastos, da cidade de Dionísio, que já façam suas contribuições, começando pela Sra. Carla Alves.

A Sra. Carla Márcia de Lacerda Alves - Deputado André Quintão, embora tenha dito para não fazermos os agradecimentos, não poderia deixar de parabenizar V. Exa. e a Assembleia Legislativa por essa iniciativa de extrema importância. Acredito que este debate está sendo muito rico e, por essa razão, não poderia deixar de fazer esse registro aqui.

Confesso que fui surpreendida anteontem com a informação do Conselho Nacional de Juventude, transmitida pelo Ministro Gilberto Carvalho, sobre a extinção dos ProJovens. Novamente fui surpreendida aqui - mas confesso que foi de uma forma melhor - com a fala



do Dr. Rômulo, ao dizer que o ProJovem sofrerá modificações, mas que isso faz parte do plano. Creio que não teria como deixar de ser.

Faço minhas as palavras do Marcelo Garcia com relação a esse Programa, o serviço de atendimento aos jovens, que é fundamental como parte integrante do plano de erradicação da pobreza extrema, programa de governo atual colocado para a juventude. Não vejo como trabalharmos sem serviços voltados diretamente para os jovens, principalmente depois de todos os dados que foram expostos aqui. Sabemos que a escola dá conta desse jovem em parte do horário - quando dá -, mas os jovens do ProJovem, de que estamos falando, têm quatro, cinco anos de defasagem escolar, muitas vezes estão fora das escolas e têm problemas com drogas. Cada um que trabalha no Cras sabe de que jovem estamos falando. A escola, a educação por si só não tem como dar conta disso.

Dr. Rômulo, gostaria de ouvir um pouco sobre qual é, de fato, a proposta do governo federal, que formulação do ProJovem é essa a que o senhor se referiu e como está sendo pensado o ProJovem como contribuição, como parte desse processo do plano que foi exposto. Também não posso deixar de falar da importância do ProJovem para o Sistema Único de Assistência Social - Suas - e de um compromisso assumido pelo governo federal com as prefeituras do País inteiro. Com o ProJovem, os Prefeitos contrataram mão de obra, fizeram concursos públicos e agora têm toda uma gama de trabalhadores inseridos no Programa. Então, gostaria de saber qual é a proposta e como fica isso.

O Sr. Presidente - Obrigado, Carla. Com a palavra, a Maria Auxiliadora de Miranda, a Dora de Betim, da Prefeitura de Betim. O Ronaldo está inscrito depois do Anízio, para fazer pergunta oral.

A Sra. Maria Auxiliadora de Miranda - Boa tarde. Primeiramente, estou compreendendo que o formato deste dia consistiu em refletirmos sobre dados e estratégias mais em nível conceitual na parte da manhã, quando a Carla desenvolveu muito bem o conteúdo a que se propôs, e, à tarde, então, voltei com uma expectativa muito grande de ouvir, objetivamente, as propostas do governo federal e do governo estadual relativas à pobreza extrema.

O Dr. Rômulo trouxe uma concretude maior do que a que possuía anteriormente. Visualizo no que consiste essa proposta. No entanto, continuo aguardando, Marcelo, principalmente com sua estada em Minas, que o Estado possa objetivar a sua responsabilidade enquanto ente governamental, a primazia da sua responsabilidade, do Estado. Você disse que a responsabilidade não é do Estado, é da sociedade, mas a responsabilidade é do Estado, é dos governos federal, estadual e municipal. A sociedade civil, complementarmente, pode contribuir, mas não assumir ou trazer para si essa responsabilidade.

Pensei então: puxa, que bom; o Marcelo vem, e ele tem um discurso de defesa dos trabalhadores. Pude ouvi-lo nas conferências realizadas no Sesc, no Rio, em vários momentos, e você defende muito melhores condições de trabalho para os trabalhadores. Pensei que em Minas Gerais você fosse criar condições objetivas para o Estado efetivamente cofinanciar o Suas, para que as regionais administrativas do Estado deixassem de estar sucateadas como estão. Dessa forma, não há mesmo condição de qualificar a atuação do trabalhador; não há condição de ele sair de Montes Claros e ir à Jaíba. Então, esperava muito ouvir isso.

Você está me devendo. Quero ouvir o Estado dizer objetivamente como irá cofinanciar. Quero ver quanto cairá em Betim. Digo a você quanto cai do governo federal, mas quero ver quanto cairá do governo estadual para iniciar as ações do Suas, as condições de trabalho dos assistentes sociais e dos demais trabalhadores do Suas. Isso é o que nos interessa, Marcelo. Cuidar da vida é isso. Cuidar da minha, porque não sou funcionária, e cuidar da vida de quem recebo para fazê-lo. Então, estou aguardando você mais uma vez. Pensei que seria hoje, Marcelo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Anízio.

O Sr. José Anízio - Boa tarde. Parabenizo o Deputado André Quintão pelo grande trabalho sobre esse tema importante. Quero fazer uma pergunta aos Srs. Marcelo e Rômulo. Em toda campanha eleitoral falam em educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, e a maioria desses temas fica no papel. Gostei de ouvir o Marcelo falar da importância do programa Porta a Porta. Estamos em 2011, e a proposta da Presidente Dilma é para 2014. São três anos e meio para resolver um problema de 500 anos, é um tempo muito curto. Você apresentou os dados da miséria, e quem vive com R\$70,00 por mês não é pobre, é miserável, seja em Belo Horizonte, no Jequitinhonha, no Piauí ou no Maranhão. Pergunto se esse programa dos governos estadual e federal atenderá também o pessoal da zona rural. Sou de um Município com 11 mil habitantes, sendo que em 1982, conforme dados do IBGE, havia 14 mil habitantes. Quantos anos se passaram? No Norte de Minas, na região do Vale do Aço, a população de muitas cidades está diminuindo, tornando-se praticamente de crianças e idosos. E ainda há a questão do êxodo rural, em que as pessoas estão vindo para Betim, Contagem, deixando sua terrinha e vindo para a favela. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, José Anízio, da cidade de Dionísio, próxima ao Parque Florestal do Rio Doce, vizinha de Marliéria e Jaguaraçu, cidades da minha família. Com a palavra, o Sr. Ronaldo Sena Camargos, da Secretaria de Assistência Social de Betim.

O Sr. Ronaldo Sena Camargos - Parabenizo o Deputado André Quintão pela iniciativa deste debate por meio da Comissão de Participação Popular. Como o Marcelo disse, é extremamente importante que esta Casa faça essa discussão da superação da pobreza, pois é esta Casa que faz as leis que subsidiarão nosso trabalho em Minas Gerais.

Parabenizo o Rômulo pela exposição do Plano Brasil sem Miséria, que trouxe muita informação para os trabalhadores da assistência social. Esse programa tem muito a ver com a política que estamos desenvolvendo com o Suas.

Tenho uma pergunta para o Rômulo e outra para o Marcelo. Solicito ao Rômulo que nos diga qual é o montante de recursos que o governo federal irá dispor para o Plano Brasil sem Miséria. Não ficou claro na sua explanação se haverá aporte de novos recursos por parte do governo federal nesse plano.

Para o Marcelo, pergunto qual é a diferença entre o programa Porta a Porta e o Cras.

Estou aqui com um livro da Oficina de Travessias, pelo qual responde o Marcelo, pelo Instituto Travessia. Será que era mais interessante, Marcelo, o Estado investir nos equipamentos públicos para dar assistência social, como Cras e Creas, que ficar criando programa Porta a Porta? O que está colocando no programa Porta a Porta nada mais é que aquilo que o Cras fará nos territórios. Como já foi dito aqui, o cofinanciamento do Estado ainda é muito pequeno para os Municípios. O livro fala em 8 ou 18 Municípios, em um



universo de oitocentos e tantos Municípios. Achei engraçado porque colocam no livro como se fosse um “tsunami” do governo do Estado em relação ao programa. Isso não é nem uma marola, quanto mais um “tsunami”, em oito Municípios.

Então, acho que o Estado deveria cofinanciar os equipamentos estatais, Cras e Creas, que estão colocados na política essencial da qual você é um grande defensor, e parar de criar programinhas paralelos à política de assistência social.

Também quero fazer uma pergunta: quando teremos concurso público no Estado? Sem concurso público, Marcelo, não temos como efetivar a política pública que tanto defendemos. Em nenhum momento isso foi dito aqui, apesar de haver nesta Casa requerimento aprovado do Deputado André Quintão no qual solicita concurso público para o órgão estadual, Sedese. Até hoje o Estado não se manifestou, e, sem recursos humanos qualificados e efetivos de fato, continuaremos a fazer programinhas, e não, política pública. Então, é essa a minha pergunta para você.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ronaldo. Há duas perguntas. A primeira é do Adílson Ramos, índio iraxi pataxó, e diz o seguinte: “O índio não quer cestas básicas. O índio quer ter a semente e a assistência técnica. Onde o índio entra nessa estratégia para superação da pobreza?”. A outra é da Ivone, do Conselho Estadual do Idoso. Pergunta para o Rômulo: “Quem, onde e como será feita a busca ativa para localizar os idosos excluídos do Benefício de Prestação Continuada? E quando ela será iniciada?”. Então, passo a palavra ao Rômulo.

O Sr. Rômulo Paes - Em primeiro lugar, quero agradecer o debate quente, o calor do debate. Já fazia tempo que eu não participava de um debate assim. É legal. Acho que devemos conversar assim mesmo, com muita franqueza e objetividade nas questões. Vamos lá. Sobre o que disse a Carla a respeito do ProJovem, quero lembrar, na verdade, que são quatro ProJovens. Havíamos feito uma construção de integrar as iniciativas prévias que convergiriam para quatro modalidades, mas que, na prática, converteram-se em quatro ProJovens: o ProJovem Urbano, o ProJovem Rural, o ProJovem Trabalhador e o ProJovem Adolescente. Qual é a situação atual? Várias iniciativas mais recentes passaram a se sobrepor, em termos de conteúdo, à questão dos ProJovens, como o ProJovem Trabalhador em relação ao Pronatec. O ProJovem Rural não decolou, e o ProJovem Urbano teve várias iniciativas do MEC, aliás com a mudança de conteúdo do EJA. Obviamente, para cada uma dessas questões, existem disputas apaixonadas. É fato. Mas, objetivamente, em termos de política pública, há muitas semelhanças. Sobre o ProJovem Adolescente, em muitos casos e Municípios, é a única alternativa que têm os adolescentes, enquanto alternativa de convivência relacionada a várias atividades, excluindo-se a escola - aliás, alguns desses estão fora da escola -, e várias iniciativas dentro do plano vão começar a se apresentar agora. Então, há uma questão a ser colocada no momento.

Como equacionar todas essas iniciativas para que não haja sobreposição delas? O número de Cras é finito, bem como o número de suas equipes. A verdade é que um conjunto de responsabilidades está-se ampliando para o Cras. É preciso conversar sobre isso e analisar a situação em relação à política e aos recursos. Estamos construindo essa alternativa, ou seja, não há uma definição em relação a sua extinção, até porque, legalmente, isso não pode ser feito dessa forma.

A Carla disse muito bem que existe um conjunto de responsabilidades que o Estado assumiu. O que estamos discutindo objetivamente é o seguinte: onde há mais educação e onde o MEC passa a assumir responsabilidades, existem restrições quanto a isso? Esse é também um debate apaixonado.

Muita gente questiona já ter vindo desse percurso e o objetivo de se voltar a ele. Muito bem. A questão é: se conseguirmos escala, isto é, uma maior participação da educação para acomodar as diferenças, podemos apostar nisso? Devemos considerar. Essa é a questão. Particularmente, concordo com as opiniões expressadas pelo Marcelo e pela Carla; entretanto, agora existe uma agenda mais ampla para integrar. Objetivamente, para fazer com que toda essa engrenagem funcione, é preciso procedermos a acomodações de várias iniciativas. Do contrário, faltarão pessoas, faltarão recursos, faltarão Cras e Creas para isso. Vamos precisar, sim, fazer algum tipo de acomodação. É necessário que isso seja considerado caso outros atores públicos apresentem alternativas. Essa é uma questão.

Existe um outro assunto que não discutimos aqui, que é a iniciativa de inclusão produtiva nos Cras, algumas delas muito bem-sucedidas. É importante lembrar que esse é um processo que será construído.

Sobre a questão da migração, Anízio, existe uma questão que é importante. A migração, no Brasil, tem mudado muito. Até os anos 80, o fluxo migratório brasileiro era muito das cidades pequenas para as cidades grandes ou da área rural para a cidade grande, mas isso mudou nos anos 90 porque começou a haver a percepção de que a cidade grande ou as grandes regiões metropolitanas passavam a ser desinteressantes na busca de oportunidades de trabalho e emprego. Também havia um segundo item importante. Uma das principais razões para a migração era a ausência de escolas e de serviços de saúde na área rural. Com o crescimento da educação básica nos anos 90 e também do SUS, o qual ganha velocidade no final dos anos 90 e no início da última década, observamos que as motivações da migração começam a alterar o processo de decisão das famílias sobre para onde migrar. Assim, a migração passou a acontecer das cidades pequenas para as cidades médias e das cidades médias para as cidades pequenas. Na década passada, o saldo migratório entre o Nordeste e São Paulo se alterou. Houve mais pessoas indo de São Paulo para o Nordeste do que o inverso, do Nordeste para São Paulo, como sempre aconteceu historicamente. O que aconteceu foi uma redistribuição da atividade produtiva no Brasil. Resumo da ópera: onde está a encrenca, em se tratando de mais população e de maior demanda?

A característica do desenvolvimento econômico de Minas é multipolar, ou seja, existem centros dinâmicos da atividade econômica que não se limitam a Belo Horizonte e ao seu entorno, diferentemente de muitos Estados do Nordeste em que a Capital concentra quase tudo. Aqui em Minas existe uma intensa vida para além da Região Metropolitana, da Capital. É por isso que há uma grande demanda, uma pressão muito forte sobre esses Municípios de porte intermediário. Essa é uma questão importante.

Em relação à população rural, tem havido uma certa estagnação no crescimento dessa população. Ela diminuiu, mas diminuiu pouco em uma década.

Na verdade, está se esgotando a capacidade de exportar pessoas da área rural. Nas cidades pequenas, ainda há algumas regiões, como a do Vale do Aço e outras, algumas até mais intensas, como o Rio Grande de Sul e o Paraná, que perderam um contingente importante da população. Então, estamos vivenciando uma situação, hoje, que não é mais aquela ideia de que a população sai toda da área rural e vai para as grandes cidades, para um grande centro urbano, para a capital. Não há mais gente na área rural para vir para cá.



Atualmente, apenas 14% da população do Brasil mora na área rural. É pouquíssima gente. A dinâmica hoje se dá principalmente entre cidade pequena e cidade de médio porte.

No caso da população mais idosa, há migração de retorno para cidades de porte menor, principalmente em virtude da violência. É preciso ver que o que está acontecendo no Brasil hoje é um desenvolvimento mais descentralizado, uma oferta de serviços mais... Vejam a história do Cras, o quanto crescemos em um prazo tão curto. Vejam também a história do Creas, o quanto cresceu. O Brasil funciona com saltos. Aconteceram saltos importantes. Agora estamos vivendo esses saltos. A nossa capacidade de responder é muito rápida. A dinâmica é outra, e o Brasil é heterogêneo. Então, temos de ter estratégias que considerem todas as possibilidades.

Em relação aos recursos, quero dizer que objetivamente são R\$20.000.000.000,00, somando-se os recursos aportados com os recursos novos, por ano. Esse é o financiamento do Plano Brasil sem Miséria. No final, até 2014, vai-se chegar a um investimento total próximo de R\$100.000.000.000,00. Obviamente, está incluído também o Bolsa-Família. O BPC não está sendo considerado, mas, sim, o Bolsa-Família. Como vamos fazer a busca ativa do BPC? Da seguinte forma: o que temos? Temos uma estimativa por Município. Temos também o setor censitário, a menor unidade, que são 200 domicílios, onde está concentrada a população extremamente pobre. A partir daí, teremos de visitar os domicílios. Essa é a estratégia. Vamos identificando onde estão as maiores concentrações de população extremamente pobre e depois teremos de ir de casa em casa. Não é apenas o Cras. Na verdade, tem de haver uma mobilização que deve envolver todos os setores que estão na ponta. O agente de saúde e o Ater, na área rural, são fundamentais. Também temos de envolver a escola nesse processo.

Uma grande questão que se coloca é a inexistência de um contato... Sejam francos. A disputa no setor público é enorme. Há disputa da assistência social com a saúde, da saúde com a educação. Os desentendimentos e as dificuldades de compreendermo-nos são fato. Como superamos isso? Como traduzimos, na prática, o entendimento e a cooperação, em vez de competição e disputa? É disso que estou falando. Estou falando de cooperação, de compartilhar responsabilidades. O governo federal tem uma plataforma básica, que tem de servir para o Brasil inteiro com toda a sua diversidade. Obviamente, a criatividade do Município e a competência do governo do Estado, em cada caso, é que vão agregar a singularidade nessa plataforma que dará mais adequação para cada situação dos Municípios. Mesmo em um grande Município, como Belo Horizonte, há muita diversidade. Cada favela de Belo Horizonte tem uma história, que é muito distinta. A pobreza não é homogênea, a miséria, também não. Elas são diversas. Faz muita diferença a capacidade de investimento, o grau de atividade econômica e a liderança do Município. A liderança política, social e técnica faz muita diferença. Isso se chama capacidade instalada. Então é preciso que haja liderança, competência e recursos. Isso nos três níveis. Temos tido uma enorme boa vontade dos vários governadores. É o que o Marcelo expôs, há interesse do governo do Estado de Minas Gerais. O mesmo ocorre também nos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima e outros da Região Metropolitana e do Estado. É importante que todos tragam a sua contribuição. Há experiência, história.

Um plano desse tipo não surge do nada, ele tem história, e a história é antiga. Na verdade, esta sociedade chamada Brasil fez escolhas dentro de um modelo solidarista, modelo que cresceu. Se formos lá atrás, veremos que, quando a sociedade pôde escolher - porque às vezes ela não pôde, sou do tempo em que precisávamos lutar para que ela pudesse fazê-lo -, ela escolheu o modelo solidário. Estamos dando um passo adiante nesse modelo. E é preciso que haja história, que haja uma produção teórica - e a temos -, uma produção de política pública, de como fazemos na prática; é preciso que haja, na verdade, práticas instaladas e constituídas que nos permitam generalização.

Como se faz do ponto de vista de política federal? É isso, aproveitam-se as melhores práticas e buscam-se a suas generalizações. Muitas adaptações serão necessárias porque, obviamente, não haverá aderência em alguns lugares. Em relação à população indígena, há uma abordagem específica para povos e comunidades tradicionais, discutindo-se justamente com o comitê, porque cada situação, cada etnia tem obviamente um processo de organização que precisa ser considerado. As questões da semente, da água e do fomento estão postas universalmente para todos os brasileiros. É preciso que seja combinada a melhor forma de fazer e de organizar, até porque em alguns casos a relação entre o Município, por exemplo, e a aldeia é qualquer coisa em torno de nenhuma. Em alguns casos isso acontece. Portanto, precisamos combinar como isso funcionará na prática em cada situação.

No caso do BPC, como faremos, então, essa Busca Ativa? Dei o exemplo: no caso de uma demanda específica de comunidades tradicionais, também é preciso analisar como é a organização política e social em que trabalharemos. O que funciona, por exemplo, no Norte de Minas ou no Sul da Bahia é muito diverso do que encontramos, por exemplo, no Acre ou no Amazonas. Isso também precisa ser considerado.

Quero dizer que muito do que está apresentado no plano foi tentado várias vezes e a tentativa fracassou. Aliás, o Estado brasileiro como um todo tem um longo histórico de fracasso em termos de inclusão produtiva; muitas iniciativas de inclusão produtivas não produziram bons resultados. Portanto, a principal diferença desse plano não é sua agenda. Há também diferenças de agenda, mas a diferença está na forma de fazê-lo, na mudança de atitude para buscar quem está apartado dos bens e dos serviços públicos a que tem direito; é a forma de organizá-lo, para que várias áreas convirjam, cooperem e não venham a competir, como acontece regularmente. E mais, é preciso saber objetivamente onde se pretende chegar, o que implica inicialmente, do ponto de vista de financiamento, dizer quantos são, onde estão e exatamente o que se pretende fazer nessa questão.

Vejam, reiterando o que já foi dito aqui, muita gente lembrou o ex-Ministro Patrus, que, aliás, é servidor desta Casa e sempre dizia isso: é preciso persistir, repetir várias vezes, porque pensamos que está tudo claro, mas nunca está tudo claro. Ou seja, é preciso que cada um faça sua parte.

A questão da escolha não é apenas um processo da liderança política, é uma escolha social. O País escolhe isso. É um País que olha para si e diz: "Se continuarmos desse jeito, ainda que tenhamos resultados muito importantes, ainda que 30 milhões saiam de uma condição social e ascendam, isso não basta, porque uma parcela importante da população está ficando para trás". E pode ficar muito para trás.

O tipo de competência que se espera hoje de um trabalhador na atividade industrial, por exemplo, é altíssimo. Não se trata mais de falar apenas em alfabetização, embora uma parcela da população ainda necessite ser alfabetizada. É muito mais do que isso, pois são



muitas competências. Então, é preciso que entendamos o seguinte: trata-se de algo complexo, e muitas coisas deverão ser feitas. Temos em alguns lugares do Brasil, como em Nova Lima, em Contagem ou em Betim, muita competência instalada. Instalaremos competência para os Municípios que a possuem em dose baixa. Em algumas Prefeituras do Brasil sequer há computador. Esse é um exemplo, que, em geral, é trivial para a maioria de nós. Portanto, é preciso que isso seja considerado, e é preciso investir nisso. Encerro dizendo o seguinte: o momento agora é de buscarmos nossas convergências. Obviamente, a partir daí, iremos superar as nossas dificuldades. Penso que esse é um bom momento. É o momento para quem, historicamente, já trabalha na luta contra a pobreza, e é um bom momento para o País, que tem assumido compromissos progressivos com esta agenda. O André é, nos dois casos, um histórico lutador na causa e, na sua militância como Deputado, faz com que esta Casa participe deste debate. Este é um ótimo exemplo. Ele é um técnico, é um político e é alguém que tem um compromisso sincero com esta questão. Creio que este também é um grande momento para todos nós aqui, porque há quantos anos fazemos exatamente isso? O Estado está assumindo uma responsabilidade, está fazendo uma abordagem integrada e está permitindo que a questão da pobreza não seja apenas um problema da assistência social, mas que também seja um problema da saúde, da educação, da economia, do empresariado e de toda a sociedade civil. Há quantos anos lutamos por isso? Muito bem, chegou a hora.

O Sr. Presidente - Passaremos a palavra ao Marcelo, para que faça as considerações sobre o que foi apresentado.

O Sr. Marcelo Garcia - Meu querido Ronaldo e minha querida Dora de Betim, o Porta a Porta é busca ativa e não está apenas em 8, mas em 44 cidades. Você está com o Caderno Travessia de fevereiro. Nós já estamos em 44 cidades, já chegamos a Juiz de Fora, e há um mapa de 100 cidades, pelos Cras. Você pode ligar para as cidades, e saberá que os Cras recebem R\$5,00 por visita feita. As cidades recebem o fundo. Isso chegará a Betim, não tenha dúvida disso. As 44 cidades que já estão no Porta a Porta recebem R\$5,00 por domicílio, para os Cras poderem ter o apoio necessário para poder fazer a busca ativa, o Porta a Porta. Você está com o caderno de fevereiro, e estamos em maio. Em maio fomos a 70 mil domicílios, e em todos os Municípios, pelo Cras, com os Secretários Municipais e com assistentes sociais, participando ativamente do debate, e fazendo busca ativa. Essa discussão de que deveríamos fazer busca ativa surgiu no ano passado.

Só para finalizar, a sua preocupação é importante, mas creio que é importante também dizer para você que não só se faz o Porta a Porta; a meta é avançar para todos os Municípios de Minas. Já estamos em 44 deles, e financiamos os Cras, para que as equipes possam fazer o Porta a Porta.

Ronaldo, conhecemo-nos há muitos anos e não há nenhuma provocação entre mim e você.

Foi estabelecido, ano passado, um pacto que já começou este ano, e 254 cidades recebem o Piso Mineiro de Assistência Social. Não é uma nem são duas, são 254. Há um planejamento para, em dezembro de 2014, as 853 cidades estarem recebendo famílias referenciadas ao Bolsa Família, recurso livre, que é uma outra questão pela qual as pessoas sempre lutaram. O piso mineiro é completamente liberado para as cidades usarem ou na proteção básica ou na proteção especial. Não há nenhuma amarra, nenhum carimbo de “programinha”, como você disse. O piso vai livre para as cidades, e 254 já o estão recebendo. O Rio de Janeiro tem 92 cidades, e nenhuma recebe. Quando houve indicador de “ranking” de Suas no MDS, o Estado que tirou primeiro lugar foi Minas Gerais. É impossível que esse primeiro lugar tenha sido uma invenção numérica. Minas Gerais foi o primeiro Estado que entregou o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados. Aliás, o primeiro e o único, porque os outros Estados não queriam entregar. Eu estava na CIT na época.

Há uma série de questões nas quais temos avançado em Minas Gerais, e acho que precisamos reconhecer isso, independentemente de onde estamos. São coisas concretas. Na minha opinião, o piso mineiro dá uma liberdade para o gestor, assim como o IGD. Todo o mundo reconhece que o IGD é o único financiamento livre na assistência social. Hoje Minas tem o piso mineiro em um quarto das cidades. A Dora perguntou quanto Betim recebe. Não tenho esse dado aqui, mas podemos trabalhar com ele. Quero só reafirmar, tentando resgatar um pouco a minha ligação histórica com Minas Gerais, que não estabeleci discussão sobre se a responsabilidade da proteção é da sociedade. Muito pelo contrário. Temos de dizer à sociedade como um todo que ela tem de se convencer de que pobreza é prioridade.

Tenho mais de mil textos publicados no meu “site”, e em qualquer texto meu que trata de assistência está dito que é ela responsabilidade do Estado, que é dever do Estado. Eu até disse que se fôssemos discutir profundamente o dinheiro que vai no vazadouro da renúncia fiscal para a filantropia e para a caridade, conseguiríamos financiar muito mais na política de proteção estatal do que se financia hoje.

Juntando a discussão com o Ronaldo e a Dora, só para esclarecer, a nossa preocupação é que o Porta a Porta seja instrumento de Cras. Se a cidade quiser chamar de “Casa em Casa”, de “Janela em Janela”, pouco nos importa. A tecnologia é Busca Ativa. Financiamos a cidade para ela fazer Busca Ativa. E temos financiado. Estamos falando da mesma coisa, mas tem de haver uma tradução de tempos. Estamos em junho e progressivamente avançando para todas as cidades. Tenho uma ouvidoria grande no Twitter e de “e-mail”. Chegam “e-mails”, e as cidades estão pedindo para entrar antes do tempo no Busca Ativa, no Porta a Porta. Vão entrar. Qualquer cidade que queira entrar antes no Porta a Porta receberá financiamento. Estamos muito tranquilos quanto a isso.

Fico satisfeito de a Dora ter expectativa sobre a minha vinda para o governo. Durante muito tempo resisti vir para o governo, porque sou do Rio de Janeiro, moro no Rio de Janeiro. Mudei-me para Belo Horizonte em dezembro, mas tenho uma realidade fluminense. Ser de um Estado e ir para outro não é fácil. Minas é um pouco diferente, porque transito por aqui desde 1997; então conheço mais a sua realidade do que a da Paraíba, a de São Paulo ou a do Espírito Santo. Minas tem um programa de combate à pobreza desde 2007, com resultados efetivos. Temos de ter coragem de ler indicadores. Os indicadores em Minas são melhores do que os da média brasileira. Aí faço um exercício com vocês. O Rômulo, que é mais especialista que eu, pode fazer isso. Tire Minas, considere que Minas não existe, e o número da extrema pobreza no Brasil vai para 15%, para 14%.

Estamos fazendo uma discussão mais ampla sobre os indicadores sociais. Concordo, Ronaldo, que temos de fortalecer o Cras. A informação sobre concurso público já foi dada. Aprovou-se concurso público para a Sedese pela Câmara de Gestão do Estado. Eu havia dado essa informação ao Deputado André Quintão. O concurso público está aprovado e será realizado este ano. Não havia



concurso público para a Sedese desde 1985. Não sei o nome que havia na época. Neste ano haverá concurso para todas as regionais. Já foi informado isso na telepresencial da Sedese. De 15 em 15 dias, há reuniões com os técnicos de 60 polos em Minas.

O Sr. Ronaldo - Essa informação ainda não chegou.

O Sr. Marcelo Garcia - Se ainda não chegou, estou dizendo que foi aprovado concurso público pela Câmara de Gestão do Estado. Neste ano haverá concurso para as 20 regionais da Sedese. A Dora fez uma discussão sobre essa questão. Concordo integralmente com ela que um Estado que tem 853 Municípios tem de ter regionais, pois, só em Belo Horizonte, não dá para conversar com todo mundo. Então o concurso é justamente para criar inteligência de Estado. Não é terceirização, Ronaldo. Avançaremos mais, objetivando que os Diretores regionais sejam servidores.

Então há uma discussão que está sendo construída desde muito tempo, não é a partir de 2011, sobre a gestão da assistência social aqui. Isso fica claro com os indicadores. Peguemos o IGDE, o IDCRAS, IDCREAS, o “ranking” do Ministério, quando havia, e veremos essa realidade. Peguemos o piso. Ele é uma coragem de governo que não quer ficar tendo “slogan”. Em vez de ficar fazendo programinha, coloca-se um recurso global, que é repassado para os Municípios terem autonomia e usarem-no como quiserem. Peguem o Orçamento para verem. Foi uma decisão do Governador do Estado de que os recursos seriam livres. Na verdade, 254 Municípios já recebem isso. Uma outra questão: o piso é maior que o piso de proteção básica. Pagamos R\$2,00; o governo federal paga R\$1,80.

O Sr. Ronaldo - É diferente.

O Sr. Marcelo Garcia - Conversaremos depois sobre isso.

O Sr. Presidente - Esta audiência está sendo transmitida ao vivo. Então deixem o Marcelo terminar a exposição dele. Depois faremos um segundo bloco com perguntas escritas, pois as inscrições para intervenções orais já se encerraram.

O Sr. Marcelo Garcia - Mas o piso mineiro existe. Temos de ver também os avanços que estão acontecendo. O Rômulo disse muito bem que há disputas, mas que elas não podem tangenciar o que está acontecendo em Minas Gerais no que se refere aos indicadores sociais. Temos os melhores indicadores de educação do Brasil no ensino fundamental. Essa sangria da pobreza é estancada no ensino fundamental. Implantamos o piso mineiro. Os Cras são financiados para fazerem o Porta a Porta. Se há discordâncias, vamos sentar e discutir sobre elas sem nenhuma dificuldade. Não sou gestor da assistência social do Estado; sou assessor do Governador. Estou à disposição de qualquer um de vocês para fazer essa discussão. O meu “e-mail” é g.marcelo@uol.com.br. Se mandarem uma mensagem, discutirei com qualquer um que queira dialogar com o governo do Estado essas questões que o Ronaldo e a Dora expuseram. Faremos a discussão com alma lavada. Não estamos discutindo aqui a primazia de quem faz melhor, mas sim o que deve ser feito. Para quem quiser acompanhar no Twitter e fazer provocações, o endereço é: @marcelogarcia_.

Se alguma pessoa aqui presente for de outra cidade e quiser antecipar o Busca Ativa, basta enviar “e-mail” para a Sedese ou mesmo para mim, que o repassarei para Albanita. Se Betim também quiser fazê-lo, na semana que vem receberá R\$5,00 por domicílio. Entendeu? Para o Busca Ativa, basta mandar “e-mail”. Nosso maior interesse é entrar em cidades grandes, porque é uma dificuldade entrar nelas.

Para não perder a discussão, a pergunta é do Anísio, de Dionísio, não é mesmo? Dionísio, cidade em que mora o Anísio, tinha 14 mil habitantes e passou para 11 mil. Em 10 anos? Em 20 anos? Em quantos anos? Enfim, passou de 14 mil para 11 mil habitantes. É isso? Como as cidades pequenas estão sem serviço, sem oferta, as pessoas acabam migrando para as cidades grandes. Devemos discutir pobreza rural e serviços específicos nessa área.

Estou aberto a discussões, basta mandar “e-mails” ou mensagens no Twitter, é só chamar. Ronaldo, é convocação. Convoque e irei a Betim para conversarmos com todo mundo de lá e discutir o que é melhor. Nada é feito sem passar pela cidade. Nunca terá uma palavra minha sem passar pelo Cras. Como nos conhecemos há alguns anos, pode ter essa certeza. O concurso público publicará, sim, o edital. Talvez até eu faça o concurso.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marcelo. Iremos para o último bloco. Acertei com o Rômulo e o Marcelo, e tentaremos terminar às 17h30min. Marcelo, gostaria de dizer que oficialmente essa é uma boa notícia. Sempre digo que sou assistente social. Eu me formei em 1987, e sou assistente social concursado da Prefeitura de Belo Horizonte e licenciado, porque a Lei Orgânica não me permite ser assistente social e Deputado ao mesmo tempo. Se o meu sonho fosse ser assistente social do Estado, estaria frustrado, pois, de lá para cá, não houve mais concurso.

O Sr. Marcelo Garcia - Vamos estudar juntos, quem sabe conseguimos.

O Sr. Presidente - Acho que o salário da Prefeitura é maior.

O Sr. Marcelo Garcia - Não lançaram o edital ainda.

O Sr. Presidente - Acho que lançar um concurso público para a Sedese é uma grande conquista. Queria valorizar essa notícia. A Secretária Renata Vilhena nos informou que a Câmara do Governo do Estado aprovou, e caminhará muito no sentido de fortalecer o papel das regionais da Sedese. É uma boa notícia, até mesmo por ter sido colocada publicamente.

Tenho em mãos perguntas dirigidas para os dois: Rômulo e Marcelo. A primeira é de Denise Moraes: “Farei algumas citações e depois as perguntas. Citações: ‘A baixa condição socioeconômica é importante fator de risco ao uso de drogas’ (Micheli & Formigoni); ‘O narcotráfico potencializa a delinquência juvenil e, conseqüentemente, a incidência de casos de violência’ (Minayo & Deslandes). Rômulo Paes comentou que 40% dos extremamente pobres têm até 14 anos. Então temos de chegar nessas famílias levando informação, trabalhá-la como forma de prevenção. Informação e fortalecimento dos laços familiares constituem importante fator de proteção para crianças e jovens, conforme pesquisa da ‘Revista de Saúde Pública’, de 2005. Pergunta: gostaria de saber se a inclusão do tema ‘Prevenção do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas’ foi pensado na estratégia de enfrentamento da pobreza”.

A outra pergunta é de Mariana Lelis, do Cras Mariano de Abreu, para o Marcelo: “Através de um discurso caloroso, o senhor pontuou várias questões que queríamos ouvir, inclusive a necessidade de valorização e investimentos nos trabalhadores. No entanto, no Estado de Minas Gerais, identifica-se um contexto contraditório com a sua fala, se considerarmos o orçamento destinado à assistência social. Nesse sentido, quais são as propostas de mudança nessa realidade orçamentária no atual governo?”.



Pergunta de Dilma Luiza para Rômulo Paes: “Quando se fala que o Cras será a porta de entrada e saída para o Plano Brasil sem Miséria, podemos entender que esse acréscimo de responsabilidade implica também melhoria de condições de trabalho e de salário, já que não há aumento desde 2005?”.

Perguntas da Sra. Dilma Luiza Jorge dirigida ao Sr. Marcelo Garcia: “O governo de Minas investirá mais na área de assistência social? Quanto à renda ‘per capita’ de R\$70,00, como incluir no programa famílias nitidamente miseráveis, mas com renda superior a esse limite?”.

Pergunta do Sr. José Antônio Ribeiro - T'sé -, da Subsecretaria de Agricultura Familiar: “Na apresentação do Secretário Rômulo Paes, ele falou sobre os serviços a serem ofertados à população. Na temática da segurança alimentar, foram relacionadas as cozinhas comunitárias e os bancos de alimentos. Por que não fortalecer e dar visibilidade para as ações de agricultura urbana e periurbana, incentivadas nos últimos anos pelo Ministério de Desenvolvimento Social, encontrando apoio em inúmeros Municípios e, neste momento, no governo estadual, por meio da Subsecretaria de Agricultura Familiar?”.

Pergunta do Sr. Sanzio Prais - parece que é dirigida ao Sr. Marcelo: “O combate à pobreza em Minas não passa pelo desenvolvimento de algumas regiões, como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, principalmente, pela diversificação da economia mineira?”.

Pergunta da Sra. Shirley Jacimar Pires, da Secretaria Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte: “Considerando o eixo de atuação ‘Acesso a serviços públicos’ do programa Brasil sem Miséria, com foco no aumento e na qualificação da oferta dos serviços públicos, gostaria de saber se está sendo pensada a ampliação do cofinanciamento do governo federal e estadual para os Municípios parceiros aumentarem a cobertura dos seus serviços e qualificarem sua gestão”.

Pergunta do Sr. Rogério Delamare dirigida ao Sr. Rômulo Paes: “Como está a conversa entre os Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome para implementação do Plano Brasil sem Miséria? Cada Ministério coordenará suas ações ou serão todas via MDS?”.

Pergunta da Sra. Regina Magalhães dirigida ao Sr. Marcelo Garcia: “Em consulta no ‘site’ do PNUD, verifiquei que, a partir de 2010, o Relatório de Desenvolvimento Humano tem utilizado novo índice para identificar a população em situação de pobreza. Trata-se do Índice de Pobreza Multidimensional - IPM. É esse o índice que está sendo utilizado pelo Porta a Porta? Seria interessante que o senhor explicitasse os indicadores que compõem esse índice e quais deles demandam verificação ‘in loco’”.

A Sra. Cida, de Belo Horizonte, faz um conjunto de perguntas que acredito sejam dirigidas à Mesa - aliás, sobrou para mim: “Como o Estado de Minas está enfrentando a extrema pobreza para romper com essa barbárie? Os trabalhadores sociais estão suficientemente valorizados, respeitados? O que tem sido mais importante: construir obras viárias ou construir a vida acabando com as privações? Onde está a prática do discurso? Por que o salário mínimo é tão pequeno - não satisfazendo as necessidades básicas definidas na Constituição Federal? Por que, ao legislarem, os Parlamentos não o fazem sempre em favor da vida humana? Por que a miséria avança, apesar dos esforços? O combate à pobreza está na Constituição democrática há mais de duas décadas, e a situação da pobreza não muda.”.

Por fim, há três intervenções. Peço-lhes que sejam breves, para permanecermos no prazo. Sr. Josadac Marques, pode se apresentar. Depois falará as Sras. Renata Flávia, do Conselho Regional de Serviço Social - Cress -, e Júlia, do Cogemas. Após, haverá as respostas.

O Sr. Josadac Marques - Boa-tarde. Deputados e Secretários, gostaria de trazer aqui a questão dos objetivos do milênio, entre os quais estão o combate à fome e à pobreza. A cada ano, no mês de setembro e outubro, há o Dia Mundial de Combate à Fome e à Pobreza, uma campanha mundial que já teve recorde de participação, quando a sociedade e as empresas podem postar as atividades que está havendo.

Fiquei surpreso, ao ver o relatório Brasil 2010, no Dia Mundial da Superação da Pobreza e da Fome, ao saber que, de Minas Gerais, houve apenas três atividades registradas no Dia Mundial de Combate à Fome e à Pobreza. E há o provérbio: “Quando a gente não sabe o que está sendo feito, corre-se o risco de dizer que ninguém está fazendo nada”. Então eu gostaria de deixar como sugestão que se criasse um catálogo de boas práticas das empresas, das escolas, relativamente aos Objetivos do Milênio. Já temos pronto o relatório de cada cidade de Minas, tendo em vista os Objetivos do Milênio, através de um portal, e também para que, num futuro próximo, a comissão discuta e divulgue esses relatórios para os Objetivos do Milênio, uma vez que também agora o Governador firmou parceria com o PNUD, para que esse assunto entre nas estratégias do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Josadac. Com a palavra, a Sra. Renata Flávia da Silva, do Conselho Regional de Serviço Social.

A Sra. Renata Flávia da Silva - Boa-tarde. Sou assistente social. Gostaria de parabenizar esta Casa por esta discussão tão relevante. Cumprimento ao Marcelo, professor que representa o MDS, e todos os participantes.

Apresentamos a discussão da superação da pobreza entendendo ser muito bom, porque estamos discutindo, de fato, tal tema, e Minas Gerais tem papel fundamental e importante nessa discussão, para criar mecanismos que contribuam nacionalmente para este ciclo de debates, apresentando propostas relevantes.

Em nome do conselho regional, quero agradecer, porque nos sentimos valorizados com a exposição do colega assistente social Ronaldo, quando a respeito da utilização de recursos públicos por meio do sistema já organizado, aqui já apresentado.

Percebemos, Marcelo, enquanto representação do governo estadual, ao ler o material de fevereiro de 2011, que o Porta a Porta nos deixa algumas angústias. Queremos salientar que o Porta a Porta prima por uma ação paralela ao sistema, e observamos, ao lermos o documento do Instituto Travessias, que as condições dadas para execução dessa ação tão importante, que deveria primar pela valorização ao trabalho e ao trabalhador, não condiz com o que realmente tem ocorrido. Se me permitem, vou ler o depoimento de uma usuária, D. Henriqueta. (- Lê:)

“D. Henriqueta decidiu participar do Porta a Porta como visitadora social. Sempre viveu em Itinga, numa comunidade que fica a 25km de estrada de terra da sede do Município. Zona rural. No dia programado para a capacitação, ela não conseguiu carona para a sede do Município e resolveu pagar a um amigo motoqueiro para levá-la. Resolvido o problema, D. Henriqueta se dedicou à



capacitação, ficou até o finalzinho, certa de que a condução de volta para casa estava garantida. Enganou-se, porque o tal amigo se mandou de volta para a comunidade. D. Henriqueta tem uma irmã com deficiência, que ficou em casa sozinha. Ou seja, ela não podia pernoitar na cidade. Pegou a estrada de volta, e os pés machucados testemunharam a caminhada de oito horas. No dia seguinte, conversando com a equipe do Porta a Porta, Henriqueta disse que faria a caminhada toda de novo se preciso fosse. O que ela não podia deixar acontecer era que sua comunidade ficasse fora da Oficina do Travessia.”

O que vemos é que, se primamos pela valorização do trabalhador, pela valorização do trabalho que se efetiva, de fato, há uma contradição. Gostaria que o Marcelo apresentasse qual o papel de destaque dessa visitadora social, qual o objetivo, qual o motivo de o órgão estadual não repassar esse recurso que deveria ser repassado diretamente ao Cras e é repassado para execução da ação do terceiro setor.

Falando pela categoria, quero saber como está a discussão no governo do Estado para efetivar as 30 horas, pensando também na qualidade dos serviços ofertados pelos assistentes sociais e pelos demais trabalhadores da assistência social. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Renata. A última inscrita é Júlia Restori, Presidente do Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social - Cogemas.

A Sra. Júlia Maria Muniz Restori - Boa-tarde. Como representante do Cogemas, faço parte da Comissão Intergestora Bipartite - CIB -, responsável pela pactuação de recursos a ser partilhados pelos Municípios. Nessa lógica da instância de pactuação, temos um fluxo de encaminhamento: a CIB discute, propõe e aprova critérios e cabe ao Conselho Estadual de Assistência, responsável pelo controle social, fazer a deliberação.

Minha pergunta é para o Marcelo Garcia, que, em sua fala, se mostrou aberto à discussão, o que achei muito bom. Os recursos do Piso Mineiro de Assistência Social que foram destinados a esses novos Municípios não foram discutidos, nem pactuados na CIB, nem deliberados pelo Conselho Estadual. Como penso que toda política pública deve ser feita com base em critérios federativos, causa-me muita estranheza a ideia de Porta a Porta e de recurso destinado a Cras. A grande luta que todos temos de travar é que todos os recursos destinados à política pública de assistência social sejam aportados no Fundo de Assistência Social e que o Conselho delibere sobre eles. Penso que todos os Municípios têm o mesmo direito. Dizem que o Porta a Porta vai atender a um número determinado de Municípios, mas por que se pensou nesses Municípios? Por que Betim tem a prerrogativa de falar, como se disse aqui, que quer o Porta a Porta? Se esse é um programa universal, tem de atender a todos e temos de estabelecer critérios para todos. Então, gostaria de saber quais são os critérios estabelecidos para o Porta a Porta, apesar de achar, como representante dos Municípios, que temos de avançar na discussão. Aliás, peço a sua colaboração para que todos os recursos destinados à execução da política de assistência social sejam aportados no Fundo Estadual da Assistência Social.

Por fim, também participamos de alguns debates, até com a presença do Deputado André Quintão - fomos a várias regionais, discutindo a implantação do Suas no Estado e o Pacto de Aprimoramento de Gestão. Realmente, Minas Gerais é o primeiro Estado a elaborar o Pacto de Aprimoramento de Gestão, mas, após elaborado, precisamos avançar e executar o que está proposto no plano. Como você bem disse, o concurso público está aí. Ótimo, até porque é uma deliberação do Pacto de Aprimoramento de Gestão, elaborado há muito tempo. Mas, no Pacto de Aprimoramento de Gestão, penso que temos de discutir, como já disseram os companheiros, o reordenamento das regionais. Não há como executarmos a política de assistência social em um Estado com a amplitude do nosso, com 853 Municípios, se não nos fortalecermos em âmbito regional. O Piso Mineiro de Assistência Social realmente foi um avanço, mas precisamos discutir o seu valor. Com alguns Municípios de porte 1 recebendo R\$2.000,00 de Piso Mineiro de Assistência Social, é difícil decidirmos em que investir. Realmente, precisamos avançar na definição de um valor satisfatório para a execução dos serviços e pensar no cofinanciamento federal, estadual e municipal. Se recebemos, por exemplo, recursos de maior magnitude do governo federal, não devemos discutir o fato de haver prerrogativas para deliberarmos onde investir, até porque a época de “programinhas” já acabou.

Hoje trabalhamos na lógica do piso e da tipificação do serviço. Temos de fazer o seguinte: o governo federal tem de ter um aporte de recurso “x” para os Municípios. Se o Estado de Minas Gerais não puder se aproximar ao mesmo patamar, vamos fazer com que pelo menos esteja mais próximo, porque o cofinanciamento tem de ser feito com um aporte de recursos substantivo para que realmente consigamos fazer o que é necessário. Não é a questão somente de busca ativa. Precisamos ofertar serviços de qualidade, porque a busca ativa já está sendo feita.

Portanto, gostaria de saber quais são as propostas do governo do Estado em relação à ampliação dos valores do piso mineiro e, no que diz respeito à regionalização dos serviços das regionais, quando realmente serão efetivadas, porque no PAC de aprimoramento já está sendo colocado. É isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Júlia. Neste momento, passarei a palavra ao Marcelo para que ele responda às questões que lhe foram dirigidas.

O Sr. Marcelo Garcia - Primeiramente gostaria de dar uma boa notícia ao Rômulo: o Governador marcou uma reunião com todos os Secretários envolvidos no Brasil sem Miséria: de Meio Ambiente, de Agricultura, de Saúde, de Educação e de Desenvolvimento Social. Todos estão sendo chamados, porque o Governador quer dar unidade à proposta do Brasil sem Miséria. Ontem, ele disse claramente que não quer que seja varejo, ou seja, que fique indo lá pedindo projetos. Portanto, será um programa único, uma única proposta organizada com os indicadores e as privações de Minas Gerais. Acredito que essa seja uma notícia importante, de forma que cada Secretário não fique tratando em seu Ministério específico e que haja superposição, até porque devem se oferecer as contrapartidas estaduais do ponto de vista legal. Portanto, isso tudo será bastante organizado. Foi um acordo dele com a Presidenta da República. O Governador acabou de convocar a reunião para a próxima quinta-feira com os Secretários para organizar a estratégia mineira de chegar ao Brasil sem Miséria. Se essa fala pudesse ser levada à Ministra, seria ótimo.

Sobre a questão do uso de drogas, o Governador publicou um decreto - se não me engano, em fevereiro ou março - organizando uma importante agenda de combate ao uso de drogas, a qual começamos a operar a partir de julho. É uma questão difícil de organizar,

Deputado André Quintão, pois há pouca organização sobre drogas de trabalhadores. Tudo é muito ligado à Igreja e à religião; então, em julho, sairá uma ação concreta de prevenção e de tratamento. Estamos organizando essas propostas.

Aproveito a primeira pergunta para dizer que 95% das metas do milênio em Minas Gerais foram cumpridas em 2010, atestados pelo PNUD. Tem gente que não acredita, mas, segundo o PNUD, Minas cumpriu todas as suas metas do milênio. Então, o Governador fez um desafio com o próprio governo de repactuar essas metas, ou seja, ele repactuou metas mais ousadas para 2015. Não é porque cumprimos metas em 2010 que não avançaremos mais ainda na questão de educação, do combate à fome, da miséria etc. Sendo assim, essas metas estão repactuadas.

No que se refere ao orçamento destinado à assistência social, Júlia nos lembrou que vivemos em uma Federação e, por isso, precisamos comparar. Ela é Diretora do Cogemas e precisa comparar quanto os Estados investem na política de assistência social. É fundamental fazer essa comparação, até porque a arrecadação é única e há distribuição dos recursos aos Estados. Por exemplo, o Rio de Janeiro, com 92 Municípios, arrecada mais do que Minas. Vivemos numa Federação, e Minas tem sido efetivamente pioneira no financiamento público de assistência social. Não dá para discutir isso; aliás, os Estados vêm aqui discutir conosco. O piso está sendo implantado em vários outros Estados por conta daqui. O valor é necessário? Não é, Ronaldo e Júlia. Claro que não é, como não é razoável também o piso de proteção básico e o piso de proteção especial do Fundo Nacional de Assistência Social, que não tem reajuste desde 1999. Claro que não é. Sabemos que não é.

É necessário haver um incremento, tanto no piso nacional quanto no estadual, e convencer as Prefeituras a colocarem recursos também para trabalhadores, para o Cras etc. Mas estamos avançando. Para uns, podemos estar avançando muito e, para outros, menos ou um pouco menos ainda; mas estamos avançando.

Então, Júlia, você, como presidente do colegiado, colocou questões corretíssimas: questões da Comissão Intergestores Bipartite - CIB - e do Conselho Estadual. Não tenho nenhum constrangimento de dizer que é preciso rever essa posição. Devemos sentar com a CIB e pactuar com ela. Não poderia falar nada diferente aqui, porque estaria rasgando a minha história. Devemos pactuar com a CIB, sim, e aprovar o Conselho Estadual, sim. Só temos um problema: tanto o Brasil sem Miséria quanto o Programa Travessia não estão no Fundo Nacional de Assistência Social, nem no Estadual - talvez até por causa disso. Precisamos sentar e dizer: todos os dois programas precisam ir para o Fundo Nacional da Assistência Social e para o Fundo Estadual da Assistência Social, para pactuar o Brasil sem Miséria na Comissão Intergestores Tripartite - CIT -, porque não é pactuado, assim como não são também a Inclusão Produtiva e o Bolsa-Família.

Fui membro da CIT por cinco anos. Se esse problema está acontecendo aqui, concordo com você integralmente. Temos de levar para a CIT a discussão da pactuação do Porta a Porta, do Piso Mineiro e de qualquer ação que tiver o envolvimento do Cras como referência. Devemos também discutir exaustivamente essas questões no Conselho Estadual. Falo como chefe de assessoria do Governador, que esse é um compromisso do Governador. Se, nesta Assembleia, veio esta demanda, ela será revista, porque não posso rasgar a minha história. Não aqui. Posso rasgá-la em outras partes da vida, mas não na assistência social. Então digo que o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas - é organizado. Sou chefe da assessoria do Governador, repito, não sou gestor da pasta, mas, como tal, minha função é esta: ouvir o que não está na toada da regulação, da participação e do envolvimento para discutir com os Secretários, concordando ou não.

Ronaldo, peço-lhe desculpas. É claro que isso me causa constrangimento. Jamais poderia ter falado isto: se Betim quer, mande um "e-mail". Não é assim que a banda toca. Falei na emoção de dar a você uma resposta. Mas, repito, se Betim quiser, procure a CIB e apresente a discussão lá, porque ela está querendo antecipar a busca ativa.

Gostaria de agradecer a Júlia pelas considerações, porque ela fez um alinhamento importante para toda a discussão que fizemos na construção da NOB-Suas e na tipificação do serviço de assistência social. Só discordo de uma coisa, Júlia, permita-me. Não estamos fazendo busca ativa no Brasil; não estamos. Na regra geral, tipificamo-nos na busca ativa, mas não criamos tecnologia para ela. E gostaria que o Ronaldo fizesse essa reflexão também. Não criamos tecnologia para a busca ativa. Então há uma parede na porta do Cras para sairmos e fazermos busca ativa. Isso acontece de forma geral em todos os Cras do Brasil. Pode ser que na sua cidade tenhamos avançado muito. No Rio de Janeiro, avançamos muito, porque tinha até transporte no Cras para visita domiciliar. Nenhum assistente social ou psicólogo pegava ônibus com vale-transporte para entrar em favela etc. Mas, enfim, esse realinhamento é bastante importante.

Quanto à questão dos trabalhadores, falamos sobre o concurso público. Teremos de discutir com os Coegemas e no Conselho Estadual que regionais terão de ser as regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Qual é o novo papel da regional? Ela não pode ser um núcleo de despachos do nível central. As regionais precisam coordenar as cidades. Um Estado deste tamanho não pode ter uma regional para ficar pegando e repassando papel. Isso acontece no Brasil inteiro. Em São Paulo também é assim. Mas foi uma falha nossa, pois não identificamos na NOB qual seria o papel de uma regional de secretaria de grande porte, como as de Minas, São Paulo, Bahia. Não está claro lá; então, o que fazer? É uma subsecretaria, uma secretaria regionalizada ou o quê? Ela não tem papel, e devemos tratar desse assunto.

Criamos em Minas uma secretaria específica para o Vale do Jequitinhonha e para o grande Norte. Os maiores problemas estão no grande Norte. O Governador esteve em uma reunião com a Presidenta da República, em Aracaju, e com todos os Governadores do Nordeste. Especificamente, ela se comprometeu, Secretário Rômulo, com o grande Norte de Minas.

Estive com o Deputado André Quintão um dia desses, e ele me falou da questão da água. O mapa de privações que estamos fazendo com a tecnologia do PNUD indica claramente que no grande Norte de Minas a grande privação é de água. Teremos que trabalhar essa questão.

A Dilma pergunta se o governo vai investir mais na área da assistência social. Está investindo mais. Precisamos dar visibilidade para o investimento. Saírei desta audiência com a certeza de que é preciso conversar mais com os Municípios, com os gestores municipais e com os técnicos para ficar claro o investimento. Penso que a Dora me conhece, a Júlia e o Ronaldo me conhecem desde alguns anos. Fui gestor municipal durante muitos anos. Não posso me furtar a esse diálogo em hipótese alguma. Como Chefe da



Assessoria do Governador, meu “e-mail” está aberto para conversar com todas as Prefeituras e entidades, para que essas demandas que estão fora do alinhamento da política pública da assistência social possam ser corrigidas com os Secretários de Estado. Se está fora do alinhamento, tem que ajustar. Esse compromisso está assumido aqui, o “e-mail” e o Twitter estão abertos. Não dou o número do celular porque durmo muito cedo, às 21 horas, e se tocar o telefone às 22 horas não vou atender. Esse alinhamento é tranquilo, e as coisas que vocês expuseram precisam ser discutidas.

Quanto ao Cress, não estamos negando a questão do trabalhador. Fui gestor na cidade do Rio de Janeiro, e fui quem fez mais concursos em todo o Brasil para a assistência social. O que estamos dizendo é que, em algumas comunidades, há participação popular na Busca Ativa. Senão, o trabalhador não consegue identificar quem está naquele lugar. É outra questão, mas é claro que valorizamos a questão do trabalhador. Estou aberto para conversar com a Diretoria do Cress sobre qualquer discordância quanto à questão técnica que temos encaminhado no Porta a Porta ou em qualquer outra questão. É conversando que a gente se entende. O Rômulo disse muito bem: temos uma oportunidade única de combater a miséria no Brasil. Existem divergências colocadas historicamente entre grupos na assistência social, que podem continuar sendo divergências, mas não podem ser impeditivo para construirmos pontes e travessias para as populações em situação de miséria.

Deputado André Quintão, agradeço muito o convite. Essas audiências precisam ir para o interior, e iremos juntos. Precisamos conversar com as entidades, com os gestores e com os órgãos de classe, porque não há outro espaço para um consenso, para tentarmos soluções que não o espaço coletivo de debate. Secretário Rômulo, leve meu abraço à Secretária Ana Fonseca. Não tenha dúvida de que podemos ter divergências técnicas e tecnológicas para um Brasil sem miséria, mas isso não quer dizer que não vamos trabalhar juntos com o governo federal nessa questão de combate à extrema pobreza. Vamos trabalhar juntos. Tenho estado mais com a Ana, colocamos a discordância, vamos em frente, porque o que importa é superar a miséria no Brasil. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Registro que foram 780 inscrições no ciclo de debates, talvez um dos maiores públicos. Só de entidades presentes são 200. Com a palavra, o Sr. Rômulo Paes, para suas considerações finais.

O Sr. Rômulo Paes - Primeiro, quanto à pergunta sobre combate às drogas, faz parte do plano. Já havíamos lançado, no ano passado, um programa de combate ao “crack” e outras drogas, que permitiu um investimento maior de R\$100.000.000,00 para a construção e adequação de Cras no Brasil.

Além disso, houve também um programa de treinamento de 4 mil profissionais dos Cras para manejar essa questão, porque isso já bate direto no Cras. Na verdade, é preciso aumentar a competência, nos centros de referência, para lidar com esse grande problema que enfrenta o Brasil. Além disso, agora estamos discutindo os protocolos para entendimento com a área da saúde, pois essas são as duas áreas que estão na ponta - além, obviamente, da segurança pública - e precisam enxergar-se mutuamente e definir o que cabe a cada um desses serviços: unidades de saúde, consultórios de rua, unidades de atendimento de urgência e os centros de referência. Só quero alertar que essa questão da drogadição é muito mais complicada que simplesmente a questão socioeconômica. O que acontece, de fato, é o seguinte: para a pobreza tudo é mais difícil e complicado. Então, a questão das drogas não é só um problema da pobreza. Ela, no País, é mais ampla e extensa e não é apenas um fenômeno só dos grandes centros. Há um processo de interiorização evidente da circulação de drogas no País. Também para tornar esse fenômeno mais complicado, o processo de enriquecimento do País aumenta as oportunidades de consumo. Essa é a verdade. Ou seja, há mais dinheiro circulando e mais pessoas querendo comprar a droga e, obviamente, mais pessoas vendendo-a. Então, esse é um dos grandes desafios do País. Não é fácil, e todos teremos de trabalhar muito para começarmos a ter bons resultados em relação a isso.

A outra pergunta é sobre o relacionamento dos vários ministérios. A nossa forma de trabalhar é a seguinte: são oito ministérios que executam políticas, e o Ministério do Desenvolvimento Social coordena todos eles. São: Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente. As secretarias específicas não participam na provisão de serviços, mas acompanham todo esse debate. Também estão presentes outras áreas do governo, como fazenda, planejamento e casa civil, que integram essa estrutura de coordenação. No total, são 11 ministérios. Temos, portanto, uma rotina: instâncias de ministros e secretários executivos e instâncias de acompanhamento, nas definições, portanto, tanto das metas quanto das suas execuções. Então, essa é a forma de trabalharmos. Cada ministério executa as suas políticas e segue os seus ritos de pactuação. Então, o que couber ao Ministério da Educação seguirá o rito próprio do Ministério da Educação. O que será cobrado dele, nessa câmara, é o cumprimento de metas e a compatibilidade dos seus programas e das suas políticas com as demais. É assim que vamos trabalhar. Ou seja, não vamos criar um superministério que substituirá a ação específica de cada ministério. Cada um tem sua competência e seguirá dessa forma. Estamos falando de integração, e esta se dá assim: definindo metas comuns, uma agenda compatível e cobrando resultados.

Sobre a questão do financiamento para o plano, como falei, já há um recurso considerável, próprio das políticas em curso, e outro que é suplementar, porque há, sobretudo, uma ampliação de metas. Por exemplo, vamos ampliar muito o PAA e também outros programas. Também há um novo investimento, mais especificamente alguns desenhos mais novos de alguns programas, como, por exemplo, o Bolsa Verde. Obviamente, como falei, isso é a primeira camada. Vários Governadores e, inclusive, o Governador Antonio Augusto Anastasia estão trazendo a contribuição do Estado, e também os Municípios estão trazendo a sua contribuição. Um exemplo muito prático: estive conversando com o Secretário Jorge Nahas sobre como Belo Horizonte, por exemplo, poderia incluir o BH Cidadania nesse esforço.

Isso se dá tanto pela experiência da possibilidade de generalização quanto por desenhos específicos aplicáveis à situação de Belo Horizonte. A nossa expectativa é que haja investimentos coordenados e combinados dos governos federal, estadual e municipal.

Em relação às cozinhas comunitárias e aos bancos de alimentos, eles não entraram no plano, primeiro, porque seguem a política do Ministério do Desenvolvimento Social. Todos os programas do Ministério necessariamente não terão de convergir na direção do Plano Brasil sem Miséria. Há de ver qual é a adequação do plano em relação à população-alvo. A população-alvo tanto dos restaurantes populares quanto das cozinhas comunitárias e das outras iniciativas de segurança alimentar, no que tange à rede de equipamentos de segurança alimentar, é mais ampla que essa população específica, por isso eles seguem o seu curso. Eles não estão nem desprezados nem muito menos extintos. Eles têm uma amplitude maior de intervenção, portanto seguirão o seu curso.

Quanto a essa questão de o Cras ser porta de entrada ou de saída, o Patrus já me ensinou que esse negócio de porta de entrada e de saída é a maior roubada. Mas não quero que o assunto seja visto dessa forma. Prefiro outra metáfora mais futebolística, de meio de campo. É ele quem toca a bola. Isso significa que já há uma competência desenvolvida. No início, quando começamos este debate, consultamos muitas pessoas. No trabalho que as Ministras Ana Fonseca e Tereza Campello fizeram, consultamos mais de 200 pessoas, separadamente, e um número ainda maior, em grupo. A coisa funciona assim: existe um sistema que é dado pela base de dados do Bolsa-Família e outro sistema de oferta e de alternativas de emprego. Quando esses dois sistemas se encontram, por mágica, a oferta também se encontra com a demanda. No entanto o MDS nos diz que a vida não funciona assim. Se não houver alguém, um ser humano que compreenda as necessidades dessa família, as suas dificuldades e que consiga dialogar com ela, de modo que as oportunidades que vão sendo apresentadas sejam devidamente adequadas, isso não vai acontecer. Será mais um retumbante fracasso. Então o papel do Cras é exatamente este: a interface humana do Estado na relação com os beneficiários ao encaminhá-los para as várias oportunidades, para os vários serviços públicos. Portanto, hoje, várias oportunidades se apresentam por via do serviço público, como a intermediação de emprego do Sine. Essa é a questão.

O que há de diferente nisso em relação às responsabilidades inerentes ao profissional de serviço social e do Suas? Na verdade, não há diferença nenhuma, porque isso já está escrito nas suas atribuições. A diferença foi que conseguimos fazer com que o resto do setor público trabalhasse nessa direção. O que importa é fazer com que os outros passem a bola para o meio de campo e reconheçam esse meio de campo como o centro organizador da relação Estado e indivíduo ou Estado e família. Essa é a grande diferença. Houve uma conquista em termos de responsabilidade política e administrativa do setor. Ai vocês vão me dizer para eu explicar isso para o Prefeito. Exatamente, vamos precisar fazer isso, e vai dar trabalho. Como replicar essas estruturas nos níveis estadual e municipal?

Gostaria de saudar a informação dada pelo Marcelo em relação ao Governador Anastasia, porque isso é muito importante, é uma demonstração efetiva de como organizar esse trabalho.

Do contrário, e isso foi muito bem ilustrado pelo Marcelo, vamos replicar o que observamos diariamente na gestão pública: a competição, a resolução singularizada do problema, ou seja, vou cuidar da minha freguesia. Então esse é um passo muito importante, o que indica que não apenas os Prefeitos têm concordância com essa iniciativa, mas também os Governadores. Eles têm história, contribuição, para esse processo. Isso é muito bem-vindo.

Há uma pergunta da Dilma Luiza Jorge: “o que acontece com a população que está acima desse ponto de corte de R\$70,00?”. Quero lembrar uma coisa fundamental. Continuamos tendo política para eles. O fato de estarmos priorizando uma população que tem uma renda “per capita” inferior a R\$70,00 implica também organizar os recursos de que o Estado dispõe, mobilizar a capacidade do Estado para apresentar uma alternativa para essa população. Entretanto o Cras continua atendendo todas as populações vulneráveis, que são da sua responsabilidade. Isso também vale para a educação, a saúde, a qualificação e as políticas de desenvolvimento agrário. A questão é que estamos fazendo um esforço de priorização neste momento. Aliás, isso também não é novidade. Como vamos instalar uma capacidade em relação a determinada política pública, seja o Saúde da Família, o Paisc, seja qualquer outra política? Fazemos escolhas de priorização de população em função da nossa capacidade de investimento, não apenas a capacidade financeira, mas também a capacidade instalada, pessoas, equipamentos, etc. É assim que fazemos o tempo todo, até nas políticas universais. Então o que estamos fazendo é uma escolha. Por onde vamos começar. Começaremos pelos mais pobres. Digo mais: pelos muitos pobres ou - há os que usam essa expressão, da qual particularmente não gosto muito - os miseráveis. Prefiro dizer extremamente pobres. Então essa é a nossa escolha.

Finalmente, gostaria de falar sobre a força de trabalho do Suas. A constituição do Suas gerou uma capacidade excepcional para o desenvolvimento do mercado de trabalho para os profissionais que trabalham com a proteção social, não apenas os da assistência social, mas também com a proteção social no sentido mais amplo, até porque o Suas precisa agregar várias competências além do serviço social, como pedagogos, psicólogos, etc. E também desenvolver competências que não são apenas de profissionais de curso superior, mas também do nível médio, que não têm a sua atividade regulamentada, com uma contratualização de trabalho extremamente precário. Então geramos possibilidade de disciplinar isso também, no bom sentido, e que o Estado reconheça essas competências, porque são necessárias para o bem-estar social do País, e que os assistidos avancem no processo de reconhecimento dos seus direitos como trabalhador. Isso também tem uma repercussão muito positiva nas condições de trabalho dos trabalhadores da proteção social, usando esse conceito mais amplo. Penso, então, que isso também precisa estar na agenda de governo. É justamente o trabalho de vocês e das associações de trabalhadores que fará com que isso seja acelerado e com que os patamares, os quais o Estado possa prover para as condições desses trabalhadores, sejam também adequados. Então, gente, é o início de uma caminhada. Há muita coisa por fazer e muita luta para ser empreendida.

Quero despedir-me de vocês e agradecer-lhes por esta tarde maravilhosa, em que pude reencontrar Marcelo Garcia, André Quintão e vários amigos, que resistem bravamente, como a Carla Alves, a Aninha e outros mais. Agradeço pela oportunidade de debater com vocês nesta tarde, nesta bela cidade.

O Sr. Presidente - Eu é que agradeço, Rômulo, Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Rômulo une competência e inteligência com compromisso social, assim como o Marcelo. A diferença é que o Marcelo é do Rio; e o Rômulo, do Pará. Ambos abraçaram - o Rômulo há muito mais tempo - Minas Gerais como Estado.

Há uma pergunta da Cida sobre a questão do papel do Legislativo. Primeiro, considero que a Assembleia de Minas Gerais, desde 2003, tem dado contribuição muito grande a esse debate. Tivemos, nas várias comissões, não só na que presido, a de Participação Popular, vários espaços, como debates públicos, audiências, legislações, discussão orçamentária. Então, a Assembleia tem atuado.

Precisamos registrar uma coisa interessante: é que às vezes não damos visibilidade a coisas boas. O Marcelo até já falou sobre isso. É difícil sair uma notícia boa quando o Legislativo acerta. Em 2005 - e falei isso pela manhã, Rômulo - fizemos um trabalho integrado com o Ministro Patrus, com o Governador Aécio, com o Secretário de Planejamento Antonio Anastasia, com o Secretário de Desenvolvimento Social Custódio Marques e com a Rosilene Rocha, que era a Secretária, depois foi para a assistência social. Fizemos um mutirão a partir da Comissão de Participação Popular da Assembleia, Marcelo. Fomos a todas as regiões; Minas Gerais tinha 226



Municípios sem CPF básico, conselho, plano e fundo para acessar recursos do Suas. Viramos isso, e Minas Gerais, de fato, foi reconhecido como o Estado que primeiro implantou esses planos. Nas discussões de revisão do Plano Plurianual, antes de sair a Norma Operacional Básica – NOB – do Suas – tínhamos integração com o Ministério, estávamos acompanhando -, aprovamos uma ação no PPAG para o ano seguinte de cofinanciamento para implantação do Suas na proteção básica. Quando saiu a NOB, já havíamos aprovado na lei, para o ano seguinte, a condição legal de implantar o Suas em Minas Gerais.

Essa construção a que a Cida se refere, o papel do Legislativo, é muito importante. Em 2003 foi uma emenda popular que garantiu o projeto estruturador de inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Hoje eu disse à Cida que, quando o governo federal encaminhou o PL Suas, rapidamente fizemos uma adequação na Assembleia para Minas ter o Suas em lei. A legislação do nosso Estado é de 1996, ainda havia subvenção social em Minas Gerais. Conseguimos fazer a tramitação desse projeto, que virou lei em janeiro, assinada pelo Governador Anastasia, a Lei nº 19.444. O Suas em Minas é lei, e será lei no plano nacional.

Essa iniciativa foi muito construída. Procuramos, e o Marcelo registrou. Sou um Deputado do PT, sou da Oposição, mas, até porque às vezes estou mais na linha de construir pontes do que outra coisa, procuramos o Governador Anastasia e dissemos que puxaríamos esse debate na Assembleia e que queríamos o governo do Estado ao lado. Procuramos o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS -, fiz várias reuniões com o Rômulo, recentemente até com a presença da Ana Fonseca. O Ministério, desde o primeiro momento, colocou-se à disposição, e a presença do Rômulo hoje e da Secretária Nacional da Assistência amanhã é prova disso. Para quê? Para andarmos mais rápido em Minas.

Só hoje tivemos avanços importantes aqui. Essa questão que o Marcelo abordou, de uma integração, uma apresentação de um projeto estadual ao governo federal, é muito importante. Vocês não fazem ideia de como isso é importante, porque vejo algumas movimentações setoriais legítimas dentro do governo para apresentar um projetinho aqui, outro ali e outro ali. Trata-se de projetos importantes, mas sem intenção lógica construída. Quanto à Prefeitura de Belo Horizonte, o Prefeito fez questão de dizer, em viva voz, com o Secretário Jorge Nahas e o Secretário Paulo Bretas, que Belo Horizonte é a Capital do Estado. As discussões aqui são com o Cogemas, porque evidentemente o Marcelo é chefe da assessoria do Governador, mas cita um órgão gestor, a Sedese. A discussão com o Cogemas é fundamental, pois são questões, Marcelo, para as quais tenho algumas pontuações no sentido dessa maior integração com a política de assistência e seus mecanismos de controle, que foram bem colocados aqui, e você já apontou um caminho de construção diferente. Acho que o Rômulo foi muito preciso nas linhas, nos projetos, e ficou tudo muito claro para todos nós. Essa construção, se não for coletiva, não anda.

Em uma outra pergunta, a Cida abordou sobre a visão da pobreza do ponto de vista das Constituições. Uma coisa que descobri agora é que a Constituição Federal fala da questão da pobreza, contudo, na Constituição do Estado, não se fala sobre isso. Já estou até recolhendo assinaturas para entrar com uma proposta de emenda à Constituição do Estado para que, nos princípios e objetivos fundamentais da Constituição do Estado, seja incluída a questão da superação da pobreza, que não está nos princípios da nossa Constituição. Então é uma questão que não está na nossa lei maior de 1989. Como disse o Rômulo, que bom que hoje estamos imbuídos desse propósito!

Agradeço também, Marcelo, a sua presença aqui. Eu até iria brincar, não sei se a Dora ainda está aqui, mas sabemos que, em todo governo, há ênfases, leituras, em termos gerais, mas elas existem. Não tenho nenhuma dúvida de que também no atual governo. E falo ao vivo, sem edição, que o Marcelo é um dos maiores aliados para que Minas Gerais implante, da melhor forma possível, o Plano de Superação da Pobreza. Não tenho nenhuma dúvida disso. Até mesmo este ciclo de debates teve a participação direta do Marcelo. Desde 2007 tentamos concurso público no Estado, e não foi coincidência ele estar aqui em Minas Gerais. Tenho de reconhecer que houve um esforço do Marcelo, porque ele é da área, em mostrar ao governo do Estado que não há como implantar política sem fortalecer suas entidades descentralizadas. Temos ainda algumas questões que iremos apresentar, como a da água. A Copanor, subsidiária da Copasa, tem um critério esdrúxulo, que não atende a unidades com até 200 habitantes no semi-árido. Isso não entra na cabeça de ninguém, e a Copanor tem de rever esses critérios, aproveitando a oportunidade de parceria com o governo federal. Estamos no pé do governo do Estado.

Então queria registrar que foi muito bom este ciclo de debates. Confesso que foi muito bom mesmo, e falo como técnico e assistente social. Como o Rômulo já falou, sou meio técnico e meio político. Saí daqui com muitas reflexões. Já mudei algumas posições, até mesmo ouvindo o Rômulo e o Marcelo. Sei que tem muita gente aqui do Suas. Sou talvez um dos mais antigos militantes da assistência social. Agora, temos de reorientar a nossa perspectiva com o Suas, não para o sistema em si, mas é preciso inserir o Suas nesse objetivo maior, senão perderemos o bonde.

Temos que ter um sistema universal para todos, mas, se há uma convocação nacional, temos que reorientar o nosso esforço para ela, se não perderemos espaço dentro do governo federal, dentro do governo estadual, dentro dos governos municipais. O Rômulo deu a notícia da aprovação do PL Suas. Marcelo, já discutimos isso também. Está para ser votado, em segundo turno, uma emenda de minha autoria, que autoriza os Municípios a efetuarem pagamento de pessoal com o recurso do piso mineiro da assistência social, o que é muito importante. O PL Suas tem isso. Esperamos que o governo federal preserve isso no PL Suas e que o governo do Estado nos auxilie, porque há a base majoritária e já estamos em entendimentos para que essa emenda seja aprovada. Aí o Prefeito poderá ter garantia. Ontem conversei com o Conselheiro Sebastião Helvécio para termos uma retaguarda do Tribunal de Contas, para que a prefeitura receba o recurso, faça concurso público, use o recurso para pagamento de pessoal, capacite esse pessoal, acabe com a precarização e promova uma capacitação que permita uma menor rotatividade.

Parabéns a todos os que ficaram até agora. Cumprimento os trabalhadores da Assembleia Legislativa de todas as áreas que participaram da organização deste ciclo de debates. A Ana, a Darklane, o Eugênio, todo o pessoal do nosso gabinete. A Rosilene está agora nos auxiliando como Consultora na Assembleia Legislativa. Amanhã também será um dia muito importante. Pela manhã, haverá uma discussão específica sobre intersetorialidade, integração das políticas públicas, e estarão presentes o ex-Ministro Patrus; a Gláucia Barros, representante da sociedade civil, com grande experiência em monitoramento de orçamento público; a Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social; e o representante do Estado, que me parece que será definido de hoje para amanhã, da área

da educação ou de uma área afim, para ser um debate que integre todos os níveis de governo. Peço que as pessoas também acompanhem à tarde, quando teremos quilombolas, indígenas, jovens, assentados, sem-terra, exatamente para que possamos ter a dimensão de quem está ou quem representa os que estão na condição de pobreza extrema.

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/6/2011

Presidência dos Deputados João Leite e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Deputado André Quintão - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras da Sra. Denise Colin - Palavras do Sr. Patrus Ananias - Palavras da Sra. Gláucia Barros - Registro de presença - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

André Quintão - Bosco - Carlin Moura - João Leite - Rogério Correia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Estratégias para superação da pobreza”, com as seguintes objetivos: debater as diretrizes do Plano Nacional de Superação da Pobreza Extrema, com vistas à sua efetiva implantação em Minas Gerais; debater as ações propostas pelo governo de Minas e contribuir para a elaboração e a implantação de programas estratégicos para a superação da pobreza extrema em Minas Gerais; propiciar discussão intersetorial das políticas públicas, com vistas à superação da pobreza e das desigualdades regionais; subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, no que diz respeito à superação da pobreza e das desigualdades regionais.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Gláucia Barros, Gerente Programática da Fundação Avina nas áreas de Reciclagem e Desenvolvimento Urbano Justo, Democrático e Sustentável na América Latina; e os Exmos. Srs. Patrus Ananias, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período 2004-2010; Jorge Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Márcio Lacerda, e Deputado Carlin Moura.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia aos presentes, cumprimento o amigo Deputado João Leite, nesta Assembleia um dos parlamentares mais atuantes nas questões de direitos humanos e sociais. Estava pensando, Deputado João Leite, talvez pela primeira vez estejamos compartilhando a mesma Mesa, o ex-Prefeito Patrus, Deputado João Leite e este Deputado. Em 1993 nós tivemos a oportunidade de integrar o governo Patrus, em Belo Horizonte. O Deputado João Leite era Secretário de Esportes e eu Chefe de Gabinete e Secretário de Desenvolvimento Social.

O Sr. Presidente - Com muita honra, Deputado André Quintão. Foi um momento especial. Tive o maior prazer de servir como assessor do governo Patrus na área de esportes.

O Deputado André Quintão - Desde aquela época... Patrus.

O Sr. Patrus Ananias - Foi um momento de grande alegria ter esses dois companheiros como Secretários, Deputados André Quintão e João Leite. Ambos, ao longo da vida, só fizeram por merecer, cada vez mais, minha confiança e meu respeito.

O Deputado André Quintão - Então, Deputado João Leite, é uma honra até emocionante. De fato, tivemos iniciativas vinculando o esporte e a questão social, o que é uma dimensão muito importante. Fiquei muito feliz quando o Presidente Deputado Dinis Pinheiro designou o Deputado João Leite para coordenar esta Mesa, que busca a integração das políticas públicas. Com sinceridade, deixo esse registro. Somos de partidos diferentes, mas, quando tenho oportunidade, gosto de registrar o carinho, o afeto e o respeito que tenho pelo Deputado João Leite. Da mesma maneira, é uma honra ter aqui o Sr. Patrus Ananias, ex-Ministro do Desenvolvimento Social. Ninguém precisa falar do trabalho realizado nos últimos anos, em nosso país, tendo à frente o ex-Ministro Patrus Ananias, ex-Prefeito de Belo Horizonte, Deputado mais votado da história de Minas Gerais e funcionário concursado da Assembleia Legislativa. Com sua experiência, com certeza muito contribuirá para este debate.

Cumprimento a Sra. Denise Colin, Secretária Nacional da Assistência Social, que é militante, técnica, acadêmica, gestora e reúne todos os atributos, todas as capacidades técnicas e humanas para estar à frente dessa importante Secretaria. Essa Secretaria já contou com a nossa companheira Rosilene Rocha, que hoje nos auxilia também na Assembleia Legislativa, com a Ana Lígia e com a nossa querida amiga do Paraná, Márcia Lopes. Denise, transmita à Marta o nosso carinhoso abraço. Nós, que militamos nessa área da assistência social há tantos anos, sabemos da importância do Suas no enfrentamento da pobreza extrema. Seja muito bem-vinda a Belo Horizonte, assim como o Crispim Moreira, que foi Secretário de Segurança Alimentar do Ministério, e o Marco Aurélio Loureiro, que



hoje representa a Secretaria de Planejamento, integrada também ao Ministério. Denise, se o Aeroporto de Confins continuar fechado, seja muito bem acolhida por todos nós neste final de semana em Belo Horizonte.

Registro também a presença nesta Mesa da Sra. Gláucia Barros, militante histórica pelos direitos da criança e do adolescente, que hoje está à frente de uma fundação muito importante, Fundación Avina, que tem trabalhado muito na questão da transparência e do controle e acompanhamento público. É uma honra contarmos com a sua presença nesta Mesa. Tivemos o cuidado de incorporar também integrantes da sociedade civil para essa reflexão e o nosso Secretário de Políticas Sociais da Prefeitura, Jorge Nahas, que ontem também esteve presente. Está também conosco a Secretária de Assistência Social do Município de Belo Horizonte, Beth Leitão.

Ontem o Prefeito Márcio Lacerda fez questão de ligar para cá - eu estava à Mesa quando ligou - para registrar o empenho da Prefeitura de Belo Horizonte em se integrar nesse esforço do governo federal, com a parceria do governo estadual, na superação da pobreza extrema. A Prefeitura de Belo Horizonte tem um grande peso para nós, no que diz respeito ao Estado de Minas Gerais, pela experiência acumulada nessa Mesa de integração de políticas públicas.

Nesta abertura, gostaria de dizer que muitos estiveram presentes na reunião de ontem, que foi extremamente proveitosa e produtiva. Pela manhã discutimos o diagnóstico da situação da pobreza extrema no País. Contamos com o Ipea, representado por Jorge Abrahão, e a Fundação João Pinheiro, com a Carla Bronzo. Tivemos uma abordagem mais econômica, com a estatística monetária, e outra, com aspectos subjetivos da pobreza em nosso país.

À tarde, o Secretário Executivo do MDS, Rômulo Paes, apresentou as diretrizes e as linhas principais do Plano Brasil sem Miséria. O Assessor-Chefe de Articulação, Parceria e Participação Social do Governo do Estado de Minas Gerais, Marcelo Garcia, fez uma exposição sobre as iniciativas do governo do Estado e reiterou a disposição desse governo de se integrar a esse esforço nacional.

Deputado João Leite, ontem tivemos uma boa notícia: o Governador, na próxima quinta-feira, realizará uma reunião com todos os Secretários de Estado, com a ideia de apresentar um plano integrado de Minas Gerais ao governo federal, para que não haja negociações somente de cada Pasta na busca do seu Ministério de atuação. Isso já foi um grande avanço.

Estamos realizando este ciclo de debates exatamente para aproximar, integrar e facilitar essa interlocução de movimentos sociais, que estarão presentes à tarde. Os Municípios estão aqui representados pela Associação Mineira dos Municípios - AMM - e pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social. Pretendemos aproximar instituições, antes federados, Municípios, Estado e governo federal, para abraçarmos essa tarefa de superação da pobreza extrema em nosso país.

Agradeço muito o acolhimento desta Casa ao convite ao ex-Ministro Patrus Ananias, à Secretária Denise Colin, à Gláucia Barros, da Prefeitura de Belo Horizonte, representada pelo Jorge e pela Beth, e a todos vocês. Esperamos ter hoje na Assembleia Legislativa um trabalho tão produtivo quanto o de ontem. Esta Mesa de abertura de hoje diz respeito ao papel que cada política pública tem nesse desafio de superação da pobreza, mas numa perspectiva integrada. Ontem isso foi dito aqui por todos os expositores a política pública, principalmente após 1988, teve a sua trajetória, teve a sua caminhada, teve os seus avanços. Mas essa integração é fundamental para termos uma efetividade maior. E hoje estamos com pessoas que detêm uma grande experiência, seja lutando pelos movimentos sociais, seja no campo da gestão e da reflexão acadêmica sobre essa temática.

Portanto, bom trabalho a todos vocês. Estaremos sendo muito bem conduzidos pelo Deputado João Leite. Muito obrigado.

Esclarecimentos Sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado André Quintão. Esclarecemos que após as exposições abriremos espaço para apresentações de sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, ou enviadas pelo formulário do Participe Agora ou do 0800. Para melhor organização do debate, ainda durante a fala dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas propostas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar, acessando o “site” da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br, abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em Participe Agora. Para enviar sua contribuição ou telefonar, gratuitamente, liguem para o número 0800 7092564.

Com a palavra, a Sra. Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para sua exposição sobre o tema “Proteção social para segmentos de alta vulnerabilidade, construindo políticas intersetoriais e intergovernamentais para o combate à pobreza”.

Palavras da Sra. Denise Colin

Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar a Mesa e agradecer o convite e a oportunidade de o governo federal estar discutindo, com ampla participação do conjunto dos Estados, dos Municípios e com a sociedade civil, a sua proposta de assegurar proteção social à população brasileira. Neste momento, instados pelo governo federal como um todo, com seus órgãos sob o comando da Presidente Dilma Roussef, estamos envolvidos num plano Brasil sem miséria, que tem por proposta eliminar as diversas formas e as causas multidimensionais que acarretam a extrema pobreza em nosso país.

Quero cumprimentar a iniciativa da Assembleia Legislativa, em especial o Deputado André Quintão, que tem militância e compromisso com essa causa não só na cidade de Belo Horizonte, mas também em Minas Gerais. O André é um expoente que tem embarcado nessa luta. E eu, que sou do quadro do Ministério Público do Estado do Paraná, já estive aqui, onde ele, com o conjunto do Ministério Público, buscava alternativas para essa situação. Gostaríamos de agradecer ao André e pedir que continue nesse propósito, porque é isso que fará a diferença para superar a desigualdade no nosso país.

Ao ex-Ministro Patrus Ananias, mas Ministro do nosso coração, quero dar a bela notícia de que, por conta do seu envolvimento no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas, mas especialmente no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social, que tivemos o prazer de aprovar no Plenário do Senado Federal, na noite de quarta-feira, e agora temos o Suas instituído por lei. Gostaria de fazer uma homenagem ao ex-Ministro Patrus Ananias.



Devemos dedicar essa vitória não só a ele, mas também a militantes, profissionais, usuários e entidades da sociedade. Encontrei-me com várias pessoas que foram relatoras de conferências, como a Secretária Rosilene, a Secretária Bete, a Júlia do Cogemas, enfim, muitas pessoas estão fazendo essa história e construindo um novo modelo de desenvolvimento social aliado ao desenvolvimento econômico.

Quero saudar também a Gláucia Barros, que está representando a sociedade civil na perspectiva de desenvolvimento sustentável integrado.

Cumprimento o Deputado João Leite, com quem tive o prazer de conviver. Ele foi Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social - FONSEAS. Cumpri a função de coordenar a política estadual de assistência social no Paraná. Fizemos vários eventos para construir essa política no País.

Saúdo também Jorge Nahas, Secretário de Políticas Sociais, que também congrega essa responsabilidade.

Solicito que os 20 minutos a que tenho direito comecem a partir de agora. Prometo que vou pular várias lâminas, porque não conseguirei fazer a leitura de todas.

Em face do tema em debate “Estratégias para a superação da pobreza”, é necessário termos clareza do que significa proteção social na área da assistência social e no conjunto das políticas de seguridade social. Ela se caracteriza como uma proteção social não contributiva e tem a finalidade precípua de combater as desigualdades. Consta no fôlder do evento o art. 3º da Constituição Federal, que tem esse propósito. Essa política pública se coaduna perfeitamente com esse objetivo. Agora, capitaneados e conclamados pela Presidenta, temos o propósito de enfrentar o desafio de superar a pobreza extrema e alcançar patamares diferenciados de condições de civilidade e sociabilidade para a nossa população. É inadmissível que algum brasileiro viva em condições inadequadas, sem acesso a bens e serviços. Nesse propósito, a primeira ideia é superarmos o patamar de miserabilidade a fim de estabelecer, cada vez mais, situações positivas de enfrentamento dessa situação, condições e qualidade de vida para essa população. São os desafios das três esferas e as responsabilidades nossas como entes federados.

Proteção social. Há um livro muito interessante do Ipea sobre o sistema de proteção social no Brasil. Nesse livro, proteção social é entendida como a realização de várias políticas setoriais, não só o conjunto das três políticas que envolvem a seguridade social. Com certeza o Dr. Jorge abordou isso na tarde de ontem. Nesse livro é ressaltada a importância das políticas de educação, saúde, trabalho, habitação e assistência social. Esse conjunto de políticas públicas vai permitir o acesso da população a bens e serviços, a fim de não apenas enfrentar situações de risco, mas também equalizar oportunidades, melhorar as condições de distribuição, combater desigualdades e aprimorar as condições sociais de vida da população. A Tereza Campelo, assessora do gabinete da Ministra, e a Luciana Jacu, do Ipea, fizeram uma condensação. É um livro muito interessante e de fundamental importância para nós, que atuamos nessa área. Ontem, num informativo, a nossa querida Simone Albuquerque, daqui de Minas, que compõe o Departamento de Gestão do Suas na Secretaria, disse, muito emocionada, em uma entrevista a um jornal: “Estamos instituindo o maior sistema de proteção social não contributivo do mundo”. Essa é a característica do sistema, diferentemente do da área da previdência, que é contributivo. A pessoa tem que pagar pela proteção e, depois, recebe esses benefícios ao final de sua vida laborativa, na aposentadoria, ou, se houver necessidade, por afastamento de condições de saúde e em outras circunstâncias. A saúde e a educação, que são universais, têm oferta gratuita para a população, mas a assistência social caracteriza-se efetivamente como um processo não contributivo. Ela é destinada a quem dela necessitar, e, em momento algum, poderá haver cobrança da oferta desse serviço para a população usuária. Mas, ao mesmo tempo, há primazia da responsabilidade do Estado no asseguramento com qualidade e no cofinanciamento continuado e sistemático - é isso que a lei diz - para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Portanto, ela está fora da lógica de mercado. Ela está voltada para a identificação de vulnerabilidades e riscos e deve dar conta daquele conjunto multidimensional de causas que geram essa pobreza. E, em essencial, deve romper com o ciclo continuado da pobreza. Ela tem que enfrentar a causa geradora, a fim de interromper a possibilidade de reproduzir aquela situação determinada de vulnerabilidade e de risco para o mesmo grupo de indivíduos e de famílias.

Há um estudo muito adiantado, profundo e interessante da Profa. Aldaiza Sposati, da PUC de São Paulo. É uma publicação do Ministério sobre a proteção social não contributiva.

A Constituição Federal traz três políticas voltadas para o âmbito da saúde, previdência e assistência social. O Ministério enviou representantes para o Movimento da Organização Internacional do Trabalho, numa reunião em Genebra, para definir o piso de proteção social e reconhecer o conjunto de outras políticas setoriais e de defesa de direitos que darão, sim, a garantia da proteção social vinculada nessas três áreas. Estamos participando desse movimento para implantar essa amplitude de visibilidade e de intervenção no Brasil. O aspecto mais importante é que traz a responsabilidade do Estado em parceria. Há um contraponto muito firme do Estado mínimo em relação ao esvaziamento das atribuições do poder público na oferta desses serviços e no atendimento dessa população.

Essa é a lógica forte que se impõe no modelo de desenvolvimento capitalista. O desafio maior é como atingir essas causas num sistema que as reproduza exatamente para essa população. Essa é a grande função da proteção social e requer a criatividade de todas as políticas na área. Temos, de um lado, o modelo de desenvolvimento adotado e, do outro lado, como já foi possível demonstrar, em especial a partir de 2003, o que é permitido e desejável e que, ao mesmo tempo, gere desenvolvimento econômico, faça a redistribuição de renda e a inclusão social. Há, também, a potencialidade de gerar mais desenvolvimento e de criar um outro modelo de sociedade mais livre, mais justa e mais equitativa. Essa é a lógica e a perspectiva. O grande desafio é como garantir cobertura, universalidade e gratuidade, que são os princípios elementares da seguridade social, inscritos na Constituição Federal e, ao mesmo tempo, gerar desenvolvimento e garantir a oferta para toda a população.

Estão aqui os princípios da seguridade. A assistência social, na Constituição, foi alçada como política pública, diferentemente do entendimento que se tinha anteriormente de ser uma política setorial, fragmentada, segmentada, pontual e subsidiária, no sentido de ofertar ações para a população pobre que seriam de responsabilidade de outras áreas. Como tais áreas não agiam e as políticas eram destinadas à população mais empobrecida, a assistência social fazia. Existe o entendimento equivocado de que, uma vez que as outras



políticas se comprometam com suas atribuições, não será mais necessária a assistência social, pois, quando se faz a inclusão e se universaliza a cobertura, a população empobrecida também é atendida.

A partir de 2004, com a Política Nacional de Assistência Social, o caráter que se deu a ela de política pública, já na Constituição, foi absolutamente reconhecido e delimitado como atribuição dessa área para atender a situações de vulnerabilidade e risco que o corte econômico compõe, apesar de não ser ele o único indicador, pois existe a dificuldade ou impossibilidade de acesso a bens e serviços, e a exposição a diversas formas de violência - trabalho infantil, exploração, confisco no caso de adolescentes e assim por diante. Tudo isso delimita a intervenção, e aí não é só o corte de renda, mas uma série de outras causalidades que levam a essas situações.

A partir de então, pensou-se em dois formatos de proteção: básica e especial, considerando-se suas complexidades, e foi tipificado e identificado um conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios que respondam qualitativamente a essas demandas, vulnerabilidades e riscos. Portanto, a política de assistência social não é mais subsidiária como muitos ainda a entendem; é uma política pública, estatal, continuada, que tem atribuições específicas, um conjunto de bens e serviços a ofertar, objetivos a atingir e responsabilidades públicas e em parceria com a sociedade para com a população. Esse é o caráter que o sistema único vem adotando ao longo desses anos. Ela deve dar segurança de sobrevivência e acolhida e de convivência familiar e comunitária e aí, com certeza, previne e reduz essas situações, protege as famílias, resgata a função protetiva delas, promove a inclusão social e monitora essas condições e indicadores de vulnerabilidade e risco a fim de podermos, a cada momento, avaliar se nossas intervenções estão produzindo resultados positivos e onde devemos melhorar.

Isso requer especificidade, qualidade e profissionalismo e que superemos o entendimento de que basta as pessoas de boa vontade se organizarem para atender a essas situações. Na verdade, a comprovação é que precisamos de pessoal qualificado, profissionalizado e preparado para identificar essas situações, oferecer esses serviços e monitorar, mas o objetivo final é inverter esses dados de realidade. E, no combate à pobreza, ela tem uma função ampliada. Embora não se concentre apenas na situação de renda, é bem verdade que pessoas com uma condição muito rebaixada de acesso à renda têm também muito rebaixada sua possibilidade de acesso a bens e outros serviços. Portanto, o foco deste atendimento, como um primeiro desafio, sem esquecer das demais situações e das demais famílias, é a centralidade dessa política neste momento histórico em que nos encontramos. Ela tem vários princípios e várias diretrizes para o seu enfrentamento. Gostaria de destacar o olhar adotado por essa política a partir de 2004 e do Suas em 2005, que é a matricialidade sociofamiliar. Um foco de atendimento no conjunto dos membros que compõem uma família nos seus mais diversos arranjos existentes atualmente na sociedade moderna e no respeito a essas organizações, reconhecendo a sua capacidade e a sua potencialidade de definir projetos próprios de vida e de participação comunitária com o desenvolvimento do exercício da sua cidadania. Considerar o espaço que elas ocupam no seu próprio território e a sua capacidade de participação e de intervenção nessas estruturas locais é o grande diferencial de intervenção técnica, ética e política do conjunto de profissionais que intervêm nessa área a partir de então, além das delimitações das atribuições que a gente já comentou.

Já mencionei que depois se pensou em dois formatos de proteção social básica e especial para o atendimento. Passamos isso e entramos efetivamente na proposta e na centralidade que essa política pública tem no Plano Brasil sem Miséria. É preciso entendermos que a área que está qualificada e com a atribuição de fazer a mediação e o primeiro contato dessa população com o conjunto das demais políticas setoriais como responsabilidade já posta na política nacional e na norma operacional básica é a de assistência social. E aí trazemos esse conjunto de responsabilidades e essa centralidade para o primeiro atendimento e o primeiro contato com a população que foi identificada como extremamente pobre em nosso país. A ideia é que as Secretarias de Assistência Social do Estado articulem essa proposta com as demais políticas setoriais e de defesa de direito e desencadeie, junto ao seu conjunto de Municípios, a mesma dinâmica de estruturação com as Secretarias Municipais de Assistência Social e do Distrito Federal. O Deputado André Quintão já mencionou que o governo do Estado vai fazer uma reunião e vai chamar todo o mundo. Se tivermos essa mobilização no País inteiro, acreditamos sinceramente que poderemos superar esse primeiro patamar de extrema pobreza e imediatamente elevar essa população a outro nível e ir para o segundo patamar de civilidade desejada.

É importante que esse conjunto de políticas se organize de forma integrada e articulada. Sugere-se que seja um comitê gestor local intersetorial, mas também haverá, evidentemente, liberdade de cada ente federado de se organizar da forma como entender mais necessária. O importante é que isso seja coordenado pela área de assistência social porque ela terá seu principal equipamento de proteção social básica, o Cras, como local de primeiro atendimento, de mediação, de organização do que está sendo denominado de busca ativa, de referenciamento e contrarreferenciamento para as outras áreas e de acompanhamento sistemático e regular em grupo e de forma individualizada, quando necessário, a essas famílias.

Há toda uma mobilização nas grandes cidades de vários atores, e também no meio rural, que possam fazer o que se denomina Busca Ativa, que é a denominação de onde essas famílias e essas pessoas se encontram, o encaminhamento do cadastramento único e a abordagem pela equipe dos Cras. Nesse sentido, a coordenação de todas as áreas seria feita também pela Secretaria de Assistência Social, que receberia essas informações e processaria um diagnóstico daquela determinada realidade, da mesma forma que vocês debateram a elaboração desses diagnósticos na tarde de ontem. Seria feito um plano de atendimento a cada uma dessas famílias, como dissemos. É preciso que, junto, tenham-se os mapeamentos das necessidades e das ofertas e possibilidades locais, regionais e estaduais. É claro que esses mapeamentos devem envolver as diversas áreas também indicadas.

Cerca de 97% das Secretarias Municipais de Assistência Social fazem a gestão do Cadastro Único. Elas receberão essas notificações, farão essa busca e a identificação das pessoas, registrarão no cadastro, em parceria com a política de assistência, e, depois, estabelecerão estudo social de cada uma dessas situações para o encaminhamento a outras políticas, se necessário, e o atendimento dentro dos serviços da proteção social básica e da proteção social especial da própria área da assistência social, considerando os seus dois principais equipamentos públicos.

É preciso deixar bem claro e demarcado que essa coordenação deverá ser feita pelo órgão gestor e que a centralização do atendimento deverá ser feita pelos Cras. A nossa responsabilidade diante dessa intervenção é de fundamental importância, mas é preciso que, desde o princípio, se tenham os indicadores de vulnerabilidade e de risco e que se monitorem gradativamente essas



intervenções, a fim de que possamos avaliar a superação dos dados de realidade e ofertar qualidade e ampliação de serviços a todo momento. Para tanto, pensou-se, junto aos Cras, na necessidade de definirmos protocolos intersetoriais de atendimento, no mínimo, com as áreas da saúde e da educação, que também dispõem de serviços locais e, depois, no âmbito do Município, com as áreas de habitação, de segurança alimentar e de trabalho. Não é nada fácil se responsabilizar por essa organização; daí a ideia do comitê e a necessidade de que a decisão política dos dirigentes municipais e estaduais se faça presente. Embora todos nós tenhamos a certeza de que é a única forma de enfrentarmos a multidimensionalidade das causas que geram a pobreza e a desigualdade - não é possível uma única política dar conta do conjunto dessas causas -, a prática da intervenção intersetorial é muito difícil. Daí a necessidade de definirmos protocolos de atendimento e de estabelecermos o que chamamos de fluxos de referência e contrarreferência. Quando essas pessoas são encaminhadas, devemos definir a que política e qual o retorno da informação desse atendimento, desse acompanhamento. Sabemos que vários Municípios, como Belo Horizonte, possuem prontuário eletrônico, integrado. Isso ocorre também no Paraná, em São Paulo e em Pernambuco, que fazem até o atendimento integrado com outras áreas. Dessa forma, está sendo estudada a disponibilidade de oferecer esses “softers” livres ao conjunto de Municípios, a fim de que qualifiquem essa integração na localidade. Não é algo muito fácil porque as realidades são distintas em todo o Brasil, mas já há um conjunto de articulações, inclusive com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Sistema de Mapeamento e Monitoramento da Amazônia, a fim de que disponibilizemos equipamento, facilitemos acesso, empresas de energia elétrica estejam mobilizadas, já que são concessões públicas, e empresas de saneamento estejam alinhadas no mesmo objetivo de viabilizarmos a tecnologia a serviço da superação e do desenvolvimento social, e não só do desenvolvimento tecnológico.

Nesse conjunto de atividades do próprio Cras, também temos referenciados todos os serviços da política de assistência social e temos contrarreferenciados todos os serviços das demais políticas setoriais e de defesa de direitos, como saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura, segurança alimentar e nutricional; e as políticas de direito, como justiça e segurança pública, e as políticas de segmentos, como as relativas às crianças e adolescentes, às pessoas com deficiência, aos idosos, à mulher, e assim sucessivamente.

Para tanto, há uma progressão, uma expansão da rede de atendimento. Aí está o ano de 2003, quando foi criado o Ministério, pensado nessa lógica. Havia 469 Cras e, pelo esforço desse conjunto de técnicos e militantes, que o Deputado André mencionou - alguns aqui presentes, como o Ministro Patrus, como a Rosilene Rocha, e tantos outros -, atingimos, em 2010, 6.801 Cras, no conjunto de mais de 5.500 Municípios brasileiros. Também houve uma grande evolução de Creas, atingindo a faixa de 2.155 Creas, que devem ser instalados em Municípios com mais de 20 mil habitantes, mas muitos deles são instituídos em Municípios menores, em função da necessidade da demanda que apresentam. A outra perspectiva é ter esse equipamento para atender um conjunto de Municípios próximos. Portanto, temos, aqui, uma cobertura de todos os serviços da política de assistência, aproximadamente 66.770.000 pessoas. Isso significa que a política de assistência social hoje atende diretamente 1/3 da população brasileira. O último senso apontou 190 milhões de pessoas; nós atendemos 67 milhões. A responsabilidade é enorme, e é preciso que nos organizemos, cada vez mais, para cumpri-la.

Aqui, em relação aos benefícios, há o benefício de prestação continuada, que atende 3 milhões de pessoas com deficiência e quase 2 milhões de idosos.

A evolução orçamentária também foi crescendo, ao longo do tempo, a ponto de hoje atingirmos R\$43.000.000.000,00 no orçamento do Ministério, e aproximadamente R\$27.000.000.000,00 no orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social.

Alguns dados de como estamos situados em relação a outras políticas. Também somos responsáveis pela gestão do Cadastro Único, e pela gestão do programa Bolsa-Família. Algumas dessas secretarias, 35%, também se responsabilizam pela política de segurança alimentar, realizam capacitação, fazem inclusão digital, inclusão produtiva. A rede hoje instalada, após a expansão de 2010, possui 7.607 Cras, em 5.400 Municípios, atendendo 20 milhões de famílias, e os Creas, que já mencionamos. Aqui, a realidade de Minas Gerais, para termos os dados do Estado. E isso ainda é insuficiente no tocante à cobertura. As conferências de assistência social e a Comissão Intergestores Tripartite, que possui representantes de Estados e Municípios, demonstram que, ainda assim, nos grandes centros urbanos, os equipamentos são insuficientes em relação à demanda apresentada e ao conjunto de populações que vive em determinado território. Agora a proposta é que façamos as expansões sob essa lógica, que façamos o diagnóstico de cada um dos territórios, que consigamos identificar o percentual de população residente em determinado território e que possamos fazer a expansão das equipes e dos equipamentos considerando essa realidade, para atingirmos a cobertura com qualidade. Já atingimos a universalidade. Hoje apenas em 129 Municípios brasileiros não existe Cras. De um total de 5.565, todos os outros possuem. Os 26 Estados e o Distrito Federal se habilitaram ao Suas. Dos Municípios, 99,3% se habilitaram ao Suas. A necessidade agora é atingir a cobertura do atendimento e aperfeiçoar a sua qualidade. Por isso temos uma expansão prevista de Cras e uma expansão de equipes. Uma discussão que está sendo feita é que, na verdade, podem-se referenciar equipes a equipamentos públicos à medida que, em determinado território, existam outros espaços físicos de que as equipes podem dispor para prestar esse atendimento. Isso potencializa a sua intervenção e reduz também o seu custo operacional. Essa discussão está sendo feita. Nós imaginamos uma expansão de equipamentos para atingir a universalidade do atendimento e uma expansão de equipe para atingir a cobertura do atendimento. No mesmo sentido, foram pensadas expansões municipais e regionais para os Creas, em que um conjunto de Municípios, com a participação do Estado, com o financiamento e a orientação técnica federais, possa atender, deslocando as equipes para esses espaços em razão de as demandas não comportarem a sustentabilidade de um serviço de tal complexidade por si só em determinado Município.

Também há uma iniciativa do governo federal de começar a estruturar e apoiar construções e reformas de Cras. Esse é um dos indicadores do Idcras, que vai balizar o cofinanciamento federal e indicar o estágio de adesão e de qualificação da oferta desses serviços em sua própria localidade. Nas unidades em que há muita debilidade - esse é um dos nossos grandes problemas e um problema também da política de saúde, vimos conversando muito com o Ministro Padilha sobre isso -, é importante a União também auxiliar na recomposição desses equipamentos públicos, na qualificação e na possibilidade de financiamento. A lei do Suas permite a utilização de recursos para pagamento de pessoal do seu quadro próprio, para que a qualidade do atendimento seja assegurada. Temos

até um arquiteto do Estado de Minas Gerais como consultor contratado, para definir módulos diferenciados, segundo as diversas realidades das regiões do País, como seriam esses equipamentos-padrão de Cras e Creas.

Temos alguns desafios das nossas gestões como metas a serem atingidas e esforços a serem enviados. O primeiro é a gestão e o financiamento compartilhado dos três entes federados. A política de assistência social foi estruturada considerando-se o pacto federativo e as atribuições de cada ente. E esse compartilhamento de intervenção, que parece muito lógico em sua estrutura, é muito difícil de ser efetivado. Mas alguns Estados já estão instituindo esse cofinanciamento continuado. O Estado de Minas Gerais tem o piso mineiro, o Estado do Rio de Janeiro adotará agora, no dia 15, também o repasse fundo a fundo com o cofinanciamento a seus 90 Municípios, e assim sucessivamente. Sabemos de vários outros que estão gradativamente se organizando e se estruturando para tanto. Garantia da participação e do controle social. É fundamental fortalecer os nossos conselhos e que, nesses espaços, a presença dos usuários seja cada vez mais constante, para que possamos apontar todos os avanços e indicar todas as demandas necessárias a serem atendidas. Como os conselhos têm uma função protagônica, de exercício da cidadania, esses espaços têm, necessariamente, de viabilizar a sua participação. A complementariedade dos programas de transferência de renda é outro foco que será bastante adotado a partir de então, porque vários Estados e Municípios também instituíram essas transferências de forma descentralizada e desarticulada do Programa Bolsa-Família. Haverá todo um esforço para compor essas transferências e ampliar a cobertura de atendimento à população do Município ou do Estado que a recebe.

Estruturação da rede de serviços. Falamos na rede da assistência, mas as demais áreas, a educação e a saúde, vão se mobilizar para isso e também têm as suas propostas.

Adesão de Estados e Municípios a esse sistema. Com a aprovação do projeto de lei, que altera alguns artigos da Lei Orgânica de Assistência Social, a instituição dessa área no Município ou no Estado será obrigatória e todas as suas previsões de direitos serão reclamáveis. Isso dá uma condição bastante diferenciada e uma obrigatoriedade de organização dessas estruturas.

Recursos humanos qualificados. Cada vez mais, essa lei permitirá a utilização de recursos transferidos do ente federal para os Estados e Municípios no pagamento de equipes que estão em serviço e que são do quadro próprio. Isso assegura que tenhamos pessoal qualificado e profissionalizado, atuando continuamente nesses espaços, além dessa integração da busca ativa, que também é necessária no ambiente.

Os desafios de enfrentamento são exatamente o que comentamos no início. Como superaremos as diversas faces que compõem essa condição de miséria que nos reporta a necessidades, realidades e demandas distintas, com lógicas de enfrentamento de políticas homogêneas no País inteiro, que sejam continuadas e tenham a responsabilidade do poder público? Realidade do âmbito rural. No meio rural, foi identificada 47% da pobreza. Lá, não há acesso a serviços, mas, em contrapartida, há uma potencialidade de proteção e de asseguramento da convivência familiar e comunitária das famílias. Como fazer essa articulação é também um grande desafio, mas requer a nossa qualificação para que possamos superar debilidades, consideradas como diversidades regionais. O nosso maior desafio é manter o princípio da universalidade, aliado ao princípio da equidade, da justiça, da segurança, da proteção social. Assim, coloco toda a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social à disposição do Estado de Minas Gerais e do conjunto dos seus Municípios. Em nome da Ministra Tereza Campello, agradeço a oportunidade e coloco o conjunto de políticas do Ministério de Desenvolvimento Social à disposição para que possamos construir, no caso específico, um Estado de Minas Gerais melhor, mas, no nosso caso, um Brasil mais inclusivo, que supera essas diferenças e desigualdades e que tem esse reconhecimento, que vislumbramos e de que participamos desde 2003. Agradeço imensamente o convite. Peço desculpas pela rapidez da exposição, mas, de forma alguma, não poderíamos prescindir da participação dos outros membros da Mesa, porque a construção de um sistema de proteção integral só é possível se estiver integrado com as três esferas de governo e em parceria com a sociedade.

Estamos à disposição aqui, na Mesa, e também no Ministério, na Secretaria, para as articulações e para as parcerias que já vêm sendo feitas e para as que se desencadearem a partir de então. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Denise. Lembro-me bem de você no fórum de secretarias de assistência social, quando você chegava chefiando o Padre Roque, nosso Secretário do Paraná, quase inconsolável, não é mesmo?

Com a palavra, o professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2004 e 2010, Patrus Ananias, e também servidor desta Assembleia Legislativa, para sua exposição sobre o tema “Proteção social para segmentos de alta vulnerabilidade: construindo políticas intersetoriais e intergovernamentais para combate à pobreza”.

Palavras do Sr. Patrus Ananias

Bom dia. Inicialmente, saúdo todas as pessoas aqui presentes e também os que estão nos acompanhando pela TV Assembleia. Saúdo o Deputado João Leite, Presidente desta reunião, e os Deputados André Quintão e Rogério Correia, assim como a Sra. Denise Colin, Secretária Nacional da Assistência Social, o nosso Secretário Jorge Nahas, e a Gláucia Barros, representando a sociedade civil e os movimentos sociais.

Quebrando um pouco o protocolo, gostaria de fazer aqui uma homenagem, correndo o risco de esquecer alguém. É sempre um perigo fazermos referências fora do “script”, da relação mais formal - se alguém ficar excluído, levante a mão, e o incluiremos rapidamente -, mas quero prestar uma homenagem a pessoas que estiveram conosco, que trabalharam conosco no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O André já lembrou aqui a equipe que esteve conosco na Prefeitura. Em relação à Prefeitura também, o Jorge Nahas e outras pessoas. Lembro também que fizeram parte de nossa equipe a Rosilene Rocha, que foi Secretária Executiva e Secretária Nacional de Assistência Social; o Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Profa. Laura Veiga, que, além de assessora direta do Ministro, foi também Secretária da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Sage -. Também outras pessoas estiveram conosco ocupando diretorias, cargos importantes, como a Neila Batista, ex-Vereadora em Belo Horizonte; o Marco Aurélio; a Fatinha, hoje em Nova Lima, e a Carla Alves. Na pessoa dos



colaboradores citados quero homenagear a todos que participaram conosco da esplêndida experiência nos anos em que estivemos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na pessoa da Secretária Denise, estendo minha homenagem à equipe atual, sob a liderança da Ministra Tereza Campello. Aproveito para registrar a presença da ex-Vereadora em Belo Horizonte, Ana Paschoal.

Gosto de falar da tribuna, porque é um local que nos faz nos sentir mais livres. Mas tenho dificuldades na visão, pois para ler de perto tenho de tirar os óculos. Então, fico tirando os óculos e colocando os óculos o tempo todo. Além disso, estou com os movimentos reduzidos. Para esclarecer alguma curiosidade, recentemente fui submetido a uma cirurgia no ombro esquerdo para corrigir a ruptura de tendão. Por mal dos pecados, o ombro direito também está seriamente comprometido com bursite, tendinite - o que se imaginar de "ites", esse ombro tem. Um belíssimo poema de Carlos Drummond de Andrade, "Os ombros suportam o mundo", traz: "Teus ombros suportam o mundo, e ele não pesa mais que a mão de uma criança". No meu caso, pesou um pouco mais. É claro que, além da idade, dos desgastes causados pelo tempo, carregar o mundo nas costas é um problema. Mas sempre é um bom desafio. Peço as boas energias de todos, pois o risco mais grave, em curto prazo, é ficar com os dois braços comprometidos. Assim, nem vou poder mais abraçar. Mas tudo vai dar certo. Por conta disso, terei de falar daqui mesmo, bem encolhidinho, calculando bem os gestos.

Estabelecerei um diálogo, uma parceria, uma dobradinha com a fala da Secretária Denise. De acordo com o tema proposto, e também discutido pela Secretária Denise, considerei importante abordar os fundamentos constitucionais, jurídicos e legais da rede de proteção e promoção social que, juntos, estamos consolidando no Brasil.

Lembro-me de quando estava no Ministério, sobretudo no início, período mais difícil, naquele inesquecível ano de 2004, quando muitos setores da sociedade brasileira, por má informação ou por questões ideológicas, assumiram uma atitude mais dura, mais vigorosa, até mesmo mais agressiva em relação aos programas, às políticas públicas sociais diretamente voltadas para os pobres, especialmente o Programa Bolsa-Família. Um dos instrumentos que utilizamos para ganhar aquele debate histórico, como ganhamos, para o bem do Brasil, foi dizer que estávamos cumprindo o que traz a Constituição do Brasil. Que era uma opção feita pelo País. Estávamos cumprindo, pondo em prática o que os constituintes do período de 1986 a 1988 estabeleceram. Penso que vou começar por aí, fazendo uma rápida menção aos textos, porque isso é importante.

Foi um momento histórico o processo constituinte, que levou à Constituição de 5/10/1988, que está em vigor no Brasil. Em primeiro lugar, vem o preâmbulo. Há uma discussão se ele integra ou não a Constituição. O que prevalece hoje, com minha total adesão, é que ele a integra. Temos, na Constituição, as normas claras, precisas, os dispositivos, mas temos também os princípios constitucionais. Hoje, na moderna leitura do direito, na moderna hermenêutica, isso é fundamental. O ordenamento jurídico de um país estabelece-se a partir de sua Constituição, considerando-se os princípios, as regras e as normas constitucionais. O preâmbulo da Constituição Brasileira é destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Logo à frente, no art. 1º da Constituição, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, ideia de uma democracia expansiva, e tem como fundamento, nos incisos II e III, a cidadania; a ideia de cidadania pressupõe pertencimento, o acesso aos bens e serviços básicos. No item III, a dignidade da pessoa humana. Dignidade da pessoa humana pressupõe o direito à alimentação, às políticas públicas, à assistência social, à saúde, à educação e ao trabalho. Na mesma linha, segundo o art. 3º, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: inciso I - construir uma sociedade livre, justa e solidária. Inciso III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. No art. 6º, na parte dos direitos sociais, no Capítulo II, esses direitos são direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Tudo isso, na forma da Constituição. E aqui vem uma alegria, uma conquista nossa: não estava na Constituição a alimentação. Conquistamos isso com grande participação da sociedade civil, do Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio da Emenda à Constituição nº 64, de 4/2/2010. Foi uma conquista importante, porque muitas pessoas de bem, de boa formação moral e social ainda vinculam a alimentação à caridade, à filantropia. É claro que essa dimensão da boa vontade, da filantropia, do amor ao próximo são valores fundamentais, sobretudo, para nós, cristãos, mas a questão da alimentação tem de ser colocada no campo da Constituição, dos direitos constitucionais, dos direitos fundamentais e das políticas públicas. A alimentação é o primeiro degrau para o direito à vida, para a cidadania, para a dignidade humana.

Mais à frente, temos a Ordem Social, Título VIII da Constituição, a partir do art. 193, que dispõe: "A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais". Depois vem toda a parte relacionada à seguridade social, nos arts. 194 e 195, que está fundada naquele tripé que a Secretária Denise mencionou: a saúde, a previdência social e a assistência social.

É claro que esse conceito da seguridade tem de ser repensado, ela explicou muito bem, invocando a questão do trabalho. Quando eu estava à frente do Ministério, fui à Suíça a convite da Organização Internacional do Trabalho. Foi um dos momentos mais importantes do Ministério e mostra como temos de discutir as questões pensando mais à frente. A OIT estava interessada em saber o que estávamos fazendo no Brasil, porque, para eles, as políticas públicas de assistência social, vinculadas às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de transferência de renda, estão também no universo dos direitos do trabalho. Um trabalhador desempregado, subempregado ou ganhando aquém das suas necessidades básicas e das de sua família não perde a condição de trabalhador. E aí as políticas de assistência social, de transferência de renda e outras ações vigorosas do Estado e da sociedade são importantes para garantir a sua dignidade como trabalhador. Lá eles me disseram, num debate histórico que realizamos, que as políticas públicas do Brasil no campo da assistência social, especialmente no caso do Bolsa-Família, estavam possibilitando aos trabalhadores de menor renda um mínimo de capacidade de negociação, de interlocução, para não se submeterem a condições indignas de trabalho, como o trabalho escravo, o trabalho sem carteira assinada, sem reconhecimento dos direitos trabalhistas, o trabalho do menor e outras frentes.

Além do que foi dito pela Secretária, há uma outra dimensão, a meu ver importante, que é exatamente incluir no campo da seguridade social a alimentação, a segurança alimentar, nutricional, as políticas públicas de transferência de renda, de inclusão produtiva e de capacitação para o trabalho. O fato é que abrimos esse debate, e a seguridade social, a partir desse tripé mencionado, é



um processo em construção no Brasil, com essa esplêndida participação dos gestores de ponta nos Municípios, nos Estados e também com a participação da sociedade civil.

Como dissemos, a seguridade vem ancorada, em termos constitucionais, na saúde - arts. 196 a 200. Não vou mencioná-los por questão de tempo. A previdência social é tratada nos arts. 201 e 202, e a assistência social, que nos interessa mais diretamente, nos arts. 203 e 204. Este foi um momento importante do processo constituinte que levou a esta Constituição: incluir no campo dos direitos constitucionais a assistência social, configurando-a definitivamente no campo das políticas públicas, das políticas de Estado, dos direitos e dos deveres. Tudo isso ajuda esse processo de superação que estamos vivendo no Brasil, que dissocia definitivamente as políticas públicas de assistência social do assistencialismo, do clientelismo, dos pobres de cada um, do quem indica, para o colocarmos no campo dos direitos e dos deveres.

O art. 203 é muito claro. (- Lê:)

“A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

Aí veio a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas -, que regulamenta. Posteriormente, o caso dos idosos se ampliou com o Estatuto. Depois, vem o art. 204, que não detalharei. Um dado muito importante está nos arts. 226 e 230, nos quais, expressamente, a Constituição cuida das crianças, da família, do adolescente, do jovem e do idoso. O art. 227 merece ser ressaltado: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; (...)”.

Esse é um dado importante, pois coloca a família como direito. Nenhuma criança pode desenvolver plenamente suas potencialidades se não tiver um espaço afetuoso e amoroso que a acolha. Sabemos que uma família sem renda ou com renda aquém de suas necessidades básicas se desconstituirá, e as crianças não irão para as escolas, como desejamos, mas para as ruas, com as previsíveis consequências. Hoje, pagamos um preço alto no Brasil porque, no passado, não tivemos esse cuidado, essa antevisão de construir as políticas públicas sociais que agora consolidamos.

O art. 227 continua: “(...) além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O § 1º enfatiza: “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais”. O inciso II do § 1º do art. 227 faz referência expressa novamente às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental. Na mesma linha, o § 2º determina que a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

O Capítulo VIII é dedicado especialmente aos povos indígenas, com quem temos uma conta alta a saldar. Temos de pagar essa conta às comunidades indígenas, nossos antepassados e formadores fundamentais da nacionalidade brasileira, assim como aos negros. Se os índios foram beneficiados pelos arts. 231 e 232, os negros, os afro-brasileiros, encontraram um lugarzinho muito esquecido no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Constituição volta a tratar também da questão dos indígenas no art. 67, que diz: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Na verdade, esse processo continua. O art. 68 é a única referência, salvo melhor juízo, que a Constituição faz aos remanescentes dos quilombos e aos sobreviventes da escravidão. “Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Os arts. 79 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias também dispõem sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que é um tema atual. Retornaremos a esse ponto.

A Constituição abriu um espaço para as leis que vieram regulamentá-la, que formam um conjunto também da maior importância. Isso teve início com o SUS, conquista importante, histórica e civilizatória, que precisamos preservar. Há um sentimento bem fundado de que o SUS no Brasil está sendo confrontado e questionado. É importante que seja fortalecido para que supere os desafios que enfrenta. Logo após o SUS, foram criados o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas -, o Estatuto do Idoso e a lei que instituiu o Bolsa-Família do governo Lula, com um conjunto de normas vinculadas ao programa. Mais recentemente, houve uma grande conquista para os nossos irmãos negros, afro-brasileiros, que foi o Estatuto da Igualdade Racial. Pouco antes, foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan -, que foi a base do Sistema Nacional de Segurança Alimentar - Sisan. Como a Loas, foi a grande base para o Suas, agora melhor configurado juridicamente com a aprovação da lei mencionada pela Secretária Denise. A Losan merece um registro também. Estamos hoje celebrando a aprovação da Lei do Suas, mas é importante lembrar que a Losan foi aprovada em 2006, ano eleitoral - ocorreriam eleições em todo o Brasil, eleição presidencial -, num prazo de oito meses, por unanimidade no Congresso Nacional, o que mostra um sentimento forte no País, o de que não se quer mais, independentemente de partidos políticos, num espaço que unifica homens e mulheres de boa formação, de compromisso com a nossa história, de que não podemos mais conviver com a fome, com a pobreza extrema, com a exclusão. E também foi aprovada, depois, a emenda constitucional.

Quero refletir um pouco sobre os avanços e conquistas que ocorreram no Brasil a partir da Constituição, das leis. Primeiro, houve esse aspecto da proteção social no Brasil, que começa a entrar, definitivamente, no campo dos direitos. Quero enfatizar que isso aconteceu no campo das políticas públicas, das políticas estáveis. As famílias entram e saem dos programas segundo critérios



objetivos e legais. Outro aspecto é que estamos assistindo, com os nossos olhos, além de pesquisas e estudos que são muito fortes, à erradicação da fome e, agora, com o novo programa “Brasil sem Miséria”, esperamos que realmente erradiquemos a pobreza extrema e a miséria no Brasil.

Esse é um dado importante. Há alguns anos não assistimos mais no Brasil àquela cena triste, dramática, de multidões no Nordeste, por exemplo, ou mesmo na minha região do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, no tempo da seca, de famílias, de comunidades inteiras de retirantes, os retirantes do “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, às Sinhás Vitória, os Fabianos andando, perdidos; os olhos negros perdidos de fome, como diz um personagem de José Lins do Rego. Isso no Brasil está sendo superado, mas a solução não caiu do céu: trata-se de uma conquista do povo, das nossas políticas públicas sociais; é uma opção que o país fez com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outra conquista está no campo das ações republicanas. Fizemos uma opção ao longo desse processo de construção das políticas públicas sociais, que tiveram alcance maior tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo: nos oito anos do governo do Presidente Lula, o País encaminhou políticas sociais de forma republicana, de acordo com as diretrizes da Constituição, de acordo com o Pacto Federativo Brasileiro. Aí as políticas vêm sendo implantadas numa ação integrada de parceria com os governos estaduais que, efetivamente, estejam empenhados também nessas políticas, já que parceria - é claro - tem mão dupla, pressupõe uma adesão, uma vontade da outra parte. Mas, no que se refere à sua própria ação, o governo federal sempre buscou essa ação integrada com os governos estaduais, inclusive repassando-lhes recursos vultosos, como também com os governos municipais, numa linha absolutamente suprapartidária. Os editais, as políticas públicas estão absolutamente abertas.

Quero fazer um registro que considero importante. Como foi aprovado o Suas, agora conseguimos aprovar duas leis importantes para o Ministério com a total adesão da Oposição, inclusive do Senado. Em uma delas, o relator do projeto foi o Senador Tasso Jereissati, do PSDB. O Senador Demóstenes Torres era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, de Goiás, do antigo PFL, hoje DEM. O Senador Tasso Jereissati emitiu parecer positivo. Quando conversamos, ele me disse: “Ministro, o meu parecer será positivo em função da ação republicana do Ministério. Sei, por depoimento de Governadores e Prefeitos do nosso Partido, que o Ministério não faz discriminações”.

Fui muito bem recebido na Comissão de Constituição e Justiça pelo Senador Demóstenes Torres, que prometeu: “Não apenas vou defender a sua proposta; também vou encaminhá-la favoravelmente”. Os motivos foram os mesmos que me foram apresentados pelo Senador Tasso Jereissati. Isso é fundamental. Essas políticas foram partilhadas com toda a sociedade brasileira, por meio das parcerias que sempre buscamos com a sociedade civil, com os empresários conscientes da sua responsabilidade social, com universidades, igrejas, sindicatos e movimento sociais.

Outro ponto nessa linha de conquistas diz respeito à expansão das consciências. É um desafio. Entendo que avançamos pouco no que diz respeito aos beneficiários do Bolsa Família, do Benefício da Prestação Continuada - BPC -, dos programas de apoio à agricultura familiar, ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o Pronaf, mas com uma grande interface com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar. É um desafio ajudar esses usuários, sem paternalismo, doutrinário ou autoritarismo, a expandirem suas consciências, seus corações, seus desejos, enfim, torná-los mais conscientes, mais sujeitos da sua própria história e da história da sua comunidade, do seu Estado, do seu e do nosso país.

Quanto à sociedade brasileira, universidades e setores com maior acesso aos meios de comunicação houve um avanço da compreensão da importância das políticas sociais não apenas pela sua dimensão ética, humanitária, social, direito à vida, dignidade humana, mas também pela sua dimensão prática de incidência direta no campo econômico. Descobrimos, de repente, no Brasil, que o correto não é crescer para incluir, mas incluir para crescer. Descobrimos que as políticas sociais levaram o nosso país a enfrentar e continuar enfrentando - apesar dos desafios, das dificuldades -, de cabeça erguida, essa gravíssima crise econômica internacional que ainda não terminou, como é o caso da Europa. Essas políticas sociais incluem o Bolsa Família, o BPC, os programas de apoio da agricultura familiar. Os pobres estão comprando, aquecendo os comércios locais e regionais. O comércio, por sua vez, está vendendo mais e, conseqüentemente, comprando mais da indústria, da produção agrícola, gerando emprego, criando o que denominamos círculo virtuoso do crescimento econômico.

Nessa linha de expansão das consciências, de uma nova compreensão das políticas sociais, da retomada, na agenda social, da questão social, da questão dos pobres, da inclusão, podemos citar a superação de falsos dualismos. Por exemplo, a questão entre o econômico e o social. Durante muito tempo foi dito no Brasil: ou o País cresce ou distribui renda. De repente, descobrimos que distribuir renda e promover a inclusão social são condições fundamentais, necessárias para o crescimento econômico. Ao mesmo tempo que construímos cidadania, dignidade humana, também estamos construindo consumidores, propiciando que os quase 200 milhões de brasileiros e brasileiras possam comprar bens, serviços e aquecer a economia nacional.

Existem outros falsos dualismos. Todo dualismo é empobrecedor. Por exemplo, ouvimos muito: “É preciso ensinar a pescar, e não dar o peixe”. Uma coisa não exclui a outra. É preciso comer o peixe antes de pescar, senão o pescador não chega sequer na beira do rio. Se for pescar sem ter comido o peixe, ele corre o risco de cair no rio e morrer afogado. E se o rio tiver piranha, ele será comido pelos peixes, que é o contrário do que queremos. Há outros dualismos, mas não é isso ou aquilo, é quase sempre isso e aquilo. Hoje enfrentamos o mesmo desafio do projeto nacional, que é o de conciliar o controle da inflação, que é inaceitável, é perversa para os pobres, para os trabalhadores, para toda a sociedade; é perversa com o crescimento econômico e com as vigorosas políticas de inclusão e justiça social.

Falarei numa linguagem mais telegráfica, pois meu tempo já está esgotado. Ainda bem que o Deputado João Leite saiu e o Deputado André Quintão é mais tolerante. O João Leite também é muito correto. Fiz uma brincadeira, mas a retiro porque, se ele estivesse aqui, agiria da mesma forma. O Deputado André Quintão é mais compadre. Quero prestar uma homenagem ao João Leite, que é uma pessoa de bem, muito sério e correto. Tive muito orgulho em tê-lo como Secretário de Esportes no meu governo, na Prefeitura.



O primeiro desafio é garantir os recursos e os investimentos para as políticas sociais. Denise, qual é a previsão de investimentos em 2011 para todo o Ministério? (- Fala fora do microfone.) São R\$43.000.000.000,00. É dinheiro. Mas não é tanto, se considerarmos a dívida social que o Brasil acumulou com os pobres. Mas é um avanço. O Rogério está acrescentando que são R\$16.000.000.000,00 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Teremos que garantir esses investimentos e os reajustes do Bolsa-Família e dos outros programas sociais. Aí teremos que entrar numa outra discussão que não cabe aqui, que é a questão tributária na perspectiva da justiça tributária vinculada diretamente à justiça social.

Outro ponto é garantir uma segurança maior para os trabalhadores que estão inseridos na rede nacional de proteção e promoção social. Temos que acabar com a precarização. As pessoas que trabalham nos Cras, nos Creas, assistentes sociais, psicólogos, educadores, trabalhadores dos restaurantes populares, das cozinhas comunitárias, dos bancos de alimentos, enfim, essa grande rede de servidores e de gestores na ponta estão em situação de total precariedade. O governo municipal muda e tudo muda. Isso é inaceitável. É necessário discutir uma segurança no emprego, discutir sobre os concursos públicos.

O terceiro ponto é uma maior integração das políticas e das ações sociais. Avançamos muito no Brasil. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já foi um grande avanço. Ele já começou integrando três áreas: a assistência social, a transferência de renda e a segurança alimentar e nutricional. O Bolsa-Família já começa tendo uma interação direta com a educação e com a saúde por conta do controle das constitucionalidades, mas é preciso avançar cada vez mais, respeitando as especificidades de cada área. Não se trata de desconstituí-las, de desqualificá-las, mas de integrá-las. Uma imagem que sempre usei e reitero é que uma criança na escola não aprende se não tiver saúde. Ninguém tem saúde, se não tiver acesso a uma alimentação adequada, se não tiver saneamento básico, água potável, moradia digna e assim por diante.

Nessa mesma linha da integração, há o desafio da territorialidade. É no território que podemos promover maior integração das políticas públicas sociais. Vejo aqui um desafio. O Plano Brasil sem Miséria mostra que a maior concentração de pobres está no Nordeste e na Amazônia. É preciso verificar o poder aquisitivo. Agora, é claro que, nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas, enfrentamos hoje um desafio novo, especial, até por conta da questão da violência e de outros fatores desagregadores da vida pessoal, familiar e comunitária, como o consumismo. Esses agentes dificultam a integração.

Temos dois objetivos mais estratégicos dos quais, na minha avaliação, não podemos abrir mão. É fundamental, como estamos fazendo por meio do programa Brasil sem Miséria, erradicarmos definitivamente essa coisa inaceitável, feia, triste: a fome, a miséria, a pobreza extrema. Queremos acabar com a miséria para construirmos juntos uma sociedade, em Minas e no Brasil, melhor, mais plena, justa, acolhedora, solidária. Aí, temos que recolocar em discussão um tema: “Que Estado queremos?” Está na hora de começarmos a afirmar que queremos o Estado do bem-estar social. Talvez mais: podemos recuperar uma palavra mais forte, mais nossa e mais bonita: o Estado da justiça social, que assegure as condições necessárias a todas as pessoas, de direito e de fato, na prática, desde a gestação, desde o momento em que a mãe - de preferência em sintonia com o pai - assumir ter a criança. É importante a criança, a mãe, o pai, enfim, toda a família ter toda assistência: alimentação adequada, acompanhamento médico, moradia digna.

Queremos que todas as crianças no Brasil tenham assegurado um patamar comum de direitos e oportunidades. Aí, sim, estaremos chegando a um ponto razoável: uma sociedade igualitária. Nesse ponto, as pessoas mais conservadoras sempre alegam: se os dedos das mãos são diferentes, como querer uma sociedade em que todos sejam iguais? É claro que elas são diferentes, por isso temos que enfatizar esse aspecto. As pessoas têm talentos, vocações, olhares diferenciados sobre a vida, sobre o mundo. Cada um terá sua opção, mas é fundamental garantir-lhes poder fazer essa opção.

Terminarei citando um autor francês. Impressionou-me muito uma resposta que ele deu ao General de Gaulle, que ainda não era o Presidente da França, mas era o grande líder da resistência francesa. Esse escritor foi muito ligado ao General de Gaulle, foi seu Ministro da Cultura: o André Malraux. Nas suas memórias, há uma passagem muito interessante que sintetiza o que quero dizer. De Gaulle, em seus poucos momentos de descontração, fez uma brincadeira: “Dr. Malraux, o senhor andou acompanhando os comunistas, os socialistas, na guerra civil espanhola e na China”. O Malraux, com muita dignidade, respondeu: “General de Gaulle, não sou comunista nem socialista, mas sou um homem de esquerda. Sou daqueles que acreditam que, a cada ser humano, deve ser dada sua chance”. Em nome desse compromisso, estamos aqui. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Quereria agradecer ao ex-Ministro, Prof. Patrus Ananias, a brilhante exposição. Quereria aqui justificar a ausência do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, que neste momento encontra-se em um evento institucional da Assembleia Legislativa com o Ministério Público; daí sua ausência.

Quereria dizer, Ministro Patrus, que descobri, há alguns dias, até por minha dedicação a essa questão da pobreza extrema, que a Constituição do Estado não tem, em seus princípios e objetivos fundamentais, o combate à pobreza. Portanto, já estou entrando nesta Casa com uma proposta de emenda constitucional para incluir isso na Constituição do Estado, que não faz menção, Deputado Rogério Correia, à questão da pobreza extrema.

Quereria também reiterar, aproveitando a presença da competente Secretária Nacional Denise Colin, que é fundamental o artigo do projeto de lei do Suas que permite o pagamento de pessoal com recursos do cofinanciamento. Aqui no Estado, aprovamos o projeto de lei do Suas estadual, a Lei nº 19.444, portanto o Suas em Minas é lei. Mas ficou a pendência do pagamento de pessoal, em função do aguardo da autorização nacional. Já existe uma emenda aguardando sanção do projeto nacional; já existe inclusive um acordo com o Governador para que aprovemos aqui a emenda para que os Prefeitos de Minas Gerais possam utilizar esse recurso. Como bem disse o Ministro Patrus, com essa liberdade os Prefeitos terão a garantia da realização de concurso público. Então, estamos muito esperançosos de que o projeto do Suas seja sancionado na íntegra, para que imediatamente aprovemos na Assembleia essa emenda acessória à lei do Suas em Minas Gerais, porque acho muito importante essa linha de constituição de sistemas cada vez mais fortalecidos.

Agora vou passar a palavra para a Gláucia Barros, gerente programática da Fundação Avina nas áreas de reciclagem, desenvolvimento urbano justo, democrático e sustentável na América Latina e que integra também o Movimento Nossa BH, além de ser uma militante histórica na área dos direitos da criança e do adolescente. É um prazer sua presença neste debate.



Palavras da Sra. Gláucia Barros

Bom dia a todos. Gostaria de dizer que o prazer é recíproco, Deputado André Quintão. Quero agradecer muitíssimo a esta Casa a iniciativa e o convite e também a esse coletivo de organizações que pensaram e desenharam essa primeira etapa de um ciclo de debates, especialmente pela inteligência com que essa primeira etapa foi pensada. Tive a oportunidade de acompanhar este ciclo desde ontem e percebi que a sua programação nos orienta com um sentido bastante lógico, bastante pedagógico. É muito interessante: começamos com a questão do diagnóstico, dos indicadores absolutamente indispensáveis para se desenharem políticas consequentes, republicanas e, depois, passamos para as propostas de governo.

Quando recebi o convite para falar em nome de um coletivo tão heterogêneo, tão diverso, que é o coletivo das organizações, dos movimentos da sociedade que se organizam em torno de algumas causas, fiquei pensando: “Meu Deus, que responsabilidade!”. Mas já inicio dizendo a vocês que não tenho nenhuma pretensão de fazer a representação aqui desse imenso, diverso e heterogêneo coletivo. Na verdade, o que vou apresentar são algumas ideias, algumas concepções que não têm o propósito de convencer ninguém, mas de abrir o diálogo, porque acho que realmente é aí que está o sentido do que propõe esta reunião: pensar a questão da intersetorialidade e da articulação. Gostaria de trazer essas ideias e essas concepções amadurecidas e dialogadas num determinado campo político dessas organizações e desses movimentos sociais, que são muitos. Confesso que, agora, estou me sentindo mais confortável, porque o coletivo que pesou esse convite nos deixou em uma posição bastante bacana, porque estou bastante alinhada com o que as pessoas que me precederam apresentaram. Mais uma vez, muito obrigada por esta honra. Pensei então em falar um pouco sobre esse determinado campo político, para dar a vocês uma referência. A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - Abong -, o Instituto Ethos e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE - são organizações que trabalham com investimento social privado e também fazem parte desse pretense coletivo. Queremos pensar um pouco no papel desse coletivo nas estratégias de superação da pobreza. Temos pensado que seriam essas as etapas.

Qual seria o nosso papel? Na formulação, na execução, no monitoramento, na avaliação e numa dimensão em que estamos pensando muito recentemente, especialmente nos movimentos por cidades justas e sustentáveis a que o Deputado André Quintão se referiu. Sou integrante e colaboradora das Redes Brasileira e Latino-americana por Cidades justas e Sustentáveis. É essa história da configuração de um novo imaginário social. Daqui a pouco explicaremos direito essa questão, que está bastante alinhada com as ideias do nosso inspirador: Patrus Ananias.

Na formulação, quero muito chamar a atenção - talvez essa seja a primeira deficiência que observei nos debates de ontem - para os conselhos, sobre os quais estamos conversando pouco aqui, nessa etapa tão importante de abertura de um processo que se pretende articulado e convergente, como disse ontem o Deputado André Quintão na abertura, de estratégias organizadas para o enfrentamento da pobreza. Os conselhos e as conferências devem ser considerados espaços deliberativos. Esse é um grande desafio do País como um todo. Aqui me parece estar a grande oportunidade para esse ideal - que foi pensado ao se desenhar essa proposta do ciclo de debates - de se garantir a transversalidade do tema pelas diversas políticas e de se avançar na consolidação de alianças mais estratégicas e consistentes entre os três setores que compõem a esfera pública: Estado, mercado e sociedade civil. Para isso temos de ser eficientes na participação e, mais ainda, na consideração dos conselhos e das conferências, nas diversas áreas, não apenas em assistência social, criança e adolescente, mas também em saúde, educação e desenvolvimento econômico. Estou absolutamente alinhada com o senhor.

Outro dia a Profa. Marlise Matos falou algo que me pareceu absolutamente substancial - e até anotei para dizer a vocês -: é impossível separar democracia e direitos humanos de desenvolvimento; justiça e inclusão social não se reduzem à dimensão econômica. Para conseguirmos desenhar políticas públicas, desenhar estratégias numa situação de sinergia, considerando-se todas as potencialidades dos três setores da esfera pública - na maioria, os conselhos são espaços que dialogam com esses setores -, precisamos respeitar a composição dos conselhos tanto da parte do governo como da parte da sociedade civil. Há pessoas ali com capacidade, poder e autonomia de deliberação que fazem esses espaços ser decisórios, competentes, responsáveis por políticas públicas. Além disso, esses espaços devem orientar-se por diagnóstico da realidade e pesquisa de percepção dos interesses dos destinatários da política.

Desde ontem, tem sido bastante discutida aqui a questão da busca ativa, e concordo bastante com a maioria das polêmicas apresentadas. É óbvio que a busca ativa é fundamental. Temos uma cultura pouco fortalecida no que diz respeito à organização de indicadores, à produção de informações, principalmente à produção de informações estratégicas para o desenho e à implementação de políticas públicas. A busca ativa precisa ter a intencionalidade de ouvir essas pessoas. Os destinatários dessas políticas sabem o que querem; talvez não saibam de todos os seus direitos, e cabe a nós comunicar-lhes. Esse é um papel importante das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Essas pessoas precisam ser ouvidas e, mais que isso, necessitam estar organizadas. Esse é um indicador que precisamos melhorar neste país.

Conselhos que se orientem por planejamento estratégico de médio prazo: insistimos bastante, especialmente com os conselhos com que mais dialogamos, os da Criança e Adolescente e da Assistência Social, sobre a importância de haver, no âmbito deles, um planejamento claro, fundamentado em pesquisas diagnósticas, em pesquisas de percepção, que pense a questão da política pública para além dos mandatos eleitorais e dos seus próprios mandatos. Conselhos existem para garantir o princípio da democracia participativa, mas também para garantir a continuidade de boas propostas, de bons processos, para além dos ciclos eleitorais. Pensar a formulação com essa consequência e com essa consistência parece-me absolutamente importante. Peço atenção especial aos gestores das políticas públicas tanto no âmbito do Estado quanto no federal, para que considerem os conselhos nessa perspectiva, sob o risco de retrocedermos nessa conquista.

Estamos em Belo Horizonte, Secretário, vivendo um momento bastante complicado: a Câmara Municipal de Vereadores apresentou uma proposta de emenda à lei orgânica que retira o poder deliberativo dos conselhos em nossa Capital. É uma matéria claramente inconstitucional, que, caso persista, será derrubada por inconstitucionalidade. Mas a nossa preocupação - e a de muitas outras pessoas que tentam convencer os Vereadores pela retirada dessa proposta - é o que isso significa em termos de mensagem num contexto de tão



difícil construção de uma nova cultura política, em que outros atores participam da construção da esfera pública, além dos políticos tradicionais, mandatários e, por isso mesmo, bastante respeitáveis. Ampliar essa atuação na esfera pública tem sido um esforço, um exercício tão exigente, e vem uma medida como essa, que nos parece absolutamente sem fundamentação do ponto de vista republicano da política. Depois, passarei para vocês o endereço eletrônico em que estamos recolhendo assinaturas para formular um abaixo-assinado, pela importância de uma manifestação que diga a todo o País que discordamos dessa referida proposta de lei.

Esse é um risco que podemos correr em todas as esferas, se insistirmos em não consolidar os conselhos como espaços deliberativos, importantes para as políticas públicas de forma integral. E aí o porquê de nossa defesa para que os movimentos e as organizações sociais estejam frequentemente dando apoio a essas instâncias, apoiando os conselhos, seja na produção de informações, seja no controle desses próprios conselhos, que também são passíveis de controle e precisam ter o nosso acompanhamento. Queremos que as organizações estejam orientadas não em projetos próprios, mas em projetos convergentes e alinhados com aquilo que os conselhos estão discutindo e defendendo. E que provoquem os conselhos a discutir as questões mais estratégicas e importantes, objeto de seu mandato político.

Ainda dentro da importância da nossa participação nos processos de formulação, há a oportunidade do ciclo orçamentária. Em Minas Gerais, Secretária, desde 2003, por meio desta Casa, mais especificamente por meio da Comissão de Participação Popular, temos o processo de participação social na discussão das leis orçamentárias, na apreciação das contas públicas, na prestação de contas do governo. Esse espaço tem sido politicamente tão pedagógico e importante, que gostaria de mencionar que, em 2003, quando estávamos nesse exercício de formulação para o PPAG 2004/2007, a proposta do governo - é sempre assim, o governo envia uma proposta para esta Casa Legislativa - considerava 30 projetos estruturadores, que são as áreas prioritárias dentro do projeto governamental e, por meio das audiências públicas, do processo de discussão com a sociedade, capitaneadas pelo Deputado André Quintão, conseguimos incluir nessa proposta do governo o trigésimo primeiro projeto estruturador, que era exatamente a atenção ao grupo familiar dentro de uma política de assistência social. Esse nosso projeto tornou-se prioridade na proposta do governo. Não tenho uma avaliação mais profunda sobre isso, mas parece-me que esse processo, Deputado André Quintão, foi o nascedouro de todo o avanço que conseguimos neste Estado. Minas Gerais é o Estado que está mais consolidado em termos da implantação do Suas. Esse, parece-me, foi o ponto inicial. E temos muito orgulho em dizer que esse processo contou com a nossa participação e organização.

Quanto à execução, mais uma vez manifesto o meu profundo alinhamento com a posição da Secretária Denise. Esse grupo, dentro desse coletivo de organizações, não vê as organizações da sociedade civil como substitutivas ao Estado. Ele aposta também no fortalecimento do Estado e já vem trabalhando há muitos anos - é cultural e histórica a participação das organizações, principalmente na área da assistência social - na perspectiva de que as organizações da sociedade civil de interesse público têm a tarefa e a missão de testar tecnologia social, de fazer o que talvez seja hoje uma pretensão da política - e nos alegra muito que os gestores finalmente têm entendido isso -, customizar as políticas de acordo com as necessidades, os desejos e as absolutas e grandes diferenças regionais e de grupos a serem atendidos por essas mesmas políticas. A nossa aposta é que as organizações da sociedade civil tenham um papel na execução, mas é um papel de desenvolver metodologias, compartilhá-las com outras organizações e com os governos e, em alguma medida, reeditar em maior escala, mas sempre com a coordenação do Estado, especialmente dos conselhos.

Na execução, também temos um potencial de um diálogo mais horizontal com os destinatários da política. Parece-me bastante relevante contemplar e considerar dentro do desenho de todas essas estratégias que estão começando a despontar, ou seja, com as organizações que estão sediadas nas comunidades ou mesmo com aquelas que são consideradas hoje as grandes ONGs, aquelas que têm um poder de formação de opinião pública mais relevante, com todas essas tem sido mais possível e é mais possível dialogar de forma mais horizontal com as pessoas que finalmente são destinatárias dessas políticas. Precisamos considerar o investimento social privado. Ontem, o Secretário Marcelo fez algumas referências, e, talvez, pela exiguidade do tempo, não tenha conseguido se aprofundar muito. Mas, se realmente pensa daquela forma, considerando o seu papel à frente de uma assessoria que pretende a articulação, teremos que discutir um pouco mais com ele. Para se construir alianças é preciso dialogar mais que isso. De qualquer forma, há um contingente importante de investimento privado em programas sociais, que precisa ser discutido. Se é para fazer aliança, vamos fazê-la direito, com todos aqueles atores, com todos aqueles setores que podem contribuir, mas, se não participarem, também podem atrapalhar bastante, podem fazer coisas concorrentes que acabam desvirtuando a potencialidade estratégica do projeto.

Relativamente à execução, o trabalho dessas organizações, na maioria das vezes, é financiado com recursos públicos. Isso é legítimo, e é necessário que seja assim. Elas devem estar sob a fiscalização do Estado, mas com base no marco regulatório, não sob a égide de projetos políticos e eleitorais específicos, sob a égide de governos. O nosso diálogo tem de ser sempre com o Estado, com o Estado que pretendemos construir, um Estado mais republicano, mais convergente, mais integrado e mais integral. Nesse sentido da regulação - não sei se há outras pessoas aqui da Secretaria do Dr. Marcelo -, está em curso um amplo processo de discussão no País, que é a plataforma por um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, que, aliás, hoje está em discussão com o Ministro Gilberto Carvalho, da Casa Civil. Daqui a pouco, vou disponibilizá-lo para vocês. Há possibilidade de adesão e de discussão virtual. Queremos definir outras linhas para essa relação entre o setor privado - as organizações da sociedade civil são de âmbito privado, ainda que com a intencionalidade pública - e o setor público. Isso é absolutamente indispensável para avançarmos nessa cultura. Ministro Patrus, a nossa legislação ainda é muito conservadora, muito arraigada a princípios que hoje já não têm mais nada a ver com a nova realidade, com o novo papel das organizações, que não é mais exclusivo na atenção aos pobres e no desenvolvimento das políticas especiais.

Outro ponto importante, que considero fundamental - esse é nosso dever e nosso direito como organizações de sociedade -, é o monitoramento e a avaliação. Novamente, trago à discussão o papel dos conselhos e das conferências no controle e no monitoramento. O controle que propomos visa à eficiência da gestão, a uma gestão mais alinhada com os princípios e com as diretrizes. A Constituição Federal - o Ministro Patrus mencionou vários de seus aspectos - tem um marco regulatório que orienta a implantação dessas novas políticas. É fundamental haver uma linha e um controle que faça com que as coisas aconteçam. É claro que os órgãos do Executivo são os protagonistas, mas é preciso garantir a integração, a interatividade. Outro dia, a Profa. Marlise Matos



falou sobre a interseccionalidade, ou seja, a combinação de várias dimensões do direito dentro de uma mesma política, de um mesmo programa.

Já mencionamos aqui a atenção ao monitoramento de indicadores. É superimportante termos uma linha de base como a que, agora, parece que estamos construindo, para iniciarmos esse novo programa governamental. Vocês vão acompanhar como isso evolui. Temos feito discussões com o governo do Estado de Minas Gerais nas audiências públicas de prestação de contas, porque já não nos basta mais saber que números são atendidos ou quanto o governo gastou de acordo com determinada política ou quanto deixou de gastar em outra. Interessa-nos, sim, saber a efetividade desses gastos, em que medida eles melhoraram os indicadores sociais. É essa inteligência que precisamos construir, e, mais uma vez, ela tem de ser construída no âmbito dos conselhos de políticas públicas.

Chamo a atenção de vocês para o fato de que hoje recebi, com muita felicidade, a notícia de que finalmente o Governador do Estado decretou a realização da etapa estadual da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial. Esse é um processo importante, que dará novas diretrizes para esse trabalho do acompanhamento e da participação social nos espaços de decisão de interesse público. É aí que queremos atuar. Não queremos mais estar só nesse espaço coadjuvante. Se temos de fazer busca ativa, então vamos ver que organizações vão lá. Não, queremos participar desde o princípio e achamos que temos condições para isso hoje. Então, é ótimo que consigamos ter isso. Agradeço mais uma vez ao Deputado Quintão, que, procurado por nós, também se manifestou e expediu requerimento a esta Casa e ao Governador para que a conferência fosse convocada. Agora é nossa tarefa organizar uma conferência de verdade e avançarmos, de fato, nessa perspectiva do monitoramento.

Gostaria ainda de falar um pouco sobre essa configuração de um novo imaginário social. Sempre menciono uma resposta que você deu logo no início da sua gestão à frente do Ministério, ocasião em que os jornalistas lhe perguntaram sobre as portas de saída do Bolsa-Família. E você mencionou: estamos custando a abrir as portas para os pobres do Estado, e vocês já estão falando em saídas? Sabemos que são perguntas de jornalistas, que gostam de números, etc., mas isso expressa uma concepção social. Na minha opinião, ainda estamos um pouco distantes do imaginário social que pensa a questão do bem público de forma republicana, como estamos tratando aqui. É claro que ainda há muito daquela visão assistencialista, com que não concordamos muito: “Não, tem de atender, mesmo”. “Então, para priorizar, vamos fazer isso, vamos colocar mais recursos aqui.” “Ah, não, espera aí. Não estou conseguindo mais contratar empregada, porque as mulheres estão preferindo ficar em casa, porque agora recebem o Bolsa-Família.” Aí, se esbarra nessas concepções, nesses preconceitos, e aí há, sim, um grande desafio. As políticas públicas são superimportantes, mas, simultaneamente, precisamos conversar com as pessoas para termos equidade como valor, para haver um novo projeto societário, satisfatório, em que nos sintamos um pouco mais fraternos, em que o público seja considerado como de todos, e não, como o que não é de ninguém, porque esse é um traço cultural brasileiro. Não se encara o que é público como aquilo que é de todos. Acha que não é necessário preservar, tratar bem ou trabalhar em sua conservação, porque não é da pessoa, mas público.

Essa figura que estou utilizando nos “slides” é do mobilizador social Bernardo Toro, que já passou por Minas Gerais algumas vezes e hoje compõe os quadros da Fundação Avina. Ele descreve alguns cenários vivenciados na relação dos três setores, para entendermos como ocorre a intersectorialidade entre eles. Sei que algumas pessoas discordam dessa nomenclatura, mas proponho que tentemos perceber o que há por trás - depois, podemos até discutir nomenclaturas.

O primeiro cenário é classificado como caótico, pois os três setores trabalham cada um na sua, na maioria das vezes, disputando causas e até disputando os pobres, como o Patrus brincou. Outro cenário que também ocorre bastante é o de uma associação entre o mercado e as organizações da sociedade civil, segundo e terceiro setores contra o governo, na perspectiva de que esperam que o governo faça tudo - atitude contraditória às ideias que defendemos agora. Em outro cenário, chamado por Bernardo Toro de populismo, há uma associação forte entre o governo e as organizações da sociedade civil. Elas deixam o mercado em uma situação absolutamente estancada, distanciada da discussão, do entendimento e da estratégia de convencimento acerca dessa nova forma de pensar política. Outro cenário trabalha o governo, o mercado e as organizações da sociedade civil também de forma distanciada, e ele o chama de corporativismo, em que há atenção especial aos interesses privados em detrimento dos interesses públicos. No cenário ideal, chamado de governança democrática, são respeitadas as individualidades, obviamente considerando-se que as identidades são diferentes: ninguém defende que somos todos do mesmo jeito. Nesse cenário há zonas de intersectorialidade onde representações desses setores conversam e fazem acordos para que as coisas deem certo, para que haja sinergia.

Hoje à tarde, o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclado fará exposição neste Plenário, o que considero fantástico. Darei um exemplo emblemático para o que buscamos, que é a inteligência de incluir pessoas na sociedade com dignidade, com protagonismo. Patrus Ananias é testemunha dessa luta. Os catadores de material reciclável fizeram suas conquistas em um período curto de tempo, porque sabemos como a história é construída, é demorada. O tempo é um insumo muito importante para a democracia, mas, em curto espaço de tempo, os catadores, com muita organização, com muita capacidade de proposição, conseguiram trazer para o cenário público um conceito de política pública relacionado à gestão de resíduos; conseguiram mostrar também ao setor privado que é vantajoso haver catadores em sua cadeia produtiva. Parece-me um exemplo bastante emblemático e de uma inteligência ímpar. Oriente vocês a explorarem bastante com o Luiz Henrique, hoje à tarde, essa estratégia - como se organizaram para obter esse resultado -, destacando que, nesse cenário, houve vontade política do governo federal. Hoje há uma organização na administração pública, comitês, onde a questão da inclusão e da gestão de resíduos é pensada de forma interministerial. Parece-me que há elementos muito elucidativos, pedagógicos para a inclusão de outros públicos tão vulneráveis quanto esse.

Concluindo, trago novamente uma inspiração do Bernardo Toro, que fala da importância da organização. Vou citar isso pessoalmente, porque me parece muito relevante. O primeiro passo para superar a pobreza em uma sociedade é criar e fortalecer as organizações. Um dos indicadores de pobreza mais graves é não estar organizado. Todos nós, intuitivamente ou cientificamente, sabemos que é assim. Uma sociedade é tanto mais sólida quanto maior for o número de organizações ou associações produtivas, entendendo como produtiva aquela que gera transação política, econômica, social e cultural. Parece-me bastante inspiradora, agora, quando estamos partindo para um novo campo de trabalho, uma nova metodologia de atenção a essas pessoas. É importante que nos preocupemos com isso, ao fazer a busca ativa, os acordos das condicionalidades. Que estejamos pensando no quanto essas pessoas



estão organizadas, no quanto gestores, técnicos e trabalhadores da área social poderão contribuir para que sejamos, cada vez mais, plurais, fortes e efetivos na participação dessas pessoas na esfera pública.

Aqui estão alguns “links” de interesse sobre o que falei aqui. O primeiro é relativo à questão do fórum do marco regulatório, em que todos estão convidados a entrar com suas ideias, com suas propostas e questionar o que está sendo discutido. A segunda é o abaixo-assinado contra o Apelo 01, que tira o poder deliberativo dos conselhos. Os demais são o movimento Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, que tem um papel importante para todas essas etapas de que falamos aqui. Já há em Belo Horizonte uma interlocução bastante avançada nessa participação para a construção desse ideal de cidade.

Agradeço a atenção e espero bastante entusiasmo no debate.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Quero agradecer à Gláucia e dizer que o ciclo de debates vai ser somente o primeiro passo. O Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, já anunciou, nesta semana, a organização do seminário legislativo “Superação da pobreza e enfrentamento das desigualdades regionais”. Vamos percorrer todas as regiões administrativas de Minas. Ontem, conversando com o Marcelo, soube que o Estado também vai participar. Vamos fazer essa discussão. Gláucia, você disse que os movimentos sociais e os gestores, em cada região de Minas, devem participar. Queremos identificar a expressão da pobreza, que é muito diferenciada em cada região de Minas. Que possa haver um olhar diferenciado e especial no planejamento do Estado, no PPAG. E aí entraremos naquele nosso sonho de regionalizar as metas do PPAG, e isso vai ser muito importante.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registro a presença, em Plenário, do Deputado Federal Weliton Prado, nosso colega na Assembleia, campeão de votos do nosso partido em Minas Gerais.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de três minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O Sr. Presidente - Conversei com a Secretária Denise, que está com limitação de horário, em função de seu voo para Brasília. Já fiz uma seleção, e teremos dois blocos de perguntas orais. O Patrus e a Gláucia poderão continuar. Já conversei com o Patrus e peço também à Gláucia a gentileza de liberarmos a Denise, fazendo, primeiramente, as perguntas que lhe foram dirigidas especificamente. A primeira inscrita é Maíra da Cunha Pinto Colares, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social. Aliás, primeiro, o Secretário Jorge Nahas, depois, a Maíra e, em seguida, a Júlia.

O Secretário Jorge Nahas - Eu queria registrar, antes de mais nada, a minha alegria e o meu orgulho em participar desta mesa com o Patrus, o André, a Denise e tantos companheiros que cuidam desse legado maravilhoso que a equipe deixou para Belo Horizonte. Com humildade, mas com determinação, estamos tentando desenvolver e fazer avançar esse legado na avenida que foi aberta por essa gestão que marcou tanto as políticas públicas em todo o Brasil. Estou cuidando do tema com uma equipe maravilhosa. Muitos estão aqui, a começar pela querida Secretária de Assistência Social, Beth Leitão. Outros companheiros também estão presentes, como o Josafá, do Cadastro Único, a Laura e a Rosilene. Alguns são coordenadores de Cras e de equipamentos do BH Cidadania. A todos vocês, muito obrigado, desde já.

Quero fazer algumas considerações sobre a política de Belo Horizonte. Em primeiro lugar, a questão da busca ativa. Temos uma experiência consolidada que considero preciosa para todos. A busca ativa como mecanismo é o reconhecimento de que essas famílias não saltam no nosso caminho e de que não existe uma bala de prata para resolver os problemas delas. É importante - eu queria discutir isso com vocês - que não busquemos essas famílias com o olhar de cada uma das políticas, porque isso cada uma dessas políticas faz. Há em Belo Horizonte 547 equipes do Saúde da Família, cujos agentes comunitários vão atrás das famílias nos terrenos. São os nossos Cras. A nossa veterana e bem-sucedida política de Bolsa-Escola Municipal - BEM-BH -foi incorporada ao Bolsa Família. A Beth Leitão, aqui presente, foi a primeira dirigente desse programa e fez a busca ativa das famílias.

Estou tentando dizer que a busca ativa não pode ser feita com o olhar de cada uma das políticas - isso já fazemos -, mas tem de ser feita de maneira bem mais - digamos - intersetorial. Isso quer dizer que devemos buscar essas famílias com instrumentos que incorporem vários olhares, senão vamos continuar fora da nossa política. Temos experiências incríveis aqui. Nenhuma dessas famílias está fora da nossa rede de proteção. Ela toca na nossa rede em algum momento, mas chega sem registro numa escola infantil da Prefeitura, escolhida por vários setores da Prefeitura. Não esteve fora da nossa rede de proteção, mas não tem registro. Esse é um, mas temos vários outros exemplos de que essa busca ativa necessita de um instrumental que ultrapassa cada uma das políticas que vai realizá-la. Aqui se introduz outro elemento muito importante, que o Patrus mencionou. Quando se faz a busca ativa, reconhece-se que não há bala de prata que resolva os problemas dessas famílias. Vou dar renda, e elas vão sair. “Elas estão na porta de saída” é uma expressão que evito ao máximo. Não falo. Parece que as famílias estão batendo nas portas. Abre-se a porta da qualificação, bala de prata. Sabemos que não é assim. Podemos dizer que essas famílias não estão nas portas de saída; elas têm um longo caminho até chegar a uma porta de saída. Essa é a nossa experiência. Esse longo caminho exige investimentos de várias ordens, de várias políticas de promoção e garantia de direitos; investimentos que colocam com clareza meridiana, quase cegadora, a necessidade da intersetorialidade, e não como instrumentos - digamos - administrativos. A totalidade dessas famílias necessita de investimentos de várias políticas.

Convido todos para conhecer a experiência que estamos desenvolvendo. Nos Centros de Referência e Assistência Social - Cras -, estamos desenvolvendo a ideia de fazer um plano com essas famílias. A Gláucia falou em customizar a política, e falo que precisamos levar em consideração a realidade dessas famílias. Cada uma delas precisa de um tipo de apoio, de atividade e de plano. Há famílias



cuja vulnerabilidade nessa rede de proteção é descumprir uma das condições do Bolsa Família; porém, às vezes, tratamos de violação de direitos de crianças e adolescentes; outras vezes, de uma extrema fragilidade do domicílio. Como tratar de tudo, então? Demandasse do poder público várias ordens de intervenção. Temos essa contribuição que envolve a assistência social como uma política articuladora.

A Secretária falou da dificuldade da intersetorialidade; podemos dizer, de cadeira - estão aqui a Bete e a Rosilene que não me deixam mentir -, que a diferença sutil entre articular e coordenar esse terreno é difícil de se estabelecer. É preciso ter muita sensibilidade, muita delicadeza, o que, às vezes, falta-nos. Fazemos uma construção e estamos nessa batalha. Saliento esses pontos: se cada política mantiver o olhar a que está acostumada, se não incorporar outros olhares na busca ativa, essas famílias permanecerão invisíveis.

O Sr. Presidente - Obrigado, Secretário Jorge Nahas. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Deputado André Quintão, companheiras e companheiros, Jorge Nahas, Denise, Gláucia, Patrus Ananias, em primeiro lugar parabenizo o Deputado André Quintão e a Assembleia Legislativa pela realização deste ciclo "Estratégias para superação da pobreza" em Minas Gerais. Mas é claro que isso só pode ser considerado do ponto de vista de um programa nacional para o Brasil.

O combate à pobreza, felizmente, foi reiterado pela Presidenta Dilma durante a campanha eleitoral e principalmente após a sua posse, como tema central para o País. As declarações e as escolhas dela nos deixaram muito felizes, pois significam que olhará para o Brasil a partir dos que mais necessitam e nos dá a certeza de que a continuação do que foi iniciado no governo Lula ocorrerá em nosso país. A Presidenta Dilma determina que o combate à pobreza é prioridade do seu governo. Esse é o primeiro aspecto a ser considerado: o fato de não haver nenhum rompimento com o que já vinha sendo feito; ao contrário, há medidas para se avançar em relação ao que já foi feito. As experiências foram muito positivas. A presença do nosso ex-Ministro Patrus Ananias diz tudo em relação a isso, pela lembrança positiva que temos do que foi realizado no Ministério do Desenvolvimento Social e no País como um todo.

As medidas anunciadas de combate à pobreza são alvissareiras. O lançamento e o anúncio de programas no Ministério de Desenvolvimento Social - MDS - e no Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA -, que deram, no MDS, R\$43.000.000.000,00 e, no MDA, R\$16.000.000.000,00 só do Pronaf, testemunham que há a necessidade e a certeza de que o governo priorizará não apenas nas palavras, mas também na alocação de recursos financeiros para o combate à pobreza no Brasil. Os projetos e programas, além de terem continuidade, serão reforçados.

Chamo a atenção para outro programa importante lançado pela Presidenta Dilma, que tem tudo a ver com a superação da pobreza no Brasil, que é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - Pronatec - voltado para o ensino médio. Para se ter uma ideia, realizamos um debate na Assembleia Legislativa sobre esse tema, e o Ministério da Educação anunciou que 8 milhões de jovens - por isso digo que tem tudo a ver com a questão do combate à pobreza - ingressarão, até 2014, no ensino tecnológico médio. Esses serão exatamente aqueles alunos mais necessitados, que frequentam as escolas públicas brasileiras, os quais sairão das escolas profissionalizantes com uma profissão e, portanto, inseridos no mercado de trabalho, que, felizmente, está crescendo e continuará crescendo no Brasil. Para este ano, a expectativa é de crescimento de 4,5% do PIB. Esse crescimento significa que temos de capacitar a nossa juventude para entrar no mercado de trabalho, o que, certamente, significa combate à pobreza, pois milhões de famílias terão os seus jovens empregados, produzindo e comprando. Isso tudo faz parte dos programas sociais fundamentais. O Pronatec é um projeto que gostaria que fosse encaixado nesse programa de combate à pobreza que vem sendo realizado no Brasil e que foi anunciado pelo governo da Presidenta Dilma.

Em Minas Gerais, temos muito a avançar, pois, por mais que o Governador Anastasia tenha também aberto um diálogo mais profícuo em relação a esse tema, nesses oito anos o governo do nosso Estado não avançou como o governo federal. Vimos isso tanto na criação do Ministério do Desenvolvimento Social quanto no crescimento vertiginoso do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Podemos fazer com que Minas Gerais também enxergue essa questão como um tema central, e o seminário contribui com isso. Já temos algumas experiências apontadas, que poderão ser vitoriosas no governo. Foi anunciada a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar. Havia somente a Secretaria responsável pelo agronegócio e pelo setor latifundiário, mas não havia nada ainda para o pequeno produtor e para o agricultor familiar que se vinculasse ao Programa de Aquisição de Alimento - PAA. Uma subsecretaria é pouco para o tamanho de Minas Gerais e para a necessidade da agricultura familiar, mas é uma esperança, pois foram designadas pessoas com experiência nessa área. Abre-se um diálogo.

Deputado André Quintão, o seminário tem também essa motivação, ou seja, abre com o governo do Estado um diálogo mais real sobre o combate à pobreza e o leva a ter a visão que o Brasil teve nesses oito anos do governo Lula. E a Presidenta Dilma agora anuncia isso. Essa é uma expectativa que temos também em relação ao governo do Estado. Embora seja aqui o Líder da Oposição, como disse o Deputado João Leite, sou do Bloco Minas sem Censura -, eles não gostam muito desse nome, mas preciso dizer que o nosso Bloco tem esse nome por motivos óbvios -, estamos sempre abertos ao diálogo com o governo. Queremos também demonstrar que o que pregamos em nível nacional pode ser feito em Minas Gerais. A nossa oposição tem o sentido também de fazer o vínculo entre os programas nacionais e os programas do Estado. Temos de reivindicar e fazer com que o governo de Minas Gerais também tenha essa atenção especial e prioritária em relação ao combate à pobreza.

Deputado André Quintão, V. Exa. chama a Assembleia Legislativa como um todo para este debate, e não apenas o seu mandato e o nosso Bloco, assumindo essa tarefa, que é de Minas Gerais. Parabenizo o Deputado André Quintão, os expositores, a Gláucia, o companheiro Jorge Nahas e nosso Ministro Patrus Ananias, que continua sendo uma referência tanto do ponto de vista político quanto ético e, como uma referência no combate à pobreza no Brasil, um marco que precisamos enaltecere e ter com ele essa correspondência. Quero parabenizar a todos, mais uma vez, pelo trabalho.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Temos várias perguntas, por escrito, para a Secretária Denise. Peço a compreensão do Daniel, da Júlia, da Dilma, da Maíra e do José Anísio porque fomos informados de que o trânsito em Belo Horizonte



está um caos em função do vendaval de ontem, que rendeu até um debate hoje sobre os semáforos desligados e as árvores caídas. Vou ler as perguntas escritas; as perguntas daquelas pessoas que se manifestarem depois, se os componentes da Mesa não puderem responder, serão encaminhadas à Denise.

Pergunta de Rafael: “A Secretária Denise Colin abordou o diferencial participativo do Suas, porém, políticas participativas dependem da população para o seu efetivo funcionamento. Gostaria que a Secretária aprofundasse sua abordagem sobre a metodologia utilizada para a participação social dentro das políticas adotadas, seja pelo método do Cras ou aqueles utilizados para outras entidades articuladoras. Gostaria que a resposta da Secretária levasse em consideração o modo como a sociedade poderá, efetivamente, apropriar-se dos projetos, como protagonistas dos mesmos”.

Pergunta de Luana, do Comitê de Segurança Alimentar Nutricional, de BH: Qual é a estratégia do Plano Brasil sem Miséria para garantir, dentro dos serviços propostos, o direito à documentação básica, como registro civil e outros a quem não possui. Exemplos: Mulheres agricultoras, famílias em situação de vulnerabilidade”.

Pergunta da Vera Vilela, de Poços de Caldas: “Gostaria de lamentar a ausência da Sedese, neste debate, e manifestar que considero o piso mineiro uma estratégia de enfrentamento à pobreza muito tímida, uma vez que abrange poucos Municípios, com recursos financeiros muito baixos, além de não terem sido discutidas mais instâncias de pactuação. Para quando está previsto o aumento do cofinanciamento para a ampliação das equipes dos Cras?”.

Laura da Veiga, professora da Fundação João Pinheiro: “Denise, a utilização de recursos federais para o pagamento de pessoal da área de assistência social, do quadro próprio, poderá ter efeito negativo, evidentemente, não desejado: contratações de quadros próprios, com salários fixos baixos e utilização de recursos federais, como complementações eventuais. Há alguma previsão, nas propostas do MDS, para prevenir tais procedimentos em âmbito local?”.

Claudinéia Jacinto, da Secretaria de Planejamento de BH: “A dimensão territorial metropolitana reproduz o caráter multifacetado da pobreza. São muitas pobreza nesse pedaço de espaço urbano e rural brasileiro, onde mais de 44% da população urbana vive em 10% do território nacional. Essa realidade desnuda todos os dias a fragilidade, para não dizer a ausência, de ofertas de serviços e programas para essa população que vive em áreas conurbadas, para além das exigências dos limites territoriais municipais, o que causa sérios constrangimentos para os operadores das políticas públicas. Como a questão metropolitana aparece concretamente no universo das políticas sociais para combate à pobreza?”.

Outra pergunta: “Quais são as estratégias utilizadas pela União e pelo Estado para envolver os Municípios de pequeno porte, que não oferecem serviço de proteção social, uma vez que não possuem conselhos municipais de assistência social?”

A última pergunta é sobre a ausência da Secretaria de Educação neste Plenário. Neste mesmo momento, está acontecendo nesta Assembleia, no teatro, um debate público - marcado posteriormente à organização deste evento - sobre a efetivação do Plano Nacional de Educação, com representantes da nossa Secretaria de Educação e da Comissão de Educação do Congresso Nacional. A Secretaria de Estado de Educação está participando desse debate público.

Com a palavra, a Sra. Denise Colin. Peço a compreensão de quem fez inscrições orais - todos terão oportunidade de fazer suas questões -, em função da agenda da Secretária.

A Sra. Denise Colin - Peço desculpas. Sei que é horrível vir aqui e ter de me ausentar, mas foi impossível conciliar todas as minhas tarefas.

Responderei ao Rafael, que me indagou sobre a metodologia para a participação. Isso foi sinalizado e solicitado pela Gláucia. Toda a estrutura da política de assistência social traz, desde a Constituição, a descentralização político-administrativa e a participação popular como diretrizes na sua organização. Está sendo pensada a participação de conselhos, conferências, usuários, trabalhadores e entidades nos espaços dos territórios em que esses equipamentos estão inseridos, na redação da revisão da NOB-2005. Há um capítulo específico para tratar da necessidade de criação desses espaços. No tocante ao Plano, há uma discussão sobre a criação de um comitê interconselhos, alguma coisa nesse sentido, a fim de que não se concentre só, como disse o nosso companheiro Nahas, em suas respectivas áreas. Haverá necessidade da integração nessa ação.

Luana, quanto à documentação básica, quando listamos vários itens a serem considerados pelos equipamentos públicos e pela política de assistência, quando listamos as diversas áreas - com a introdução da área da justiça ou da segurança, dependendo de onde isso está localizado em Estados e Municípios -, a documentação figurou como item elementar. Daí, o entendimento da busca ativa não só para fiscalizar e identificar as famílias que, por acaso, estão fora, mas também para dar visibilidade e potencializar, além do conhecimento dos seus direitos, como a Gláucia disse, o acesso a bens e serviços e a sua capacidade de intervenção e de vocalização das suas demandas nesses espaços. A documentação é um item. Se vocês olharem nos “slides”, está com essa nomenclatura porque sabemos que dá o reconhecimento da identidade e da cidadania a essa população e a qualquer um de nós.

A Vera indagou sobre o cofinanciamento dos Cras. Isso está previsto para este ano gradativamente, numa meta progressiva até 2014, mas também será inserido no PPA. Essa meta está assegurada nos ciclos orçamentários até 2015.

Laura, também é uma grande preocupação o fato de não promovermos a precarização, e ficar dependendo do repasse federal o reconhecimento da importância da participação dos trabalhadores dessa área. Por isso, a NOB-RH prevê uma mesa de negociações, para que sejam recebidas não reivindicações sindicais, mas qualidade e condições de trabalho para isso. Devemos ter esse cuidado. Esse processo começa em junho, com as conferências municipais de assistência, e culmina com a conferência nacional, em dezembro. A nossa grande preocupação é debater essa questão. Devemos ter clareza do que está na governabilidade de acertos entre os entes, que não é uma reivindicação mais sindical, mas de qualidade de trabalho. Pensa-se também na regulamentação desse pagamento, se é o caso de definir um percentual para que não se utilize a totalidade disso e não se desresponsabilizem os demais entes desse pagamento. Agradeço pela lembrança, pois isso é fundamental.

A Claudinéia pergunta como estão sendo consideradas as duas questões: a metropolitana e a dos Municípios de pequeno porte. Acrescento o meio rural. Por esse motivo é que foram imaginadas essas outras possibilidades de referenciamento de equipes para essas áreas. As regiões metropolitanas já estão com seus equipamentos descentralizados, mas eles são insuficientes para o atendimento



da demanda e para a cobertura da população. É nesse sentido que ela concentra. As regiões metropolitanas têm um alto índice de desenvolvimento e de riqueza, mas elas também concentram a pobreza em determinados territórios e não garantem o acesso a bens e serviços a todos. Essas equipes foram pensadas com esse objetivo, assim como as de pequeno porte, 1 e 2. É importante levar esses equipamentos para os 129 Municípios que ainda não têm Cras, definir equipes que se caracterizem como volantes e que fazem essa descentralização da proteção básica para o meio rural e para os Distritos que pertencem a esses Municípios. Em relação à proteção especial, pensa-se na possibilidade de criação de equipamentos com características regionais que congreguem conjuntos de Municípios e espera-se que as equipes também se desloquem. É claro que isso ainda é insuficiente e muitos debates teriam que ser feitos em todos os espaços de participação, de pactuação e de deliberação. Essa já é a resposta às solicitações que estão sendo travadas ao longo dos tempos e que agora estão sendo pactuadas com o conjunto de gestores e com a sociedade. Primeiro tínhamos que instituir o sistema, agora estamos aprimorando-o, qualificando-o e dando a cobertura necessária.

Peço desculpas pois tenho que me retirar para concluir minha agenda. Depois dos compromissos, voltarei para Curitiba, onde moro. Coloco-me à disposição. Agradeço o convite. Combinamos com o Deputado André Quintão sobre as mobilizações necessárias para a sanção do projeto e, muito mais do que isso, para a implementação das alterações da lei orgânica e do atendimento ao Plano Brasil sem Miséria.

Reafirmo o meu prazer por ter integrado a Mesa com o ex-Ministro Patrus, que é o nosso inspirador, que nunca será “ex”, sempre será um atual colaborador; com a Gláucia, que tive o prazer de conhecer e de comungar de todas as ideias; com o Nahas, com quem me comprometi a vir a Belo Horizonte para aprofundar as questões, o que tem sido solicitado pela Secretária Elizabeth com muita veemência. Estou à disposição. Agradeço à Rosilene, que me convidou pelo telefone. Estou inteiramente à disposição, se for necessário. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a sua presença. Sabemos do seu esforço para remarcar compromissos. Deixo a preocupação de ontem em relação à transição do ProJovem, questão sobre a qual poderemos conversar em outra oportunidade. É uma pauta que não temos tempo para discutir hoje, mas é muito importante.

A Sra. Denise Colin - Pode ser que eu perca o avião, mas quero falar sobre isso. O serviço desenvolvido com a juventude instalado é muito importante. Eu não compunha o governo federal, mas participava muito das instâncias de pactuação e de deliberação. Quatro modalidades do ProJovem foram desenhadas e previstas numa esteira. Essa articulação que nos é tão cara foi presenciada, na realidade, na dificuldade de a definirmos entre as áreas e de responsabilizarmos os setores que ainda não têm “expertise” suficiente para abordagem dessa população com a multiplicidade de suas necessidades e demandas. Então, nesse momento, foi pedido pela Presidência que fizessem o reordenamento dessas propostas e, se fosse o caso, que objetivassem mais algumas áreas, sem perder a perspectiva da globalidade e da integralidade.

O Deputado Rogério Correia disse aqui que queria trazer o Pronatec, que fará esse atendimento à juventude de forma mais vinculada com a escola, sem ficar o trabalhador tão dissociado, com outros elementos de qualificação, além da formação profissional, da mesma forma como funciona o ProJovem, em que temos que conseguir estabelecer uma proximidade maior com a unidade escolar. Aí, o Mais Educação já faz parceria com instituições não governamentais para entender a formação integral e integrada do jovem para além do currículo escolar, envolvendo esporte, cultura, lazer e outras áreas do desenvolvimento. O ProJovem se propõe exatamente a isso; estamos exatamente nessa fase e queremos poder dar conta disso. Embora existam pressões para que essa seja uma atribuição exclusiva da educação, precisamos da mobilização de toda a sociedade para conseguirmos demonstrar isso a essas áreas que, na minha concepção, possuem entendimento limitado ou não conseguem enxergar essa potencialidade. Essa mobilização é muito importante para podermos promover a integração do serviço de convivência e o fortalecimento de vínculos com as outras instituições.

Na verdade, todo o nosso movimento será para isso, mas prevalecerá se o conjunto da sociedade e de atores conseguirem compreender também essa necessidade. Esse é o momento em que nos encontramos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Denise. Contem conosco. Transmite nosso abraço à nossa querida Márcia Lopes, ao Gilberto Carvalho e à Greize. Há uma grande identidade entre Minas e o Paraná na construção dessa política. Convido a Máira Colares a fazer a sua intervenção. Ela é Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

O Sr. Patrus Ananias - E nossa Gerente na Regional Oeste.

A Sra. Máira Colares - Bom dia a todos! Na verdade, durante as falas, pudemos perceber um pouco dos nossos desafios para construir uma política pública intersetorial e efetiva na garantia dos direitos. Quando o Ministro Patrus recuperou o arcabouço normativo legal das políticas públicas sociais, refletimos sobre o fato de que, na verdade, essa é uma construção de algumas décadas e de que estamos em um processo de implementação dessas políticas. Para isso, é necessário criarmos algumas construções políticas e institucionais a fim de garantir a implementação dessas políticas públicas. Então, peço que a Mesa se manifeste em relação a essa dificuldade e a esse processo de construção, que, no Brasil, pudemos perceber que foi maior a partir dos anos 2000. Quais são essas condições? O que viabiliza ou dificulta as condições político-institucionais para que a implementação das políticas públicas seja garantida?

O Sr. Presidente - Obrigado. Julia Restori, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais e Secretária de Coronel Fabriciano.

A Sra. Júlia Restori - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado André Quintão, a Gláucia, o Jorge e, em especial, o Patrus. Não poderia perder a oportunidade de falar em nome de todos os Secretários Municipais de Assistência Social de Minas Gerais e vou tomar a liberdade de falar inclusive do Brasil, porque também faço parte do Colegiado Nacional de Assistência Social em que você, Patrus, como a Denise bem mencionou aqui, é uma inspiração para nós. À frente do Ministério de Desenvolvimento Social, com sua liderança e, é lógico, com toda a sua equipe, que não temos como nominar pelo enorme número de pessoas comprometidas, nós conseguimos transformar o País. Falo nós porque ontem tivemos aqui um debate com a presença do Marcelo Garcia, quando discuti com ele exatamente que o Estado precisa ser mais aberto à participação popular. Você foi aberto. Você foi governo e permitiu a participação popular. Isso nos fez transformar o País e levar o Suas, o Cras, os equipamentos e a oferta de serviços a todo o Brasil.



Recentemente estive em Belém e me emocionei com os seus gestores. Um Estado tão distante, conseguindo usar uma linguagem que usamos em âmbito nacional. Assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Patrus, sua luta sempre foi pela superação da pobreza. Em todos os lugares onde você esteve essa foi sua bandeira de luta. Essa luta será concretizada muito pela sua participação porque, como vimos, o Cras será o local estratégico para a superação da pobreza. Eu não poderia deixar de registrar aqui e manifestar que, se chegamos aonde chegamos, foi sob sua liderança. Muito obrigada.

Gostaria de fazer uma pergunta para a Denise, mas ela teve que sair. Precisamos fazer essa discussão do projeto ProJovem Adolescente. Se estamos discutindo superação da pobreza, adesão ao serviço, oferta qualificada de serviços, não podemos permitir que o ProJovem Adolescente saia de onde está, que é o Centro de Referência de Assistência Social, com a perspectiva de fortalecimento de território. Fico pensando sobre o que acontecerá se eu chegar em Coronel Fabriciano e falar para os nossos adolescente que daqui a um mês eles não vão mais ficar no Cras, vão para o Mais Educação, local que lutamos para que eles se sentissem sujeitos de direito. Se eles são sujeitos de direito, deveríamos ter perguntado o que eles acham dessa situação, porque eles são o objetivo direto da nossa ação e tenho a convicção de que eles entendem a lógica do nosso serviço. A opção do ProJovem Adolescente deverá permanecer na assistência social. Penso que esse é outro desafio: promover a intersetorialidade no âmbito das políticas públicas municipais e, prioritariamente, estendê-la à sociedade civil e a outros segmentos organizados da sociedade. Mesmo na ausência da Denise, gostaria de dizer que, enquanto Cogemas de Minas Gerais, estaremos ao seu lado para fazer essa ponderação em relação ao ProJovem Adolescente. Tenho certeza de que, se o Estado estiver disposto a dialogar com todos os segmentos organizados da sociedade, com todos os espaços de controle social e com os gestores das políticas públicas, conseguiremos efetivar a superação da pobreza, não apenas em Minas Gerais, mas no Brasil.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Daniel Pimenta, da Escola Municipal Anísio Teixeira, de Belo Horizonte.

O Sr. Daniel Pimenta - Sr. Presidente, ex-Ministro Patrus Ananias, Sra. Gláucia, Deputados, funcionários e convidados. Falei de forma certa?

O Sr. Presidente - Parabéns!

O Sr. Daniel Pimenta - Obrigado. Gostaria de dizer que só iremos erradicar a pobreza e fazer o Brasil ser um país desenvolvido com educação. Não podemos somente distribuir renda por meio de programas sociais, como o Bolsa-Família, e não darmos educação adequada ao povo brasileiro. Temos também de pensar na remuneração dos profissionais da educação. Não podemos pagar R\$1.200,00 aos professores, que possuem ensino superior e trabalham 40 horas semanais. Eles merecem uma remuneração digna, de acordo com as suas responsabilidades; eles formam os cidadãos brasileiros do futuro. Não é o governo estadual que está cometendo esse crime, mas o governo federal, que está matando mentalmente e financeiramente os professores. Esta Casa precisa fazer alguma coisa. Precisamos reconhecer o trabalho desses profissionais. É o que eles precisam e merecem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Daniel. Com a palavra, Dilma Jorge, Secretária Municipal de Assistência Social de Monte Azul; depois, o José Anízio, de Dionísio.

A Secretária Dilma Jorge - Boa tarde. Além de ter um nome que agora é famoso, sou da região da pobreza, o Norte de Minas. Há algum tempo, o Patrus me conheceu. Sou representante de uma região onde esse Brasil sem Miséria tem de chegar urgentemente. Estou aqui porque fiquei sabendo desta reunião em um evento sobre liberdade assistida, da Sedese. Vim a esta Casa para escutar e levar alguma coisa. Quero agradecer ao ex-Ministro Patrus Ananias, por nos ter dado voz e vez no Ministério do Desenvolvimento Social. O Norte de Minas é sempre o local em que as políticas chegam de cima para baixo. Não sabemos falar nem pedir, mas, agora, temos as nossas representações e estamos mudando a partir desse Ministério. Patrus, queremos pedir-lhe para não se esquecer de nós. O Estado e o Brasil são grandes, mas o Norte de Minas, principalmente o Vale do Jequitinhonha, é de uma pobreza muito grande, e não apenas financeira. Ontem escutei o Marcelo Garcia dizer que o Norte de Minas precisa só de água. O que é isso? O Norte de Minas precisa de geração de renda, do momentâneo, pois é o que acontece agora e precisa ser resolvido. O ProJovem é o único programa da região voltado para os adolescentes. Se o programa for retirado, para onde irá o jovem, o adolescente do Norte de Minas? Irá para São Paulo morrer e, daqui a dois anos, voltar num caixão. Isso é trágico, mas é a nossa realidade. Estamos cansados. Pedirei ao Patrus Ananias, que nos ajudou na implantação dos Cras e Creas nos Municípios, que nos socorra. O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha não aguentam retornar e, caso isso ocorra, é preferível jogar uma bomba na região para explodir tudo. Não há mais retorno. As pessoas continuam indo embora, e escutei alguém falar que os nossos Municípios estão diminuindo. E isso ocorre porque o IBGE vai lá fazer um levantamento exatamente na época em que o povo está colhendo café ou cana em outro local. Aí nossa população cai, nossa renda cai e diversas outras coisas. Como Secretária de Assistência Social - também sou Presidente do Fórum Social do Consórcio Intermunicipal da Serra Geral e Vice-Presidente da União de Conselhos da Assistência Social de Montes Claros -, peço que nos deem a voz, que nos deixem falar. Digo que o povo do Norte de Minas é tão forte que, para viver na região, só mesmo o norte-mineiro. O pessoal do Sul, que chega lá, não aguenta e vai embora. Temos um problema sério no Norte de Minas. Os Promotores e Juizes, que lá chegam, ficam por três ou quatro meses. Eles impõem uma política nova, e dali a três meses vêm outros e fazem coisas diversas. Tudo isso precisa ser ouvido. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dilma. Temos, ainda, duas inscrições: a do José Anízio e, depois, a da Secretária Beth Leitão. As perguntas que chegaram agora, além dessas, serão encaminhadas posteriormente, em função do horário. Com a palavra, José Anízio.

O Sr. José Anízio - Boa tarde. Agradeço a presença do ex-Ministro Patrus Ananias neste debate, assim como a da companheira Gláucia.

Minha pergunta é direcionada ao Prof. Patrus Ananias. Minas Gerais possui 853 Municípios, e é grande a dificuldade para o cidadão chegar à Prefeitura, aos Vereadores. Essa não participação da sociedade civil na vida política dos Municípios, principalmente a dos jovens, é muito séria. Sou de Dionísio, região do Vale do Aço, que embora seja muito rica não se encontra ligada ao asfalto. Estamos a 56km de Timóteo e temos aqui uma conterrânea de Coronel Fabriciano que conhece nossa história. O governo Newton Cardoso iria fazer o asfalto, mas desviou a verba em 1988. Depois vieram Azeredo, Aécio, e promessas. Agora vem Anastasia, com um discurso bonito no Parque do Rio Doce; todo o mundo na expectativa e, até hoje, nada. Isso é um absurdo. Trata-se de uma região bem

próxima a Belo Horizonte, distando apenas 180km da Capital. Imaginem o que deve ocorrer lá, no Jequitinhonha! Sou professor da rede estadual, penso em voltar para o meu Município, mas tenho receio de lá chegar, começar a fazer alguma coisa e sofrer retaliação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, a Secretária Beth Leitão.

A Secretária Elizabeth Leitão - Bom dia a todos e a todas! André, já tive a oportunidade de te falar pessoalmente, mas também quero dizer publicamente que este ciclo, que vai tornar-se um seminário, para a gente retornar aqui, é uma iniciativa extremamente importante e sem igual. Você foi muito feliz na pauta, e a qualidade dele também nos anima muito. Quero cumprimentar o Ministro Patrus Ananias e lhe dizer obrigada pelo PL Suas. Iria falar com a Secretária Denise que hoje o MDS apresenta uma diretriz clara do que temos a fazer em relação à superação da pobreza, que equipamentos devemos potencializar, mas isso se deve à condução inequívoca do senhor à frente do Ministério, que fortaleceu a construção dessa política. A minha fala será na direção do que a Gláucia falou. Quero ainda cumprimentar meu companheiro e chefe Jorge Nahas.

Patrus, a sua fala foi brilhante como sempre, porque você nos indica que o mais moderno e atual é ainda retornar à Constituição. E a Constituição - você leu um trecho dela - anima o nosso espírito e nos mostra os fundamentos democráticos e republicanos na construção de uma Constituição solidária. O que está na linha mestra da nossa Constituição é que somos um País solidário. Portanto, quero fazer uma imersão, mais uma vez: para combatermos a pobreza extrema é preciso recuperarmos a essência de sermos um País solidário. Temos uma proteção social solidária, e não contributiva, no caso da assistência social.

A minha questão é a seguinte: no tripé da seguridade social, no debate nacional e internacional sobre sistemas universais de proteção social, o Brasil tem muito a ensinar. Mas temos de ampliar e avançar o nosso tripé da seguridade social para além da assistência social, previdência e saúde. Temos a educação e inúmeras outras políticas. Há a questão do financiamento da seguridade social, se está posta na Constituição. Gostaria de saber exatamente se isso está na Constituição, onde vamos ter recursos para garantir a proteção social - e me parece que isso já está apontado na Constituição. Quero somente saber se isso é verdade mesmo na leitura rigorosa da Constituição. A seguridade social é sustentada com recursos do governo federal, da União, com a participação dos entes federados.

Gláucia, você foi extremamente feliz quando falou do nosso desafio, que é construir uma sociedade e uma democracia participativas e, no caso da assistência social, fazer esse movimento de vocalização do nosso usuário. É o que estamos fazendo em Belo Horizonte agora, na preparatória das conferências, com a contribuição da nossa equipe, em particular do Sávio e do Conselho de Assistência Social. Estamos fazendo essas reuniões com todos as comissões locais de assistência social - Clas - e a contribuição e discussão nas pré-conferências. Estamos elegendo os novos Conselheiros a partir dessa discussão de base, os novos Conselheiros governamentais com a representação dos usuários. É impressionante como isso revigora todo o nosso trabalho, e a superação da pobreza não pode se dar sem essa vocalização. É preciso que o pertencimento do mais pobre dentro dessa política ou do trabalho seja uma coisa entranhada, como se fosse de pele. No sábado, quando estávamos em Venda Nova, um usuário me disse o seguinte: "Ah, Beth, gosto da Conferência da Assistência Social, porque tem a ver com a gente". É essa fala genuína que precisamos recuperar. Poderia falar de outros desafios, principalmente do trabalhador, do concurso público, que é uma pauta nossa, mas a vocalização e a participação do usuário da assistência social são fundamentais.

O Sr. Presidente - Temos aqui as últimas perguntas. Ministro Patrus e Gláucia, sintam-se à vontade, caso queiram respondê-las. Pergunta de Maria Alice: "Quais as estratégias de fortalecimento das políticas setoriais? O não acesso aos serviços (educação infantil, creches, serviços de saúde, etc.), muitas vezes, se dá pela não oferta deles de maneira universal. Falamos em repasse de recursos federais aos outros níveis de governo. A reforma tributária seria um tema a ser discutido como estratégia de superação da pobreza?"

Pergunta de Ricardo, do Cras: "É imprescindível que haja melhoria nas condições estruturais dos Cras para que os trabalhadores possam oferecer um atendimento adequado à população. Atualmente, as condições são precárias, o que inviabiliza a realização de um trabalho com dignidade e qualidade. Faz-se necessário, portanto, que sejam tomadas medidas urgentes para o oferecimento de condições efetivas de trabalho aos Cras."

Pergunta de Adilson Rodrigues da Silva, do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Belo Horizonte: "Gláucia, solicitamos a divulgação dos nomes dos Vereadores que fizeram e estão sugerindo essa lei municipal que tira o poder dos Conselhos."

Pergunta de Juliano Seabra, de Belo Horizonte: "Belo Horizonte enfrenta um grande dilema em relação aos programas e serviços de proteção básica executados nos Cras. Por um lado, faz-se necessário implementar as ações oriundas do MDS na lógica do Suas. Por outro, há projetos municipais paralisados, como o Família Cidadã - Cidade Solidária, e o Projeto Cuidador do Idoso, além de outros emanados da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, já que os Cras também são espaços do BH Cidadania, que exige muito mais das equipes técnicas. Diante disso, como as equipes dos Cras conseguirão executar serviços e programas emanados dos governos federal e municipal simultaneamente?"

Pergunta de Joana D'Arc de Lima: "É necessário priorizar a saúde, que está gritando por socorro. Os centros médicos do SUS estão sem médicos e sem remédios. Sem saúde, a pobreza reinará sempre. Que Deus tenha piedade!" Esta pergunta chegou pelo telefone 0800.

Pergunta do Diogo Vidal Mota, feita pelo "site": "Baseado no impacto que este Ciclo de Debates poderá causar no Poder Legislativo, por meio da participação do cidadão, gostaria de saber em que medida as contribuições das entidades serão efetivamente aproveitadas na discussão das diretrizes das políticas de erradicação da pobreza. Todos os interessados nessas políticas estão contemplados entre os participantes?" No final, responderei a esta pergunta.

Com a palavra, a Sra. Gláucia Barros, que pode responder as perguntas em bloco e depois fazer as suas considerações finais.

A Sra. Gláucia Barros - A Maíra perguntou sobre as condições institucionais para a implantação de políticas públicas sociais. Tentei falar sobre algumas delas, mas, na minha opinião, as principais condições são: escutar e considerar os destinatários, esse é o primeiro passo; desafiar e provocar os Conselhos a estabelecer metas baseadas em indicadores - essa é outra tarefa que me parece irrevogável -; e articular esses planos definidos pelos Conselhos no PPAG. Parece que o Plano Plurianual de Ação Governamental é a ferramenta, o

espaço, para onde podemos fazer convergir, objetivamente, todas essas coisas. Para mim, essa é a forma coerente de consolidar toda essa articulação com os Conselhos. Mobilizar alianças. Concordo com a última pessoa que pergunta aqui. Na verdade, é uma pergunta, não uma afirmação. Ainda faltam muitos atores nesse debate. Temos de nos despir de alguns preconceitos, conversar com empresários, conversar com atores que tradicionalmente nunca foram envolvidos em uma discussão desse tipo de política, porque são importantes. Entre esses, também estão os meios de comunicação social. Precisamos de uma estratégia eficiente, como são as propagandas governamentais, para comunicar o que virá desses planejamentos simultâneos e convergentes, de forma bastante inteligível para a população, para o cidadão, para o formador de opinião. Mas, antes, devemos conversar com as lideranças. Então, devemos sentar um pouco e olhar primeiro para os indicadores, para esse diagnóstico que está sendo construído tanto no âmbito do Estado quanto no âmbito nacional, para vermos, entre as causas e potencialidades, que atores precisam ser chamados para essas discussões e organizá-las sempre culminando no PPAG, o que me parece fazer o maior sentido e que já é, inclusive, ideia deste ciclo de debates.

Júlia, já temos os espaços institucionalizados de encontro entre o governo e a sociedade civil - acho que precisamos aproveitá-los melhor -, que são os conselhos e as conferências. Não precisamos ficar inventando rótulos; não devemos ficar, a cada dois anos, reelaborando propostas, reelaborando diretrizes, reelaborando. No espaço entre as conferências é preciso cumprir aquilo que é deliberado pelas conferências, em consonância com os planos e com o que se discute prioritariamente nos conselhos.

Concordando, Beth, a intenção da minha fala, da minha proposição, é evoluirmos agora, é termos espaços consolidados de democracia participativa e fazê-los com eficiência. Acho que está nos faltando isso. Que isso seja margem para os nossos oponentes, para essas iniciativas conservadoras e retrógradas. Temos de nos apropriar desses espaços com mais competência para pensarmos a política com mais competência, com mais efetividade, com os elementos que já foram aqui colocados.

Alice, a reforma tributária, assim como toda política econômica, também precisa receber os impactos dessa estratégia; precisa estar implicada nessa estratégia de superação da pobreza.

Ninguém é tão ingênuo, o ponto de pensar que podemos resolver o problema só com política social. Temos de promover essa integração, e espero que essa seja a disposição dos três níveis de governo, que precisam se empenhar nisso.

Com relação à pergunta sobre os Vereadores, Adilson, no 1º turno, apenas seis Vereadores votaram contra a proposta de emenda à lei orgânica. Houve uma audiência pública, e muitos Vereadores, convencidos por nós, retiraram sua assinatura e prometeram pedir a retirada do projeto ou modificá-lo, o que ainda não ocorreu. Nas semana passada, foi feita uma mobilização com base na proposta do abaixo-assinado que está correndo pela internet, e novamente houve a promessa de que o projeto será retirado. Sabemos que essa proposta está sendo usada como moeda de troca com a Prefeitura. Todas as vezes que surge um tema polêmico, eles ameaçam utilizar essa estratégia, porque é claro que isso também agride a Prefeitura de Belo Horizonte, porque os conselhos são compostos por Prefeituras e por representantes da sociedade civil. A última notícia, que recebi anteontem, na audiência de discussão da LDO de 2012, é que já há um substitutivo que propõe a modificação apenas em três conselhos, e não em todos eles. Isso não nos interessa, porque o princípio está sendo violado. Não nos interessa se o Conselho de Meio Ambiente, ou o Conselho de Patrimônio, ou todos os conselhos serão atingidos. Para nós, viola-se o direito de termos nesses espaços a concentração do poder de deliberação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Gláucia. Solicito a todos que retornem à tarde. Estaremos aqui com os quilombolas, os assentados, os acampados, os povos indígenas e suas representações. O que é muito importante.

Gláucia, além da questão do princípio, os Conselhos de Meio Ambiente, de Patrimônio Cultural e de Política Urbana são relacionados com a ocupação do espaço urbano, a lei do uso do solo, a valorização e a especulação. Eles são importantes, pois mexem com a dinâmica da cidade. A sociedade deve ficar atenta a eles.

Com a palavra, o Secretário Jorge Nahas, para proceder às suas considerações finais.

A Sra. Gláucia Barros - Secretário, só um minuto, por favor. A propósito disso, Deputado André Quintão, solicito que os partidos políticos, nesta Casa representados, solicitem a seus colegas no âmbito federal retirem essas duas propostas. Não sei se a primeira já foi retirada, mas solicito que conversem internamente nos partidos. Isso também fortalece nossa argumentação.

O Secretário Jorge Nahas - Agradeço a oportunidade de participar desta audiência. Houve uma pergunta dirigida à Prefeitura de Belo Horizonte, aproveitarei a oportunidade para responder a elas rapidamente. Belo Horizonte dispõe de um equipamento que destoa um pouco do quadro nacional, mas que existe desde antes do crescimento dos Cras: o BH Cidadania. O BH Cidadania comporta um Cras e outros equipamentos. Em cada Cras, há quatro técnicos, um técnico de esportes, um de gestão de telecentros, há a academia das cidades e um coordenador. É um equipamento bastante encorpado. Com essas várias tarefas, é importante ter um equipamento como esse, que é muito valorizado pela comunidade, por causa das políticas públicas desenvolvidas. Essa é uma questão que deve ser discutida calmamente. Mas a visão que está chegando do Brasil sem Miséria bate com a visão que temos aqui do papel do Cras, sobretudo sobre a questão do Família Cidadã, Cidade Solidária, que representa a consolidação da política de busca ativa multissetorial de planos para famílias multissetoriais. Ele é intersetorial e prevê as várias facetas da vulnerabilidade das famílias que vivem em situação de extrema pobreza. Tenho a viva esperança de que estamos chegando a um desenho compatível com a visão que desenvolvemos em Belo Horizonte. Sempre achamos que fica muito por fazer, mas vamos nos adaptando com muita calma.

No mais, agradeço-lhe muito a oportunidade, Deputado André Quintão. Parabéns a iniciativa de V. Exa. Deixamos, como sempre, a Prefeitura de Belo Horizonte à disposição para desenvolver as ideias saídas deste Seminário.

O Sr. Presidente - Obrigado, Jorge Nahas, Secretário de Políticas Sociais de Belo Horizonte, cidade pioneira na implantação do Suas e de políticas intersetoriais. Com a palavra, o ex-Ministro Patrus Ananias, para suas considerações finais.

O Sr. Patrus Ananias - Vou tentar ser rápido para responder às questões apresentadas. A Maíra falou da institucionalização, e refleti sobre isso.

No final do governo Lula, surgiu um tema importante no Brasil: como avançar no processo de normatização jurídica dos programas e das ações sociais. Lula levantou a questão da legislação unificada, consolidada. São dois níveis. Consolidar pressupõe uma lei já



existente. Seria uma consolidação das leis sociais, voltadas para o combate à pobreza, para a fome e para a inclusão social. Temos também programas estratégicos que demandam ainda melhor argumentação jurídica. Isso avança agora com a regulamentação jurídica do Suas, mas é possível que os Creas demandem melhor regulamentação, como também os Cras, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Trata-se de um debate importante.

Quero agradecer as palavras afetuosas da Júlia. Recebo-as com o coração aquecido. É bom participar de debates, porque fazemos algumas reflexões e aprendemos muito. Vou fazer uma confissão: não estava sabendo do debate do ProJovem Adolescente, que acho da maior importância. Pelo que vi aqui, estamos correndo o risco de cair, mais uma vez, no dualismo para o qual chamei a atenção em minha exposição: ou se fica no Cras, ou fica-se na educação. Por que não se podem ajuntar? Na educação, os alunos ficam mais tempo na escola, mas podem ficar também mais tempo no Cras, o contraturno da jornada escolar, com atividades de aprendizado profissional, com atividades culturais, esportivas e comunitárias. O desafio é integrá-los.

Sobre a questão do Daniel, considero que a educação é de fato um tema fundamental, prioritário. Temos de ter muito cuidado, na minha avaliação, de não seccionar. Quero enfatizar que educação é fundamental. É um direito das pessoas, das famílias, mas também é um bem para o País. Deve haver um programa nacional de educação vinculada à cultura, ao desenvolvimento tecnológico e científico, ao desenvolvimento da pesquisa, alargando-se os horizontes do conhecimento. Mas quero chamar a atenção para um aspecto: ninguém aprende sem ter comida. Ninguém tem saúde sem comida, sem água potável, sem saneamento básico, sem moradia. É preciso integrarem-se as políticas. Algumas áreas são mais fortes, mais tradicionais, fundamentais para a saúde e a educação, mas, com todo o respeito e carinho, reafirmando a importância dessas políticas, deve haver uma integração das ações. O aprendizado não se dá no abstrato, ele se dá em condições concretas, materiais. É preciso vincular educação a essas políticas, que são fundamentais. Sei que isso está na linha de reflexão do Daniel e dos demais companheiros que tratam dessa matéria.

O José Anízio expôs uma questão muito importante - sempre acho tão bonito a palavra Monte Azul -, que é a ausência do cidadão, principalmente dos jovens, na vida política, no sentido mais alargado da palavra política, seja no Município, seja na região, seja no Estado, seja no País. Esse é um desafio que devemos enfrentar. Quero deixar registrado como seria importante mobilizar mais as pessoas, recuperar a militância delas, da juventude: o sair de casa, o sair de si para ir ao encontro do outro, da sociedade, dos que mais precisam. Não vou avançar muito nisso, mas é uma questão importante para nós. Não tenho uma resposta pronta; estou apenas apresentando esse aspecto, para reflexão.

A Beth, nossa Secretária, disse muito bem que é muito importante essa fundamentação constitucional. A Constituição brasileira é boa. Temos de defendê-la, cada vez mais, aprofundá-la, defender suas diretrizes estratégicas, seus grandes princípios. Também é fundamental a solidariedade, que a Beth mencionou, e a ampliação da seguridade social. Já discutimos como integrar a questão do trabalho, que a Secretária Denise abordou, assim como o problema da segurança alimentar e nutricional e do financiamento. Na verdade, a Constituição estabelece as diretrizes, mas, na minha avaliação, trata-se de processo permanente de disputa, com interpretação dos princípios e das normas constitucionais. Para obter o recurso, é preciso mobilizar, disputar. Nos últimos anos, avançamos muito no Brasil no que se refere aos recursos destinados à área social; foi uma grande conquista. Mas o debate precisa continuar. A questão é interpretada e reformulada a cada dia.

Algumas questões foram apresentadas, não estou acompanhando o dia a dia. O companheiro Jorge Nahas já esclareceu as indagações sobre Belo Horizonte. Quanto à Joana D'Arc, considero claramente a questão da saúde como o é prioridade, assim como é a educação. Não há justiça social nem inclusão, sem saúde. Mas vamos nos lembrar com franqueza: não há saúde, sem água potável, sem saneamento básico, sem alimentação correta e digna, sem moradia. Devemos buscar essa integração cada vez mais. O Diogo abordou a questão da participação das entidades.

Quero agradecer ao convite que o Deputado André Quintão me fez em nome da Assembleia Legislativa. Recebi um convite formal do Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, para este evento. Quero parabenizar a Assembleia de Minas. Sinto-me muito orgulhoso como funcionário efetivo, agora lotado na Escola do Legislativo. E quero dizer uma coisa, André: estou de licença até a semana que vem. O médico me deu 15 dias de licença, que estou quebrando hoje. Espero que isso não traga nenhum problema técnico para a Casa. Eu saí de casa, tomei um medicamento mais forte e vim participar desse espaço, que é muito importante. É um ato de trabalho voluntário.

Parabenizo o Deputado André Quintão, o Deputado Carlin Moura e os demais parlamentares que aqui estiveram. Parabenizo a Assembleia Legislativa. Gosto de vir a esses eventos, porque podemos dar nossa contribuição para a reflexão das pessoas; mas aprendemos muito também. Estamos sempre aprendendo. O grande desafio é este: como construirmos uma sociedade cada vez mais democrática, cada vez mais participativa, cada vez mais ética, em que preservemos como sagrados os bens públicos, o patrimônio público, o dinheiro público, os espaços públicos e, na perspectiva de uma democracia mais alargada, como construirmos a justiça social, a inclusão das pessoas, como integramos cada vez mais as políticas sociais? É um grande debate. Quero parabenizar todas as pessoas que aqui vieram e as que estão nos acompanhando. Que este debate prossiga de forma cada vez mais ampliada, para que possamos ter a alegria de estar juntos construindo a grande pátria brasileira dos nossos sonhos, dos nossos desejos! Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, professor e ex-Ministro Patrus, pela presença. Quero fazer um convite, principalmente aos telespectadores da Zona da Mata: no dia 21 de junho, a Assembleia vai iniciar o fórum técnico "Segurança nas escolas - por uma cultura de paz". Teremos a primeira atividade regionalizada no Instituto Metodista Granbery, no centro de Juiz de Fora, no dia 21 de junho, a partir das 8 horas. Quero dizer ao Diogo, que participou pela internet, no "site" da Assembleia, que todas as propostas apresentadas neste ciclo de debates serão agrupadas em um documento final do evento, que, aliás, subsidiará a organização do seminário legislativo "Superação da pobreza e enfrentamento das desigualdades regionais".

No próximo dia 13, às 14h30min, no Plenarinho I, realizaremos a primeira reunião de organização desse seminário legislativo. Há um procedimento que envolve a constituição de comissões técnicas interinstitucionais. O convite está aberto a todas as entidades que desejarem ser parceiras na realização do evento, que ocorrerá nos meses de agosto, setembro e outubro, em todas as macrorregiões administrativas de Minas Gerais. A plenária final será nos dias 24, 25 e 26 de outubro, aqui na Assembleia. Gláucia, com certeza, esse



seminário nos fornecerá subsídios para a discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental. Nesta semana, eu tinha uma audiência com a Secretária Renata Vilhena, que foi remarcada, para discutirmos o formato de discussão do PPAG 2012-2015 na Casa. Certamente, o formato levará em consideração esse evento institucional da Assembleia. No que se refere à superação da pobreza e da desigualdade regional, haverá um debate antecipado. O formato de discussão do PPAG ainda não foi concluído, e, com certeza, o seminário legislativo vai nos auxiliar muito no que tange a regionalizar as ações programáticas do governo do Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência a todos manifesta os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/6/2011

Presidência dos Deputados Carlin Moura e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Edmar Gadelha - Palavras do Sr. Wellington Emiliano Moraes - Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva - Palavras do Cacique Mezaque da Silva de Jesus - Palavras da Sra. Sandra Maria da Silva Andrade - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Palavras do Sr. Presidente - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Tatiana Lemos Sandim - Palavras da Sra. Maria de Fátima Monteiro de Aguiar - Palavras do Sr. Luiz Henrique da Silva - Palavras do Sr. Flávio da Silva Paiva - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

André Quintão - Carlin Moura - João Leite - Rogério Correia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 14h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Estratégias para superação da pobreza”, que tem os seguintes objetivos: debater as diretrizes do Plano Nacional de Superação da Pobreza Extrema, com vistas à sua efetiva implantação em Minas Gerais; debater as ações propostas pelo governo de Minas e contribuir para a elaboração e implantação de programas estratégicos para a superação da pobreza extrema em Minas Gerais; propiciar a discussão intersectorial das políticas públicas com vistas à superação da pobreza e das desigualdades regionais; subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 - no que diz respeito à superação da pobreza e das desigualdades regionais.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Sandra Maria da Silva Andrade, Coordenadora Nacional das Comunidades Quilombolas e Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Edmar Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Wellington Emiliano Moraes, Coordenador da Via Campesina em Minas Gerais e membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Cacique Mezaque da Silva de Jesus, Coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais; e Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem a este evento.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que as exposições desta tarde serão divididas em dois painéis, e, ao final de cada um, abriremos espaço para a apresentação de questões e sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe agora” e pelo 0800. Para melhor organização do debate, durante a fala dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões e propostas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente, deverão especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Para isso, basta acessar o “site” da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em “Participe agora” para enviar sua contribuição. Também poderão participar por telefone, gratuitamente, através do número: 0800-7092564.

Com a palavra, o Sr. Edmar Gadelha, para sua exposição sobre o tema “Pobreza no campo e as comunidades tradicionais: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais?”.

Palavras do Sr. Edmar Gadelha

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o convite para participar deste importante seminário. Na verdade o convite foi feito ao D. Mauro Morelli, Presidente do Consea de Minas Gerais, que não pôde estar presente e me indicou para representá-lo. Cumprimento a Mesa; o Deputado Carlin Moura, coordenador do painel; o Vilson, Presidente da Fetaemg, onde tive a honra de trabalhar, em meu



primeiro emprego, como estagiário. Formei-me em Sociologia na Fafich, em 1983, e tive oportunidade de estagiar na Fetaemg. Logo em seguida fui contratado para coordenar os trabalhos com a agricultura familiar. Posso ver aqui companheiros dessa época, como o Rômulo. Cumprimento também o Cacique Mezaque, com quem fizemos boas parcerias no Consea; o companheiro Wellington, da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -; e a companheira Sandra, da Federação Quilombola, com quem tivemos oportunidade de desenvolver atividades em conjunto durante o período da nossa atuação no Consea. A presença do D. Mauro representando a sociedade civil seria muito interessante, porque é uma Mesa composta por representantes da sociedade civil organizada do campo. Estando agora no governo e representando-o nesta Mesa, estou meio sem saber onde fico na minha exposição e como me apresento aqui. Mas vamos tentar trabalhar nestes 20 minutos de forma que possamos contribuir para o debate e apontar sugestões, recomendações e propostas da nossa Subsecretaria de Agricultura Familiar, recém-criada, diga-se de passagem, uma luta histórica do movimento de agricultura familiar, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais de Minas Gerais, que reivindicaram um órgão de interlocução direta para o movimento. A Subsecretaria de Agricultura Familiar foi criada recentemente pela lei delegada no governo Anastasia.

A pergunta é extremamente interessante, desafiadora. Trata-se da discussão relacionada com a pobreza no campo, mais especificamente com a questão dos povos das comunidades tradicionais.

Esta é a foto do material de divulgação. Esta bela fotografia da repórter fotográfica Lia Priscila, que já trabalhou na Assembleia e continua prestando-lhe serviços, foi tirada durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos. É uma foto de um morador do pré-assentamento Tanque Rompe Dia, em Barra do Guaicuí, Várzea da Palma. A fotografia caracteriza bem a situação dos acampamentos, dos pré-assentamentos. Generalizando, ela mostra bem a realidade do campo, sobretudo em relação às comunidades pobres. Quem é esse agricultor? Quem é esse camponês? Qual a sua identidade? Como é que ele se caracteriza? Como ele se autodetermina? Qual é a autoidentificação desse trabalhador, desse camponês? Ele é um geraizeiro, um catingueiro, um ribeirinho, um vazanteiro?

Ao pensar em estratégia de superação da pobreza do campo, sobretudo relacionada aos povos e às comunidades sazonais, temos a convicção de que nenhum programa ou projeto de desenvolvimento dará certo se não partirmos da realidade dessas populações. Esse é o primeiro pressuposto. Na história recente do Brasil, dos anos 50 e 60 para cá, há inúmeros projetos e programas, sejam eles desenvolvidos pelo governo brasileiro, sejam eles apoiados pelas instituições multilaterais, como a FAO, o Banco Mundial e tantas outras, e todas foram fadadas ao fracasso. Tivemos o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado dos anos 70 e 80, os PDRs, que não conseguiram superar a pobreza, erradicar a miséria no campo, tanto que ela está aí. Os dados têm mostrado que temos 16 milhões de famílias em situação de miséria. Não pode haver o desconhecimento da realidade dessas populações. Se não houver a compreensão da forma como elas se relacionam com o meio ambiente, com a natureza, com o seu bioma, com seu ecossistema, nenhum projeto surtirá efeito. Isso tem sido demonstrado ao longo da história.

Quero destacar aqui a convenção nº 169 da OIC. Ela é extremamente importante, pois define o direito de essas populações se autoidentificarem, dizerem quem são, como enxergam o mundo, qual sua visão de mundo e sua cosmovisão. Então, a partir dessa realidade, poderemos pensar soluções para os problemas que enfrentam. Destaco, a seguir, alguns pressupostos.

O primeiro deles é a documentação. Parte significativa dessas pessoas identificadas como abaixo da linha da pobreza, desse corte de R\$70,00, não tem documentação. Refiro-me ao critério estabelecido para identificar esse grupo, definindo a pobreza, a miséria a partir da renda. Trata-se de um critério bastante questionável. O seminário discutiu bastante essa questão no dia de ontem e hoje. Então boa parte dessa população não tem certidão de nascimento, carteira de identidade ou título de eleitor. Nem nas estatísticas pode aparecer, porque não é identificada, não tem documento de identificação. A documentação é o primeiro pressuposto para a cidadania, a fim de tentar superar a miséria e a pobreza.

Um segundo pressuposto fundamental é a educação. A taxa de analfabetismo é extremamente alta. Se não houver, realmente, um trabalho para superar esse mal que é o analfabetismo, nenhum projeto no mundo de hoje será capaz de avançar e superar essa pobreza.

O terceiro pressuposto é o acesso à terra. Sem esse acesso, dificilmente essa população conseguirá sair do estágio de miséria em que se encontra. Tive a oportunidade de coordenar uma pesquisa de avaliação do programa Bolsa-Família. Essa pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase -, do Rio de Janeiro, durou dois anos. Foi um estudo bastante profundo. Aplicamos 5 mil questionários no Brasil todo, por amostragem. Um aspecto relevante foi que aplicamos a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - Ebia - e várias outras perguntas.

A escala brasileira é dicotômica, ou seja, divide-se em segurança alimentar e insegurança alimentar moderada, grave e leve. Ao fazermos o cruzamento das informações de situações de insegurança alimentar grave com os outros dados relacionados, como, por exemplo, situações de habitação, de acesso à terra e de escolaridade, enfim, todas as vezes em que identificarmos a insegurança alimentar grave e o acesso à terra, verificamos que quem não tinha acesso à terra encontrava-se em situação pior, ou seja, em situação grave, quando comparado às pessoas que se encontravam em situação de situação de insegurança alimentar moderada e leve, ou em situação de segurança alimentar. Mais que isso, esses dados mostravam que quem se encontrava em situação de insegurança alimentar grave, mesmo tendo acesso à terra, mas não como proprietário, ou seja, como arrendatário, comodatário ou parceiro, encontrava-se em pior situação quando comparado àquele que tinha acesso à terra e era proprietário dela. Isso mostra a importância, quando se quer promover qualquer ação de superação da miséria e da pobreza, no caso do meio rural, do acesso à terra e da legalização desse acesso.

Esta foto é interessante, pois mostra um quintal com um - não sei muito bem - paiol, ao fundo, muito encontrado nas pequenas propriedades da agricultura familiar. O paiol é aquele lugar onde o camponês ou o agricultor familiar guarda parte da colheita, principalmente as sementes. Guardam-se as sementes no paiol, pois, todo ano, ele planta. Então, seleciona as melhores, seja de milho, de feijão, de arroz, e as guarda no paiol, de acordo com seu conhecimento e sabedoria de cuidar delas naquele local para, no ano seguinte, usá-las no plantio. Há milênios de anos, os camponeses vêm fazendo isso. Se hoje há sementes, estão aí as grandes transnacionais, as Monsanto etc. patenteando as sementes, foi porque os camponeses as selecionaram e as guardaram ao longo de milênios. Então, existe esse conhecimento. Fizemos estudos no Baixo Jequitinhonha, numa pequena região próxima a Almenara, e identificamos mais de 20 variedades de mandioca. Mandioca para polvilho, para goma, para farinha, mandioca de ciclo longo ou



curto. Se a estiagem foi maior ou se choveu demais, há outros tipos de mandioca. Essa estratégia, essa lógica de produção e reprodução da agricultura familiar camponesa está presente e os camponeses são os guardiões desse conhecimento. Então, reconhecer e valorizar essa sabedoria e esse conhecimento tradicional e histórico é fundamental, se quisermos superar a pobreza no campo.

Vivemos outras experiências: ao chegarmos com sementes altamente produtivas, selecionadas, híbridas, verificamos que, com pouco tempo, a produção desses agricultores foi desaparecendo por causa de pragas e doenças que não eram conhecidas em determinadas regiões. Além do mais, os camponeses precisariam de uma série de insumos que torna a produção insustentável. É fundamental reconhecer o acesso às sementes desses agricultores.

Nesta imagem que apresento, vemos galinhas no quintal ciscando. Vejam que elas são criadas soltas no quintal, o que é uma estratégia interessante. O camponês precisa fazer a conversão da proteína animal para sua segurança alimentar durante o ano. É preciso ter o milho no paiol o ano inteiro para tratar das galinhas. Ele selecionou as espigas dos milhos que não estragavam, que não carunchavam, a espiga com aquela palha roxa, com o sabugo fino, cuja palha é forte e o caruncho não penetra, para garantir a semente todo o ano e poder fazer a conversão em proteína animal para, assim, garantir sua alimentação e nutrição por todo o ano, como também de sua família. São sabedorias, conhecimentos adquiridos ao longo dos séculos e repassados, de geração em geração. Então o Estado, a pesquisa, a Epamig, a nossa Emater têm de partir do conhecimento desses camponeses para desenvolver pesquisas, fazer o seu trabalho de extensão rural, de assistência técnica.

Nesta imagem, atrás do agricultor, há um balde, um galão utilizado por ele para buscar água, às vezes, em local distante, no córrego, na nascente. Geralmente as mulheres buscam água com uma lata e a carregam na cabeça. Buscam-na porque, em determinado período do ano, na estiagem, as nascentes secam e o acesso à água se torna uma condição a ser garantida. Se não for garantido esse acesso à água, não se supera a miséria, não se supera a pobreza. E água boa, de qualidade. Os movimentos sociais organizados construíram uma articulação do semiárido, uma forte articulação dos movimentos sociais, populares; construíram o chamado Programa Um milhão de Cisternas, que capta água de chuva. São cisternas feitas de placa para captar água de chuva e obter água para consumo doméstico. Esse projeto avançou, foram construídas cisternas maiores para captar água de chuva para ser utilizada na produção de hortas, de pomares, para os animais beberem. Já houve avanços, estão na terceira captação, com projeto para colocar água nas escolas, com a captação de água de chuva. Então há alternativas sendo construídas a partir do conhecimento e da sabedoria do povo. Os projetos de desenvolvimento que o Estado deve levar em consideração têm de partir desse conhecimento. Caso contrário, será fadado ao fracasso, mesmo com recursos, dinheiro.

A moradia é outro fator, a habitação. No campo brasileiro, ainda se vê uma situação de casa de pau a pique, adobe, onde ainda se encontram barbeiros. Quantas lideranças conhecemos do movimento - não é, Wilson? -, como o Vicente Nica, que faleceu por doença de Chagas, líder dos posseiros da Fazenda Mato Grande e São Miguel, em Turmalina; e tantos outros. Então, se o Minha Casa, Minha Vida não chegar ao campo...

Essas são algumas reflexões que apresentamos. Na recém-criada Subsecretaria de Segurança Alimentar, foram criadas duas superintendências. Uma delas vai cuidar da gestão do mercado livre do produtor, porque o agricultor familiar tem de ter acesso garantido ao mercado formal. Enfim, que o agricultor familiar fique livre de atravessadores para comercializar sua produção e garantir o abastecimento da cidade. E há a Superintendência da Agricultura Familiar, em que foram criadas cinco coordenadorias; uma delas, a coordenadoria de apoio ao fomento da produção dos povos e comunidades tradicionais.

Neste momento, com todos os vinculados à Secretaria da Agricultura - a Emater, a Ruralminas, a Epamig e o IMA -, estamos construindo o nosso programa estruturador, o nosso plano de fortalecimento da agricultura familiar. Era isso o que eu gostaria de trazer para o debate, esperando que possamos aprofundá-lo durante o processo. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Edmar Gadelha a importante contribuição. Com a palavra, o Sr. Wellington Emiliano Morais, para a sua exposição sobre o tema "Pobreza no campo e as comunidades tradicionais: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais?".

Palavras do Sr. Wellington Emiliano Morais

Boa tarde a todos e a todas e aos companheiros e companheiras que compõem esta Mesa, que se dispuseram a tratar de um tema tão relevante para o atual momento que os movimentos sociais e a população do campo atravessam, nesse novo estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e em Minas Gerais.

Além do privilégio de subir e descer pela porta dianteira e ocupar a parte da frente do ônibus, a idade nos concede outros de que gostaria de fazer uso. O primeiro é o de falar assentado; o outro é o de relatar no papel as palestras que faremos e depois lê-las, já que a nossa mente anda nos traindo.

Para nós, dos movimentos sociais que atuam no campo, é de suma importância os temas que propõem o debate do atual pauperismo que os povos do meio rural atravessam, já que uma pequena parcela do setor que atua no campo concentra e acumula toda a riqueza produzida, enquanto a grande maioria não se eleva da condição de garantir o mínimo para se manter vivo, para garantir a sua subsistência. A atual condição da população no campo em Minas Gerais se assemelha a uma reflexão que Frei Betto vez ou outra nos propõe: a luta para garantir a existência, a sobrevivência e as condições mínimas de vida para as crias não passa de uma luta primária, que todo animal trava. A condição do povo mineiro que reside no campo atualmente faz com que as suas lutas sejam meramente para garantir as suas condições animais de existência. O homem que ocupa o espaço rural em Minas Gerais, em certo grau, ainda não conseguiu se humanizar; organiza o seu dia a dia na primitiva forma de garantir a sua subsistência.

É por esse real pauperismo que se observa no campo mineiro que aceitamos o desafio de vir discutir com os companheiros um tema tão relevante como a maneira de enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais. Refletir sobre os meios de resolver os problemas no campo mineiro parece um exercício intelectual e militante necessário e genuíno na ordem do dia, porque, por um lado, ninguém tem dúvida de que em Minas Gerais o pauperismo faça morada indelével em nossas áreas rurais; por outro lado, tal reflexão



é imprescindível para o estabelecimento de políticas estratégicas que não nos coloquem em face de um enfrentamento com a pobreza, mas, sim, de um enfrentamento com as condicionantes que produzem esse pauperismo, respondendo às problemáticas que daí emergem.

O letreiro que traz o tema deste ciclo de debate me soa um tanto singular. Vejamos: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais? Soa-me singular por quê? Talvez essa seja a pergunta que começa a ser indigesta para o público presente.

Afirmamos que não nos soa bem porque compreendemos a pobreza, no campo de Minas Gerais, não como algo a ser enfrentado, mas, sim, como uma questão social a ser resolvida. O pauperismo é uma condição em que são lançados todos aqueles que não detêm os meios de produção e que, por sua vez, não possuem nada além da sua força de trabalho. Esses que conhecemos como trabalhadores e trabalhadoras, se distinguem em diferentes categorias: os que estão em ocupação, vendendo diariamente a sua força de trabalho, e os que compõem o exército industrial de reserva, que está prestes a ser ocupado, que se classifica como flutuante, latente e estagnada. Esse último, o exército industrial de reserva estagnada, é que se encontra na sua fase mais aguda do pauperismo, e é nela que podemos enquadrar o sujeito deste ciclo de debate: os homens e mulheres que vivem no campo e a quem a face da pobreza objetiva.

Enfrentar a pobreza presume enfrentar o pobre, pois é nele que se materializam as expressões da desigualdade e exploração, que é a ordem vital do capital. Por tal, acreditamos que precisa ser elaborada uma política não para enfrentá-la, mas para eliminar os seus causadores. A pobreza é uma questão social, que resulta da grande concentração e acumulação de riqueza em que se baseia a estrutura do modo de produção capitalista. Quanto mais se desenvolve um polo desse sistema do modo de produção capitalista, mais se pauperiza o outro polo desse sistema. Ou seja, quanto mais a burguesia acumula, mais os trabalhadores são lançados na degradação humana.

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a pobreza. Diferentes estágios capitalistas produzem diferentes condições de pobreza. Essa não é uma seqüela adjetiva transitória do regime do capital, ou seja, ela não se elimina. Sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital, tornado potência socialmente dominante. A pobreza é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando o segundo, é o que nos alerta José Paulo Neto.

O modo de produção capitalista - que tem na sua gênese a propriedade privada dos meios de produção e um antagonismo de classe, característico da sua organização social - só existe mediante esse grande fosso que existe entre a classe que possui e a classe que não possui. Em uma citação de Marx podemos exemplificar melhor essa passagem: “Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outra; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra.”

Portanto, compreendemos que temos de atuar não no resultado e, sim, na questão. Por isso uma pergunta se faz necessária: o que está por trás do extremo pauperismo que assola os homens e as mulheres que residem nas áreas rurais de Minas Gerais? Resolvendo essa questão, passos progressivos serão dados na resolução do problema no meio rural de Minas Gerais. Se tomarmos a pobreza como elemento central do nosso problema, ocultaremos o que, de fato, é o problema - neste caso, as condicionantes da pobreza.

A pobreza não é como a fênix, que renasce das cinzas, e sim como um dilema anteriormente citado: é o resultado da forma orgânica da sociabilidade, que estabelece o sistema capitalista de produção; é o resultado da acumulação e da concentração da riqueza produzida socialmente.

Resolver essa questão é enfrentar não a pobreza rural, mas a propriedade privada da terra, a acumulação e a concentração desenfreada de riqueza que vem ocorrendo em nosso território; é enfrentar a sociabilidade burguesa, o atual modelo de desenvolvimento para o campo, pelo qual o Brasil, e especificamente Minas Gerais, optou, que é o agronegócio, tarefa que parece estar um pouco longe dos nossos referenciais teóricos na ordem do dia.

Entretanto, como a tarefa colocada na ordem do dia é enfrentar a pobreza, outra questão é posta: como enfrentar a pobreza no meio rural sem criminalizar o pobre? É nessa perspectiva que penso que este ciclo de debate pode contribuir de forma incisiva.

Acreditamos que na ordem da sociabilidade do capital essa questão não pode ser resolvida. A história nos provou que essa questão não foi sanada nem mesmo em políticas altamente desenvolvidas pelas social-democracias e pelos Estados de bem-estar social no mundo.

Nessa ordem, o que pode ser elaborado são políticas que amenizam a separação que existe entre os polos desta sociedade, políticas que venham, de certa forma, sanar a extrema pobreza, elevando o nível desta, ou seja, retirar o percentual de indivíduos que estão abaixo da linha da pobreza e trazê-los à linha média da pobreza. Como fazer isso? É o desafio posto para todos que aqui se fazem presentes.

Vejamos o que poderia ser entendido como tal enfrentamento à pobreza no campo mineiro. Até a década de 70, o campo mineiro atravessou um baixo desenvolvimento das forças produtivas. Em alguns rincões deste Estado se estabeleceram formas primárias de produção, grandes extensões de terras foram destinadas ao cultivo de gado de leite e de corte, consorciados com o trabalho de agregados, meeiros e posseiros. Até aqui a pobreza era face de uma escassez, carência de produção.

Na ordem do dia, o quadro é outro: com a alta tecnologia industrial, ou seja, tratores, implementos agrícolas, agroindustrialização no campo, materializado na forma de agronegócio, a pobreza no meio rural não se situa hoje na carência, e sim no acúmulo e na concentração do resultado que necessariamente emana do aumento da capacidade social de produção.

A opção do Estado brasileiro e, em particular do Estado mineiro, de potencializar o agronegócio é a expressão do que o capitalismo tem para o seu pleno desenvolvimento.

Nas duas últimas décadas, e especificamente nos últimos 10 anos, as políticas públicas para o campo em Minas Gerais se resumiram a uma forte orientação de programas para os grandes negócios, privilegiando as culturas de “commodities”. Para sustentar essa lógica, o governo mineiro colocou seus órgãos, como a Emater, a Epamig, a Ruralminas e a Secretaria de Agricultura, totalmente a serviço do agronegócio, até mesmo tendo à frente da Secretaria de Agricultura um representante da Federação dos Agricultores do Estado de Minas Gerais - Faemg -, que é a entidade de classe do latifúndio de Minas. Este senhor, o Gilmar Viana, foi durante 15 anos, de 1990



a 2005, Presidente da Faemg e Vice-Presidente da Confederação Nacional de Agricultura - CNA -, que todos sabem que hoje é coordenada pela Kátia Abreu. Por esse parâmetro, já dá para ver a quem este governo quis atender do ponto de vista de políticas para o campo.

Outra faceta do campo é a integração das culturas florestais e da siderurgia e metalurgia, sob o pretexto da sustentabilidade. O governo mineiro incentivou cada vez mais o plantio de eucalipto, que hoje está presente em todo o Estado. Em alguns Municípios já não se planta mais nada de comida, que chega do Ceasa a preços altos. Aliás, muitas das terras usadas para esse plantio são devolutas, das quais o governo faz concessão de uso, cobrando uma bagatela de R\$0,50 por hectare ao ano.

Os poucos programas que beneficiaram os pequenos podem ser contados nos dedos, como a titulação de posseiros, programa que é o ápice da Secretaria Especial para Assuntos de Reforma Agrária - Seara -, que hoje é Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária, e o Programa de Segurança Alimentar.

Ficaram no esquecimento a reforma agrária e os incentivos para os pequenos agricultores potencializarem a produção de alimentos, gerando renda e trabalho no campo.

Em Minas Gerais temos pouco mais de 2,5% de sua população, que chega a quase 20 milhões, residindo do campo, sem condições mínimas de sobrevivência, sem acesso a terra, a escola, a condições de trabalho digno, a água, a energia elétrica e sem acesso a políticas de saúde. Essas pessoas convivem ainda com o estereótipo de que o campo é atrasado, um preconceito que faz com que parte dessa população, principalmente os jovens, venha para as cidades aglomerar o exército industrial de reserva urbana, acreditando no mito de que o urbano é o desenvolvido.

Em seu território, existem 11.000.000ha de terras devolutas, que, ao invés de serem destinadas à colonização dos povos que habitam o campo, estão nas mãos das empresas em forma de arrendamentos irrisórios ao preço de mercado, dando prejuízo aos cofres públicos de Minas Gerais.

Frei Gilvander, que boa parte dos senhores devem conhecer, faz um relato chamado “Minas em preto e branco”, que diz o seguinte: “Após estudos sérios, em parceria com universidades federais, o Iter chegou à conclusão de que existem presumivelmente 11.000.000ha de terras devolutas em Minas Gerais - cerca de 1/3 do território do Estado -, quase todas elas griladas por fazendeiros e empresas reflorestadoras - na verdade, eucaliptadoras - e grandes empresas do agronegócio. Entre as décadas de 60 a 80, grandes extensões de terras devolutas foram repassadas para as grandes empresas em convênios firmados entre o Estado e aquelas empresas que hoje as usam, quase que exclusivamente, na monocultura de eucalipto. Muitos desses convênios estão vencidos. Muitas outras terras devolutas foram invadidas por grileiros, fazendeiros e empresários. Resgatar as terras devolutas e destiná-las à reforma agrária é uma emergência que não está sendo pautada nos programas de governo. As titulações realizadas pelo atual governo limitaram-se aos minifúndios que perpetuam a pobreza dos camponeses”.

Isso já evidencia a deficiência que há na política de titularização de terras devolutas, que não vêm acompanhadas de outras formas de desenvolvimento e organização de produção dos pequenos agricultores. Sanam, “a priori”, parte dos problemas dos pequenos agricultores da agricultura familiar, que é destinar títulos de posse. Na verdade, o que se faz é velar as relações que estão estabelecidas com as grandes corporações do agronegócio.

Para resolver o problema que a pobreza enfrenta no campo mineiro, o Estado precisaria, primeiro, encarar de forma incisiva a questão da concentração de terra, bem como democratizá-la para trabalhadores e trabalhadoras do campo, e ainda garantir aos quilombolas e aos indígenas o seu território historicamente ocupado.

Segundo: precisaria criar uma política de subsídio agrícola para todos os pequenos agricultores, assentados, quilombolas e indígenas, e garantir a comercialização de seus produtos.

Terceiro: garantir curso técnico regular para os trabalhadores do campo, para que possam se adequar às novas formas que o trabalho exige em função do avanço das tecnologias do campo, e não fazê-lo de forma paliativa, como hoje é feito em alguns rincões. Garantir a educação no campo, com qualidade, e repensar a forma criada, que retira as crianças do campo e as conduz à cidade para poder estudar. Uma política que fechou milhares de escolas no campo nos últimos nove anos. Para os senhores terem uma ideia, no interior da nossa Minas Gerais crianças de 5, 6, 14 e 15 anos acordam às 3h30min da manhã para ir à escola e retornam às 4 horas da tarde. Em alguns lugares, se você perguntar a elas quem são seus pais, elas vão lhe responder que é o ônibus e a Kombi da Prefeitura. Elas passam maior parte de seu tempo dentro do ônibus do que com seus pais. Esse é um dado que precisamos discutir melhor. Não podemos desenvolver o Estado brasileiro com um nível de educação e alfabetização tão baixo.

Quarto: incentivar as formas cooperadas de produção dos assentamentos e comunidades rurais, criando incentivos para fomentação e implementação de agroindústrias que possibilitem os agricultores agregarem valores aos seus produtos. Quinto: criar uma rede de estoque e distribuição dos produtos da pequena agricultura. Sexto: consolidar políticas que visam à estruturação rural de casas, estradas, luz elétrica, saneamento básico, unidades de saúde, esporte e lazer, educação do campo e uma política de universalização de distribuição de renda, a que todos tenham acesso por meio do trabalho e não de políticas compensatórias, como hoje é aplicada. Essa intervenção pretende contribuir, no dia de hoje, com o intuito de pensar formas de amenizar a pobreza no meio rural, e não de resolver esses problemas que conduzem milhares de homens e mulheres à pobreza. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Wellington, da Via Campesina. Com a palavra, o Sr. Wilson Luiz da Silva, para sua exposição sobre o tema “Pobreza no campo e as comunidades tradicionais: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais?”.

Palavras do Sr. Wilson Luiz da Silva

Cumprimento o Deputado Carlin Moura, Presidente desta Mesa; companheira Sandra, da Federação dos Quilombolas e nossa Vice-Presidente na Conselho do CAE, com quem temos a honra de trabalhar; Cacique Mezaque; Wellington, da Via Campesina; e, de um modo carinhoso e fraternal, companheiro e amigo Edmar Gadelha, que hoje é o Subsecretário de Agricultura Familiar de Minas Gerais. Foi uma luta muito grande e longa para chegarmos a essa conquista, e tenho a certeza de que, com mais luta, teremos, de fato, uma secretaria definitiva para a agricultura familiar. Os números com os quais trabalham os governos federal e estaduais já deixaram



bem claro que está na hora de, definitivamente, termos uma secretaria com orçamento, aparato e toda a estrutura necessária, a fim de alavancarmos, cada vez mais rápido e forte, esse segmento tão importante e que representa mais de 10% do PIB mineiro e brasileiro. Também cumprimento o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, as lideranças sindicais e de organizações, a imprensa, os representantes de entidades ligadas ao governo, as entidades de assistência, o Sr. Marcelo Lana, nosso Vice-Presidente da Emater presente, as senhoras, os senhores, as senhoritas e os jovens. Quero cumprimentar também os nossos companheiros da assessoria e da diretoria da Fetaemg. Saúdo esse pessoal de modo especial, pois muitos vieram do interior e estão nas galerias.

Estamos aqui para fazer o debate, e este painel já traz uma resposta. Estamos vivendo um momento importante porque temos abertos esses espaços para discutir e, por meio das nossas organizações, poder mostrar aos governos estadual e federal aonde queremos chegar e os arranjos necessários para mudar a conjuntura. Farei um rápido histórico do movimento sindical de trabalhadores rurais, e no bojo temos o assalariado, o agricultor familiar e a luta pela reforma agrária, da qual não desistimos. Muita gente jogou uma pá de cal e não quer mais falar sobre ela, mas não podemos deixar essa bandeira, pois, para combater a pobreza no campo, necessariamente temos de discutir a reforma agrária. A nossa luta começou em 1950. Em 1954 foi realizada em São Paulo a 2ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Logo depois, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - Utab -, cujo primeiro Presidente foi Lindolfo Silva, também Presidente da Contag. Em 1961, Belo Horizonte sediou o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que motivou o surgimento dos primeiros sindicatos. Em 1963, com a Lei nº 4.214, temos o Estatuto do Trabalhador e a fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. Em Minas Gerais, de 1963 a 1967, foram fundados cerca de 27 sindicatos de trabalhadores rurais, e em 1968 foram fundados mais 30. Um dos primeiros sindicatos de Minas Gerais foi o de Poté, Esmeralda, Brumadinho e Três Pontas, que propiciou a fundação da Fetaemg, que está completando 43 anos. De 1969 a 1971, já havia 56 sindicatos em Minas Gerais. A luta continuou, houve muitos perseguidos e alguns assassinatos. Não foi fácil. Só vamos enfrentar e combater a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais por meio de organização e propostas. É esse o nosso papel. Para abordar o tema, citarei alguns números para propiciar o debate. Alguns dados são alarmantes e preocupam. Quem não se sensibilizar é insensível a qualquer coisa. De 1964 a 1984, 30 milhões de brasileiros deixaram o campo e foram para a cidade.

Aí faço a pergunta: quem saiu do campo? Foram os camponeses, os trabalhadores, os lavradores ou os grandes latifundiários? Então, deixo a pergunta para o plenário dar a resposta depois. Sabemos muito bem porque 30 milhões de brasileiros deixaram o campo. Foi porque lhes faltava algo. Alguma coisa deixou de acontecer neste país. E a história continua. Você, Edmar, me conhece já há algum tempo. Aliás, tenho muita honra disso, porque o seu primeiro estágio foi na Fetaemg e os primeiros trabalhos foram na minha comunidade rural, em Cláudio. Naquela época o sindicalismo estava impregnado, e o regime militar tentava imputar algum tipo de assistência para mudar a cabeça das lideranças para não travarem luta. Então, Edmar, quando vemos alguns companheiros que não estão conosco... Aí quero render a nossa gratidão à Igreja Católica, que foi preponderante na organização e fundação de muito sindicato de trabalhadores rurais, até mesmo lá em Cláudio. A Igreja não é uma entidade de classe, é uma entidade religiosa. O padre tem de celebrar a missa para todo o mundo. Ele não pode dizer: você não entra na minha igreja ou você fica e você sai. Entra todo o mundo. A Igreja, os padres e os bispos não aguentavam o massacre e a perseguição que os latifundiários, os coronéis faziam aos trabalhadores. O trabalho escravo não acabou no Brasil. Estamos no século XXI e continuamos denunciando até hoje. Não vamos parar de denunciar enquanto as coisas não mudarem verdadeiramente. Conseguimos eleger um Presidente que saiu do interior e ficou durante dois mandatos, com muita dignidade e trabalho, que mudou este país. Conseguimos colocar uma mulher na Presidência da República.

Estava ouvindo a fala do Edmar e dos que me antecederam e fiquei perguntando. Gente, estamos no Parlamento mineiro. Existe o nosso Congresso Nacional. As coisas boas ou não passam pelo processo de organização política também. Isso é uma coisa que muita gente, às vezes, não entende, não compreende esse processo. Cara companheira Sandra, há quilombola rural e urbano. Não estamos falando de categoria, estamos falando de um povo, entende Edmar? Estamos falando de luta, de organização, de conquista, mas também estamos falando daquilo que ainda não conquistamos. Até acho bom quando alguém apresenta uma transparência demonstrando alguns índices, indicadores que mudaram Minas, o Brasil, mas isso aconteceu porque fizemos mobilizações. Quantas greves aconteceram em Minas Gerais? Quantas greves aconteceram no Brasil? Por que as pessoas fizeram greves? Porque não estavam satisfeitas com a situação do patronato. Isso tem de mudar. Ainda não chegamos onde queremos.

Aí, Edmar, quando éramos mais jovens - estou ficando com os cabelinhos brancos, aliás, o seu está até diminuindo -, ouvíamos dizer: "O que temos de fazer? Temos de trabalhar para fazer um bolo e depois dividi-lo." Entretanto, o bolo não foi dividido com os trabalhadores, com os pobres. O bolo sempre foi dividido, Sandra, com os grandes, os burgueses, os ricos. Não somos participantes. Lembro-me de quando fomos, a Fetaemg, a CUT e outras organizações, chamados aqui em Minas Gerais por causa da decadência do álcool. Você se lembra disso, Rômulo? Quando o governo, todo o mundo nos chamou e disseram: "Vocês têm de compreender, porque está em decadência. Não dá para vocês reivindicarem uma causa econômica mais forte?". Vimos a alta do combustível agora. Será que chamaram os trabalhadores e disseram: "Olha, agora o álcool está bom de preço, vamos repartir o lucro com vocês." Nunca vão fazer isso. É por meio da organização que vamos combater isso.

Quero me ater a uma coisa que, para mim, Edmar, é muito particular. Por isso não trabalhamos usando transparências. Primeiro, não sou doutor, sou um capiau, sou da roça. Trabalhei com cabo de enxada, foi na roça que aprendi na minha vida. Tenho muito respeito e muito orgulho em representar essa categoria. Lembro quando fomos convidados para ir ao interior de São Paulo, em Agudos, para discutir, para lutar por crédito diferenciado pela pequena produção. Começamos a organizar, porque crédito no Banco do Brasil e nos bancos oficiais era só para o grande produtor. O pequeno, o trabalhador, não tinha direito, Marcelo. Eles riram de mim porque o mineirinho chegou lá com uma mala nas costas.

Vejam bem, em 1995, por meio de uma resolução, foi criado um programa chamado Pronaf, com todas as suas linhas de crédito. Na época, eram 200 milhões para o Brasil. Não conseguimos gastar a metade, porque os bancos não acreditavam nos pequenos, já que



não tínhamos nada para dar como garantia; achavam que eles eram devedores, que não dariam conta de pagar, essa coisa toda. Provamos que a inadimplência maior não é dos pequenos, mas dos grandes. Em 1995, por meio de uma grande ação articulada em Brasília com mais de 15 mil trabalhadoras, trabalhadores e lideranças, tivemos o primeiro Grito da Terra, quando pautamos, no governo do PSDB, o que queríamos. Precisamos ir à luta. Hoje há, no 17º Grito, uma negociação, e ainda não é o que queremos. Ainda falta muita coisa para mudar. Negociamos agora, para a safra 2011-2012, R\$16.000.000.000,00 com créditos, com investimentos - Deputado Rogério Correia, companheiro, boa tarde -, redução de juros, e estamos trabalhando.

Mas vejam bem, Srs. Deputados, plenário, até quem é do governo, é muito bom quando as pessoas pegam a transparência, porque hoje há o PAA, o Pnae, que é no mínimo 30%, de acordo com a Resolução nº 38. A agricultura familiar precisa fornecer alimento para melhorar a merenda escolar como alimento básico, para melhorar a cantina, que vende coxinha, pastelzinho. Isso deixa as crianças um pouco mais fofinhas, e não é isso o que queremos. A construção dessas leis não foram feitas pelo governo, foram por luta da sociedade organizada. Não pararemos nossa luta. Não é deixando de lutar que combateremos. Continuaremos organizando.

Podemos falar hoje de boca cheia, com muita tranquilidade, quero até pegar um dado oficial para Minas Gerais - não entrarei no mérito do Brasil, deve ter muito acadêmico, muito doutor aqui, e minha formação não foi em nenhuma faculdade - do que entra no Estado de transferência da Previdência Social. Só para o meio rural, em Minas, entram nos cofres das Prefeituras R\$350.000.000,00 por mês, Marcelo, cerca de R\$4.500.000.000,00 por ano. Isso mexe com a economia. Em alguns Municípios pequenos, será um problema se for cortada essa aposentadoria, que foi uma luta travada, principalmente no momento em que as pessoas recebem seus provimentos - é quando o supermercado, o açougue, a padaria têm movimento; sabemos disso.

Isso é uma luta, gente. Quantas vezes a polícia, no Congresso Nacional, no Salão Nereu Ramos, foi de cassetete para cima da gente, porque estávamos lutando. Apanhamos junto com nosso Senador Paulo Paim, mas apanhamos por justa causa. Se precisar, apanharemos mais para mudar a realidade deste país. Ainda há muita coisa para mudar; ainda temos, Deputados Rogério Correia, Carlin Moura, André Quintão, muitos Deputados que defendem interesses próprios lá. Eles não estão preocupados, até falam que estão lá para defender os trabalhadores, os mais oprimidos, os mais pobres, e que têm um projeto A, B, C ou D, mas, na verdade, seus projetos e seus discursos não são esses, e sim outra realidade. Não basta apenas elegermos uma Presidenta e um Presidente, precisamos mudar nossos parlamentos, precisamos verdadeiramente de pessoas com compromissos com o projeto que muda este país de norte a sul, campo e cidade. Não sou egoísta, o campo precisa avançar, e a cidade precisa andar junto.

Não queremos cidades inchadas, não queremos pessoas morando amontoadas em favelas, com uma vida não digna, sem água potável, sem esgoto, sem nada, enquanto pessoas moram em mansões com 400m², 550m², 1.000m². É isso que queremos? Será, Edmar, que essa é uma sociedade justa? Creio que não, Rogério, por isso devemos ter entidades organizadas, que não desistirão da luta. Quando é preciso colocar o nosso povo na rua, nós o colocamos, assim como a nossa liderança, a fim de fazer mais reivindicações e mostrar ao governo o que queremos. Governo trabalha com pressão; governo trabalha por meio de propostas, e temos de ser inteligentes para isso.

Então, prezados Deputados, companheiros da Mesa e plenário, fico olhando hoje a Previdência, o Pronaf, Rogério e Edmar, o PAA, em que tivemos a negociação de R\$9.000,00. Isso é bom, mas precisamos avançar, e avançaremos. Há também o PNAE, recurso que vem do FNDE do Tesouro nacional para implementar a merenda escolar dos Estados e Municípios, para melhorar a qualidade de vida. O programa Luz para Todos foi criticado por muita gente que achava que o trabalhador pobre não tinha direito a ter energia elétrica. Quando o Presidente Lula o lançou no Palácio do Planalto, nós estávamos lá. Mas isso foi lançado, Rogério, porque, se buscarmos nos anais do Congresso, no ano de 1979, veremos lá: nós queremos energia elétrica, queremos infraestrutura básica. E, Edmar, você tem culpa no cartório, porque você fez a nossa cabecinha para lutarmos por isso. Hoje você está com a cabeça com menos cabelo e ainda mais branquinha, porque fez parte desse processo. Então, gente, quando essa campanha aberta, é preciso correr mesmo. Depois disso, veio o Programa Minha Casa, Minha vida, cujo teto vai aumentar. E vai melhorar, porque necessitamos disso. Marcelo, quando lutamos pela assistência técnica, isso é porque temos direito à organização da produção, ao mercado, e principalmente fornecer a agricultura familiar, mas os assentamentos de reforma agrária não estão preparados para colocar, nos sacolões e mercados, produtos de qualidade, sem veneno, para que as pessoas se alimentem bem. Há pouco tempo, vimos na televisão sobre uma senhora que não pôde amamentar porque o seu leite estava muito contaminado, pois foi usado um alto índice de agrotóxico em produtos da sua região.

Para terminar, quero falar de algo triste. Rogério, você foi delegado do MDA e sabe que precisamos trabalhar para territorializar o Estado. Assuma isso, Edmar; tem de ser uma política, e devemos fazê-la em Minas e no Brasil. Mas ainda temos muita distorção. Para vocês que são Deputados, isso é um dado estatístico, 38 mil trabalhadores saem para o corte da cana no Sul, no Triângulo e em São Paulo, ajudando a construir riquezas, mas voltam para suas regiões mutilados, doentes, e até mesmo usando drogas. Temos de mudar essa realidade, porque, se não a mudarmos, a pobreza continuará existindo. Essas foram as minhas e as nossas palavras. Estamos juntos nesse intuito. Queremos e iremos contribuir, pois, de fato, almejamos um país para todos e para todas sem miséria, com fartura para todo o mundo, com casa e os direitos sociais, porque, se o rico os tem, nós também os queremos; se eles possuem uma BMW, por que não podemos possuí-la também?

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva. Com a palavra, o Cacique Mezaque da Silva de Jesus, para sua exposição sobre o tema "Pobreza no campo e as comunidades tradicionais: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais?".

Palavras do Cacique Mezaque da Silva de Jesus

Cumprimento os representantes presentes à Mesa. Boa tarde a todos. Não citarei nomes porque o tempo é bastante curto. Também cumprimento as senhoras e os senhores presentes, que têm a missão de repensar uma estratégia para combatermos pelo menos esse índice de pobreza, que é grande e um desafio para o País.

Pessoal, tentarei ser bem breve, mas é um desafio. Se eu não conseguir contemplar parte das nossas demandas em 20 minutos, antecipadamente deixo meu pedido de desculpas, pois é um tema bastante polêmico e demanda tempo e muitas discussões para



chegarmos ao nosso objetivo ou pelo menos próximo a ele. Hoje os índios estão presentes na cidade, pataxó e araná. São povos que vêm se organizando para ser contemplados também, fazer parte deste país democrático, do Estado Democrático, e trazer iniciativas para serem contempladas com políticas públicas na sociedade que ainda exclui as minorias.

Estou aqui representando as etnias. Hoje, em Minas Gerais, há praticamente 11 etnias. Recentemente descobrimos o povo tuxá, na região de Pirapora, que buscou integrar o Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, para reconhecimento como povo e também do seu território. Para pensarmos em outras políticas e começarmos a dar o segundo passo, que é a questão da assistência, os indígenas precisam primeiramente da sua terra.

Durante estes três anos, com o apoio do gabinete do Deputado André Quintão e de outros Deputados, conseguimos realizar três audiências públicas. O resultado foi muito bom, positivo, porque cada cacique e cada liderança expuseram seu problema e chegamos à seguinte situação: por meio de debates e discussões, descobrimos que, no Brasil, há o índio que tem a terra, o índio com pouca terra e o índio sem terra, sem condição e sem dignidade alguma para sobreviver. É realidade hoje também no Estado de Minas Gerais, onde ainda há aproximadamente 1.200 indígenas vivendo no centro urbano de Belo Horizonte, uma boa quantidade em Araxá, e vamos descobrindo. Acabamos de descobrir em Pirapora.

Entrando na questão de assistência, de estratégia, de ações, fico até um pouco indignado com a estrutura hoje, como são pautadas as demandas, como é vista a questão indígena, e com a invisibilidade ainda existente no Estado de Minas Gerais - a questão cultural e das etnias. Isso traz algumas preocupações; a educação, a saúde, a questão da terra, as próprias demandas.

Vimos de uma bateria de exercícios para ver se é possível adquirir uma musculatura para quebrar essa muralha que ainda existe no Estado, essa invisibilidade, e unir todas as forças para avançar nesse quesito de políticas públicas, de melhorias nas questões indígenas e para que o Estado dê esse passo também. O governo de Minas tem um lema que diz: "Minas Gerais avança". Queremos que isso ocorra sem deixar ninguém para trás. No Abril Indígena do ano passado, eu disse que não estamos conseguindo enxergar mais o Estado. Minas Gerais avançou muito, mas ficamos lá atrás. São situações que precisam ser discutidas, talvez por meio de telefone, porque no corpo a corpo não dá mais, em vista da distância em que está Minas Gerais.

A atenção tem sido muito pouca. Temos buscado uma dinâmica de agenda com as secretarias, com os representantes, para que sejam examinadas essas questões. Há três anos, levamos um diagnóstico ao governo. Percorremos todas as etnias de Minas Gerais, além de contarmos os índios da cidade. Fizemos um documento final a que o Estado já tem acesso. Havia ações que deveriam ser atendidas de imediato, em médio e longo prazos. Tenho até medo de voltar às aldeias por onde andamos, em vista dessas ações que deveriam ser implementadas imediatamente, mas não o foram, pois o retorno tem sido muito lento.

Embora eu seja muito jovem, já estou cansado de falar em demandas, de fazer levantamento, de buscar dados para provar para o Estado que há pobreza no mundo indígena, que existe uma sociedade que precisa de atenção, de espaço, de ações imediatas, que necessita que alguém faça algo por ela. Algumas pessoas precisam sair do seu ar condicionado, do seu gabinete, para presenciar o que vivemos. Sou Coordenador do Conselho dos Povos Indígenas. É muito triste quando recebo uma ligação, como temos recebido constantemente dos maxacalis, para irmos lá para ver a situação de saúde, alimentação e acesso às aldeias. Isso nos causa, de certa forma, uma revolta muito grande.

Às vezes, as pessoas pensam que a nossa situação está muito boa, porque existe a Funai, a Funasa, que passou recentemente para a Secretaria de Saúde, a Sesai. Há a educação indígena. Tudo isso é divulgado como muito belo e muito lindo. Se colocássemos a nossa administradora da Funai para falar aqui, ela falaria de várias iniciativas, mas, na base, não vemos nada. Lá falta atenção, iniciativa, investimentos, falta dar atenção a essas questões sérias.

Há dois anos e meio, ocorreu um surto de diarreia na aldeia maxacali, e 125 crianças foram parar no hospital. Tivemos aproximadamente seis atestados de óbito.

O Ministério Público pressionou a Funai e a Funasa, que apresentou relatório comprovando que foi uma bactéria contraída fora que atingiu a aldeia. Agradecemos o trabalho feito pelo próprio Copimg e pelos parceiros, como o Consea - o Edmar lembrou bem nossas parcerias no passado. Somos gratos também aos trabalhos e à dedicação do Deputado André Quintão, para avançarmos nesse sentido. Apresentamos veementes denúncias para mostrarmos as dificuldades dos povos indígenas: saneamento básico, segurança alimentar, a forma como vêm se alimentando, o difícil acesso, o crescente índice de alcoolismo e as inúmeras crianças desnutridas que chegam aos hospitais. Fazia mais de dois anos que a liderança maxacali não conseguia dialogar com o administrador da Funai. São realidades que, para Minas, que diz estar avançando, precisam ser apresentadas ao conhecimento público, precisam chegar até o povo. O próprio Ministério Público, o principal parceiro, deve tomar algumas iniciativas para mudar essas realidades.

De tanto cobrarmos, neste ano, o Dr. Edilson, Procurador do Ministério Público, começou a fazer uma turnê nas comunidades indígenas. No dia 19 de abril, quando veio mostrar o resultado do seu trabalho, pediu desculpas a todos e disse: "Peço desculpas aos cidadãos brasileiros aqui presentes, porque hoje era um dia que deveria ser celebrado com festa, mas mostrarei um documentário muito triste, pois retrata a verdadeira realidade dos povos indígenas". São áreas totalmente sucateadas, de difícil acesso, improdutivas, com saneamento básico zero e atendimento ruim. Isso foi porque o Procurador saiu de seu escritório e foi até lá ver, com os próprios olhos, comprovando que, quando viemos até esta Casa, não fizemos nenhum drama. Gostaríamos muito de ter hoje, quem sabe?, um vídeo mostrando a realidade da aldeia para que todos a vissem. No entanto, não o tenho. Fica aqui o crédito de minhas palavras, de minhas preocupações. Gostaria de dizer que realmente a realidade indígena é muito difícil. Tenho a missão de buscar uma articulação, avançar, dialogar com o Estado e com parceiros, para mudar essa realidade.

Por uma questão ética, não citarei nomes, mas, outro dia, um parceiro do movimento indígena disse: "Vocês devem usar os espaços que têm para colocar a questão indígena para cima, chega de contar miséria".

Depois, fiquei pensando nisso, pois também tenho muito cuidado com as palavras para não machucar as pessoas, e perguntei a mim mesmo: Qual o pai que sai de sua casa e deixa seu filho que sente dor sobre uma cama, sem perspectiva de atendimento? Ou até mesmo sem ter nada para dar à esposa e aos filhos, deixá-los sem leite, sem roupas, e deixar a situação se agravar cada vez mais? Qual o pai que vai conseguir passar para a sociedade um olhar para cima, de alegria?! Quem?! Existe esse super-herói?...



Temos, realmente, de utilizar este espaço para apresentar essas realidades, falar e mostrá-las. O movimento social é justamente isso. Os movimentos sociais hoje do País vêm passando grandes dificuldades, porque lá fora os nossos representantes dizem que nosso país já tem condições de ocupar um espaço no G 8. Lá fora mostram Belo Monte como mais uma ação de desenvolvimento... Não mostram a realidade, onde vinte e poucos povos indígenas são postos em risco, assim como a questão cultural, a questão da soberania, da dignidade, da vida; não mostram isso. Lá fora eles não mostram o que aconteceu recentemente com nossos parentes terenas, quando colocaram fogo num ônibus cheio de alunos que iam estudar. Lá fora, essa realidade não é mostrada.

Então é preciso sentirmos, pensarmos, é preciso corrigir isso. É preciso uma nova forma de trabalho. Espero que com este trabalho realmente encontremos uma estratégia que leve em conta a realidade, a cultura, a dignidade de cada povo. Não adianta discutir um sistema de trabalho, ou de projeto, e levar isso pronto. Assim não dá certo. No mundo indígena já foi provado várias vezes que não dá certo chegar com a coisa pronta. A nossa proposta, dos povos indígenas, é que seja criado um grupo que vá às comunidades indígenas, com um técnico, a fim de ver a realidade, a fim de ver onde está o problema e o que poderia ser feito ali. E, a partir daí, pensar em algo, em um projeto que supra a necessidade de determinado povo. Creio que temos de ter mais seguimento.

Há outra possibilidade, não sei se seria muito difícil, porque não quero, de certa forma, cometer os mesmos erros de nossos representantes institucionais e governamentais, enfim: trazer aqui os líderes. Isso porque os líderes são os indicados para vir aqui e apresentar a situação do seu povo. Estive nas aldeias indígenas há mais de três anos. Todo final de semana vou à minha aldeia indígena, mas sabe-se que em outras aldeias, a situação é mais grave. Então, a sugestão seria trazer aqui os líderes, tanto das aldeias quanto das cidades, pois creio que vale a pena bater na tecla de que os índios da cidade têm também de ser atendidos. Se a Funai exclui, se a Sesai exclui, se o governo do Estado exclui, como vai ficar a situação dos índios na cidade?

Peço desculpas, mas o tempo é curto. Antes de encerrar, até para descontrair, costumam nos dizer: “Cacique, padre e pastor têm que ter tempo para falar, mesmo”. No mais, muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cacique Mezaque; é sempre muito bom ouvi-lo. Mesmo que o tempo seja curto, estamos sempre atentos às suas palavras. Com a palavra, a Sra. Sandra Maria da Silva Andrade, para sua exposição.

Palavras da Sra. Sandra Maria da Silva Andrade

Boa-tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Carlin Moura, e os companheiros de movimento, na pessoa do Cacique Mezaque.

Srs. Deputados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, foi com imensa satisfação que aceitei o convite para participar deste evento, pois compreendo que nós, quilombolas e membros das demais comunidades tradicionais de Minas Gerais, temos muito que contribuir para o debate relativo às estratégias para a superação da pobreza, mais especificamente para o tema “Pobreza no campo e as comunidades tradicionais: como enfrentar a pobreza nas áreas rurais de Minas Gerais?”.

Antes de entrar no tema específico, parece-me importante que se compreenda que, para nós, comunidades tradicionais, a ideia de riqueza e pobreza é algo muito diferente do que se convencionou chamar de riqueza e pobreza na visão capitalista. Para nós, a riqueza está representada pelo direito de plantar e de ter acesso aos nossos rios e espaços de celebração religiosa. Portanto, a nossa principal riqueza está na terra e no direito de nos sentirmos seguros para nela plantar, para nadar nos rios e nas cachoeiras, para entoar nossos cantos, para fazer nossas celebrações religiosas. Se há uma pobreza que nós, quilombolas e membros de comunidades tradicionais de Minas Gerais, temos enfrentado é exatamente o fato de não termos garantido o nosso acesso à terra. Não existe política pública neste Estado que nos garanta o direito à terra. Portanto, antes de debatermos as políticas públicas de que precisamos em nossos territórios, faz-se necessário compreender que somos grupos sociais culturalmente diferenciados, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais, dos quais precisamos para a manutenção de nossa base cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. É preciso entender também que utilizamos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por nossa tradição.

O direito quilombola ao território está protegido em uma série de marcos regulatórios no Brasil e em diversos Estados, como o Pará, o Maranhão e São Paulo. Mas em Minas Gerais ainda não conseguimos que nenhuma lei para garantir os nossos direitos fosse aprovada.

Em Minas Gerais, ao olharmos o contexto em que está o quilombola, deparamo-nos com uma situação de completo descaso com as mais de 460 comunidades, sendo 136 certificadas, 127 com processos abertos no Incra e apenas uma comunidade titulada - aliás, foi titulada para ser removida do seu território, tendo em vista a construção da Hidrelétrica de Irapé. Refiro-me à comunidade de Porto Coris.

Como já disse, a existência dos quilombolas está ligada à terra. Portanto, o que se fez em Porto Coris, ao deslocá-los do seu território, foi um etnocídio, e certamente podemos dizer que muitos outros etnocídios estão em andamento neste momento, no Estado de Minas Gerais, a exemplo da construção do mineroduto Minas-Rio, na região do Serro. A pergunta que não quer calar é: “Por que este Estado - seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo - não atua nessa questão?”...

As diversas comunidades quilombolas presentes no Estado possuem uma riqueza cultural que se expressa em seus modos de criar, de fazer e de viver. E a preservação desse patrimônio cabe a todo o povo brasileiro, garantida que está nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. Nosso modo de organização coletiva e de produção têm muito para contribuir para a construção de formas mais solidárias no processo de emancipação social no Brasil. Temos formas variadas de manifestação religiosa, como os nossos terreiros de umbanda e candomblé, o batuque, a folia, o reisado, os reinados e as cirandas. Pode-se dizer que existe um calendário próprio de festas e eventos religiosos das comunidades quilombolas em Minas Gerais, que constituem riqueza patrimonial, mas esse calendário não é registrado pelo Estado. No entanto, muito nos admira que essa riqueza esteja oculta, pois o Estado de Minas Gerais muito tem investido na revitalização da Estrada Real. Se o Estado valorizasse também as festas e os eventos religiosos dessas comunidades, potencializaria a própria revitalização da Estrada Real, pois isso, associado ao patrimônio físico representado pelo caminho das Gerais, valorizaria o patrimônio histórico e cultural dessas comunidades.



Nossas riquezas são diversas, mas a pobreza que atinge as diversas comunidades quilombolas também não é única: são muitas e vêm de fora. Elas estão associadas à perda do território histórico e cultural necessário à nossa produção social; à sobreposição de empreendimentos públicos e privados sobre os territórios tradicionais, a exemplo das hidrelétricas, das mineradoras e do agronegócio, sobretudo o ligado às monoculturas, que têm invadido o nosso território, destacando-se as do eucalipto e da cana-de-açúcar; ao não acesso aos recursos naturais em quantidade e qualidade necessários (terra, água, vegetação); à marginalização, que, a nosso modo, sofremos no acesso às políticas públicas (cultura, educação, lazer e saúde); ao desemprego e à ausência de opções para a subsistência e a geração de rendas; à invisibilidade social, sobretudo por causa do racismo e dos preconceitos que nos atingem de formas variadas.

Enfim, senhoras e senhores, Exmos. Srs. Deputados presentes e demais autoridades, o que tentei expressar na minha apresentação é que os territórios quilombolas precisam da titulação imediata para ter a segurança necessária para continuarmos a preservar o patrimônio, que não é apenas nosso, mas de toda a sociedade mineira. Esse patrimônio, meus caros, também é de cada um de vocês aqui presentes, de seus filhos e netos. A titulação das nossas terras é a garantia que precisamos para erradicar a pobreza existente nas comunidades quilombolas.

Faço um único pedido a esta Casa Legislativa: necessitamos, urgentemente, do desarquivamento e da aprovação do Projeto de Lei nº 18.039/2007, que trata dos modos pelos quais deve ocorrer a titulação quilombola no Estado de Minas Gerais. Se essa lei for aprovada pelos caros Deputados e Deputadas desta Casa, V. Exas. entrarão para a história deste Estado como colaboradores para a efetivação do reconhecimento e da justiça histórica aos inúmeros negros e negras que vivem neste Estado e que tanto contribuíram para a riqueza de Minas Gerais. Peço, veementemente, aos Srs. Deputados que, por favor, desarquivem esse projeto de lei, pois, só assim, será erradicada a pobreza das comunidades tradicionais do campo. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Daremos início agora à fase dos debates. A Presidência informa que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Comunicamos que a ata deste ciclo de debates será publicada no Diário Oficial, “Minas Gerais”, na edição do dia 22 de junho. Para quem quiser gravar em vídeo estas reuniões, haverá reprise no dia 23 de junho, às 14 horas, das exposições e debates da manhã de ontem; no dia 24 de junho, às 14 horas, das exposições e debates da tarde de ontem; no dia 25 de junho, às 9 horas da manhã, das exposições e debates da manhã de hoje; e no dia 26 de junho, domingo, às 9 horas, das exposições e debates da tarde de hoje.

Debates

O Sr. Presidente - Lerei os nomes dos inscritos na ordem em que falarão. Primeiro será o Sr. Crispim Moreira; posteriormente, José Anízio Bastos, Vilmar Oliveira, Williman Hestefany da Silva e Amantino Mota Mendes. Com a palavra, o Sr. Crispim Moreira. Por favor, diga a entidade que representa e de onde vem.

O Sr. Crispim Moreira – Sou Crispim Moreira, assessor desta Assembleia Legislativa. Quero dirigir algumas perguntas ao Edmar, e talvez outros companheiros da Mesa também possam respondê-las. Primeiro, considerando que um dos objetivos deste ciclo de debates é possibilitar o concerto das prioridades do governo federal, plano Brasil sem Miséria, com as iniciativas do governo do Estado e as possibilidades do parlamento, sem perder de vista o que propõe o plano, que é erradicar, até 2014, pelo menos a pobreza das famílias com renda “per capita” menor que R\$70,00 por mês, a minha pergunta é: o que o governo do Estado fará?

Estamos falando de estratégias, mas estou perguntando o que fazer. Existem 450 mil pessoas na extrema pobreza no campo em Minas Gerais. O que o governo do Estado está fazendo, ou seja, quais operações têm sido feitas para integrar essas famílias ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA? Sabemos que o governo federal tem a meta de expandir o PAA para 250 mil famílias. Que mecanismos Minas Gerais adotará para envolver os 100% dos agricultores familiares e camponeses pobres? Que mecanismo o governo do Estado adotará para possibilitar o benefício dessa meta presidencial do governo federal e, é claro, das suas próprias metas? Poderia discorrer sobre todas as outras metas que o governo federal estabeleceu, tais como: água, PAA, Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida. Gostaria que o Edmar respondesse à minha pergunta. Aliás, essa é também uma pergunta para os companheiros dos movimentos social e sindical. Que estratégias eles estão pensando para disputar o financiamento público e essas metas que entendo serem bastante claras? O universo é 2014. Que estratégias vocês, da Mesa, bem como os movimentos social e sindical, e ainda o governo do Estado, estão pensando em usar para que os trabalhadores obtenham esses benefícios?

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Anízio Bastos, professor do Município de Dionísio.

O Sr. José Anízio Bastos - Boa tarde. A minha pergunta é para o Wellington. Gostei muito da fala dele sobre a monocultura e a miséria no campo. Quanto ao tema objeto da discussão, relativamente à miséria e à pobreza, gostaria de fazer um alerta. No Brasil, R\$20.000.000.000,00 são roubados dos cofres públicos de Prefeituras. Enquanto não acabarmos com a corrupção neste país, não acabaremos com a miséria. Vocês já imaginaram se esse dinheiro fosse investido na educação, na saúde, nas comunidades indígenas, nos quilombolas e nos pequenos produtores? O Brasil seria outro. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Vilmar Oliveira, assessor do Vereador Arnaldo Godoy, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O Sr. Vilmar Oliveira - Boa tarde, Deputado Carlin Moura. Ele adiantou o que eu queria falar. Não existe nenhum programa de estratégia de superação da pobreza que não tenha de passar pelo combate à corrupção. Nos moldes do Ficha Limpa, a sociedade precisa acordar e fazer alguma coisa para exterminar de vez essa questão da corrupção. Temos de trocar, nas cadeias públicas, os negros e os jovens usuários de droga pelos corruptos e fazer uma grande campanha na sociedade seguindo o raciocínio do companheiro.



No combate e na estratégia de superação da pobreza, temos de parar com essa ideia de achar que comunidade rural é somente enxada. Hoje a comunidade rural possui outros aspectos. Vou dar um exemplo. Se não pensarmos no que a própria comunidade tem produzido, não vamos conseguir sair da pobreza. O Município de Turmalina é uma comunidade do campo com mais de mil moradores. A maioria deles, 90%, trabalha com artesanato. Sai da terra, mas trabalha com artesanato. Nessa estratégia do governo federal, ele tem de pensar nesse tipo de trabalho que não seja só a enxada ou a produção da roça.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Vilmar. Com a palavra, o Sr. Williman Hestefany da Silva. Por favor, identifique qual entidade o senhor representa.

O Sr. Williman Hestefany da Silva - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Williman Hestefany da Silva e sou diretor da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Minas Gerais da Nova Central Sindical. A minha pergunta vai para o Vilson e a Sandra. Gostei muito das colocações deles, principalmente no que tange ao Luz para Todos. Sobre o Luz para Todos, fiz uma pergunta que foi encaminhada: se realmente ele atinge todos aqueles que necessitam e, principalmente, os remanescentes quilombolas. Estive na comunidade de Cristália e pude constatar que a luz chega, sim, onde estão os fazendeiros, mas, quando chega aos quilombos, acaba o poste e o fio. Da mesma forma, isso aconteceu em Paracatu. Quando estava presidente do conselho da comunidade negra, foi encaminhado ofício ao Ministério Público e sanado o problema em Paracatu. Da mesma forma, gostaria de saber o que a Casa pode fazer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Amantino Mota Mendes, o Zinho, da Associação do Bairro Castanheiras, em Belo Horizonte.

O Sr. Amantino Mota Mendes - Em primeiro lugar, boa tarde. Já foram feitos vários questionamentos e muito bem colocadas as propostas estratégicas para superar a pobreza. Acredito que, quando falamos em pobreza, passamos pela pobreza de espírito e de falta de coragem para fazer a coisa certa. Se estivesse tão bom assim, hoje a Casa não estaria tão cheia. Então, é muito triste o nosso meio de comunicação mostrar uma coisa, e, no fundo, no fundo, existir em uma região pertinho de nós crianças morrendo em consequência da desatenção do nosso governo. Morrem por terem contraído doença de rato, e, enquanto isso, a televisão mostra uma coisa mentirosa. É preciso estar atento a isso. Digo a este grupo que está aqui: preocupem-se com a situação. É preciso deixar de fingir que temos uma política voltada para a situação. Um abraço do Castanheiras, a região mais excluída de Belo Horizonte. Vamos conhecer o lugar, que está horroroso.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Ana Paula Ferreira de Lima, do Cedefes - Belo Horizonte. Peça ao próximo, Sr. Itamar Alves de Souza, que se aproxime do microfone.

A Sra. Ana Paula Ferreira de Lima - Boa tarde a todos e todas. Gostaria de falar em nome do Cedefes, que trabalha, há mais de 25 anos, com as comunidades indígenas e quilombolas. Cumprimento a Sandra Mezaque pelas ótimas falas. Quero dizer que o Cedefes desenvolve uma pesquisa, há mais de 3 anos, com os índios que moram em Belo Horizonte e na região metropolitana. Existem hoje cerca de 200 famílias indígenas entre várias etnias presentes, as quais possuem associação constituída. Gostaria de saber dos Deputados presentes como eles podem ser incluídos nas políticas públicas de erradicação da pobreza, em Belo Horizonte e na região metropolitana.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Itamar Alves de Souza, da Ascopi - Minas Novas.

O Sr. Itamar Alves de Souza - Quero saudar a companheira Sandra, quilombola, e o companheiro indígena, dizendo que, na verdade, não estou aqui para fazer perguntas a vocês da Mesa, mas para trazer uma denúncia. Quando a Sandra fala sobre a questão dos quilombolas, quero dizer que, no Jequitinhonha, atuamos diretamente junto a eles. No Município de Itamarandiba, um dos grandes problemas da fronteira são os parques estaduais em que os quilombolas estão. Aconteceu, esta semana, em Itamarandiba, uma retirada dos quilombolas de dentro da área do Parque Serra Negra. Então, estou trazendo a vocês essa informação da federação.

Precisamos unir todas as entidades, inclusive o parlamento, para resolver essa questão de Itamarandiba, porque a situação das comunidades quilombolas da Serra Negra é tão grave que as pessoas não têm cancela ou porteira para chegar às comunidades. As propriedades estão cercadas por fazendeiros, e eles têm que passar por baixo da cerca. Esse pessoal está sendo retirado por causa do Parque Estadual da Serra Negra. É mais uma denúncia do que um questionamento. Obrigado.

O Sr. Presidente - Há três perguntas por escrito. Primeiro, da Sra. Shirley Pinheiro Daziano, assistente social: “Estamos debatendo estratégias para superação da pobreza no campo, nas comunidades tradicionais das áreas rurais de Minas Gerais. Quais estratégias estão sendo traçadas para superação da pobreza nas áreas urbanas no interior de Minas Gerais, por exemplo, as cidades do Vale do Jequitinhonha, considerando que há diferença entre as interfaces da pobreza no campo e nas regiões metropolitanas?”.

A segunda pergunta é da Sra. Maria Rita Fernandes de Figueiredo, da Fetaemg de Capelinha: “A reforma agrária é e será o meio de valorização e garantia da agricultura familiar, e a terra é o espaço de convivência humana. A distribuição da terra é a forma de combater a pobreza e o trabalho escravo, uma vez que o agronegócio semeia o crime, gerando violência, grilagem de terras e outros, como exploração dos trabalhadores rurais, às vezes, sem defesa e afastados dos direitos trabalhistas e previdenciários. Faltam investimentos na educação no campo, moradia digna, reforma agrária e agricultura familiar. Esses são os caminhos de combate às injustiças no campo mineiro. Vejam as grandes extensões de terras devolutas no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, destruindo o cerrado e o meio ambiente”.

A terceira pergunta é da Sra. Débora Gaspar, doutora em economia, de Fortaleza, no Ceará, dirigida ao Sr. Edmar Gadelha: “As reflexões em torno das possibilidades de inclusão social da população rural ou propriamente a população extremamente pobre são diversas, no entanto recorrentes. Muito já foi feito para a melhoria das condições citadas pelo senhor: documentação, que significa inclusão na cidadania, redução do analfabetismo e acesso à terra e segurança alimentar. Comparada aos demais Estados brasileiros, Minas Gerais apresenta taxas de pobreza e analfabetismo inferiores à média nacional, principalmente se considerarmos os Estados do Nordeste, acredito que graças às políticas públicas já implementadas. Portanto, dentro desse contexto e como pouco conhecedora das políticas públicas do Estado voltadas para o meio rural, gostaria de saber se, atualmente, há algum programa de governo que abrange



diretamente os pontos das reflexões acima, ou mesmo algum programa multidisciplinar que esteja atuando além das reflexões feitas e que já esteja em plena ação”.

Passaremos a palavra aos convidados para as considerações finais. Com a palavra, o Subsecretário Edmar Gadelha.

O Sr. Edmar Gadelha - O PAA é um dos mais inteligentes, expressivos e bem-sucedidos programas voltados para a agricultura familiar, depois do Pronaf. O PAA já demonstrou, por meio de vários seminários e avaliações, o quanto é importante e significativo. Mas ele apresenta uma série de dificuldades para atingir as metas propostas. A primeira delas é a necessidade de aprovação da lei.

A lei está tramitando no Congresso Nacional e permitirá que o programa tenha maior capacidade de ser operacionalizado. Da forma como existe hoje, as dificuldades são imensas. Com R\$650.000.000,00, o programa, hoje, tem extrema dificuldade de ser executado, pela própria capacidade da Conab em realizá-lo. Depende de cada superintendência, de cada Estado, incorporar o programa e querer fazê-lo rodar, e, principalmente, pelos outros mecanismos, que são por meio de convênios. Sabemos que o convênio é um instrumento extremamente complexo, difícil de ser operacionalizado. São convênios por meio de Município e de Estado. Sabemos das dificuldades enfrentadas. Sabemos da dificuldade que haverá para atingir 400 mil agricultores no Brasil com R\$2.000.000.000,00. Então, na minha opinião, há uma necessidade urgente de se aprovar a lei, que permitirá que os recursos sejam repassados por meio de agente financeiro, como é feito com o Pronaf, e os pagamentos possam ser realizados pela agência bancária conveniada.

Minas Gerais tem um problema seriíssimo, aliás não é apenas de Minas, é também do País, devido à legislação que diz respeito à habilitação sanitária. Há o Sistema Único de Atenção à Sanidade Animal - Suasa -, uma legislação que está em vigor. Mas há uma enorme dificuldade de a agricultura familiar, nos Estados e Municípios, adequar-se a essa legislação, à adesão ao sistema único, por meio do Sistema de Inspeção Municipal - SIM - e à solicitação de equivalência ao Sisbi, Sistema Brasileiro de Inspeção. Para se ter uma ideia, existe em Minas Gerais 30 mil produtores de queijo minas artesanal, mas só há 174 estabelecimentos cadastrados pelo IMA, ou seja, a maioria está irregular, na ilegalidade. Então, há necessidade de se ter uma regulamentação da lei, que já foi aprovada em Minas, das agroindústrias familiares, cujo decreto de regulamentação já está em andamento. A partir daí, a proposta de fomento, a instalação dessas pequenas agroindústrias rurais, de base familiar, é condição sem a qual haverá impedimento para a agricultura familiar agregar valor a sua produção, de forma regularizada, legalizada para atender o PAA, o mercado formal, o mercado da alimentação escolar. Então isso é condição, sem a qual avançaremos pouco na agregação de valor da agricultura familiar, até mesmo para atender o PAA. Esse projeto está em formatação na nossa Subsecretaria, juntamente com o Ima e a Emater, e esperamos que possamos alavancá-lo no próximo período para fortalecer, cada vez mais, a agricultura familiar camponesa.

O Sr. Presidente - Gostaria de agradecer ao Sr. Edmar Gadelha. Esclareço ao público que estamos sendo rigorosos com o tempo, para não prejudicar o segundo painel. Então peço que me perdoe. Com a palavra, o Sr. Wellington Emiliano Morais, para as suas considerações finais e para responder as perguntas.

O Sr. Wellington Emiliano Morais - Como o Sr. Crispim muito bem sabe, as estratégias dos movimentos sociais para garantir que a execução de políticas públicas do Estado seja destinada aos povos do campo não serão repassadas aqui neste plenário, porque isso compromete a nossa ação. Então a ação estratégica não se socializa a tal nível. Entretanto, para garantir que essas políticas sanem ou amenizem parte dos problemas do campo, com muita luta, garantimos até hoje a execução parcial da distribuição de terra no Brasil e em Minas Gerais.

Como movimento dos sem-terra, como a Via Campesina, garantimos parcialmente a distribuição ou o repasse de créditos às famílias rurais com muita luta, muita organização. E é por meio de muita luta e organização que continuaremos a garantir que essas políticas sejam executadas. Por quê? Ainda há um grau de burocratização muito grande em políticas como a PAA e a Compra Direta de Alimentos, que são importantes hoje para o campo. Como não há iniciativas e não há políticas que incentivem os trabalhadores a organizar-se para acessarem tais políticas, elas são acessadas por meio da própria iniciativa orgânica dos trabalhadores, e é por meio dessas iniciativas orgânicas que fazemos garantir.

Parte dos problemas ocorrem pela corrupção. Não há só problemas da corrupção interna dos políticos, há grandes e sérios problemas de descompromisso com a reforma agrária e descompromisso em execução das políticas públicas nos próprios órgãos responsáveis. Precisamos colocar esses problemas na ordem do dia para debate, precisamos pressionar e fazer com que se garantam essas políticas.

Outra questão a ser abordada e que foi levantada por um companheiro é o problema da pobreza das cidades do interior. Já foi provado que por meio da organização do agronegócio não se gera emprego e trabalho nas pequenas cidades onde as grandes corporações estão aglomeradas. Como exemplo, pode-se ver o nível e o grau de pobreza no entorno de grandes corporações, como as grandes plantadoras de eucaliptos no Vale do Rio Doce, no Jequitinhonha e no Norte de Minas. Acreditamos que a geração de trabalho e emprego nas cidades do interior só será possível com a reforma agrária. Distribui-se a terra e organiza-se o povo, e isso gera renda e emprego. Organizam-se as agroindústrias no campo, e as agroindústrias nas áreas de assentamento possibilitam aumento de emprego. As pequenas experiências que temos em Minas Gerais comprovaram isso. Acreditamos que é por meio da reforma agrária que será possível o desenvolvimento social e sustentável no campo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Wellington. Com a palavra, o Sr. Vilson Luiz da Silva.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Fomos solicitados a responder uma pergunta do companheiro Williman, mas antes quero dizer que é claro que o programa Luz para Todos é universal e excelente. Entretanto, para ele funcionar deve haver os conselhos e os comitês estaduais. Estamos lá permanentemente e mensalmente reunidos, discutindo. Se não fosse assim, ele não andaria. Encontramos os mais variados obstáculos com pessoas que tentam segurar o programa. Sofremos muito em Minas Gerais porque ficou aquela briga, tanto é que existe o comitê gestor, de onde foram retiradas as questões das Prefeituras. É um programa de universalização do governo federal em parceria com os governos estaduais. Mas sabemos de muitas interferências. Alguns Prefeitos tentaram manipular, até levando ligação, com o pensamento “aqui é meu eleitor, então coloco energia, aqui não é, não coloco energia”, Deputado André Quintão. Denunciamos e estamos permanentemente lá denunciando isso. Vocês estão convidados, nossas reuniões são públicas.



Temos muitas discussões e debates sobre um caso aqui em Minas Gerais de uma concessionária com a Cemig - há outras também. Isso não foi fechado. Mas temos denunciado, temos cobrado, e aceitamos críticas.

O Programa está evoluindo, porém sofremos, pois tivemos uma situação em que as empreiteiras contratadas pela Cemig faziam com que os pequenos produtores, para terem energia, fizessem a picada e o buraco para colocar o poste. Eles tinham de fazer essas coisas todas. Isso é humilhação! Então, se não estivermos organizados para debater, para procurar o Ministério Público, as coisas não funcionarão. Essa campanha é rápida demais, ela nos atrapalha. Nós estamos agindo, e o programa está na sua fase final. O programa visa atender a todos e a todas, não só com a energia para iluminar, mas também como um processo de fomento da unidade produtiva. Assim, quero esclarecer que não queremos apenas ficar com a agricultura familiar de subsistência. Queremos fazer das nossas pequenas propriedades um grande negócio, gerando emprego e renda, melhorando a vida das nossas famílias, da comunidade e do Município.

Quero tecer algumas considerações sobre uma questão aqui, Wellington. Temos de discutir também um modelo de agronegócio dentro deste país. Entendo que, se vendermos um ovo, uma galinha ou um pacote de um produto nosso, isso é um negócio. O modelo que existe no Brasil é voltado para o agronegócio. Temos medo de falar isso. Então, ficamos discutindo a questão da agricultura familiar. Para terminar - é claro que isso não termina -, a consolidação da agricultura familiar no Brasil precisa, necessariamente, de reforma agrária, porque terra não aumenta. Contudo, existe concentração de terra neste país, inclusive nas mãos de estrangeiros, já que 10% das terras do Brasil estão com os estrangeiros, como capital de lucro. Isso tem trazido essa dificuldade para fazermos a verdadeira reforma agrária com o método tradicional de desapropriação ou por meio de algum incremento, como o caso do crédito fundiário. Então, se não temos fazenda para desapropriar, temos o crédito fundiário. Por isso é que precisamos trabalhar, Deputado André e Deputado Carlin, a questão dos assalariados. Como ficarão os assalariados rurais? Estão mecanizando, retirando força de trabalho. Para onde irá esse povo? Vai virar bolsão de miséria? É isso que queremos discutir. Quero agradecer a nossa participação e o chamamento que esta Casa nos fez. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vilson. Com a palavra, para suas considerações finais, o Cacique Mezaque.

O Cacique Mezaque da Silva de Jesus - Só queria informar que estamos nos organizando por meio do Conselho Municipal dos Indígenas, discutindo a questão de políticas públicas. Neste ano, se Deus quiser, iremos realizar os primeiros jogos indígenas de Minas Gerais. Já estamos dialogando com a Emater, tendo em vista um modelo de trabalho que atenda às demandas das comunidades indígenas, respeitando os seus hábitos culturais. Também gostaria de dizer que todas as quintas-feiras temos reuniões com os interessados em contribuir com esse conselho, com discussões e ideias. Estamos à disposição para discutir essa temática e, se Deus quiser, avançar mais e mais nessas questões, nesses requisitos das políticas públicas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Cacique. Por fim, para suas considerações finais, a Sra. Sandra Maria da Silva Andrade.

A Sra. Sandra Maria da Silva Andrade - Gostaria de responder ao Crispim. Faço minhas as palavras do colega aqui, pois não divulgamos a estratégia do movimento, nós a fazemos. Não sei se o Williman já saiu, mas a questão do Luz para Todos também é um problema da nossa comunidade. O Luz para Todos só chegará se houver um alto reconhecimento da Palmares. A Palmares está nos devendo muito aqui no Estado de Minas Gerais, já que estamos com mais de 300 pedidos de alto reconhecimento de comunidades. Muitas políticas públicas, para serem implementadas, precisam do alto reconhecimento. A Palmares deve isso ao Estado de Minas Gerais. No dia 21, o Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais promoverá uma audiência, para a qual convidou a Palmares e chamará outros órgãos federais, para saber por que, em Minas Gerais, o processo das comunidades quilombolas está nesse pé, nessa situação, já que não é só luz que falta, também faltam água e outros proventos nas comunidades quilombolas.

Agora estamos promovendo essas ações no Estado. A Procuradoria-Geral se comprometeu a intensificar as audiências com o Estado e o governo federal para resolver um pouco a situação das comunidades quilombolas em Minas Gerais. Muito obrigado pela participação. Peço, mais uma vez, aos nossos Deputados, que estão sempre conosco - não é a primeira vez que estamos aqui -, para, por favor, desarquivarem o nosso projeto de lei no Estado de Minas Gerais. Só assim será erradicada a pobreza das comunidades quilombolas tradicionais no campo. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Troquei ideias com o Deputado André Quintão, e gostaríamos de esclarecer alguns pontos e fazer uma sugestão ao Plenário e às entidades. A D. Sandra menciona o Projeto nº 1.839/2007, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, que foi anexado ao Projeto nº 67/2007, do Deputado Paulo Guedes, que institui o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais. Esses dois projetos anexados em 2007 tiveram parecer pela inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça. Em 2008, apresentamos o Projeto de Lei nº 1.981, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse projeto foi desarquivado nesta legislatura com o nº 883/2011, e, na legislatura anterior, teve parecer pela constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e parecer favorável na comissão de mérito, que é a Comissão de Direitos Humanos. A minha sugestão e do Deputado André Quintão é que concentremos esforços no Projeto nº 883/2011, porque tem conteúdo parecido. Pontos que eventualmente não estejam contidos no Projeto nº 883/2011, apresentaremos em forma de emendas e, ao final, um projeto coletivo. Como houve precedente da constitucionalidade e do mérito favorável, achamos que, para a tramitação, é mais aconselhável este projeto do que o outro, porque o outro corre o risco de voltar e, como se diz no popular, levar bomba na Comissão de Constituição e Justiça. Os conteúdos são muito parecidos porque a política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais foi baseada no que já existe no âmbito federal, adaptado às realidades de Minas Gerais.

Agradeço a presença de todos. Justifico que farei um esforço para ficar aqui o maior tempo possível, mas estou aguardando a chegada na Assembleia do Cônsul-Geral de Cuba, que veio nos fazer uma visita. O voo dele atrasou em função do caos provocado pela tempestade de ontem nos aeroportos. Assim que o Cônsul chegar, infelizmente terei que me ausentar. Então, justifico previamente a minha ausência. Gostei muito do debate. Agradeço a todos o brilhante debate e transfiro a Presidência ao Deputado André Quintão.

Palavras do Sr. Presidente

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Deputado Carlin Moura a coordenação e seu trabalho conosco na Comissão de Participação Popular; ao Subsecretário e amigo Edmar Gadelha - é uma honra tê-lo aqui -; ao Mezaque, ao Wellington, à Sandra e ao Vilson. Ouvi as exposições dos representantes dos movimentos sociais e do Edmar. Tenho a sensação de que, se dependesse dos que estão na mesa, não existiria pobreza alguma em Minas Gerais, levando em conta a qualidade dos que a compõem.

Os caminhos estão muito nítidos. Agora está faltando ação. É por isso que estamos nesse ciclo de debates. Inclusive o Presidente da Assembleia Legislativa já assumiu a regionalização dessa iniciativa. Vamos discutir pobreza e desigualdade regional em todas as regiões para identificarmos regionalmente os gargalos. Está aqui o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Sebastião Costa. É muito importante aprovarmos o Projeto nº 883/2011, que foi solicitado à Mesa. Então, faremos um debate em cada região de Minas.

Nessas considerações, quero dizer ao Edmar, na condição agora de Subsecretário, que temos uma incorreção no escritório da Copanor com relação a atendimento de abastecimento de água e saneamento. Para quem não sabe, a Copanor é a subsidiária da Copasa para atender o semiárido mineiro. Ela não atende comunidade com menos de 200 habitantes. Então, estamos fazendo um movimento em toda Minas Gerais, inclusive diretamente com o Governador, para que a Copanor reveja esse critério. Não é justo que centenas de comunidades, vilas e povoados com menos de 200 habitantes não sejam cobertos por essa empresa. Isso não faz sentido. Água é um bem universal. Não se pode ter um critério de corte. Não estamos falando de água para a galinha que aparece na foto do cartaz aqui não. Estamos nos referindo à água para beber. Há pessoas separando barro de água, fervendo água imprópria, carregando água no jegue, na lata na cabeça, buscando água a 6km.

O Vilson fez uma consideração aqui muito importante. Estivemos em Araçuaí, onde o companheiro da Fetaemg representou bem a entidade. No Vale do Jequitinhonha, com a mecanização do corte, em 2014, teremos milhares de pessoas sem ocupação. Se tomarmos preventivamente as medidas, será até uma oportunidade de avanço. Minas Gerais, um Estado tão rico, não precisa de migração para outro Estado, mas tem de ter a ação prévia, caso contrário a bomba estourará em 2014. Os dados da Pastoral do Migrante dão conta de que, só na região, temos 50 mil trabalhadores no corte de cana. Gostei muito dessa lembrança.

O Wellington foi muito claro. Precisamos agilizar e equacionar a questão da terra, dos acampamentos e dos assentamentos. Há uma morosidade, para não dizer outra coisa, dos órgãos responsáveis. Sandra, estamos defendendo que a Fundação Palmares tenha uma representação aqui em Minas Gerais, um escritório que pode agilizar, inclusive, esse processo. Leve essa ideia ao Procurador. Já até apresentamos na Comissão de Participação Popular, por ocasião de audiência que o Deputado Carlin Moura realizou conosco, na comunidade de Três Barras, em Conceição do Mato Dentro, uma proposta. Estava lá a representação da Seppir, da Fundação Palmares e da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. É uma proposta para regionalizar essa atuação aqui, dado o número grande de comunidades quilombolas. Sem dúvida, a titulação é muito importante. O Deputado Carlin Moura já mencionou a nossa estratégia.

Por fim, respondendo a uma questão que foi apresentada pela Ana Paula do Cedefes com relação à questão indígena, quero dizer que o Novak coordenou, inclusive em nome dos povos indígenas, na Assembleia Legislativa, no Abril Indígena, um conjunto de reivindicações a vários órgãos públicos, como demarcação de terra, ampliação de território, saneamento, apoio à agricultura familiar, educação e saúde indígenas, que está indo para a Sesai, além de questões relacionadas à Funasa. Temos esse mapa. Temos já esse diagnóstico, inclusive o Mezaque foi muito feliz em dizer isso.

Então, do ponto de vista institucional, formal, enviamos a todos os órgãos requerimentos relacionados a esse quadro de demandas. Estamos agendando órgão por órgão para fazermos cobrança e pressão política. Faremos até mesmo uma caravana até a Funai - não é mesmo, Mezaque? - para cobrar sua responsabilidade. O Deputado Carlin Moura está lembrando também que no dia 20 - há aqui várias comunidades tradicionais - a comissão fará audiência pública "in loco". Então, os ciganos que estão na região Nordeste, no São Gabriel, devem comparecer para fazer pressão no local.

Em nome da Assembleia, agradeço a todos os componentes desta Mesa e os convido a ouvir a fala sobre a pobreza metropolitana. Obrigado, Deputado Carlin Moura.

Na sequência, no embalo, já que as pessoas já estavam no aquecimento para vir para a Mesa, trataremos sobre estratégias de superação da pobreza na Região Metropolitana. Convido para compor a Mesa a Sra. Tatiana Lemos Sandim, Assessora de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais; nossa amiga, competente gestora de Nova Lima, Sra. Maria de Fátima Monteiro Aguiar, Coordenadora de Programas de Transferência de Renda da Prefeitura de Nova Lima e membro da secretaria executiva do Fórum Metropolitano do Programa Bolsa Família na região de Belo Horizonte; nosso amigo e companheiro Luís Henrique da Silva, integrante da equipe de articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, representando a população de rua; e Flávio da Silva Paiva - não sei se posso chamá-lo de Russo -, membro do movimento Hip-Hop Chama. Aproveite para agradecer sua presença.

Assim como fizemos no outro painel, quem já tiver o formulário da Assembleia, no decorrer das exposições pode apresentar as perguntas por escrito, pela internet ou pela TV Assembleia, ou, ainda, fazer sua inscrição para intervenção oral. Vamos economizar o tempo. Peço às pessoas que estão de pé que se acomodem, pois ainda há lugares na frente. Tatiana, desde já agradeço a você e à Assessoria de Participação Social do governo do Estado, que foi e é parceira na realização deste ciclo de debates. Daqui da mesa percebemos que houve um comparecimento exemplar, pois, nos dois dias, esteve sempre presente, assim como este Deputado.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Tatiana Lemos Sandim, Assessora de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais; e Maria de Fátima Monteiro de Aguiar, Coordenadora de Programas de Transferência de Renda da Prefeitura Municipal de Nova Lima e membro da Secretaria Executiva do Fórum



Metropolitano do Programa Bolsa-Família da região de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Luiz Henrique da Silva, membro da equipe de articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e representante do Movimento Nacional da População de Rua; e Flávio da Silva Paiva, membro do Movimento Hip Hop Chama.

Palavras da Sra. Tatiana Lemos Sandim

Boa tarde a todos. Eu é que tenho que agradecer o convite para participarmos deste debate. Na pessoa do Deputado André Quintão, agradeço e peço licença a todos para fazer uma Mesa talvez um pouco mais técnica que a dos colegas que estiveram aqui. É uma honra participar deste ciclo de debates com colegas tão renomados, com debates de alto nível, e que tão bem representam todas as entidades. Para discutir a pobreza metropolitana e o que temos preconizado como estratégia para sua superação, reitero que farei uma Mesa um pouco mais técnica que a dos colegas.

Antes de começar a falar da pobreza em si, gostaria de apresentar a Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social, um órgão criado neste ano pelo governo Anastasia, presidido pelo Marcelo Garcia, que esteve aqui ontem debatendo conosco, um órgão de assessoramento direto do Governador. Tem como principal atividade articular a área social do governo tanto dentro quanto fora dele.

Temos como principal missão ampliar os canais de debates com a sociedade civil organizada. Trata-se de uma das principais atividades que começou a ser exercida por nós neste ano. E também há outro grande desafio, o de articular intersetorialmente as secretarias de Estado para um trabalho na área social. Tenho certeza de que os senhores e as senhoras aqui presentes sabem do tamanho do desafio que é fazer com que as secretarias trabalhem intersetorialmente. Existem muitos problemas e um deles é a pobreza. Dado o caráter multidimensional do problema, se não tivermos uma ação articulada de várias secretarias, vamos simplesmente fazer o mesmo. Além do que foi feito até agora, conforme o motivo do debate, há dois dias percebemos que há necessidade de inovar, de fazer diferente. Então, a assessoria tem papel importante nessa articulação dentro das secretarias de governo, aliando o próprio tema do governo Anastasia, a gestão em rede, a gestão para a cidadania. Portanto nós articulamos. Nossas principais missões são essas.

Fomos convidados a participar para falar da Região Metropolitana. São 34 cidades. A conformação atual não foi criada dessa forma, havia muito menos Municípios. A configuração atual da Região Metropolitana é essa apresentada, 34 Municípios, como disse.

Quis trazer os números da pobreza na Região Metropolitana atualmente para discutirmos. No mapa, quanto mais vermelho o ponto, pior a situação está. Os Municípios mais distantes de Belo Horizonte são Municípios onde há percentuais maiores de população pobre. Esses dados são de 2007, num mapa elaborado pela própria agência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que faz parte da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana, criada neste governo.

Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima são cidades com menor percentual de população pobre, conforme os dados. As cidades mais distantes têm maior concentração, percentuais maiores. De que dados estamos falando, exatamente? Esses percentuais de pobreza que apresento, dentro da linha de pobreza adotada pelo próprio Programa Brasil sem Miséria, relativamente a pessoas de até 70 anos, são do censo de 2010, divulgados no início do mês de junho deste ano. O censo liberou mais dados e foi possível ter acesso a informações sobre a renda da população. Assim, elaboramos esse gráfico que apresento. Os dados são do censo de 2010 e a elaboração é da própria assessoria. Percebe-se que, na Região Metropolitana, o percentual de pobres com renda considerada de zero a R\$70,00 é de 3% da população, aproximadamente 160 mil pessoas. Em Belo Horizonte, são aproximadamente 2,5%, 52 mil pessoas se considerarmos a renda até R\$70,00. E há Taquaraçu de Minas, como o Município que tem maior percentual de pobres na Região Metropolitana, com 9%; depois Nova União. Enfim, há um patamar próximo a 2% e 9% de população pobre, considerando um corte de renda até R\$70,00. Há o gráfico de pessoas que não têm rendimento e as que têm rendimento de até R\$70,00 “per capita” por mês.

Se pensarmos em outro corte, um corte de renda de R\$0,00 até R\$70,00, como ficaria esse percentual de pobres na Região Metropolitana? Vemos que, no eixo do gráfico, os percentuais aumentam porque extrapolamos 20% da população pobre em alguns Municípios. E na Região Metropolitana salta-se para quase 500 mil pessoas, com 9% da população pobre. Isso indica que naqueles Municípios, onde já existia uma pobreza acentuada, com pessoas com renda de zero a R\$70,00, há uma pobreza muito mais severa do que quando consideramos até R\$140,00. Por outro lado, se pensarmos nos pobres com renda até R\$140,00, saltamos na Região Metropolitana de 160 para quase 500 mil pessoas. E, se observamos essa renda até R\$140,00, “per capita”, por mês, ainda temos um cenário crítico. Viver com R\$140,00 por mês ainda é muito difícil.

Porém, quando observamos a distribuição da renda na Região Metropolitana, a situação tem outra conformação. Se Belo Horizonte, Contagem e Betim apareciam com pouca concentração de pobreza - de 2% a 3% -, a situação é outra quando consideramos o índice de Gini. Esse é um índice bastante difundido, que mede a desigualdade na distribuição de qualquer coisa e que é muito utilizado para se verificar a desigualdade na distribuição de renda. O ideal seria um índice de Gini igual a zero, o que significaria que todo mundo apropriava-se da mesma renda - quanto mais perto de zero, mais equitativa a distribuição da renda; quanto mais próximo de um, mais desigual. No mapa, quanto mais perto do vermelho, mais desigual a distribuição. Recentemente, foi divulgada uma pesquisa em que Belo Horizonte consta como uma das Capitais com maior índice de Gini no País, o que nos dá a dimensão do desafio que é vencer a pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim, há cidades em que o percentual de pobres é pequeno, mas a concentração de renda é muito alta, ou seja, há uma desigualdade muito grande. Em Belo Horizonte, 52 mil pessoas têm renda de até R\$70,00 “per capita” e há uma desigualdade grande na distribuição da renda.

Daí, concluímos que verificar a pobreza somente pela renda não diz tudo o que é preciso para que a política pública possa agir. Nesse gráfico, vemos que, apesar de a situação não ser ideal, o índice de Gini vem melhorando - de 2001 a 2009 veio caindo. Se discutimos a pobreza somente como ausência de renda, incorremos em alguns problemas graves. Em Belo Horizonte, 54 mil pessoas recebem até R\$70,00 por mês e há uma concentração de renda bastante acentuada. Em uma cidade assim, certamente uma renda de até R\$70,00 permite à pessoa que vive em situação de pobreza muito menos do que permitiria se ela vivesse no interior do Estado ou em outra cidade em que a concentração da renda não puxasse questões de consumo, como o preço, de maneira tão acentuada como em



Belo Horizonte e em todas as outras cidades em que a desigualdade é acentuada - que são muitas, dado também o índice de Gini brasileiro. Além disso, não consideramos as particularidades. Uma família pode ter uma renda de até R\$70,00 “per capita” e ter dificuldades além das outras, porque tem uma pessoa doente, que requer cuidados; um deficiente, que precisa de atenção e medicamentos; tem crianças muito pequenas, mas não tem acesso a serviços públicos que permitam que a mãe trabalhe etc. Tudo isso impacta a própria utilização da renda.

Assim, no governo do Estado de Minas Gerais, pensando em todas essas questões, adotamos o Índice de Pobreza Multidimensional, criado por um instituto na Universidade de Oxford, que estuda as questões relacionadas à pobreza. Eles trabalham com um conceito de pobreza desenvolvido por Amartya Sen, ganhador do Nobel da Paz. Ele é um estudioso do assunto e trata a pobreza não como ausência de renda, mas como privação de capacidades - quem é pobre tem privação das capacidades que permitem que ele usufrua dos bens e serviços que a sociedade oferece e até que utilize a renda de maneira mais adequada. Esse índice desenvolvido pela Universidade de Oxford foi adotado pelo PNUD e foi por meio dele que, no ano passado, o PNUD divulgou o IDH - certamente, vocês ouviram dizer que no ano passado foi adotada nova metodologia, e ela se baseia no Índice de Pobreza Multidimensional desenvolvido na Universidade de Oxford.

O objetivo de utilizar esse Índice de Pobreza Multidimensional - IPM - é oferecer um retrato mais amplo das pessoas que vivem em situação de pobreza, não só a partir de um corte monetário. O IPM é composto por 10 indicadores e trabalha com privações na área da educação, da saúde e do padrão de vida, que são as mesmas dimensões que já constavam no IDH desde que ele começou a ser mensurado pela ONU.

Certamente o IPM é alvo de muitas críticas. Ele é um índice recente, adotado pelo PNUD no final de 2010. Sem dúvida, poderiam constar no IPM muitas outras dimensões, mas há dificuldades de se adotarem índices de pobreza que superassem o corte de renda, que, se pensarmos bem, foi criado no século XIX, mas tem a mesma tecnologia até hoje. Portanto, a dificuldade de superação da própria linha de pobreza é exatamente definir quais são esses IPMs que constarão nesse novo índice a ser adotado. Diria que é uma iniciativa bastante ousada e passível de muitas críticas, mas também louvável a partir do momento em que ousa, bate o martelo e define dimensões para além, unicamente, da questão da renda.

Vejamos quais são essas dimensões. Na educação temos dois indicadores: ano de estudo e matrícula das crianças, definidos a partir dos critérios que estão aí, ou seja, existe privação, se nenhum membro do domicílio completou cinco anos de escolaridade e se alguma criança em idade escolar não está na escola. A privação na saúde tem dois indicadores: mortalidade infantil e nutrição. No padrão de vida são seis indicadores: eletricidade, acesso a sanitários - quem ouviu o Marcelo falar ontem, pode perceber que ele dá muita importância a essa questão -, água, piso, combustível para cozinhar e bens domésticos. Verifiquem que na última coluna há um peso para cada um desses indicadores, ou seja, cada item corresponde a uma porcentagem. Então, é aplicado um questionário na família em que esses 10 indicadores são investigados. Se a família somar mais de 30%, isso significa que ela está em situação de pobreza multidimensional, que ela vive em privação.

Mostrarei a vocês alguns dos resultados: esse aqui é um gráfico do IPM que foi levantado por meio da estratégia que o Marcelo apresentou rapidamente, que foi o Porta a Porta. Foi feito o Porta a Porta em Mateus Leme, e chegamos a esse resultado. Pelo IPM não tenho aqui os dados sobre quantos por cento das pessoas estão vivendo em privação, porque o questionário foi aplicado por domicílio. Por esses dados, temos 3% dos domicílios vivendo em privação multidimensional. Pelo IBGE, segundo o censo de 2002, tenho 5% das pessoas. Fazendo uma conversão, a grosso modo, se pensarmos que em cada domicílio, teríamos, em média, quatro pessoas, teríamos um IPM maior do que o IBGE nos daria, pelo corte de renda de até R\$70,00. Mas o percentual das pessoas que vivem em pobreza aqui não é o que tenho como mais importante, não é para isso que gostaria de chamar atenção. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, pelo questionário, pelos dados extraídos pelos indicadores do IPM, temos em Mateus Leme cerca de 3% de pessoas que vivem em situação de pobreza. No entanto, a maior privação que essa população sofre é de educação, pois 50% dessas pessoas apresentam pelo menos uma privação em educação. Temos uma privação em saúde pequena e cerca de 12% têm privação em padrão de vida. Pela experiência que já empreendemos, percebemos que a educação é a grande privação dos Municípios. Fizemos levantamento dos dados, aplicamos o formulário do Porta a Porta e percebemos que a maior privação em padrão de vida que encontramos é o acesso a água e banheiro. Essa é a realidade em pleno século XXI.

Na educação temos muito mais. Há uma privação maior no que se refere à educação de adultos do que de crianças fora da escola.

Quero chamar a atenção para isso: por meio do Instituto de Previdência do Município - IPM -, conseguimos ter dados muito mais “explodidos”, digamos - esse é o termo que costumamos usar no trabalho. Tenho aqui dados que me dizem mais que simplesmente 3% das pessoas vivem com renda de até R\$70,00 “per capita” por mês. Então temos aqui uma indicação de onde a política pública deve atuar; o que ela deve fazer para contribuir para que essas pessoas saiam de uma situação de pobreza.

Em cada formulário conseguimos ainda obter informações sobre quais os domicílios em que temos idosos, crianças e pessoas desempregadas. Incluímos também, por uma sugestão muito feliz, na minha opinião, do Sr. Manoel Costa, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária, informações sobre a posse, a titulação do imóvel, para que ele possa promover essa titulação de acordo com as metas que a secretaria dele tem desempenhado de maneira muito eficiente. Então temos a indicação de onde a política pública deve atuar.

Trouxe outra informação, outro gráfico ilustrativo de Confins. Temos 2% dos domicílios em privação multidimensional e 2% também pelo corte de renda do IBGE de até R\$70,00. Mas tenho mais de 40% das pessoas em privação de educação e cerca de 12% em privação de padrão de vida, lembrando que padrão de vida são aqueles seis indicadores que informei a vocês.

Diante dessa nova tecnologia na área social para o levantamento para diagnóstico, o que tem sido feito na Região Metropolitana? O Comitê Travessia foi criado no âmbito do Programa Travessia - tenho certeza de que alguns de vocês já ouviram falar dele -, que é um programa desenvolvido pelo governo do Estado desde 2007. Este ano foi publicado um novo decreto em que o Comitê Travessia foi considerado o grande articulador das ações de combate à pobreza no Estado de Minas Gerais como um todo. Então, todas as ações que forem feitas por todas as secretarias com essa finalidade devem ser articuladas e aprovadas pelo Comitê Travessia.



Fizemos um modelo do Travessia, que já existe e está atuando, em Juiz de Fora, na Vila Olavo Costa. Nessa vila, temos 1.300 domicílios. Ela é maior que muitas cidades onde estivemos fazendo o Porta a Porta. Tivemos uma equipe de 16 visitantes, todos universitários de Juiz de Fora, e dividimos a vila em 10 áreas, de maneira que posso saber os percentuais dos gráficos que mostrei para vocês, as privações, em cada uma delas. Temos como fazer isso também em Mateus Leme e em Confins. Não trouxe o material por economia de tempo.

Então, a partir do diagnóstico levantado com o Porta a Porta - disse aqui que ele está em andamento, porque está sendo realizado nesta semana; teve início na segunda-feira -, serão empreendidas naquela vila ações nos eixos da educação, da saúde, das intervenções públicas, incluindo obras, organização social e assistência social. Existem ações voltadas para o Cras, para a educação e o aprimoramento profissional dos professores e a construção de postos de saúde. Tudo isso são ações que podem ocorrer no âmbito do Programa Travessia, desde que sua necessidade seja identificada a partir do levantamento realizado pelo Porta a Porta.

Então o que o Porta a Porta e o IPM nos oferecem é um norte muito confiável para a intervenção pública. A proposta que se tem exatamente voltada para o combate à pobreza na Região Metropolitana é o empreendimento do Travessia Bairros na região como uma ação direta, porque existem diversas ações que tangenciam a questão da pobreza e atualmente são desenvolvidas pelo Estado.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana - PDDI - tem como grande objetivo a erradicação da pobreza; assim como a saúde tem ações específicas nessa área, a assistência social, a educação, a própria regularização fundiária têm ações voltadas e específicas para a Região Metropolitana, mas o objetivo principal da ação não é a erradicação da pobreza. No entanto, a intervenção tangencia e acaba melhorando esses resultados, diminuindo o percentual de pobres que temos na Região Metropolitana.

A ação que temos focada é a própria realização do diagnóstico e da intervenção feitos por meio do Porta a Porta e aprovados por meio do Comitê Travessia.

A proposta que tinha para apresentar era essa. Gostaria muito que vocês entendessem um pouco mais sobre o IPM. Deixo aqui o nosso “e-mail” e telefone para quem quiser manter contato ou nos convidar para discutirmos um pouco mais ou falarmos sobre o IPM e essas estratégias adotadas. Vou terminar antes do toque da campainha. Muito obrigada. Boa-tarde.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Tatiana. Mais uma vez, agradeço à Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais, que nos ajudou a organizar este ciclo de debates.

Antes de passar a palavra à Maria de Fátima Monteiro Aguiar, a “Fatinha”, gostaria de agradecer-lhe a presença. Ela é Coordenadora do Programa de Transferência de Renda da Prefeitura Municipal de Nova Lima e membro da secretaria executiva do Fórum Metropolitano do Programa Bolsa-Família da Região de Belo Horizonte. A Fátima também integrou a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - do governo Lula.

Palavras da Sra. Maria de Fátima Monteiro Aguiar

Boa-tarde. Na pessoa do Exmo. Sr. Deputado André Quintão, cumprimento os componentes da Mesa, bem como todos os presentes. Em especial, gostaria de cumprimentar a equipe do Programa Vida Nova, da Prefeitura de Nova Lima, que se encontra presente. Também saúdo todos os técnicos e gestores com quem trabalhei no decorrer de toda essa nossa “luta”, concernente à superação da pobreza no País.

Gostaria de parabenizar a Casa pela iniciativa deste ciclo de debates, colocando em pauta uma questão tão importante para as sociedades mineira e brasileira. É mesmo uma honra participar desta Mesa e deste debate para tratar de um tema tão importante.

Trabalhei durante muitos anos na Prefeitura de Belo Horizonte e no programa Bolsa-Escola. Posteriormente, no MDS, tive a oportunidade de trabalhar com Patrus no Bolsa-Família. No início do governo da Presidenta Dilma, nós, gestores técnicos, sempre nos perguntávamos como seria o novo mandato da Presidenta. Na verdade, ficamos muito felizes, ao vermos a Presidenta Dilma lançar o “slogan” “Brasil: um país rico é um país sem pobreza” e o Plano Nacional de Erradicação da Extrema Pobreza. É um grande avanço. Agora estamos conhecendo os eixos norteadores desse plano. Para nós, que trabalhamos com políticas sociais e conhecemos os grandes desafios traçados, sabemos que esse já é sem dúvida um grande avanço.

Como os senhores podem ver, esta é apenas uma foto de uma área de Região Metropolitana, dada a complexidade das regiões metropolitanas em relação à definição do que seja efetivamente uma região metropolitana. Pode-se dizer que uma região metropolitana é formada de Municípios limítrofes com tendência de continuidade do tecido urbano e com alto grau de integração. Na verdade, as suas políticas econômicas e culturais são integradas. São Municípios que se integram, que se emendam nessa malha conurbada. É o caso, por exemplo, dos Municípios de Nova Lima, Belo Horizonte, Contagem e Betim. Todos são interligados. Assim sendo, ao tomar a política na perspectiva de um único Município, considerando a política tão complexa da erradicação da pobreza, é fundamental fazê-lo conjuntamente.

Atualmente, no Brasil, existem 35 regiões metropolitanas, sendo a de São Paulo a maior delas e a de Belo Horizonte a segunda maior, com 34 Municípios. Em Minas Gerais existe uma outra região metropolitana, a Região Metropolitana do Vale do Aço. Aí está o mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, que a Tatiana também já mostrou. Ele nos informa um pouco sobre a composição dos 34 Municípios da nossa região.

Na verdade, temos hoje uma estimativa de 1.195.539 pobres no Estado de Minas Gerais, por dados da PNAD 2006. Isso significa que a Região Metropolitana de Belo Horizonte compõe 17,72% do todo do Estado. Das famílias que recebem o Bolsa-Família, temos 17,06% em todo o Estado. Então é um percentual bastante significativo em relação ao Estado de Minas Gerais.

Trazendo um pouco a discussão sobre o impacto das políticas públicas de combate à pobreza sobre as regiões metropolitanas, há uma pequena contribuição em relação à pesquisa do Ipea apresentada em agosto de 2009. Na verdade, ela apresentou um pouco o desenho de uma pesquisa realizada, considerando março de 2002 e junho de 2009 e a taxa de pobreza das regiões metropolitanas, no período da crise econômica mundial. Observamos, na verdade, um decréscimo da pobreza nesse período, apesar da crise econômica mundial. Há uma queda em seis regiões metropolitanas avaliadas pelo Ipea nessa pesquisa. É possível perceber que Belo Horizonte



teve um decréscimo, em relação à taxa de pobreza, de menos 35,5%. Esse é um dado muito significativo. Entre as seis regiões metropolitanas, é o indicador mais significativo. A importância de trazer esses dados é dizer que, apesar da crise econômica mundial e dos impactos que ela causou na economia brasileira, é possível perceber, por meio da pesquisa apontada pelo Márcio Pochmann, Presidente do Ipea, que efetivamente as políticas públicas foram importantes, tendo em vista esses aspectos positivos. Foram consideradas mais diretamente a elevação do valor real do salário mínimo, o que observamos nos últimos anos, e a existência de uma rede de garantia de renda às famílias mais pobres. Na renda, nessa perspectiva, é considerada não apenas o Bolsa-Família, mas o BPC e também os benefícios previdenciários.

Aqui mostramos um pouco do contraste que podemos observar nas regiões metropolitanas, dado que nos traz a dimensão de nossos desafios, e eles são grandes. Na verdade, sobre o contraste, quero dizer que, em sociedades tão desiguais como a brasileira, o papel do Estado de regulador da vida social e de agente de redistribuição da renda e da riqueza é essencial. Essa é, sem dúvida, uma responsabilidade do Estado. Por isso, na verdade, as políticas públicas devem ser traçadas e a gestão deve ser efetiva. Aqui coloquei apenas numa balança, para demonstrar como o crescimento econômico é sempre desequilibrado. É importantíssimo que levemos o desenvolvimento econômico a todos os cidadãos. Isso é sempre um desafio. A erradicação da extrema pobreza passa pela diminuição da desigualdade social. É fundamental a busca do equilíbrio e da justiça social.

No Brasil, a última década significou a ampliação do reconhecimento, pelo Estado, da luta da sociedade brasileira, da importância da garantia dos direitos do cidadão e da própria responsabilidade do Estado. Muitos desafios já foram vencidos. Nós, que trabalhamos na área, sabemos quais desafios são esses e queremos reafirmar um pouco que é possível percebermos que houve uma redução da pobreza, pelo aumento do emprego e da sua formalização, pela valorização real do salário mínimo, pela ampliação e pela consolidação de programas de transferência de renda e pela expansão do crédito; contudo, novos desafios se apresentam, apesar de todas as ações desenvolvidas a partir da Constituição de 1988, e mais significativamente na última década. A partir de 2003, pudemos observar que 40 milhões de pessoas estavam vivendo em estado de miséria absoluta. Hoje, esse percentual é de 8,6%. Ainda temos 16 milhões vivendo em situação de miséria, e esse é o grande desafio que está posto para todos nós: sociedade, empresários e todos os que, na verdade, buscam maior justiça social. Trouxe alguns dados apresentados, e acho que muitos de vocês já os viram, mas eles são um pouco a caracterização da extrema pobreza no Brasil.

Grifei alguns aspectos significativos: o alto percentual de jovens no grupo de extrema pobreza, cerca de 51% com até 19 anos; e o percentual de negros e pardos, de 70%. Isso é muito significativo e mostra a importância de traçar políticas direcionadas ao grupo jovem e políticas de igualdade racial.

Nós, que trabalhamos com as famílias no dia a dia, conhecemos os efeitos da pobreza. Liste apenas alguns deles: a baixa autoestima; a fragilidade da saúde, em consequência das precárias condições de moradia e da ausência de saneamento básico, a desnutrição e a fome; a fragilidade na saúde mental e física, por serem pessoas constantemente abordadas por credores, terem lares desfeitos, medo, estresse, depressão; crianças expostas a abusos e negligência; discriminação social; baixa escolaridade e analfabetismo, um efeito significativo da pobreza sobre a educação; alta mobilidade, por morarem em casas alugadas e sofrerem frequentes processos de despejo; baixa qualificação profissional; falta de oportunidades de emprego; desemprego e subempregos; impactos ambientais, considerando o descarte de lixo e esgoto a céu aberto; crianças sem pleno desenvolvimento cognitivo, em virtude de deficiência nutricional, baixo estímulo cerebral e negligência; assentamentos precários, por estarem em regiões menos desenvolvidas; moradia em regiões de baixo dinamismo econômico; acesso precário a recursos e atividades produtivas.

É fundamental considerar esse desafio, que nos mostra a multidimensionalidade da pobreza. O que Dilma propõe no Plano Nacional de Erradicação da Pobreza Extrema é buscar as famílias extremamente pobres e unificar as ações que os gestores, técnicos e a sociedade podem intermediar. É fundamental trabalhar na perspectiva da convergência das ações. As ações de erradicação, saúde, moradia, transferência de renda são, muitas vezes, setorializadas, trazendo um grande desafio de articulação e convergência dessas diversas dimensões. Os três eixos - garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva - são exatamente as ações que consideramos absolutamente fundamentais. Esses eixos de atuação são fundamentais para a erradicação da pobreza urbana e da pobreza rural, mas alguns deles influem mais diretamente na erradicação da pobreza urbana.

Quanto à inclusão produtiva, é importante conectar o pobre ao mercado de trabalho. O eixo de trabalho não é tão simples quanto parece: é muito complexo, porque várias áreas se interligam. Quando uma pessoa é encaminhada ao mercado de trabalho, estão associados vários aspectos: a autoestima; o transporte assegurado, para que as pessoas possam ir a entrevista de emprego; a saúde assegurada; etc.

O plano nacional tem abordado a importância da saúde bucal: as pessoas devem ter acesso a tratamento odontológico, porque promove a autoestima. Então, é importantíssimo que isso seja também considerado. Ao tratarmos de todas as questões que envolvem a identificação, quando se fala da universalidade, é absolutamente fundamental que ela seja associada à equidade e à justiça. Mas o cadastro único é importante, porque ele é instrumento principal. Ele ainda é pouco utilizado nas políticas, mas é um instrumento, na verdade, uma informação absolutamente fundamental, porque traz informações preciosas sobre os núcleos familiares. Ao se fazer entrevista com as famílias, além dos dados que são digitados no sistema, a própria entrevista traz a possibilidade de encaminhamentos, articulações, de se fazer uma abordagem e de abrir novas oportunidades para essa família. O Cadastro Único, hoje com a nova versão 7.0, traz novas possibilidades. Temos trabalhado, em Nova Lima, com o Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF -, que também é um indicador multidimensional e que trata todos os campos do Cadastro Único, trazendo informações preciosas, referentes ao campo do trabalho, de acesso ao conhecimento, de renda, de habitação. São seis dimensões importantíssimas. Neste momento, o IDF não está sendo finalizado, considerando a nova versão do Cadastro Único, na versão 7. Mas em pouco tempo, segundo dados do MDS, eles voltarão a rodar os dados.

O Brasil sem Miséria, no meio urbano, considera aspectos muito importantes para nós, que trabalhamos na Região Metropolitana e em todas as outras regiões urbanas no Brasil. Na verdade, o eixo tratado, como a questão fundamental de ocupação e de renda, considerando a faixa etária de 18 a 65 anos, traz para nós desafios como identificar ou encaminhar para o mercado de trabalho



famílias com baixa escolaridade e de que maneira se trabalha com essas pessoas, identificando habilidades e vocações em que elas poderiam ser capacitadas, em que áreas deveríamos trabalhar a qualificação para que fossem para o mercado de trabalho em áreas que elas têm habilidades. Percebemos que, muitas vezes, as famílias fazem curso de qualificação profissional em diversas áreas e não conseguem chegar ao mercado de trabalho, apesar disso. A nossa avaliação visa a que seja assegurado que no atendimento a cada indivíduo de 18 a 65 anos, considerando a especificidade de cada idade, sejam consideradas as habilidades e a escolaridade, e que esse atendimento seja absolutamente fundamental. O atendimento pode também trabalhar na perspectiva de fortalecer as pessoas para uma entrevista de emprego - porque, muitas vezes, a autoestima é tão afetada nesse aspecto, que há pessoas que vão fazer uma entrevista de emprego e, apesar de possuírem competências, não são aprovadas, por “considerar-se pobre” -, como também todos os aspectos expostos pela Carla Bronzo, os aspectos intangíveis da pobreza, que trazem para esse contingente uma complexidade das relações e dos valores que estão minados.

As linhas, o enfrentamento de combate à pobreza, de modo geral, trazem os eixos das três esferas de governo: federal, estadual e municipal; daí a necessidade de cooperação e articulação no contexto metropolitano. Nessa perspectiva, a Região Metropolitana de Belo Horizonte se articulou na criação do fórum metropolitano, que é um espaço de interlocução, de articulação, de troca de experiências, de formação, onde gestores e técnicos encontram-me mensalmente para discutir a pobreza, mais especificamente o Bolsa-Família e o Cadastro Único. O fórum metropolitano é realizado por meio de parcerias e contribuições. Um grande parceiro é o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Há também outros, como o Ministério do Trabalho, a Caixa Econômica Federal, que sempre está presente em nossas discussões, a Corregedoria-Geral da União, que compõe o fórum metropolitano nos ajudando nas discussões referentes ao controle social, a Sedese e as Secretarias de Educação e Saúde. Gostaríamos de registrar a parceria da Assembleia Legislativa por meio do espaço cedido para a realização das nossas ações, a Fumec e a Una.

Os princípios que regem o fórum são exatamente o eixo da intersectorialidade e a responsabilidade compartilhada. O fórum acontece mensalmente, como eu disse, e é realizado pela organização de uma secretaria executiva composta de nove Municípios - Belo Horizonte, Contagem, Betim, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Raposos e Caeté.

Vários temas são desenvolvidos nessas câmaras. Iniciamos os trabalhos em 2007 e temos câmaras de cadastro único e benefício, de condicionalidade, de controle social e de gestão. Na última reunião do fórum realizado no mês passado, contamos com a presença do Tiago Falcão, que nos trouxe a realidade do plano nacional. Agora o grande desafio do fórum é exatamente discutir a pobreza metropolitana e de que maneira articularemos esse enfrentamento.

Os desafios efetivamente traçados agora são levar o Bolsa Família no eixo principal dessas ações e trazer essas articulações para o nível metropolitano.

Outra ação que gostaria de registrar e que acho que pode contribuir no plano nacional de combate à miséria e à pobreza é a da cooperação federativa. A renda “per capita” de R\$70,00 traçada hoje no governo federal para a extrema pobreza pode se elevar para alguns Municípios, e o Município pode fazer uma cooperação trazendo outras possibilidades. Em Nova Lima, para Município que tem uma renda “per capita”, na verdade, um PIB mais elevado, é possível. Estamos trabalhando hoje com a ampliação da renda “per capita” para meio salário mínimo para a pobreza e um quarto do salário mínimo para a extrema pobreza. Também temos um programa municipal, o Programa Vida Nova, em que buscamos trabalhar articuladamente as ações de combate à pobreza, desenvolvendo a transferência de benefício e o acompanhamento das famílias por meio de reuniões e acompanhamento familiar. Lançaremos agora uma nova ação, o “Nova Lima sem Miséria”, no dia 8 de julho. Essa ação amplia os valores de benefício, traz essa nova perspectiva de ampliação da faixa de extrema pobreza e de pobreza e será desenvolvida em parceria com a sociedade civil e diversas outras organizações.

Acho que é isso. As metodologias de acompanhamento da Região Metropolitana e da pobreza urbana, de modo geral, estão por se construir e, na verdade, por se afinarem. Muitas ações já estão desenvolvidas efetivamente, mas os modelos ainda estão sendo construídos. Acredito que gradativamente teremos mais resultados e que a pobreza extrema será diminuída na Região Metropolitana, no Estado e no Brasil de um modo geral. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradeço à Secretária Maria de Fátima, Fatinha. Parabéns a equipe do Programa Vida Nova. Essa é uma boa notícia. Quando o País lança esse desafio nacional, ele precisa se concretizar nos Municípios. Nova Lima dá exemplo por meio do lançamento do “Nova Lima sem Miséria”, no dia oito de julho, que é uma iniciativa, um passo além do que essa cidade já tem feito tão bem nessa área.

Antes de passar a palavra ao Luiz Henrique, ressalto que ele integra o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Lembramos, Luiz, que nós temos alguns resistentes até agora, mas você estará falando para 300 Municípios de Minas Gerais, pois esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia. Pode passar seu recado, à vontade, o dessa importante temática dos catadores de materiais recicláveis, da questão ambiental e também da população de rua.

Palavras do Sr. Luiz Henrique da Silva

Primeiramente, cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado André, e estendo esses cumprimentos aos demais presentes. Eu estava participando de um encontro desde o último dia 7, encontro nacional do movimento em Curitiba, e em conversas com outros companheiros percebi que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais está sendo a primeira a promover este ciclo de debates. Mais uma vez, gostaríamos de parabenizar a Casa e agradecer antecipadamente por nos dar oportunidade de sermos ouvidos.

Vou tentar cumprir o meu tempo. É lógico que minha apresentação não será feita com a mesma excelência daquelas que foram feitas pelas companheiras, as quais gostaria de parabenizar, mas tentarei ser preciso no que vou tentar passar.

Na realidade, o que pensei antes é que, apesar de sermos muito conhecidos, há muita gente que fala assim: “Catadores de materiais recicláveis, o que é isso?” Não conhecem os catadores de materiais recicláveis. Contudo a nossa história da catação não começa agora com os nossos companheiros de 50 ou de 60 anos, que estão nas cooperativas, nas ruas ou nos lixões das cidades. Ela começa lá no



século XVI, com outros companheiros, e achei importante resgatarmos essa história que vem passando ao longo dos tempos e vem modificando nossa característica e o perfil dos catadores de materiais recicláveis.

Na realidade, o que vem acontecendo, apesar dos nomes que dão à gente - “trapeiro”, “catador de trapo”, nomes pelos quais éramos conhecidos em 1899, 1900 -, nos Estados Unidos, no século XIX, já tínhamos companheiros. Vocês podem ver que a nossa imagem e o nosso perfil não mudaram ao longo desses anos, é o mesmo de 1990. Nós sofremos, por muito tempo, um processo de exclusão muito grande. Estamos resgatando essa história, para relembramos o início da reciclagem, de onde viemos, até chegarmos onde estamos hoje. Há milhares de anos que a reciclagem é feita por nós, catadores de materiais recicláveis, embora os nomes dados ao longo dos anos fossem outros, e já houve até campanhas nos Estados Unidos para ajudar a adesão às Forças Armadas. Houve uma semana de doações de alumínio, na época da guerra, para se fazerem aviões. A história da catação vem de muitos anos e de muitas décadas atrás. Mas até hoje, em alguns momentos, ainda nos sentimos invisíveis para gestores públicos municipais e para a sociedade.

Na realidade, os nomes dados eram “catador de trapo” e vários outros. Foi uma série de nomes dados, até se chegar a catador de materiais recicláveis. Ainda hoje, em alguns lugares somos chamados de catadores de lixo. O fato de haver essa exclusão total fez com que buscássemos nos organizar num movimento nacional de catadores para avançarmos no processo de organização das cooperativas, enfim, buscarmos uma vida melhor para os companheiros, fazendo um debate do que seria esse modelo de organização, fosse ele uma cooperativa, fosse uma associação de catadores, procurando, assim, avançar no processo de organização e melhorar a qualidade de vida dos companheiros.

A partir da composição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis começa um novo ciclo de preparação dos companheiros para conquistar políticas públicas que contemplassem a nossa categoria, para que pudéssemos avançar, logicamente, sempre tendo como princípio e diretriz que a situação não mudaria por si só - falamos sempre isso aos companheiros. Teria que haver um esforço coletivo para ocorrerem as mudanças.

Logo na eleição do governo Lula, tivemos a demanda de uma análise do custo e geração do posto de trabalho dos catadores, realizada por nossa cooperativa, feita a comparação com outros segmentos, seja padeiro, seja doméstica etc. Fizemos esse estudo e o apresentamos ao governo, que o desmembrou numa série de conquistas. Tivemos alguns resultados, com classificação do grupo de catadores, desde a Situação 1, o grupo mais estruturado e que estava num patamar avançado, até os grupos que trabalhavam nos lixões. Tivemos muitas conquistas importantes no decorrer desse tempo. Houve o reconhecimento da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO -, do Ministério do Trabalho, onde consta “catador de materiais recicláveis”. Uma das maiores conquistas nossas foi a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores, que se desmembrou em diversos programas e políticas públicas do governo federal para os catadores de materiais recicláveis e fez com que diminuísse o déficit dos catadores no processo de organização. Tivemos conquistas imensas de organizações de catadores a partir da constituição desse comitê.

No campo da legislação, tínhamos um relacionamento muito falho com os Municípios brasileiros. Quando fazíamos uma discussão com o gestor público para ele reconhecer o nosso trabalho, por meio de uma remuneração, ouvíamos que não havia jurisprudência para isso. Com o comitê, conseguimos uma articulação, e saiu a Lei de Saneamento nº 11.445/07, que dispensa a licitação no processo de contratação e remuneração das cooperativas para o serviço de coleta. Enfim, tornou possível uma porta de entrada nesse relacionamento, como acontece entre as empreiteiras e as Prefeituras. Reconhecíamos o serviço a ser prestado, e muitas Prefeituras também, mas não havia nenhuma contrapartida no Município para o serviço que fazíamos.

Foram feitos diversos investimentos, ao longo desses anos, com as instituições financeiras do governo federal; houve uma participação efetiva na Política Nacional de Resíduos Sólidos, com aprovação; houve mudança na LDO, permitindo investimento de custeio diretamente para as organizações dos catadores; foi feita discussão do marco regulatório, com a Lei nº 11.445, na Câmara dos Deputados; e atualmente há um projeto de previdência para os catadores, que está ainda sendo discutido na Câmara e que entrará em tramitação. Houve um intercâmbio muito grande com os companheiros da Rede Latinoamericana de Catadores, que, a partir das nossas conquistas, quiseram fazer uma troca de experiências e avançar também na América Latina.

Apesar de todas essas conquistas no âmbito federal e do pacto federativo entre a União, os Estados e os Municípios, essas conquistas não se traduziram nos Estados.

Tivemos muitos avanços significativos. Minas Gerais foi vanguarda nesse processo, mas esses avanços que tivemos no Estado e nos Municípios, especificamente em Belo Horizonte, que sempre foi uma referência, se deu a partir do compromisso demonstrado por alguns gestores públicos de Belo Horizonte, como Patrus Ananias, com uma participação efetiva do companheiro André Quintão. Sou suspeito para falar. Mas, na verdade, não conseguimos avançar muito. Sessenta por cento dos catadores do Estado ainda estão nos lixões.

Temos uma foto aqui, de 1990. Ao andarmos pela cidade hoje, vemos que essa realidade não mudou. Ao longo desses anos, temos visto a mesma cena. Há uma total exclusão desse segmento, além da ausência de políticas públicas para os catadores e para a população de rua. Sou um ex-morador de rua. Venci e consegui recobrar a minha cidadania a partir do apoio de algumas entidades e de alguns parceiros, que já mencionei aqui. Apesar de tudo, temos muito a avançar em nível nacional, e especificamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Hoje passamos por um processo de exploração muito grande em relação à cadeia produtiva dos materiais recicláveis. Não há uma política pública ou uma regulamentação dessa cadeia, o que permite um processo de exploração tremenda dos catadores de materiais recicláveis, seja nas ruas, nos lixões ou nas cooperativas. Há uma grande intermediação no processo de comercialização. Na realidade, 90% do resultado econômico do trabalho da reciclagem ficam com quem faz essa intermediação, que explora essa mão de obra. É um problema muito sério, que temos acompanhado.

Executamos um programa do governo federal aqui, no Estado, assim como foi executado em outros três Estados, por meio de uma parceria do Comitê Interministerial com o Senai e a SBB. Elaboramos com o movimento um edital de seleção de algumas entidades e executamos uma capacitação dos catadores no Estado. Como resultado dessa capacitação, dividimos o Estado em nove regiões, fizemos um amplo diagnóstico que resultou num plano para essas nove regiões. Estamos iniciando uma interlocução, um diálogo com



os gestores públicos dessas regiões, buscando sua implementação. Já estamos iniciando a implantação desse plano, buscando reduzir essa exclusão da nossa categoria, objetivando reduzir e até acabar com a miséria que envolve os catadores de materiais recicláveis.

Apesar de a lei dizer que todos somos iguais, sabemos que não é bem assim. Vemos o contraste que existe entre o bacana vivendo com todo o conforto e as pessoas que estão nas regiões metropolitanas, nas periferias e nas cooperativas, sofrendo. Enquanto o filho desses bacanas está se tornando um grande consumista, sem pensar de maneira coerente sobre o que está produzindo e qual será o futuro deste país, e conseqüentemente do mundo, se não tomarmos cuidado com o meio ambiente, nós e nossas crianças estamos pensando no que vamos comer, vivendo à base de assistência, o que não queremos. Não queremos ser alvos da assistência social. Queremos ser reconhecidos por um trabalho prestado e vivermos com qualidade de vida. Ainda hoje o grande parceiro que temos é o segmento da assistência social, que nos ajuda a romper barreiras institucionais para fazer com que avancemos um pouco nesse processo de organização.

Fiz uma rápida apresentação para segurarmos um pouco os companheiros para o debate.

Como disse anteriormente, no diagnóstico que fizemos nas regiões, detectamos que, em quase todas, o IDH é 70% superior ao IDH da nossa categoria. Quando tabulamos os dados referentes a nossa renda, conseguimos perceber essa desigualdade, até mesmo em relação ao IDH da região.

Acreditamos que, para definição das estratégias da superação da pobreza, é preciso ter uma concreta participação popular, para que avancemos e alcancemos os objetivos previstos, que estão sendo dados a partir das diretrizes do governo federal. Tivemos também a participação efetiva no MDS no comitê criado, especificamente para listar os pontos referentes aos catadores, para que sejam incluídos no programa. Para nossa surpresa, tudo que queríamos realmente o governo federal conseguiu colocar.

No entanto, como disse anteriormente, as diretrizes dadas no governo federal não se traduzem no nível do Estado e dos Municípios. Infelizmente, há legislações maravilhosas, mas seu cumprimento e sua regularização são difíceis. Acreditamos que é preciso haver um pouco mais de compromisso e vontade política dos gestores públicos para que, realmente, erradiquemos a miséria no País. Além disso, é preciso haver políticas públicas que contemplem essas categorias menos favorecidas, e, principalmente, que garantam a implementação e o cumprimento das que existem. Na realidade, hoje os gestores públicos têm megaconsultores, e quando pensamos que eles têm a função de ajudar a encontrar o caminho para o cumprimento das legislações existentes, percebemos que acontece o contrário, ou seja, têm a função de achar as brechas do não cumprimento.

Espero que esta Casa, assim como tem sido nossa parceira nessa luta, avance nessa conquista. Faço um pedido aqui: que a partir desta discussão, desta avaliação, criemos, assim como há na esfera federal, um comitê de secretarias estaduais. Fazemos um convite e uma provocação ao Deputado André Quintão para tentarmos ir nessa linha e avançarmos, com políticas públicas voltadas para os catadores. Não descaracterizando o papel fundamental dos fóruns estaduais realizados, esse seria, no entanto, um espaço de proposição e de articulação ideal para avançarmos, assim como tem ocorrido no nível federal. Agradeço a oportunidade.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Queria parabenizar o Luiz Henrique pela retrospectiva da caminhada. Luiz, um dos maiores orgulhos da minha vida é acompanhar esse movimento, desde 1989. De fato, todos estão de parabéns. Comecei a acompanhar esse movimento em Belo Horizonte, quando as pessoas jogavam duchas, retirando os catadores da região da rodoviária, de madrugada. Como não havia galpão para guardar o material que recolhiam, dormiam em cima dos papelões recolhidos para, no outro dia, venderem para atravessadores. Durante a noite, os órgãos de segurança os expulsavam, numa medida, na sua lógica, quase que de higienização da cidade. A partir daí, com a Pastoral de Rua e várias entidades, houve essa organização, primeiro com a Asmare, depois com dezenas de associações, e, atualmente, com esse movimento nacional, que realizará em Belo Horizonte, na semana que vem, o encontro estadual das associações do Estado. Parabéns pela exposição. De fato, uma das linhas do Plano Brasil sem Miséria é exatamente apoiar a organização dos catadores.

Vamos ouvir agora o Sr. Flávio da Silva Paiva. Muito obrigado, Flávio, pela sua presença e pela paciência.

Palavras do Sr. Flávio da Silva Paiva

Boa-noite. Para mim, é uma grande satisfação estar aqui, portanto sou eu que agradeço. Desculpem-me pela forma como falo, mas não vou dificultar. Vim de uma comunidade cujo nome é Morada da Serra, que fica em Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É muito difícil falar, em 20 minutos, sobre uma questão que, em minha mente, de mais de 500 anos de exploração, de desigualdade e de corrupção em nosso país. Vou focar a minha fala na questão da corrupção, que é “fogo”, é uma das coisas que venho ouvindo. Mano Brown diz uma coisa muito louca, que é mais ou menos assim: “A mãe da gente sempre diz que, pelo fato de a gente ser negro, morar na periferia, ser pobre, a gente tem de ser duas vezes melhor”. E aí vem a ideia dele: “Como podemos ser duas vezes melhor se estamos pelo menos 100 vezes atrasados pela desigualdade, pela miséria e por tudo isso que vivemos até hoje?”. Então, o primeiro ponto sobre o qual consigo refletir é esse.

Para discutir essa desigualdade, quero pensar e fazer um recorte na juventude, principalmente na juventude de periferia. Tenho mais ou menos de 15 a 20 anos de caminhada no Movimento Hip Hop. Já rodei a Região Metropolitana praticamente toda - Vespasiano, Sabará, Santa Luzia, Nova Contagem, Nova Lima, uma “porrada” de comunidade. E tenho vivenciado dentro dos barracos, dentro dos becos, a realidade dessas pessoas. Hoje, como “rapper”, produtor cultural, educador social e graduando em Pedagogia, resolvi pegar o boi pelo chifre, “saca”? Isso porque ficar em casa só falando não adianta nada, temos de viver a prática. Teoria a gente ouve o tempo inteiro, e, se não existir prática, ensino cotidiano, nada é possível, nada muda.

Diante disso, consegui perceber que a juventude junto à qual atuo, como mostrado em dados pelas meninas, é uma juventude que vive num estado de miséria. Que tipo de miséria é essa? Dentro de um barraco, um cômodo de telha. E muitas vezes o sujeito que está ali dentro convive com vários tipos de coisas que, sinceramente, são completamente desumanas: pai alcoólatra ou usuário de “crack”, às vezes totalmente ignorante, que não dialoga. Muitas vezes ele quer sair de casa e procura, na escola, um espaço de referência para construir sua identidade. Um dos únicos espaços que ele encontra na comunidade: a escola. Não vemos um centro cultural, um teatro,



nenhum espaço desses para agregar e dar voz a essa juventude. O que vemos na comunidade é simplesmente o espaço da escola. Muitas vezes, pessoal, quando esse jovem vai à escola e entra na sala de aula, depara-se com professores completamente cansados, estressados, em virtude dos poucos recursos que são investidos na educação.

Sabemos que existem tecnologias mais avançadas, mas o professor não conta com um DataShow para desenvolver uma questão, tendo em vista que estamos em pleno século XXI e grande parte da nossa formação e informação vem da internet. O pessoal fica “grilado” quando os meninos gostam de entrar no Orkut, no MSN, e, como se diz, às vezes aproveitam muito mais essa mídia do que outras. Por que estou dizendo isso? Muitas vezes, o professor fica estressado com essa realidade e não consegue mobilizar o sujeito de uma forma bacana, que o faça refletir sobre a realidade dele. Então, automaticamente, o professor finge que está dando aula, finge que está ensinando; o aluno finge que está aprendendo; o diretor finge que está fiscalizando; e o Estado finge que paga.

Se não acordarmos para a realidade que é a educação... E digo isso a vocês como sobrevivente: venho de uma periferia onde eu convivía com ratos do tamanho de coelhos.

Muitas pessoas me diziam que não esquentasse a cabeça, que a minha realidade era aquela: se nasci filho de pedreiro, vou morrer filho de pedreiro. Sempre pensava comigo: “Pô, ‘veio’, isso é muito cabuloso”. Depois que perdi meu tio, que levou um tiro na cara, comecei a ver que eu precisava fazer muito mais do que isso. Cresci em um espaço dominado pelo tráfico de drogas. Minha referência na comunidade era o tráfico de drogas, porque eu não aguentava ficar dentro de casa. Mas, pensem bem: às vezes eu até levava o dever para estudar em casa, mas, quando chegava lá, não havia uma mesa para colocar o caderno. Muitas vezes, ficávamos dentro de um barraco, com um calor insuportável, mais ou menos cinco ou seis pessoas no mesmo espaço. Quem aguentaria ficar, num calor desses, por duas horas dentro de casa, estudando?! É inviável. Então, a rua me atraía muito mais do que a escola, como Mano Brown disse em 1993, na música “Fim de Semana no Parque”, que me faz lembrar das desigualdades daquela época e refletir sobre os dias de hoje. A escola não é referência para mim.

E ainda há uma “porrada” de construção sinistra na minha cabeça que me faz pensar da seguinte forma: educação é “paia”; política é coisa de ladrão, de corrupto. Poucas pessoas entendem que às vezes uma roda de diálogo já é uma discussão política pela qual já é possível mudar alguma coisa. As pessoas não entendem o que é política. Hoje, estou no centro que monta leis e emendas, que pode construir projetos e mudar a vida das pessoas. Mas muitas vezes não existe participação. Até a própria forma do diálogo é dificultada. Pelos dados que consultei ali, percebi que apenas 13% da população jovem frequenta uma faculdade. A grande maioria odeia escola, e venho dessa parcela: sempre tive medo da escola, a escola sempre me assustou, nunca fui aceito nesse espaço... Mesmo sem ser protagonista político, como sou hoje, como educador social, eu era protagonista político da realidade da minha comunidade, que era surfar no “busão”, ir para o Mineirão, pichar muros. Essa era a referência que eu tinha na minha comunidade. Uma das únicas formas de lazer que eu tinha na minha comunidade era a lata de “spray”. Hoje, consigo ver algo muito maior. Por quê? Vivência, parceiro; educação; participação social.

Depois que descobri quais são os meus direitos, consegui sair do meu barraco. Aliás, não consegui sair. Como também diz o Mano Brown: “Você pode sair da favela, mas a favela nunca sai de você”. Mas comecei a desenvolver projetos dentro da comunidade. O hip hop, gente, tem salvado uma “porrada” de vidas. Desde 1980, quando o Afrika Bambaataa lançou a ideia, os “manos” sempre vêm falando nas letras de “rap” sobre igualdade, paz, justiça e liberdade. Mas a mídia não dá visibilidade para esse tipo de gente, porque são jovens marginais, ou seja, que vivem na margem. E quem está na margem é marginal... Assim, marginalizam a nossa cultura, marginalizam a nossa identidade, marginalizam o nosso espaço. Hoje, estou aprendendo muita coisa.

A partir dessa vivência, trabalhei por mais ou menos seis anos em um programa que chama Fica Vivo, pelo qual tive acesso a uma “porrada” de jovens. Esses jovens a quem tive acesso trabalhavam na “boca”. A primeira coisa que se faz quando vamos desenvolver um trabalho na periferia é saber onde estamos pisando; então, em primeiro lugar, eu procurei os “manos” e comecei a dialogar com eles. A minha sorte foi que tinha lá um parceiro que eu já conhecia da minha comunidade. Ele até me perguntou: “Nô, ‘veio’, ‘cê’ vai arrebentar com nós, aqui?”. Eu disse: Vou; vou arrebentar informação; vou traficar informação”, como coloca o MV Bill. E comecei a desenvolver esse diálogo com a rapaziada. Muitas pessoas da comunidade me diziam: “Cê vai trabalhar com esses caras, ‘veio’? Isso aí é um monte de bandido, é vagabundo, é traficante; já não tem mais salvação; esse cara já era; vai morrer”. Isso, do lado da Nelson Hungria, em Nova Contagem, para onde grande parte das pessoas se mudam para poder visitar o filho que está ali preso. E moram em um espaço sinistro, onde é normal e comum o trabalho do alho: crianças de 5 anos de idade descascam alho até perderem o polegar. E há crianças que nasceram e morreram no beco, que não tiveram nem têm acesso ao centro, não souberam nem sabem o que é o direito, não tiveram nem têm noção do que é direito. Às vezes, viajam na vida como se fosse a novela Malhação, por exemplo. É esse o acesso que têm.

De acordo com a realidade que vivi com essa rapaziada, lá em Nova Contagem, consegui trabalhar com eles durante dois anos em uma outra contramão, mostrando que existia desigualdade social, racismo, machismo, homofobia, que era necessário que lutássemos por esses direitos e que, se não participássemos, não conseguiríamos mudar nada. Depois de muitas palestras, debates e trocas de informações com esses “manos”, consegui mobilizá-los.

Mais da metade dos rapazes que trabalhavam no tráfico, saíram da “boca” e foram para a oficina. Lá, alguns deles começaram a escrever “rap”. No entanto, ninguém escreve “rap” como certas músicas que não dizem nada com nada. Para se escrever “rap”, é preciso estudar, é preciso ler, é preciso se informar. Não é à toa que todo “rap” tem uma realidade que é vivida e falada por aqueles jovens. Pesquisamos muito isso, para que esses jovens pudessem escrever “rap”.

Na minha oficina, havia uns 20 jovens, e transformei sete deles em multiplicadores. Esses jovens começaram atuar na comunidade de outra forma, ou seja, as pessoas viam esses jovens como traficantes, mas, a partir daquele momento, tornaram-se oficineiros. E, a partir de oficineiros, tornaram-se educadores. O grande problema foi que tive de sair do programa. Na verdade, muitas vezes, esses programas não soltam uma “grana” real que dê para desenvolver um trabalho bacana. O que sempre pensei em dizer aos rapazes foi algo sobre essa questão da autoestima, pois, se eu não me valorizar enquanto ser humano, enquanto gente, a minha autoestima será



baixa. Por exemplo, moro em um barraco e não tenho vontade nem de pintar as paredes, se não cuido nem de mim, como é que cuidarei do meu barraco e do meu meio? Com autoestima baixa não tenho vontade de nada. Praticamente me entrego.

É por isso que já começamos a construir com a rapaziada um novo estilo de vida, como o de andar com roupas bacanas, sem precisar de ser consumista. Nós mesmos poderíamos produzir nossas próprias roupas, fazer nossos próprios “tramos”. Com um tecido, poderíamos pintar com grafite, escrever o próprio nome, e os meninos começariam a desenvolver isso. Então, desses sete rapazes que estavam lá na oficina e que consegui transformar em multiplicadores, muitos deles começaram a atuar na comunidade. Então, saí fora.

O que sei hoje é que uns dois, pelo menos, continuam ainda como oficineiros. Há um outro que, por sinal, era um jovem com potencial e poderia desenvolver um trabalho fantástico na comunidade, mas hoje trabalha como caixa de supermercado. Um dia desses “paguei um pau” para ele. Todos estavam curtindo em uma festa que fizemos no barraco. Cheguei para ele e lhe disse: “pô, ‘mano’, você tem potencial, porque não desenvolve um trabalho em uma oficina ou monta um outro projeto?”. Ele me respondeu: “Pô, ‘mano’, acontece o seguinte: se eu sair do supermercado, quem pagará o meu aluguel e cuidará das minhas irmãs que estão aqui dentro?”. Na verdade, a mãe dele “deu o fora”, e, com um salário de pouco mais de R\$500,00, ele paga aluguel, cuida das duas irmãs, paga transporte e alimentação; porém, é um cara que tem potencial e que poderia estar fazendo algo muito diferente. Como esse caso, conheço vários outros que estão dentro da comunidade e que poderiam vivenciar essa realidade, mas que, infelizmente, não vivenciam isso, como o Negro Nil. O pai dele é pedreiro, teve uma base muito estruturada - parecida com a minha -, e hoje está dando uma oficina de grafite, mas com total precariedade.

Portanto, o que gostaria de trazer a vocês, na tentativa de contribuir de alguma forma, em um espaço com este, é que, para começarmos realmente a reduzir a pobreza e a miséria, temos de ir lá na comunidade, escutar essas pessoas e levar um mínimo de dignidade a elas. É preciso mobilizá-las para a importância da educação. Segundo Karl Marx, quem está no poder, não tem interesse de fazer com que as pessoas fiquem conscientes. O objetivo é mantê-las alienadas. É muito mais fácil eu ganhar voto, “engalobar” as pessoas na ideia, quando estão alienadas. É por isso que muitas vezes não se investe na educação. É uma educação de pobre para pobre.

Finalizarei com uma poesia: “Ninguém mais sente sua falta, não há lembrança após a sua morte. A vaidade de carne e osso é o homem que sente forte; que choque. No coração descobri que és lembrado. Só duas vezes nessa vida por alguém que foi amado. O suspiro é o que registra o dia que você nasceu, e o lamento é o que marca o dia que você morreu, e mais nada. Duas vezes no ano você é lembrada por alguém que te amou. Se, por acaso, é comentado, chegado. Sentimento não é coisa para maricas; sentimento é para o humano que deixou de ser machista, acredita? Pois não minto, quando posso falar, porque o sonho de mudança é o que me inspira para cantar. Vamos lá. Sonhador, o choro também alivia. Nossa rima é uma arma, e o nosso peso é poesia. Todo dia vou quebrando as barreiras desse lugar, porque também sou ser humano e tenho direito de lutar”.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Valeu, Flávio. Bacana. Quem não está aqui perdeu, mas haverá reprise. Foi um depoimento muito próximo, real, que deixou o recado de maneira clara.

Debates

O Sr. Presidente - Houve dois dias de debates técnicos, políticos, acadêmicos e de gestão, e o Flávio deixou uma questão importante: a premissa é estar lá, até mesmo para acertarmos ou errarmos menos no desenho da política pública.

Estamos finalizando. Há uma pergunta, por escrito, da Denise Morais, do Conselho Municipal Antidrogas de Nova Lima para a Sra. Maria de Fátima Monteiro de Aguiar, a “Fatinha”: “Como inserir a prevenção do uso e do abuso de drogas no programa? Seria essencial levar informação às famílias mais pobres, bem como fortalecer os laços familiares, tão importantes para trabalhar a prevenção”.

Há cinco pessoas inscritas. São elas: Maria Rita, Daniel, Cláudia, José Anízio e Clarisse. Maria Rita está aí? Não. Então, com a palavra, Daniel.

O Sr. Daniel Cimenta Martins dos Santos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores expositores, senhores convidados, primeiramente gostaria de parabenizar Tatiana Lemos pela exposição técnica mais simples; a “Fatinha”, pela sua exposição; Luiz, pela exposição simples, mas técnica, e também Flávio, pela exposição sobre a realidade do que ocorre nas periferias de Belo Horizonte. Não tinha essa visão sobre a periferia. Só há uma palavra para descrever sua exposição: brilhante.

O Programa Brasil sem Miséria, atenderá a pessoas com renda mensal de até R\$70,00. É um bom critério, mas, e quanto às pessoas que ganham, como disse o Marcelo ontem, R\$74,00 e não têm nem condições de fazer suas necessidades, pessoas que passam fome quase todo mês? Não sei como elas vivem. Aliás, uma professora minha já dizia: “Elas não vivem; elas sobrevivem”. Essas não seriam atendidas? O governo federal terá de rever seus critérios.

Encaminho que o critério para esse programa seja atender a pessoas que ganham até R\$550,00, ou seja, um salário mínimo, porque este já é uma miséria.

Gostaria que meu pronunciamento constasse nos anais da Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Daniel. Com a palavra, Cláudia, de Pedro Leopoldo.

A Sra. Cláudia Marques de Oliveira - Boa-tarde. Gostaria de começar parabenizando a Mesa, sobretudo Fátima, porque estamos falando por vezes sobre justiça social e diminuição da desigualdade social, um dos eixos principais deste ciclo de debates. Somente Fátima tocou no ponto da desigualdade racial. Na fala do Flávio, pelas questões que ele trouxe e relatou, fiquei esperando a hora em que ele falaria disso, em que ele citaria essas pessoas, negras em sua maioria, que vivem essa realidade.

Minha questão vem ao encontro do que foi debatido no primeiro painel com a Sandra, sobre a questão quilombola, cuja principal questão é a titularização da terra. Não podemos perder de vista que o que está em jogo não é só a terra, mas também a questão da conscientização, da autoestima e das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. Como estamos discutindo



estratégia - é o que temos enfrentado em Pedro Leopoldo -, é preciso conhecer, junto aos gestores públicos municipais, as dificuldades de entendimento e até de existência dessas políticas. Volto a insistir na questão de que a coisa tem de ser atrelada, isto é, tem de haver uma integração. São políticas voltadas para a diminuição da desigualdade social. As autoridades precisam falar a mesma língua.

Gostaria de fazer ao mesmo tempo uma sugestão e uma pergunta. Já existe um pensamento ou uma iniciativa de integração dessas políticas para que elas atuem juntas? Não adianta só falarmos da pobreza sem falar da questão racial. Esse painel fez referência à questão da autoestima. Setenta por cento dos pobres do País são negros. Quando se fala em autoestima, vem à tona a valorização do pertencimento racial e quilombola. Pedro Leopoldo tem uma comunidade quilombola, que é a comunidade de Pimentel, que foi reconhecida agora no final de 2009. Faz dois anos que estamos falando de políticas públicas, mas parece que as pessoas não nos escutam. As pessoas de quem estou falando são as que atuam na gestão pública municipal.

A minha pergunta é: qual estratégia será usada para atrelar essas duas linhas de política para que elas cheguem de forma mais efetiva e fortalecidas? A questão racial é silenciada e, na maioria das vezes, desconhecida. Ainda se pergunta muito: "Ainda existe racismo?". As pessoas têm dificuldade de entender a complexidade que envolve a desigualdade e a justiça social. Essa é a minha pergunta e a minha provocação. Temos de atrelar as políticas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Cláudia. Com a palavra, o Sr. José Anízio Bastos.

O Sr. José Anízio Bastos - Boa tarde. Deputado André Quintão, há uma hora estava indo embora, mas valeu a pena ficar. Esse último bloco me deu uma aula de cidadania. Parabéns, Luiz Henrique e Flávio. Gostei muito.

Quero fazer duas rápidas perguntas. Luiz Henrique, como vocês fazem para comprovar a renda do pessoal da reciclagem para a questão habitacional do projeto do Lula, Minha Casa, Minha Vida? A maioria dessas pessoas estão morando em situação precária. Como funciona a sua cooperativa? Tenho pouco conhecimento disso.

Flávio, sou professor da rede estadual e trabalho no Bairro Pirajá, próximo ao Bairro São Paulo. A comunidade desse bairro é carente. Faz um mês que estou lá. A escola pública está uma vergonha. O professor toma posse num dia e no outro larga, porque ele não aguenta. A desorganização é total. O Diretor finge que está indo lá para assinar um papel. O professor também finge que trabalha. Uma bagunça violenta. A maioria dos professores está largando a profissão, e o Deputado André Quintão sabe disso. V. Exa. viu a luta que travamos na Assembleia para conquistar o piso salarial, que é uma vergonha. Flávio, o que vocês têm feito em relação ao problema da droga na sua comunidade? Existe alguma parceria com o poder público, com as escolas e com a Igreja?

Falo o seguinte: quando há ausência do poder público, entra o poder paralelo que você falou. Então cabe a cada um de nós lutar para que não haja tanta mortalidade juvenil e de adolescentes neste país. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, José Anízio. Com a palavra, a Sra. Clarisse Fernandes da Silva.

A Sra. Clarisse Fernandes da Silva - Boa tarde a todos. Meu nome é Clarisse Fernandes da Silva, sou representante legal da ONG Clarosofia Núcleo Mundial e gostaria de dizer que clarosofia tem clareza e transparência. Clarosofia é uma matéria interdisciplinar, ética, filosófica, das ciências sociais e humanas, que estuda a transparência e a clareza direcionadas para o desenvolvimento do raciocínio, objetivando o bem-estar social para todos. Então, com isso, a clarosofia é desenvolvida de acordo com questões sistematizadas em 84 gestões, considerando que os direitos fundamentais efetivamente precisam sair do papel para que haja habitação, saúde e educação para todos. Portanto, gostaria de dizer ao nosso prezado André Quintão, sociólogo que admiro muito, que reveja as propostas do PPAG rejeitadas. A nossa comunidade Clarosofia Núcleo Mundial percebeu claramente que o Pronatec foi inspirado nas propostas rejeitadas. A nossa instituição recebeu muitas ligações, deixando notório que, após as propostas terem sido rejeitadas, surgiu o Pronatec, como paliativo, sendo que todas as propostas rejeitadas da ONG Clarosofia de cunho da intervenção social foram para efetivamente resolver o problema da erradicação da pobreza. Assim, sugeriram que os programas do governo federal fossem inspirados em programas do governo da Finlândia, da Noruega e da Alemanha. Os governos da Alemanha e desses outros países jamais deixam a pessoa e a família desamparadas, chegando ao ponto da vulnerabilidade social. Eles jamais deixam que a criminalidade seja promovida. Eles amparam, dão um teto de um salário, dão a casa, quitam a água e a luz, ou seja, eles realmente promovem a pessoa, qualificando-a. Eles monitoram as pessoas juntamente com ONGs devidamente regularizadas. Esses países levam a sério e respeitam muito as ONGs, porque elas surgiram pós-guerra. O Grupo dos 8 só cresceu porque perceberam claramente que, após as cinzas do pós-guerra, tinham de se unir efetivamente. Unir e reunir. Eles se uniram na sua sinergia e na sua inteligência, em favor de amparar o sujeito como um todo.

Então gostaria muito de pedir uma atenção especial para que sejam revistas as propostas rejeitadas, prezado e querido Deputado André Quintão. Não estou puxando o saco, não sou disso. Estou falando por causa do gráfico grandioso da violência e da criminalidade. Infelizmente, na cadeia uns estão dormindo em cima dos outros. Barbaridade. Devem parar de construir cadeias e fortalecer a educação. Precisamos de uma atenção especial. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Clarisse. Lembro que neste ano vamos discutir novamente o PPAG, e as propostas poderão ser reapresentadas. Retornarei a palavra aos componentes da Mesa para suas considerações finais. Começaremos por quem terminou: o Flávio. Vamos inverter a ordem.

O Sr. Flávio da Silva Paiva - Tecnologia é fogo. Sobre o que disse a Cláudia, eu me senti totalmente contemplado com sua fala. Começaria a minha fala pensando nessa questão da Bandeira do Brasil. Não sei se você já a reparou direitinho. Ela parece um olho azul, e muitas vezes se esquecem de que este país foi construído, de fato, fortemente e com muito trabalho e suor, pelos negros. Quero reforçar isso. Não peguei tão pesado nessa discussão até então, porque sinto que grande parte das pessoas que sofrem com desigualdade, miséria e pobreza é negra e mora nas periferias. As pessoas, às vezes, tendem a generalizar as coisas e é fogo, pois é gênero mesmo, se pensarmos isso na lógica. Então estou muito feliz, e ainda bem que você está aqui para representar o movimento.

Quero agradecer ao Daniel a participação, que foi muito bacana e formal. Anísio, fazemos um trabalho dentro das escolas que se chama Redução de Danos, a redução do uso abusivo de drogas. Tenho conversado com os alunos sobre os efeitos da droga no organismo, porque, dentro das comunidades, existe um uso muito comum de álcool, maconha, cocaína e "crack", não só nas periferias, mas também na Zona Sul. A Presidente Dilma está fazendo um trabalho a esse respeito, porque o "crack" está se tornando



um problema patológico, e agora tem essa nova droga mais sinistra. Temos trabalhado com a redução de danos para que os meninos reduzam o uso abusivo, não contra a droga em si, porque, desde que exista ser humano, haverá droga. Estamos discutindo a forma de consumir a droga. Noutra dia, houve uma passeata para a legalização da maconha, e a polícia cortou todo o mundo no couro. Isso é muito comum em Minas, discutir isso é muito difícil, porque há muito preconceito; não querem discutir a questão, querem proibir a droga. Falam em valores morais, mas esquecem que a droga é um problema clínico que deve ser tratado de igual para igual. Temos feito isso nas escolas.

Quando a Clarice falou da construção dos presídios, disse tudo. Infelizmente um governo construiu mais presídios que escolas. Um preso custa, em média, R\$1.900,00 por mês, enquanto um estudante custa menos de R\$3,00. Investe-se muito mais em cadeia que em educação. Temos de pensar qual é o papel do Estado nessa discussão, e cabe a nós lutar e cobrar isso.

Agradeço à Mesa e aos sobreviventes que ficaram até o final do debate. Meu “email” é russoapr@gmail.com. Quem desejar trocar ideias pode me escrever. Estou o tempo todo dentro dos movimentos, portanto sempre em transição. A segurança pública não é só papel de polícia, mas de toda a sociedade. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Luiz Henrique da Silva para suas considerações finais.

O Sr. Luiz Henrique da Silva - Gostaria de chamar a atenção para uma questão que não falei, mas em que precisamos desta Casa, pois estamos nos preparando para sediar uma Copa do Mundo. Como todos os outros segmentos menos favorecidos da sociedade, nós, catadores de material reciclável, vamos ser atingidos diretamente. Haverá um processo de regulamentação dessas atividades, e uma coisa que combatemos é o que chamam de trabalho informal, e não alternativo. Hoje, no País, trabalho informal é sinônimo de perseguição e polícia, e não de apoio. Então queremos que esta Casa abra espaço nas discussões relacionadas à gestão da coleta seletiva nas duas cidades-sede da Copa, e Belo Horizonte é uma delas. Um comitê estabelecido tem discutido essa questão. Gostaríamos de ser ouvidos para que as políticas não venham de cima para baixo, como sempre acontece, e que a Copa seja de inclusão social, e não o contrário, como tememos.

A companheira falou da igualdade não só social, mas racial. Gostaria de agradecer a provocação e proposição que ela fez nesse sentido, porque isso apenas constata que os nossos dados estão corretos. O diagnóstico que realizamos nas nove regiões do Estado demonstra que 65% são mulheres e 70% são negros. Realmente há essa desigualdade social. Essa também tem sido uma luta nossa, como também de outros segmentos, movimentos sociais. Ao longo dos anos, tem sido uma luta e parece que estamos sempre patinando. Todos os segmentos da sociedade têm de se unir para extirpar de vez o racismo e a desigualdade social.

Andréia, mais uma vez, gostaria de falar sobre a possibilidade de aproveitarmos o regimento interno do Comitê Interministerial e o formato que se tem para verificarmos o que podemos fazer no Estado. Agradeço a oportunidade e cumprimento o companheiro e as companheiras da Mesa. Gostaria que fizéssemos uma ponte para estabelecer um diálogo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Luiz. Com a palavra, Tatiana.

A Sra. Tatiana Lemos Sandim - Quero finalizar falando sobre um ponto muito importante da minha apresentação, que não ficou muito claro. Quando utilizamos a estratégia do Porta a Porta, como disse o Marcelo ontem, a idéia é de que se bata de porta em porta mesmo; o grande objetivo é encontrar os invisíveis das políticas públicas. Encontrar as pessoas que hoje são alvo das políticas públicas, são um público-alvo, mas não estão sendo atendidas por elas. Então queremos acirrar esse trabalho, a exemplo do que o Brasil sem Miséria previu, ao fazer uma busca ativa dessas pessoas. Finalizo agradecendo, mais uma vez, o Deputado André Quintão pelo convite para estarmos aqui, para conversarmos e participarmos deste debate. Estamos esperando ansiosamente a oportunidade de rodar o Estado para fazer esse debate, que será um momento muito rico e importante. A exemplo do que o nosso colega fez, quero agradecer aos sobreviventes que estão conosco até agora, dispostos ao debate e nos ouvindo. Muito obrigada. Boa noite a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Tatiana. Com a palavra, Fátima, de Nova Lima.

A Sra. Maria de Fátima Monteiro de Aguiar - Gostaria de responder às questões feitas aqui, primeiramente a da Cláudia, que falou sobre a igualdade racial. Na verdade, quando trabalhamos a questão da pobreza, Cláudia, pela multidimensionalidade, pelo percentual que existe de pardos e negros nesse grupo que sempre foi historicamente negligenciado pelas políticas públicas e pela sociedade, esse é um dos grandes desafios - a sua questão foi muito bem exposta: temos de efetivamente trabalhar e focar mais a questão da igualdade social. Quero convidá-la para estar conosco no fórum metropolitano, que temos divulgado. Depois, gostaria que você passasse para nós o “e-mail”. Quero também convidar todos os Municípios da região metropolitana e outras pessoas que desejarem estar conosco. Que você possa contribuir com essa discussão para avançarmos para a inclusão desse grupo tão vulnerável.

Também gostaria de responder à pergunta da Denise em relação à questão do álcool e das drogas. Sabemos que a pobreza é um importante fator de risco para o uso de drogas. O narcotráfico, efetivamente, potencializa a delinquência juvenil e, conseqüentemente, a incidência de casos de violência. Então, nessa perspectiva, é absolutamente fundamental que haja políticas que tenham atendimento direto aos usuários. Sabemos que há um grande déficit de espaço de atendimento aos usuários, que têm de ser considerados e tratados. Que também possamos abrir mais possibilidades de apoio aos familiares, que são codependentes e precisam de apoio efetivo nessa ação, que a família tem de desenvolver.

Muitas vezes vemos que a família não sabe efetivamente o que fazer, nem reconhece se o filho está ou não usando droga. Acho que a prevenção é um dos aspectos mais importantes; precisamos levar mais informações para as famílias, fazer articulações e criar novos espaços de atendimento, porque sabemos da fragilidade em relação a essa rede de atenção.

Queria aproveitar, finalizando, para dizer que a ação de combate à pobreza e à extrema pobreza nas áreas urbanas é muito complexa e exige mesmo grande esforço de estudo, de enfrentamento, oferta de serviços pelo poder público e o envolvimento da sociedade organizada. Gostaria de registrar que sabemos que os pobres não são aceitos nas cidades, eles são negligenciados. Na verdade, o poder público é que precisa contribuir e buscar alternativas, porque essa inserção é negada e a exclusão territorial dos mais pobres está presente.

Quero também frisar a importância da questão da habitação, porque sabemos o quanto as moradias precárias nos centros urbanos impactam a vida das famílias e todas as áreas, todas as outras dimensões da vida humana: a escola dos filhos, as questões das relações



familiares e da saúde, enfim, todos os aspectos. É claro que a vulnerabilidade de uma família que mora em um assentamento precário, que mora em uma casa de chão batido, com janelas sem vidro e telhado totalmente desprotegido, impactará diretamente. É preciso políticas públicas voltadas para a habitação, e não só o Minha Casa, Minha Vida. É preciso também enfatizar a importância de programas de melhorias habitacionais e a questão do trabalho e da redução da pobreza intergeracional. E acho que ela será enfaticamente atingida pelo trabalho com a educação infantil. Sabemos que crianças muito pequenas, até seis anos, quando a formação da personalidade se dá, precisam ser atendidas em escolas de educação infantil, em creches. Ao serem atendidas, elas serão mais bem nutridas, estimuladas, se desenvolverão e se socializarão mais amplamente. A educação infantil é absolutamente fundamental nesse eixo para reduzir a pobreza intergeracional.

Mais uma vez, quero convidar os Municípios para o Fórum Metropolitano. Quero dizer da importância de os Municípios efetivamente trazerem para o nível local o enfrentamento da pobreza - muitas vezes vemos que ele fica no âmbito federal e nos Municípios fica a execução das políticas federais. O Município precisa repensar suas estratégias e suas políticas, o enfrentamento da pobreza precisa ser efetivamente colocado no nível local.

Registro também aqui - e não poderia sair desta Mesa sem dizê-lo - a sensibilidade política e social do Prefeito Carlinhos Rodrigues e da Prefeitura de Nova Lima ao implantarem, a partir de 2005, o Programa Vida Nova, que tem trabalhado sistematicamente a desigualdade nesse Município.

Agradeço ao Deputado André Quintão e à Assembleia Legislativa por este debate tão brilhante. Esses dois dias foram muito ricos, Deputado André Quintão. Precisamos muito contar com esta Casa e com todos os Deputados para avançarmos. Este debate é um pontapé inicial na discussão desse plano nacional tão importante nesse novo movimento no Brasil. Parabéns e sucesso na continuidade das ações. Obrigada.

O Sr. Presidente - Primeiramente queria me dirigir ao Luiz Henrique para dizer que a Comissão de Participação Popular já aprovou um requerimento de minha autoria e realizará, juntamente com as Comissões de Esporte e de Turismo desta Casa, ainda neste semestre, provavelmente na primeira semana de julho, audiência pública com o tema "Sustentabilidade social da Copa". Há também vários movimentos da área da criança preocupados com a exploração e com o turismo sexual. Eles solicitaram essa audiência, à qual daremos maior abrangência. Foi também discutida a questão dos catadores e da qualificação profissional da juventude. A Copa do Mundo é vista como uma oportunidade. Há um grupo que tem receio, como você mencionou, dessas medidas de exclusão, de higienização das cidades. Refiro-me a segmentos voltados principalmente para a população de rua. Já mencionei a questão das crianças.

Quero falar também sobre a oportunidade de qualificação profissional e de geração de emprego e renda? Trabalharemos isso. Copa não pode ser apenas obra física. O senhor será comunicado pela comissão.

Há um outro pedido, já feito na parte da manhã. A Secretária Ana Gazolla novamente pediu desculpas pela ausência da Secretaria de Educação, em função de um outro evento, relativo a um caso ocorrido aqui na própria Assembleia, em que um representante da Secretaria de Educação estava. É sobre o Plano Nacional de Educação.

Tudo o que poderia ter sido dito já foi falado. Esta é uma Mesa muito importante. Se fosse futebol, diria que estes dois dias são como aquele time que jogou bem até o final. Geralmente o time joga bem no primeiro tempo, mas no final relaxa um pouquinho. Aqui, não. As Mesas foram muito importantes e os conteúdos muito positivos. As milhares de pessoas que nos estão acompanhando pela TV Assembleia em todo o Estado podem testemunhar o que digo. Estas audiências, nossos encontros serão reprisados pela TV Assembleia. Quem quiser tê-los disponibilizados pode fazê-lo por meio de nosso mandato.

Nesta parte final, o que tenho a fazer são os agradecimentos. Primeiro, a todas as entidades parceiras deste ciclo de debates. São mais de 40. Lembro-me de que, no dia em que fiz a primeira reunião de organização do ciclo de debates, o evento foi marcado para uma sala. Tivemos de transferi-lo para o auditório. Só na reunião de organização havia mais de 50 ou 60 pessoas representando entidades. Praticamente todos desta Mesa integraram essa lista imensa de entidades.

Agradeço a todas as entidades parceiras da sociedade civil, assim como ao Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, que abraçou esta ideia e transformou, a partir de segunda-feira, este ciclo em seminário legislativo regionalizado. Será essa a iniciativa prioritária da Assembleia deste ano. Dia 13 já começaremos nosso Mãos à Obra, para organizar o seminário legislativo, a partir das 14h30min, provavelmente no Plenarinho I. Em agosto, setembro, outubro, como já mencionei várias vezes, viajaremos pelo Estado de Minas Gerais.

Agradeço ao Ministério do Desenvolvimento Social, que também se fez presente por intermédio de seu Secretário Executivo, por meio de sua Secretária Nacional de Assistência Social, prestigiando este evento, que contou com a presença do Dr. Rômulo Paes. Agradeço ao MDS.

Agradeço ainda ao Governador Anastasia, por intermédio do Sr. Marcelo Garcia, que foi o interlocutor designado pelo Governador. Estive com ele e sugeri que o Estado também participasse desta iniciativa. Hoje tive oportunidade de ter a sinalização do próprio Governador quanto à participação do Estado no evento regionalizado da Assembleia.

Agradeço às Prefeituras por intermédio da Fátima, que representa a Prefeitura de Nova Lima. O Prefeito Márcio Lacerda também nos ligou ontem colocando a Prefeitura de Belo Horizonte à disposição desse evento estadual, afinal Belo Horizonte é a Capital. Hoje estive nesta Casa o Secretário de Políticas Sociais e a Secretária Adjunta de Assistência Social. Será mesmo um mutirão, expressão já utilizada por alguém aqui. A superação da pobreza extrema é um desafio para todos nós.

Esperamos que este evento seja analisado e possa precisar ações no PPAG e no Orçamento do Estado. Naquilo que nos compete é um grau de efetividade amplo, para avançarmos mais rapidamente nesse objetivo em Minas.

Cumprimento o corpo técnico de todos os órgãos internos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Sem medo de errar, esta Casa tem o melhor corpo técnico das Assembleias do País. Sempre temos esse testemunho de visitantes, que veem na Assembleia de Minas um exemplo. Então, cumprimento todos os servidores que se empenharam muito na realização do evento.



Também cumprimento os assessores do nosso mandato, particularmente a Ana e a Rosilene, pelo empenho no acompanhamento deste ciclo de debates. Mas não fiquem muito felizes com o reconhecimento e o agradecimento, porque segunda-feira começa novamente, e agora será no Estado inteiro. Ricardo, será mais trabalho para todos nós.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/6/2011.) Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/6/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 221/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido a fim de que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprecia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibirité, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recluso no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, da Comissão do Trabalho, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, e com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 255/2011, do Deputado Elismar Prado; 606/2011, do Deputado Arlen Santiago; 779/2011, do Deputado Délio Malheiros; e 1.025/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 831/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 836/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 838 e 944/2011, do Deputado Délio Malheiros; e 945/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 257/2011, do Deputado Elismar Prado; 457/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 923 a 925/2011, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado; 874/2011, do Deputado José Henrique; 879/2011, do Deputado Almir Paraca; 963/2011, do Deputado Inácio Franco; e 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 89/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 355/2011, do Deputado Fred Costa; e 505/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 755/2011, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 996/2011, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.442/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 952 a 990/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Candidaturas dos Deputados Doutor Viana e Mauri Torres e do Sr. Alexandre Bossi ao Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Tadeu Martins Leite e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública, apreciar os pareceres sobre os Requerimentos n°s 936, 937 e 938/2001 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Antônio Carlos Tardeli para o cargo de Diretor-Geral do Detel

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Veneroso, Anselmo José Domingos, Carlin Moura, Carlos Henrique e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Rômulo Veneroso, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes, Carlos Henrique e João Vítor Xavier, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2011, às 10h30min, no Centro de Convenções de Mariana, com a finalidade de discutir a não reativação da Mina Del Rey, nesse Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei n° 1.160/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei n° 95/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei n°s 856/2011, do Deputado Inácio Franco, 1.311/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, de votar os Requerimentos n°s 837/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 914 e 915/2011, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Célio Moreira, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para o debate público “Música nas escolas” a ser realizado em 27/6/2011, às 14 horas, no Plenário, com a presença de convidados, com a finalidade de debater os desafios da implementação da Lei Federal nº 11.769, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Elismar Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial, de Assuntos Municipais e Regionalização e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para a reunião a ser realizada em 28/6/2011, às 9h30min, na Câmara Municipal de Ipatinga, com a finalidade de debater a comercialização e a distribuição do queijo artesanal mineiro nas feiras livres do Município de Ipatinga e na Região Metropolitana do Vale do Aço, bem como discutir os problemas enfrentados pelos produtores e pequenos comerciantes, em decorrência da legislação sanitária vigente, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 25/2011

Comissão Especial Relatório

Por meio da Mensagem nº 25/2011, o Governador do Estado submeteu à apreciação desta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, “d”, da Constituição do Estado, o nome da Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck, indicada para o cargo de Diretora-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas – IGA.

Constituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 111, “c”, combinado com o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública da indicada, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

A Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja diretoria-geral foi indicada, respondendo com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas. Além disso, sua ampla experiência profissional no setor público comprova sua capacidade técnica para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de Diretora-Geral do IGA.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à indicação da Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck para o cargo de Diretora-Geral do IGA.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Rômulo Viegas, relator – Délio Malheiros – Luzia Ferreira.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 26/2011

Comissão Especial Relatório

Por meio da Mensagem nº 52/2011, publicada em 14/5/2011 no “Diário do Legislativo”, o Governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, “e”, da Constituição do Estado, a indicação do Sr. Rúbio de Andrade ao cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene

Esta Comissão Especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146 do Regimento Interno.

Tendo esta Comissão realizado arguição pública do Sr. Rúbio de Andrade, na qual o candidato respondeu com presteza, clareza e desembaraço às questões propostas, ficou demonstrado que o indicado possui experiência e conhecimentos suficientes para assumir a Diretoria-Geral do Idene. Além disso, o arguido afirmou que sua indicação não encontra restrição nos termos da Constituição do Estado e do Decreto n.º 45.604/2011.



Conclusão

Considerando o exposto, opinamos favoravelmente à indicação do Sr. Rúbio de Andrade para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Luiz Henrique, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Duarte Bechir.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 28/2011

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado encaminhou a esta Assembleia, por meio da Mensagem nº 54/2011, publicada no “Diário do Legislativo” de 14/5/2011, e em observância com o que determina o art. 62, XXIII, “d”, da Constituição do Estado, a indicação de Ricardo Afonso Raso para o cargo de Diretor-Geral da Autarquia Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais – Ademg.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, I, “c”, combinado com o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu satisfatoriamente às questões elaboradas pelos parlamentares.

O indicado ingressou em 1980 na Ademg, tendo ocupado desde então diversos cargos na instituição, evidenciando que tem a experiência desejada para desempenhar com excelência as atribuições do cargo. Ademais, a análise do currículo do indicado comprova sua competência e aptidão para o exercício da direção geral da entidade.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação da indicação Ricardo Afonso Raso para o cargo de Diretor-Geral da Autarquia Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais – Ademg.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Tadeu Martins Leite, Presidente – Marques Abreu, relator – Duarte Bechir – Rômulo Viegas.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 897/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o Projeto de Lei nº 897/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.236/2010, “estabelece requisitos para a comercialização dos botijões de gás de cozinha – GLP – no Estado”.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a estabelecer requisitos para a comercialização de botijões utilizados no envase de gás de cozinha – GLP – no âmbito estadual. Para isso, estatui que os botijões, quando o envase for realizado por terceiros e não por aquele cuja marca consta estampada no vasilhame, deverão apresentar selo de requalificação emitido por órgão competente. O rótulo deverá ser fixado na parte externa, contendo, além do nome, logomarca e CNPJ do fabricante do recipiente e da empresa envasadora, informações de utilização do produto e os riscos que apresenta, além da data de envase.

O autor da proposição alega que a prática do comércio do “gás pirata” é algo que há muito assola o Estado, tendo essa questão em muito se agravado em razão da alta carga tributária suportada pelo gás de cozinha - GLP - nesta unidade da Federação.

Realmente, a fuga dos altos impostos alimenta em muito esse comércio pirata. São inúmeros os casos, em especial nos Municípios que fazem fronteira com os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, em que as distribuidoras e revendedoras do produto o adquirem nesses Estados para aqui o comercializar. Muito além de uma fraude tributária, essa prática expõe os consumidores a riscos diversos, visto que o GLP comercializado é transportado clandestinamente, sem os cuidados necessários, chegando aos lares dos mineiros sem nenhuma identificação de procedência.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua douta análise, promoveu acurado estudo da matéria. Nessa oportunidade fez farta referência à legislação constitucional e infraconstitucional. Teceu importantes comentários, parte dos quais, dada sua relevância, traremos a lume.

A Lei nº 9.478, de 6/8/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo – ANP -, consubstancia-se na norma federal que disciplina a questão. O art. 9º do referido diploma insere, na órbita de competência da ANP, a regulação e a autorização das atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, como também a sua fiscalização direta ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Considerando a necessidade de consolidar as normas reguladoras do setor, visando à segurança do consumidor, a ANP editou a Resolução nº 15, de 2005, estabelecendo, além de outras, normas que regulam a manutenção e a requalificação dos botijões utilizados no comércio de gás. Sabemos que, no exercício da competência suplementar conferida aos Estados no campo da legislação concorrente, não pode a pretensa lei estadual confrontar o disposto em âmbito federal para o tema, ainda mais considerando-se a necessidade de dar à matéria tratamento uníssono em todo o território nacional.



A respeito disso, frise-se que a proposição em estudo está em consonância com as disposições federais, salvo no que se refere à Regra Específica para Empresas Requalificadoras de Recipientes Transportáveis de Aço para GLP, nº 16, de 2001, do Inmetro, que determina as hipóteses em que deve haver selo de requalificação. Ainda que seja norma infralegal, a existência de regra federal sobre a obrigação de reenvasar impede que lei estadual trate do tema.

Dessa forma, para fins de melhor adequação do projeto à técnica legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça propôs o Substitutivo nº 1, o qual acatamos, pois a exigência contida no art. 1º, inciso I, do projeto, qual seja, obrigar a empresa que realiza o reenvasar a informar o nome, a logomarca e o CNPJ do fabricante do recipiente, mostra-se descabida e desnecessária. Descabida porque tal exigência obrigaria a empresa a afixar, no recipiente, dados de uma outra empresa. Desnecessária porque, em tese, o próprio botijão já contém a logomarca da empresa que o fabricou. Ademais as disposições constantes no art. 3º da proposição, o qual prevê que a fiscalização ficará a cargo do Poder Executivo estadual, são inócuas, uma vez que tratam de questões que já encontram guarida no ordenamento jurídico, sem a necessidade de autorização legislativa para tanto.

Entendemos, portanto, que a proposição em apreço merece ser aprovada, pois trata-se de concretização do direito à informação e à facilitação da defesa dos direitos consumeristas, ambos considerados direitos básicos do consumidor, conforme dispõe o art. 6º, incisos III e VIII, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 897/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Liza Prado, Presidente – Duilio de Castro, relator – Carlos Henrique.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.024/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, a proposição em pauta, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 477/2007, dispõe sobre a inclusão do telefone e do endereço do Procon Estadual e Municipal na nota fiscal de venda ao consumidor emitida pelos estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento objetiva tornar obrigatória a inclusão do número do telefone e do endereço do Procon Estadual e Municipal nas notas fiscais de venda ao consumidor emitidas pelos estabelecimentos comerciais do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça relatou em seu parecer que projeto similar tramitou nesta Casa em duas legislaturas anteriores. Considerando que não houve alteração constitucional e legal superveniente, ratificou o parecer anterior, reproduzindo a argumentação jurídica apresentada.

Essa Comissão salientou que a promoção da defesa do consumidor foi erigida à categoria de direito fundamental do cidadão brasileiro por força do disposto no art. 5º, XXXII, da Constituição da República. Argumentou ainda que o mesmo diploma coloca a matéria, também, como princípio da ordem econômica, estando inserida na órbita de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal a prerrogativa de legislar sobre o tema.

O Código de Defesa do Consumidor, constante na Lei nº 8.078, de 11/9/90, estabelece como direito básico do consumidor a facilitação de defesa de seus direitos bem como a educação e a divulgação do adequado consumo de produtos e serviços. Desse modo, a proposição em apreço vem facilitar o acesso do consumidor aos órgãos de fiscalização do Estado, na defesa de seus direitos fundamentais, na medida em que torna obrigatória a inclusão do número do telefone e do endereço do Procon Estadual e Municipal na nota fiscal emitida pelos estabelecimentos comerciais.

O art. 2º da proposição em pauta dispõe sobre o descumprimento do disposto na futura lei e sujeita os responsáveis pela infração às sanções previstas nos arts. 55 a 59 do Código de Defesa do Consumidor, os quais tratam das sanções administrativas.

Fazendo coro com o autor em sua justificação, entendemos que o projeto virá garantir ao consumidor, ainda, informações sobre o acesso do cidadão aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou à reparação de danos patrimoniais e morais, coibindo práticas abusivas perpetuadas no mercado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.024/2011, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Liza Prado, Presidente – Carlos Henrique, relator – Duilio de Castro.



PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.119/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de conveniência por empresas prestadoras de serviços no Estado.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa a proibir a cobrança de taxa de conveniência de valor variável em função do preço do ingresso para eventos culturais e de lazer.

Em sua acurada análise, a Comissão de Constituição e Justiça, embora não tenha encontrado óbice de natureza jurídica à sua aprovação, entendeu por bem apresentar o Substitutivo nº 1, com o objetivo de aprimorar o texto do projeto de acordo com a técnica legislativa, respeitando o propósito precípuo deste. Oportunamente, foi estendida a vedação da cobrança de valores diferenciados em compras realizadas a distância aos ingressos para eventos esportivos.

Como alternativa para a aquisição de ingressos para os mais diversos tipos de eventos de entretenimento, a dinâmica sociedade atual criou a compra realizada a distância, seja por telefone, seja pela internet. O fato de a transação econômica não ser realizada pessoalmente pelo consumidor gera a necessidade de um serviço de entrega do ingresso, o que, com efeito, cria gastos adicionais para a empresa responsável pela organização do evento, os quais, obviamente, podem ser repassados ao destinatário do serviço.

Entretanto, tem sido observada prática abusiva e contrária ao consumidor. Conforme constatado na Comissão de Constituição e Justiça, não são raras as situações em que o valor referente à taxa de conveniência é calculado e cobrado tendo-se por base um percentual do valor do ingresso pago, independentemente do local de entrega. Assim, a título de exemplo, em um “show” ou espetáculo em que o valor do ingresso variasse entre R\$100,00 e R\$500,00, a taxa de entrega sofreria alterações proporcionais.

Vale lembrar que a prestação do serviço em questão é única e consiste na efetivação da entrega do ingresso ao consumidor. O valor do ingresso em nada altera o custo do serviço, o que nos faz concluir pela necessidade de se ter um valor fixo e inalterado para a taxa de conveniência, sob pena de se gerar enriquecimento sem causa para as empresas que promovem espetáculos, além de se violar o art. 39, X, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que veda a elevação sem justa causa do preço de produtos e serviços.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.119/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Liza Prado, Presidente e relatora – Carlos Henrique – Duílio de Castro.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/6/2011

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia. Nesta semana, o jornal “Folha de Contagem”, ano 20, nº 651, de 10 a 16 de junho de 2011, trouxe uma matéria em letras garrafais. (- LÊ:) “Irregularidade na merenda escolar é denunciada ao Ministério Público”. Esse jornal aborda uma situação da Escola Municipal Domingos José Diniz Costa Belém e faz referência a um pronunciamento feito nesta Casa pela Deputada Liza Prado, do PSB.

É importante fazermos um pequeno histórico a respeito dos avanços que houve, nos últimos quase sete anos do governo Marília Campos, na educação em Contagem. Hoje Contagem possui 81 escolas de ensino fundamental, 36 escolas de educação infantil e 8 Centros de Educação Integrada - Educartes. Todas essas unidades, cerca de 120, recebem merenda escolar do Município, com um cardápio universal, definido para todas as escolas, todos os meses. É bom que esclareçamos que o aumento da rede de ensino fundamental e infantil de Contagem foi de um terço de seu atendimento, em termos de alunos nos últimos sete anos. Até o próximo ano, estaremos concluindo 25 Cemeis, unidades de educação infantil, com a média de 250 alunos por unidade de ensino infantil.

Então, hoje, se há algo de que podemos nos orgulhar em Contagem, é a nossa rede municipal de ensino, que, aliás, gera muito problema na época do cadastro escolar porque muitos pais não querem matricular seus filhos em escolas estaduais e brigam para que o cadastro escolar não seja respeitado para que eles os matriculem nas escolas municipais.

Em relação à merenda, é bom deixar bem claro que na escola em questão, Escola Municipal Domingos José Diniz Costa Belém, localizada na Vila Belém, o calendário estabelecido para o dia da merenda escolar era terça-feira, 17 de maio, e não quinta-feira, como diz a matéria da reportagem. Ela coloca arroz branco, feijão, carne em isca com batata, salsa e cebolinha. Então foi essa a merenda oferecida em 120 escolas municipais, em todas as outras escolas municipais. Por que a exceção dessa escola? Vocês poderão verificar isso em um “e-mail” que temos aqui. Segunda, 16/5/2011, um “e-mail” encaminhado ao setor de merenda de Contagem, em que

anexa um ofício do Diretor da escola com um pedido da troca da merenda, em que vem escrito: “Solicitamos a troca da merenda de terça-feira, 17/5/2011, para mingau de chocolate. Certo de contar com vossa atenção, antecipamos nossos agradecimentos”. O ofício é em papel timbrado da escola, e o “e-mail” não tem como ser falsificado porque o endereço é domingosbelem@yahoo.com.br, “e-mail” da própria escola. Então queremos deixar bem claro que a solicitação da troca, conforme o contrato permite, Deputada Liza Prado, foi da escola. Os documentos estão aqui.

Mas, se foi uma solicitação montada por alguém para fazer a reportagem ou o pronunciamento, é outra questão. Queremos reiterar a seriedade da educação e do ensino de Contagem, a postura e o compromisso do Prof. Lindomar Diamantino Segundo, que foi Presidente do Sind-UTE de Contagem, e o compromisso da Prefeitura com a educação. Está prevista no contrato, caso haja solicitação da escola, a mudança.

É interessante, porque a foto da merenda que aparentemente está sendo jogada no lixo é de arquivo de gabinete da Deputada. Por que um “e-mail” e um ofício pedindo ao responsável da merenda - e aqui vem assinado por esse responsável, João Wurtz de Almeida, da Diretoria de Abastecimento e Logística - essa mudança? Deputada Liza Prado, é bom que esteja claro que a merenda oferecida em Contagem é de qualidade. Isso pode ser comprovado se visitarmos de surpresa qualquer escola da cidade e também pode ser comprovado pela popularidade da Prefeitura, que atinge 80% de aprovação no Município em função desse reconhecimento do povo de Contagem à atuação da Prefeitura. Lá a questão da merenda é suplementada pela Prefeitura, porque os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - não são suficientes para garantir o pagamento da merenda.

Acho que a matéria de suposta fraude e o encaminhamento de fraude ao Ministério Público, com toda certeza, serão arquivados imediatamente, porque a solicitação veio escrita pela própria escola. Se há uma responsabilidade na troca, ela é da escola do Bairro Belém e não do setor de merenda da Prefeitura.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, agradeço o aparte e digo que fiquei contente em saber que o Deputado, que respeito e que está sempre atento às causas populares, está tão preocupado.

O Deputado Durval Ângelo* - Obrigado.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - V. Exa. concede-me aparte de forma muito elegante e educada. Não poderia esperar menos de V. Exa.

A preocupação, Deputado Durval Ângelo, em relação à merenda de Contagem é muito grande porque, na verdade, esse contrato da Nutriplus é o mesmo que foi denunciado na matéria do “Fantástico” no domingo, V. Exa. se lembra da matéria que saiu. Essa empresa, a Nutriplus, por coincidência, é a mesma que fornece - não é isso, salvo engano, Deputado Durval Ângelo?

O Deputado Durval Ângelo* - Não.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Não é a mesma?

O Deputado Durval Ângelo* - Contagem não está denunciada no Ministério Público. As empresas investigadas por causa da merenda escolar estão em 15 cidades de Minas Gerais, e em Contagem não há denúncia. A única questão é um termo de ajustamento de conduta, e Contagem entrou agora em contato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o delegado em Minas Gerais. É a questão da aquisição de 30% dos proprietários.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Exatamente.

O Deputado Durval Ângelo* - Houve um encaminhamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está indicando para a empresa - não para a Prefeitura e a pedido dela - as áreas de pequena produção onde essas merendas poderão ser adquiridas.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Agricultura familiar.

O Deputado Durval Ângelo - Mas Contagem não está incluída nas 15 cidades investigadas em Minas Gerais por fraude na merenda escolar, com certeza absoluta. É só V. Exa. olhar em seu gabinete e fazer a consulta dos processos já ajuizados na Justiça.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, queria agradecer-lhe o aparte e pedir-lhe mais um pouco de paciência. É o seguinte: de acordo com a lei federal, a empresa tem a obrigação de fornecer 30% de alimentos naturais para as crianças, porque esse mingau que a maioria das crianças jogaram fora naquele dia não contém nutrientes. V. Exa. sabe que a lei, até mesmo o governo federal de Dilma e, antes, de Lula, sempre se preocupou com uma merenda de qualidade. Por isso, cada vez mais tem aprimorado o cardápio e se preocupado com isso. Sempre admirei a Prefeita de Contagem, Marília Campos, porém ela tem me surpreendido. Infelizmente, na área da educação, ela tem fechado algumas Funecs; agora, no tocante à merenda escolar, não está respeitando os 30% previstos em lei federal. Se respeitasse, poderia até mesmo incentivar a agricultura familiar.

O Deputado Durval Ângelo* - Companheira.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Pode falar, companheiro.

O Deputado Durval Ângelo* - Deixe-me dizer o seguinte: na realidade, a responsabilidade pela compra da agricultura familiar é da empresa, e Contagem não fornece merenda escolar. Contagem é um dos poucos Municípios de Minas Gerais que fornece alimentação escolar.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - A Prefeitura deverá exigir da empresa terceirizada, fornecedora da merenda escolar, que tenha produtos “in natura”. Fui ao Ministério Público porque tentei conversar com a Marília; questionamos, mas, infelizmente, não tivemos o mesmo respaldo.

O Deputado Durval Ângelo* - O que V. Exa. chama de produto “in natura”? Por exemplo, no dia 9 de maio tinha melancia. Está aqui no cardápio.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Foi depois.

O Deputado Durval Ângelo* - Não, não! Isto é um “telefac-símile” da denúncia, está na própria matéria. Então, a matéria é contraditória, nobre colega.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Então, ela está fornecendo 30% na merenda escolar?

O Deputado Durval Ângelo* - Está aqui: melancia. Pode verificar na própria matéria, laranja...

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Não houve nem cheiro de carne, Deputado.



O Deputado Durval Ângelo* - Companheira, a história de pé de frango foi em Uberlândia.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Lá é pescoço de frango.
O Deputado Durval Ângelo* - Pescoço e pé de frango era lá em Uberlândia. Em Contagem, o aluno...
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Dava para o leão. Até o leão comia pescoço de frango.
O Deputado Durval Ângelo* - Em Contagem, o aluno faz refeição.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Lá não há nem isca de carne. Com a Marília, não há nem isca de frango.
O Deputado Durval Ângelo* - Não há problema não. Só digo o seguinte...
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Não fique preocupado, Sr. Presidente, ele está acostumado com debate, e sou companheira.
O Deputado Durval Ângelo* - Deputada Liza, só digo o seguinte: em Contagem, são servidas mais de 100 mil refeições escolares.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Isso tem de melhorar, Deputado.
O Deputado Durval Ângelo* - Quando se fala em comprar da agricultura familiar, não se trata apenas da compra de frutas.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Carne, ovos.
O Deputado Durval Ângelo* - Carne, ovos, queijos, até mesmo dos que são fornecidos aqui.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Ela não tem feito isso.
O Deputado Durval Ângelo* - A Prefeitura de Contagem tem feito tanto - e V. Exa. fala da empresa que foi denunciada - que Contagem não está sendo denunciada pelo Ministério Público. Acredito que com esse pedido...
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Eu denunciei.
O Deputado Durval Ângelo* - Não! V. Exa. representou.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - É verdade.
O Deputado Durval Ângelo* - Denúncia quem faz é o Promotor de Justiça. O que nós fazemos é representação. E essa representação, ao verem a carta da direção da escola e o "e-mail", será, com toda certeza, arquivada.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Quería até uma cópia.
O Deputado Durval Ângelo* - Perfeito.
O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Quería apresentar um posicionamento, respeitando o debate e as posições apresentadas. Obtive uma votação muito expressiva em Contagem e, por andar diariamente na Grande BH e muito em Contagem, quero expressar aqui uma palavra de desagravo à Prefeita Marília Campos, que tem feito um trabalho reconhecido pela população de Contagem. Ela está chegando ao final de seu segundo mandato com uma ótima avaliação. Não sou do Partido dos Trabalhadores, não temos uma relação partidária próxima. Somos de campos diferentes, mas tenho uma relação de proximidade com a Prefeita Marília Campos. Portanto quero aqui reconhecer, Durval, o trabalho da Prefeita Marília Campos, o que ela tem feito por Contagem e, principalmente, a boa avaliação da população da cidade em relação ao trabalho dela em todos os setores do Município. Quero aqui registrar minha palavra de desagravo e de reconhecimento.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Não é porque tem boa avaliação que está cumprindo a lei.
O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Gostaria de concluir a minha fala, Deputada Liza. Vamos respeitar a palavra dos companheiros. Não brigo, mas vamos respeitar as palavras. Quero aqui, para finalizar a minha fala e deixar a Deputada à vontade...
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Mas não concordo.
O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Para finalizar a minha fala e deixar a Deputada Liza à vontade, ressalto que a Prefeita Marília Campos faz um trabalho que é reconhecido pela população de Contagem. Por onde andamos, vemos que o grupo político, do qual V. Exa. faz parte em Contagem, é hoje bem avaliado. Quero dar esse aval aqui, mesmo não fazendo parte desse grupo político, mesmo estando em campos diferentes na disputa estadual e na disputa nacional. Ainda assim, quero aqui reconhecer o trabalho da Deputada Marília Campos.
O Deputado Durval Ângelo* - Obrigado. Só quero concluir, Deputada Liza Prado, dizendo que sou professor da rede municipal de Contagem desde 1979. Então aqui não fala só o parlamentar ou Deputado, mas um professor da rede, concursado em ensino religioso escolar, no primeiro concurso público de ensino religioso que houve em Minas Gerais, diga-se de passagem, com boa classificação. Convivi com a realidade das mais diferenciadas nas escolas municipais. Minha esposa é professora atuante da rede municipal, e hoje a merenda escolar para professores, que vivem num corre-corre em duas ou três redes, incluindo a rede privada, serve de almoço e de janta nas escolas.
A Deputada Liza Prado (em aparte)* - É por isso que tem de ser nutriente.
O Deputado Durval Ângelo* - Tenho certeza de que Contagem não foge disso. Temos um trabalho nas escolas de periferia, e hoje 20% das escolas mais pobres da rede municipal de ensino têm horário integral, com almoço e, em alguns casos, jantar. A crítica é bem-vinda porque certamente serve para esclarecer, e estamos aqui esclarecendo. Os cardápios são encaminhados todo ano, fazemos questão de fazer isso. Com antecedência, a cada mês, as escolas recebem o cardápio. Qualquer escola em que o cardápio não estiver de acordo tem de denunciar. O problema de uma cidade como Contagem, que não tem, por exemplo, agricultura familiar, o que não é responsabilidade da Prefeitura, mas da empresa. A Prefeitura determinou para a partir de agosto, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário indicou associações de pequenos produtores para fornecimento.
Para concluir, aqui não fala só o Deputado, fala um professor, morador de Contagem há mais de 30 anos, que diz que o que temos hoje não é, em hipótese alguma, merenda escolar. Parabéns ao Secretário Lindomar e à Prefeita Marília. Agradeço o aparte do Deputado João Vítor Xavier. O que temos no Município de Contagem é alimentação escolar. Almoça-se e janta-se em escolas municipais. Isso é caro. O complemento do FNDE é significativo, e o Município optou por esse caminho entendendo que na escola também se tem segurança alimentar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hélio Gomes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que assistem à TV Assembleia. É com muita alegria e orgulho que ocupo hoje a tribuna desta Casa, uma Assembleia Legislativa de tantas conquistas. Agradecemos a todos os mineiros que



acreditaram que podíamos dar nossa contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado. Sou um homem de origem humilde, nasci em Itamuri, Distrito de Muriaé, terra do nosso saudoso Vice-Presidente José Alencar, um exemplo de força e ética para todos nós. Fui, ainda adolescente, para Governador Valadares, onde vivo há mais de 40 anos. Foi lá, com muito trabalho, que construímos um patrimônio baseado em profissionalismo, ética e bastante empenho. Foi nessa caminhada, acompanhando a política local como apoiador e colaborador, que vimos que poderíamos contribuir mais. Em todas as atividades empresariais que desempenhei, sempre procurei servir e ajudar o próximo a crescer, e hoje vejo na política um caminho para poder continuar esse trabalho, para buscar em conjunto com a sociedade as transformações que a população necessita, principalmente na região do Vale do Rio Doce, que tem encontrado na emigração uma forma de sustentar suas famílias, e acredito que, em conjunto com os nobres colegas Deputados da região, iremos em busca de mecanismos que fixem nossa gente em nossa terra, buscando uma vida digna ao lado dos familiares.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Caro amigo Deputado Hélio Gomes, V. Exa. já teve oportunidade de conversar várias vezes comigo e, portanto, sei do seu entusiasmo em estar exercendo o seu primeiro mandato, como eu também, de parlamentar nesta Assembleia Legislativa de Minas Gerais e vem emprestar a sua experiência não apenas como empresário, mas também como homem de bem, que se relaciona, que se preocupa muito com as questões sociais da sua cidade e da sua região. Estamos certos de que V. Exa. está no caminho do bem, das propostas positivas. Recentemente, acompanhado de V. Exa., participamos de um encontro com o Governador Anastasia, quando tivemos a certeza absoluta de uma avaliação extremamente positiva do governo de Minas, com um percentual da ordem de 80% na avaliação do povo mineiro sobre as ações do atual Governador, Prof. Antonio Anastasia, que tem, claro, um carinho muito especial com o povo mineiro, com os nossos Prefeitos. V. Exa. manifestou a preocupação de apresentar também na sua querida região propostas para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - da região e está trazendo para o Parlamento, para as audiências públicas os debates necessários. Evidentemente, encontrará por parte do governo de Minas, de todo conjunto de Secretários, das autarquias e dos seus colegas parlamentares apoio para, a seu lado, organizarmos uma condicionante positiva para melhorar a qualidade de vida daquele povo todo.

Continue nessa trajetória. Tenho certeza de que muito em breve a sua experiência empresarial, familiar, de homem de bem, de cuidado com as questões sociais, fará, cada vez mais, o engrandecimento deste Parlamento. Parabéns.

O Deputado Hélio Gomes* - Quero acrescentar também que temos hoje compromissos imediatos, como a luta pela duplicação da BR-381, que trará facilidade de escoamento de produção, criará uma situação favorável para a instalação de empresas, assim como a extensão do gasoduto até Governador Valadares, que possibilitará a implantação de projetos em vários segmentos industriais. São medidas urgentes para o desenvolvimento da nossa região. Em recentes estudos, a Fundação Getúlio Vargas indica que o crescimento econômico poderá colocar o Brasil como 5ª potência econômica até 2016, mas isso só será possível se vencermos esses graves problemas estruturais. Vamos lutar ainda pelo reconhecimento político e social da região do Vale do Rio Doce, uma região que precisa e tem enorme potencial de crescimento. Precisamos integrá-la nos planos de criação de infraestrutura para que sejam implantados programas de desenvolvimento, com incentivo fiscal e diminuição de carga tributária, capazes de estimular os investimentos geradores de renda, emprego e cultura para todos. São esses os nossos objetivos.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Meu caro Deputado Hélio Gomes, estava ao lado dos nobres colegas Deputados Carlos Henrique e João Vítor Xavier, ouvindo atentamente a sua estreia na tribuna desta Casa. Tenho certeza de que hoje é apenas o início de uma longa caminhada. V. Exa. tem dado demonstrações juntos aos colegas de como se deve comportar um parlamentar que foi eleito pelo povo do Vale do Rio Doce. Com certeza, V. Exa. representará muito bem aquela gente, aquele povo. Como tem colocado, um povo e uma região que têm todas as condições de crescer. Não tenho dúvida alguma de que, nos próximos anos, crescerão e se desenvolverão muito mais do que vêm crescendo e se desenvolvendo nos últimos anos. Feliz daquela região que tem bons representantes nesta Casa, como o Deputado José Henrique, o Deputado Bonifácio Mourão e, em uma certa parte, eu, pois também faço política naquela região. Como tenho acompanhado isso, darei o testemunho de todo o trabalho, empenho e toda a luta com que V. Exa. tem se empenhado para alocar os recursos necessários para que as obras cheguem àquela região. Mais do que isso, a população local poderá ter a certeza de que, com seu apoio e seu trabalho, nos próximos anos, além de várias conquistas realizadas nos governos Aécio e Anastasia, essas conquistas chegarão àquele povo para que a qualidade de vida seja cada vez melhor. Parabéns a V. Exa. por fazer esta estreia. Se Deus quiser, caminharemos por muito e muito tempo juntos, claro que, em determinados momentos, em lados opostos nas campanhas políticas, mas estaremos juntos trabalhando pelo povo daquela região e por esta Casa.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Obrigado, Deputado. Gostaria de agradecer V. Exa. por nos conceder este aparte. De nossa parte, queríamos elogiá-lo como pessoa, companheiro e amigo. Como V. Exa. participou conosco em nossa coligação, tivemos o prazer de trabalhar juntos, somar nossos votos para fazermos o maior número possível de Deputados nesta Casa.

Hoje, V. Exa. inicia sua fala na tribuna mostrando a tranquilidade e o caráter, como disse, de um homem humilde, que trabalhou, transformou-se em grande empresário e, com certeza, é ligado, principalmente, à parte social do nosso país. V. Exa. tem um trabalho muito grande de reconhecimento na Região do Vale do Rio Doce. Além disso, traz aqui, hoje, uma preocupação com a previsão de todas as partes do nosso país e de todos os economistas de sermos a 5ª maior economia do mundo em 2016. Temos a preocupação - e sei que V. Exa. também a tem - de não podermos ser um país com a 5ª economia do mundo com essa população tão pobre, como infelizmente ocorre em algumas regiões do nosso país. Precisamos fazer com que o País tenha uma economia forte, mas também uma população capaz de usufruir e de participar dela.

V. Exa. traz sua experiência como empresário e agora como homem público, com certeza, para somar, a fim de buscarmos projetos e condições para darmos melhor qualidade de vida ao povo brasileiro. Parabéns pela sua participação e sua eleição. Pode ter certeza de que temos orgulho de sermos seu amigo e de termos participado com V. Exa. da coligação.

O Deputado Hélio Gomes - Obrigado, nobre Deputado. Gostaria de conceder a palavra também ao Deputado Bonifácio Mourão. No entanto, Deputado Mourão, falarei ainda a respeito da nossa região. Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, o Município de Valadares, em especial, é um Município pobre que, se for separado do Leste mineiro, terá índices de desenvolvimento humano menores que os do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Para mudar o cenário econômico da região, contamos hoje com a formação da



bancada dos Vales do Aço e do Rio Doce, da qual fazemos parte. Para isso, estamos protocolando nesta Casa um pedido de audiência pública para discutir a necessidade de incluir a microrregião de Valadares e Aimorés no Idene.

Precisamos ainda investir em educação, pois o desempenho do País nesse quesito é considerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud - uma barreira ao progresso do Brasil e é a mais grave privação imposta à nossa sociedade.

Precisamos não somente construir e reformar escolas, mas também investir na educação de base, num corpo docente preparado, bem-remunerado e estimulado.

Concedo aparte ao nobre colega Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Hélio Gomes, é um prazer muito grande apartear-lo. V. Exa. chegou aqui de mansinho procurando desenvolver um relacionamento com os colegas de modo geral e a assessoria da Casa, ou seja, procurando conhecer primeiro a Casa para, como bom mineiro, chegar à tribuna no momento certo. V. Exa. esperou algumas oportunidades, que às vezes se passaram, e, em razão das disposições regimentais, não chegava a sua hora de falar. Estávamos acompanhando-o para ter esta oportunidade de apartear-lo.

Como conterrâneo de Governador Valadares e da região do Vale do Rio Doce, teríamos de estar aqui agora assistindo à sua estreia na tribuna da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Já iniciamos e havemos de realizar um trabalho juntos pela nossa cidade de Governador Valadares, por toda a nossa região do Vale do Rio Doce, assim como por todo o nosso Estado de Minas Gerais.

Temos vários desafios juntamente com V. Exa., com o nosso Presidente, com o Deputado José Henrique e com todos os Deputados que fazem parte da nossa frente que foi criada para o Vale do Rio Doce e o Vale do Aço. Um deles é a duplicação da BR-381. E que desafio, Deputado Hélio Gomes! Há o desafio do gasoduto até Governador Valadares, do hospital regional em nossa cidade e região, da universidade federal. Precisamos estruturar a cidade de Valadares e a nossa região para receberem investimentos pequenos, médios e grandes. Para isso, nós, representantes da região, precisamos ter poder de competitividade e de trabalho sempre colocando em primeiro lugar como nosso partido maior o partido da nossa região. Só assim estaremos contribuindo melhor para o desenvolvimento do nosso Estado.

Desde os tempos de Tolstoi, na Rússia, Presidente Deputado José Henrique, já se dizia que o nosso Estado começa pela nossa rua e pelo nosso Distrito. Então, à medida que lutamos para desenvolver a nossa rua e o nosso Distrito, bairro e Município, estamos sendo cada vez mais patriotas. Parabéns, Deputado Hélio Gomes. Espero que tenha uma carreira brilhante nesta Casa. Estamos juntos.

O Deputado Bosco (em aparte) - Prezado colega e companheiro Deputado Hélio Gomes. É uma satisfação apartear-lo. Quero deixar claro para o público que nos assiste que o nobre Deputado está iniciando e realizando o seu primeiro pronunciamento nessa tribuna. É importante registrar e dizer que o Deputado Hélio Gomes tem atuado constantemente não só nas discussões das matérias e dos projetos neste Plenário, mas sobretudo nas comissões, contribuindo de maneira significativa e importante.

Portanto, Deputado Hélio Gomes, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que já vem desempenhando desde o primeiro momento, ou seja, desde fevereiro, na Assembleia, demonstrando seu caráter e, acima de tudo, sua preocupação não só com o Vale do Rio Doce e Governador Valadares, mas também com causas pertinentes e importantes que abrangem todo o Estado. Então quero cumprimentá-lo, assim como colocar-me sempre à sua disposição para, juntos, tratarmos de matérias importantes para a Assembleia Legislativa e, acima de tudo, construirmos cada dia mais uma Minas Gerais melhor para se viver. Muito obrigado. Parabéns.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Deputado Hélio Gomes, cumprimento-o e digo que estamos irmanados na luta pela BR-381, junto ao nosso Presidente Deputado José Henrique, e a todos os que tanto sofrem com essa rodovia da morte, há tantos anos perdendo amigos e parentes. Então, estaremos irmanados nessa luta. V. Exa. representa muito bem a região, assim como a cidade de Governador Valadares, junto ao nosso querido Deputado Bonifácio Mourão. Conte conosco, Deputado, na briga em favor da BR-381, pela duplicação efetiva dessa rodovia que tantas vidas já tirou de nossos conterrâneos, de nossos amigos e de nossos parentes.

Além de todas as brigas que dizem respeito ao Estado, de todas as lutas que dizem respeito ao povo de Minas Gerais, estaremos irmanados nessa luta que hoje considero, se não a mais importante, uma das mais importantes do nosso Estado. Fico feliz ao ver que contamos com mais um companheiro, com mais um Deputado que se preocupa com essa questão, com essa luta em prol da BR-381, com a duplicação da BR-381, para que deixe de ser a rodovia da morte e passe a ser a rodovia da vida. Parabéns, boa sorte e sucesso no mandato.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Quero cumprimentá-lo, Deputado, e dizer-lhe que estou contente em ser sua colega de trabalho. Quero deixar bem claro para todo o povo de Governador Valadares e para todos os que acreditaram, com o voto para que V. Exa. os representasse, que V. Exa. tem feito um trabalho com maestria. Aliás, sou parceira na luta não só na questão da BR-381, mas também na discussão sobre o gasoduto. Em Uberlândia, estamos em briga, juntos à Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - Aciub -, ao sindicato, à Prefeitura e a toda a sociedade, para que o gasoduto chegue até nossa cidade. Estamos todos empenhados nesse sentido, assim como V. Exa., que faz o mesmo na sua região. V. Exa. é um Deputado combativo, um colega que respeita todos os seus companheiros. Fico contente com isso, parableno-o pelo pronunciamento e peço que continue assim, defendendo o povo da sua cidade. Tenho certeza de que eles têm orgulho de ter votado e acreditado na pessoa de V. Exa.

O Deputado Hélio Gomes* - Muito obrigado, Deputada. Já vou finalizar, Sr. Presidente. Cabe a nós, nobres Deputados, uma visão empreendedora com vistas à criação de oportunidades e de crescimento econômico em sintonia com o Poder Executivo. Daí a necessidade do nosso apoio a todas as iniciativas e projetos de modernização dos setores públicos. Tenho plena convicção de que nosso Estado, por intermédio do nosso Governador Antonio Anastasia, um governo que alcançou excelência em gestão pública, saberá sanar essas dificuldades implantando uma política de desenvolvimento produtivo que se mostre um instrumento eficaz para identificar e implantar as reformas essenciais.

É este meu compromisso aqui nesta Casa: lutar pela implantação das reformas necessárias, visar ao desenvolvimento econômico e sustentável, trabalhar com a mesma força e determinação que dedico às minhas empresas, trabalhar com afinco para o desenvolvimento chegar a todas as Minas Gerais, para que cada mineiro possa prosperar, possa aproveitar as oportunidades. Toda a



nossa política estará voltada para esse dever social, porque, enquanto houver um cidadão sem emprego, sem moradia, sem estudo e de barriga vazia, toda prosperidade e desenvolvimento serão falsos.

Externo meus agradecimentos a minha família, a meus amigos de Governador Valadares, a todos os mineiros, especialmente aos nossos amigos da região dos Vales do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri, e a todos os que contribuíram para nossa caminhada até aqui. Estamos prontos para, juntos, trabalhar em prol da nossa região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, quero relatar um pouco da vistoria que realizamos na segunda-feira, pela manhã, na rede elétrica da Cemig aqui, em Belo Horizonte. A Deputada Liza Prado, o Deputado Rogério Correia e eu andamos por diversos bairros da Capital, acompanhados pelos dirigentes do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética - Sindieletro.

Nessa vistoria encontramos uma situação realmente preocupante. A rede elétrica da Cemig na nossa Capital precisa urgentemente de manutenção e uma modernização, com a substituição de postes, fiação e iluminação. E isso precisa ser feito emergencialmente.

Na semana passada, houve um vendaval, uma tempestade muito forte, que deixou 580 mil consumidores de energia elétrica da Cemig no escuro. Muitas pessoas perderam mercadorias, alimentos, o que gerou grandes prejuízos. Ficamos angustiados e estarecidos com a demora no restabelecimento da energia elétrica na Capital. Na segunda-feira, fomos ao Barreiro visitar um local que estava sem energia. Chegamos lá por volta das 11 horas, e a energia tinha acabado de ser restabelecida. Lembro que a energia tinha caído na quinta-feira. Visitamos supermercados, oficinas, enfim, o comércio em geral. Ouvimos e conversamos com os consumidores domésticos e com as donas de casa.

Deputada, por favor, aguarde 1 minuto. A Deputada Liza Prado, junto ao Deputado Rogério Correia, acompanhou-me na visita. Quero apenas concluir o meu pensamento e então lhe concederei aparte.

Um fato nos deixou muito preocupados: o número 116, colocado à disposição da população para o acionamento da Cemig no caso de falta de energia, simplesmente não funciona. Nunca há um atendente para resolver o problema. Há relatos de pessoas que, quando conseguem ser atendidas pelo número 116, recebem um tratamento indelicado, como aconteceu com uma consumidora que se encontrou conosco.

No Bairro Salgado Filho, encontramos uma população que, para conseguir ter a energia restabelecida, teve de fazer protesto. As pessoas colocaram fogo em pneus para chamar a atenção da mídia e da Cemig. E só assim a energia foi religada. O que nos preocupou não foi o fato de a população estar indignada e revoltada, nem mesmo o que aconteceu na quinta-feira, pois houve uma tempestade, uma ventania. Preocupa-nos a recorrência, porque a população sempre tem ficado sem energia elétrica.

O próprio Governador Anastasia, durante uma entrevista nesta semana, chamou a atenção da Cemig, solicitando-lhe que seja mais ágil, que melhore sua manutenção. Mas, Governador, com a terceirização que está sendo feita pela Cemig, é impossível que os trabalhadores da empresa deem conta do serviço. Espero que essa terceirização seja revista e que a Cemig volte a ser a empresa que tanto orgulha os mineiros.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, muito obrigada. Participei dessa vistoria com o senhor e quero dizer que o Governador não aguentará mais. Tenho certeza de que ele acabará substituindo esse Superintendente da Cemig. Defendo que ele saia, pois já demonstrou que está acomodado e não dá conta de resolver o problema. A Cemig, lucrativa como sempre foi, manda milhões aos acionistas estrangeiros em detrimento da boa energia para o povo. As condições são precárias e gravíssimas. Os postes estão caindo aos pedaços, colocando a população em risco.

Além disso, a Cemig ainda pratica a justiça privada: ela mesma acusa, analisa o processo e condena. Isso é um absurdo. A empresa não respeita o caráter essencial do serviço. Recentemente, por falta de manutenção das redes subterrâneas, a Cemig deixou Uberlândia no escuro, dando prejuízo para fornecedores e causando insegurança para todos - a segurança já é um problema grave e se agrava com a falta de energia.

Mas nessa vistoria observamos que há postes caindo e que ainda se usa material obsoleto. Aliás, a 100m da Cemig, na Escola Pandiá Calógeras, há uma trepadeira que já alcança a rede elétrica, com perigo de causar um curto-circuito ou outro problema grave àquelas crianças. Também em outros lugares - lembrando que andamos por todos os bairros -, há material que já devia ter sido retirado, por resolução da Cemig e da Agência, há mais de 30 anos. Mas a Cemig não faz manutenção e é preciso urgentemente melhorar isso. Sua tarifa é uma das mais caras do País - aliás, a Cemig não pode mais dizer que tem a melhor energia do País. Na verdade, ela tem de voltar a atender bem o seu consumidor, a capacitar o seu servidor e parar de terceirizar os serviços, porque há pessoas morrendo.

E não é só a Cemig; também essa empresa de telefonia está caótica. A situação é absurda: andando nas ruas, o que vemos parece um muquifo, cheio de fios. Deveriam usar as redes subterrâneas, que precisam de manutenção. Mas ninguém merece uma empresa de energia como essa. Que ela pare de falar que tem a melhor energia do Brasil, pois é a energia mais cara do País e de péssima qualidade. É preciso trocar o Presidente da Cemig, pois ninguém aguenta mais a situação. Além de já ter tido oportunidade de melhorar o sistema, o que não fez, nós pagamos muito caro. O contribuinte do Estado de Minas Gerais não suporta mais ver, em uma empresa que deveria ser o patrimônio do povo mineiro e que já lidou com alta tecnologia, acontecer coisas como o que houve em Bandeira do Sul, onde morreram pessoas. Em alguns dos bairros que visitamos, como Bonsucesso, Betânia e outros, a rede pode vir a causar mortes, como aconteceu em Bandeira do Sul, por falta de manutenção. É um desrespeito com o povo mineiro. Não podemos permitir que nossas empresas continuem assim.

Essa terceirização é também um desrespeito com os trabalhadores; há equipes para a poda de árvores que não está capacitada para isso e acaba derrubando tudo. Não podemos permitir que isso continue e vamos insistir até que o Governador troque o Presidente e melhore esse serviço público, até porque pagamos caro e merecemos ter um serviço de qualidade.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, também estivemos nessa vistoria, e a Deputada Liza Prado expressa aqui a voz da base de governo: basta a base do governo ir às ruas para ver que aquela Minas da fantasia não existe. A



Deputada Liza Prado, por exemplo, foi fazer essa vistoria conosco e já está pedindo a cabeça do Presidente da Cemig. Se a base do governo saísse às ruas, se tivesse ido hoje à Cidade Administrativa, Pompílio, por exemplo, e visto os professores, as professoras, o pessoal da saúde e da segurança, parando a BR a fim de protestar, provavelmente já estaria pedindo a saída do Governador. Quer dizer, se a base do governo for às ruas e ver a Minas real, esquecendo-se da Minas irreal, da Minas da fantasia, isso realmente vai acontecer. Gostei, Liza; vou chamá-la sempre para acompanhar o Bloco Minas sem Censura em nossas visitas, para que você possa testemunhar as ações do governo do Estado em Minas.

Mas, Deputado Pompílio, quero apenas dizer que, como resultado do que fizemos, descobrimos que, 2 horas após a ventania, 580 mil casas residenciais e comerciais ficaram sem luz, sendo 200 mil na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas a Cemig age como se nada tivesse ocorrido; diz que foi culpa do vento, do mesmo modo que atribuiu à serpentina a culpa pelo que aconteceu em Bandeira do Sul. Mas V. Exa. firmou o pé, por isso quero parabenizá-lo, foi àquela cidade e mostrou que a fiação estava toda atrapalhada. Também em Belo Horizonte, vimos a fiação toda atrapalhada. Aqui ao lado, a 200m da Cemig, vimos uma trepadeira que coloca em risco a segurança das crianças, porque ali pode fechar um curto-circuito. Isso a 200m da Cemig, que não tem pessoal para vistoriar a rede elétrica. Agora, não tenho a ilusão de que o Dr. Djalma vai sair e que o Governador vai tomar alguma atitude severa, isso pelo simples fato de que, na época, o Azeredo vendeu os 30% para a Opportunity. Depois, com o nosso apoio, o Itamar Franco teve de retomá-lo na Justiça. Ou seja, na época, a base do governo do PSDB vendeu aqueles 30%, que foram parar na Andrade Gutierrez, hoje acionista numa intermediação feita com a Light, no Rio.

Portanto, hoje, quem detém 30% lá é a Andrade Gutierrez, uma das maiores fornecedoras de campanha do PSDB em Minas Gerais. Sendo assim, não haverá mexida, porque a Cemig, em vez de investir na rede, investe nos dividendos dos sócios minoritários. Como foi dito pelo sindicato na reunião à tarde, a grande fortuna que era para investimento vai para os dividendos da empresa minoritária, que é exatamente a Andrade Gutierrez. Por isso naquele dia foram tantos Deputados blindar quando fomos à tarde fazer uma reunião para discutir a tal energia do bem, que seria a distribuição gratuita de geladeiras e lâmpadas. Porém vários Deputados foram lá fazer blindagem. Deputado Pompílio Canavez, gostaria de parabenizá-lo, pois foi muito bom V. Exa. trazer esse assunto hoje. Ficou claro para quem assistiu à TV Assembleia de manhã e à tarde, e é bom que o Plenário saiba, como também seria bom que a Liza Prado, Deputada da base do governo, fosse lá testemunhar a Minas real, e não a fantasia que Aécio e Anastasia - existe até rima, não é mesmo? - fazem na imprensa censurada em Minas. Parabéns, Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Gostaria de lhe agradecer, Deputado Pompílio Canavez, o aparte. Tentarei ser bastante breve, porque lhe faltam menos de 3 minutos.

O Deputado Pompílio Canavez - E ainda tem o Deputado Paulo Guedes para falar.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Pois é. Serei bastante breve. Gostaria apenas discordar de V. Exa., como também daqueles que me antecederam, e dizer que não vejo, assim como a maioria dos consumidores, a Cemig como uma péssima companhia de energia elétrica prestadora de serviço. É claro que toda empresa, e não só da área de energia elétrica como também da própria companhia de saneamento, e ainda outras empresas, seja pública ou privada, precisa sempre estar aprimorando e melhorando sua prestação de serviços para com os cidadãos e seus clientes. No entanto a Cemig é reconhecidamente, em todo o Brasil - se não no mundo -, uma das melhores empresas prestadoras de serviço de energia elétrica. Não é à toa que seus Diretores... Aliás, o seu Presidente, que acabou de ser criticado aqui, é reconhecido como um dos melhores gestores da área no Brasil. Tivemos na última quinta-feira mais uma fatalidade, quando ninguém poderia esperar, muito menos a Cemig, que, em Belo Horizonte e algumas regiões do Estado, teríamos ventos com mais de 80km por hora. No sábado estive na região da Pampulha e observei a quantidade de árvores, galhos e sujeira que estavam no meio da rua e tinham adentrado em algumas casas. Mas ninguém esperava por isso, e nem estou aqui me queixando. Por exemplo, o caso do vulcão do Chile teve como consequência o fechamento dos aeroportos no Sul do País, e seria uma irresponsabilidade da minha parte querer criticar a Infraero por conta disso, apesar de todos os brasileiros saberem que ela é uma péssima prestadora de serviços. Então gostaria de pedir a V. Exa. para irmos com um pouco mais de calma. A Cemig precisa se aprimorar no seu atendimento à população? Sim e sempre, mas ela é reconhecida por todos nós como uma das melhores empresas - se não for a melhor - de energia elétrica do País. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, discordando do Deputado Gustavo Valadares, que é mais um da base do governo que insiste em não enxergar a verdadeira realidade do que acontece em Minas Gerais, gostaria de dizer que o problema da Cemig não é somente em Belo Horizonte, pois ela se preocupa apenas em fazer propaganda. Na verdade, nem precisava, pois é a única empresa do Estado, portanto não precisa gastar milhões e milhões com propaganda, pois não tem concorrência.

A segunda preocupação é com os investimentos para os acionistas. Todo dia, ao abrirmos o jornal, vemos que a Cemig comprou uma empresa no Rio de Janeiro, no Ceará ou no exterior. A preocupação dela é só essa. Estão se esquecendo dos verdadeiros acionistas da Cemig, que é o povo de Minas Gerais, pois ela é uma empresa pública. Ou seja, mais de 50% das ações da Cemig são do governo do Estado, portanto são do povo mineiro, e estão sendo jogadas às traças. Sem falar, Deputado Rogério Correia, nos servidores. Basta pegar o que ganhava um funcionário da Cemig há 10 anos e atualizar o que ele ganha hoje. A tercerização na Cemig virou moda. Eles estão incentivando a tercerização, que é um negócio absurdo.

O programa Luz para Todos, que no País inteiro está chegando em sua reta final, patina a passos de tartaruga em Minas. No Norte de Minas, temos ainda 80 mil ligações para serem feitas. São comunidades e mais comunidades que ainda não receberam o benefício.

Tentamos abrir aqui uma CPI para investigar a indústria das multas, mas, quando é para atender um aliado, para atender o balneário, a casa de descanso do ex-Presidente do IEF, Humberto Candeias, por exemplo, a Cemig fez com o dinheiro do Luz para Todos uma rede de 30km, apenas para levar energia para o Dr. Humberto Candeias, protegido do governo, que não deixa abrirmos uma CPI para investigar esse abuso na Casa. Por isso a Cemig precisa realmente voltar os olhos para Minas Gerais e investir em rede de transmissão, na recuperação das redes e em seus funcionários. Estamos tendo inúmeros acidentes. Quase todo mês, temos mortes e mais mortes de funcionários da Cemig.



O Deputado Pompílio Canavez - Presidente, peço um minuto apenas para concluir. Gostaria de agradecer os apartes. Espero que a Cemig volte a ser a empresa que sempre foi, querida do povo mineiro, realmente uma referência na qualidade de seu serviço, pois ultimamente não tem sido, e é essa a minha preocupação aqui. Para realmente concluir, conversei com o Presidente do inquérito em Bandeira do Sul, e ele me falou que a pergunta a que ele respondeu é se houve intenção de matar aquelas pessoas. A essa pergunta, ele respondeu não. Mas, se os Deputados e as Deputadas lerem com atenção, o relatório da Polícia Civil aponta as responsabilidades cíveis, e nós temos a obrigação de cuidar disso. Obrigado, Presidente, pela paciência.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, na pessoa da qual cumprimento todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. Queremos aqui cumprimentar de uma forma também muito especial os telespectadores que nos acompanham por meio da transmissão da TV Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de comentar aqui um pouco do trabalho da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, Comissão esta que temos a grata satisfação e a honra de presidir.

Na semana passada, tivemos uma semana intensa e bastante movimentada, marcada pelo debate realizado na segunda-feira, cujo tema foi Cenários e Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica em Minas Gerais. É nossa preocupação a educação profissionalizante e a educação tecnológica, porque sabemos que o Brasil e Minas Gerais têm se desenvolvido muito no campo econômico e que automaticamente novas empresas estão surgindo, assim como novos investimentos, e o mercado tem apresentado a oferta de novas vagas de trabalho.

Porém sabemos que há, sem dúvida alguma, um déficit muito grande com relação aos profissionais preparados, qualificados para ocuparem essas vagas que têm surgido diariamente no mercado de trabalho.

Portanto, com essa visão, a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática fez realizar, com apoio desta Casa, esse grande debate. Contamos com as presenças importantes do Deputado Carlos Pimenta, atual Secretário do Trabalho e Emprego; do Prof. Caio Mário Bueno Silva, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG; da Sra. Lélia Inês Teixeira, Superintendente de Inovação Social, representando o Secretário Narcio Rodrigues, da Secretaria de Ciência e Tecnologia; contamos também com a participação e representação da Secretaria de Educação de Minas Gerais; do Sr. Lúcio José Figueiredo Sampaio, Diretor Regional do Senai; e do Sr. José Carlos Cirilo da Silva, Superintendente Regional do Senac.

Essa reunião foi uma oportunidade ímpar em que todas essas entidades estaduais e federais mostraram o que é oferecido a Minas Gerais em termos de ensino profissionalizante e tecnológico. A partir desse debate, a Assembleia de Minas terá possibilidade de elaborar uma cartilha, constando todos os serviços, cursos, programas e projetos oferecidos por todas essas instituições, levando aos 853 Municípios do Estado essas informações importantes de uma forma condensada e precisa. Os jovens estudantes de Minas Gerais poderão ter todas as informações reunidas em uma só cartilha, para que busquem o aprimoramento de aprendizado e as oportunidades no mercado de trabalho.

Queremos também registrar a notícia dada pelo Magnífico Reitor Caio Mário Bueno Silva: o investimento e a construção de mais 13 câmpus do IFMG. É uma notícia importantíssima, uma parceria entre governos estadual e federal, que propiciará mais oportunidade na formação técnica dos nossos jovens.

Gostaria também de manifestar-me a respeito de outro evento de grande importância, realizado juntamente com a comissão especial do Congresso Nacional, incumbida de analisar o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos, que será de grande importância para todo o Brasil. É um plano complexo, que conta com mais de 3 mil emendas que estão sendo analisadas por essa comissão especial, a qual tivemos a satisfação de receber na Assembleia. Na oportunidade debatemos as experiências vividas e implementadas no Estado de Minas, por meio da Secretaria de Educação, com as contribuições oferecidas pelos estudos e análises da comissão técnica e experiência aprimorada da Assembleia Legislativa.

Então quero agradecer ao Congresso Nacional, nas pessoas dos Deputados Federais Eduardo Barbosa e Angelo Vanhoni, relator da Comissão Especial. Quero também ressaltar a importante presença nesse debate dos Deputados Federais Gilmar Machado e Weliton Prado, que estiveram aqui buscando a contribuição de Minas Gerais, por meio da Assembleia Legislativa, para que o Congresso avalie da melhor forma possível o Plano Nacional de Educação e dê ao Brasil condições para aprimorarmos cada vez mais a questão da educação, colocando o País como referência na questão da educação em nível mundial.

Minas Gerais tem se destacado na educação. Estão aí os programas implementados pelo governo do Estado e as avaliações, que têm sido um marco na educação de Minas Gerais. Aproveito para cumprimentar todos os profissionais da educação de Minas Gerais, tanto da área executiva, quanto os profissionais das mais de três mil escolas estaduais espalhadas por toda Minas Gerais, que, diariamente, têm dado a sua contribuição, dedicação e amor à causa. Tenho certeza absoluta de que a Comissão Especial, representada aqui na última sexta-feira, levou uma contribuição importante de Minas Gerais, que servirá para nortear a definição, votação e implementação do Plano Nacional de Educação. Neste momento, gostaria também de agradecer a todas as Superintendentes, Diretoras de escolas, tanto da rede estadual quanto da municipal. Tivemos representantes aqui da União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime - e da Associação dos Diretores de Escolas Oficiais de Minas Gerais - Adeomg - que é também um segmento importante e sempre tem estado presente na Assembleia Legislativa, sobretudo debatendo questões pertinentes à educação. Quero ainda fazer um agradecimento muito especial às Apaes de Minas Gerais, que também se fizeram presentes, demonstrando a necessidade de focarmos, de maneira muito peculiar, a questão da educação especial para crianças, adolescentes e jovens, que lamentavelmente possuem necessidades especiais e que hoje, em um primeiro momento, estão frequentando e sendo abraçados pelas Apaes, mas que precisam também de oportunidades nas escolas regulares, quer seja a nível municipal e estadual. Portanto entendemos que a presença das Apaes nesse encontro realizado na Assembleia, na última sexta-feira, foi, sem dúvida alguma, de fundamental importância.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Bosco. É um prazer e uma oportunidade muito grande ser o seu companheiro nesta Casa. V. Exa. tem realizado um grande trabalho na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Como Presidente, V. Exa. tem conduzido com muita propriedade e eficiência essa Comissão. Sabemos que a educação no País precisa

de atenção especial. O governo federal precisa rever o PNE. Precisamos juntar forças, realizar um trabalho e abrir caminho para dar condições melhores de trabalho para os profissionais da educação.

Nesta oportunidade, quero cumprimentar todos os profissionais da educação que realizam o seu trabalho, recebendo salários baixos, muitas vezes, sem condições de trabalho, sem segurança nas escolas. Então precisamos realizar um grande debate sobre a educação neste país. Sabemos que a educação oferecida hoje, infelizmente, não está preparada para acompanhar o crescimento do País; pois, lamentavelmente, temos muitas vagas, mas não há pessoas qualificadas para ocupá-las. Imaginem que estamos importando técnicos, engenheiros da América do Sul - Argentina e Paraguai - porque não preparamos os nossos jovens para o mercado de trabalho. Então é preciso haver uma ampla discussão no nosso país.

Só deixaremos de ser um país de Terceiro Mundo, um país emergente, quando tivermos uma educação de qualidade. Não existe outro caminho para um país pertencer ao Primeiro Mundo que não seja o da educação.

Parabenizo V. Exa. pelo trabalho que faz à frente da educação. Sei das suas características, do seu trabalho, da sua dedicação, da sua eficiência nessa Comissão. Conte com este Deputado. Sei também que V. Exa. conduzirá a Comissão para um debate muito mais amplo, que é o que o País precisa. Parabéns e muito obrigado.

O Deputado Bosco - Eu que agradeço, Deputado Duílio de Castro, amigo que, sem dúvida alguma, tem contribuído conosco, e muito, não só por sua participação em Plenário mas sobretudo pela colaboração que nos tem dado por meio da Comissão de Educação.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aqui fazer menção - como Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, sobre o momento atual que vivenciamos em Minas Gerais. Estamos vislumbrando, por meio do Sind-UTE, uma greve dos profissionais da educação do Estado. Entendemos e vemos o movimento grevista de qualquer setor, de qualquer segmento de trabalhadores, como legítimo. Entretanto entendemos que, na questão dos profissionais da educação do Estado, nunca se teve em Minas uma abertura tão importante como a de agora, no atual governo e com a atual Secretária Ana Lúcia Gazzola. Vale ressaltar que, só neste ano e nesta gestão, o Sind-UTE teve oportunidade de se reunir por 10 vezes com o governo do Estado, por meio da Secretária. Ou seja, o diálogo do governo está estabelecido junto a esse segmento importante que representa a classe dos trabalhadores da educação do Estado.

Entendo que realmente não faz sentido neste momento esse movimento ou essa greve, porque temos um canal aberto. A Assembleia tem participado de forma efetiva, sobretudo por meio da nossa Comissão de Educação, para realmente buscarmos uma condição cada vez melhor para os profissionais da educação de Minas Gerais. Há essa disposição, Sr. Presidente, por parte do governo do Estado, para com os profissionais da educação e para com o sindicato, a fim de discutirem, cada vez mais, e buscarem uma convergência para o melhor caminho, sobretudo para a valorização desses profissionais.

Uma pequena minoria dos profissionais da educação de Minas Gerais está de greve. Vale ressaltar que hoje temos pouco mais de 3,28% das escolas paralisadas e 17,41% das escolas parcialmente paralisadas, em virtude da greve. Entendemos, pela dimensão que é a estrutura da educação de Minas Gerais, que uma pequena parte está neste momento de greve. Por isso gostaríamos de fazer um apelo a esses profissionais para que eles optem pelo caminho do diálogo, do bom entendimento, porque o governo está com essa disposição. Nós, da Assembleia, como parceiros que somos desses profissionais, estamos prontos para discutir junto com o governo, e, aliás, já o estamos fazendo.

Acredito que, nos próximos dias, na próxima semana, teremos, sem dúvida alguma, anúncios e notícias importantes para os educadores de Minas Gerais, tanto para as Diretoras das escolas da rede estadual como para os professores. Acho que agora o momento é de cautela, de diálogo. Portanto, como Presidente da Comissão de Educação, faço essa menção e esse chamamento a essa classe importante de educadores, a fim de usufruirmos e valorizarmos esse canal do diálogo aberto para alcançar os nossos objetivos.

Sr. Presidente, é o que tínhamos para a tarde de hoje. Agradecemos a todos a atenção. Se Deus quiser, em uma próxima oportunidade, estaremos aqui tratando de assuntos importantes e relevantes, sobretudo do interesse de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, imprensa e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais, venho encaminhar este projeto e dizer que a nossa bancada, o Bloco Minas sem Censura, posiciona-se favoravelmente à aprovação deste projeto porque tínhamos feito um acordo no Bloco de não votar nenhum projeto do governo enquanto não negociasse com os professores em greve, com os funcionários da Polícia Civil e com os servidores da saúde. Quero deixar claro que este projeto, apesar de estar neste Plenário como se fosse de autoria do governo do Estado, é de minha autoria, ou seja, de autoria deste parlamentar. Protocolei-o cinco dias antes de o governo encaminhar essa matéria a esta Casa. Portanto, trata-se do mesmo projeto de iniciativa deste parlamentar que tem por finalidade pôr fim ao pagamento de pensão aos ex-Governadores e viúvas de ex-Governadores do Estado de Minas Gerais.

Quero salientar, primeiramente, a alegria de votar este projeto, que já deveria ter sido aprovado por esta Casa há muito tempo. Ele contribui para que possamos mostrar à sociedade uma nova forma de condução da política, para tirar a má impressão que ainda tem a política de Minas Gerais, ao utilizar-se de projetos antigos, que vêm desde a ditadura militar, para gastar o dinheiro público do Estado de Minas Gerais com pagamento de pensões, a meu ver, sem nenhuma necessidade. Por isso, protocolamos este projeto de lei no dia 2/2/2011, para pôr fim às aposentadorias dos ex-Governadores.

Deputado Rogério Correia, vale a pena ainda ressaltar que essa é uma luta antiga do PT nesta Casa. Anterior a esse projeto, a ex-Deputada Maria José Hauelsen, hoje Prefeita de Teófilo Otoni, também tentou, quando era Deputada, acabar com as aposentadorias dos ex-Governadores. O projeto da Deputada Maria José Hauelsen passou por todas as comissões e, Deputado Mourão, nenhuma questionou a constitucionalidade do projeto apresentado por ela.

O mesmo projeto foi apresentado por mim no dia 2 de fevereiro. Estranhamente, uma semana depois, o governo do Estado enviou o mesmo projeto. A assessoria desta Casa, em vez de anexar o projeto do Governador ao projeto de autoria deste parlamentar, fez o contrário, pois juntou o meu projeto e colocou na pauta o projeto do Governador. No entanto, isso não vem ao caso. O que importa mesmo para mim e o nosso Bloco é o fim das aposentadorias para ex-Governadores e da pensão para as viúvas de ex-Governadores.



Portanto, encaminhamos, Sr. Presidente, favoravelmente à votação desse projeto, que, apesar de estar aqui como de autoria do Governador Anastasia, é de iniciativa primeira deste Deputado.

Quero dizer ainda que o Bloco Minas sem Censura continuará obstruindo os trabalhos no que se refere a projetos de iniciativa do governo do Estado enquanto não houver uma negociação mais clara e o governo não se sentar à mesa para negociar, de forma clara e objetiva, com os nossos professores, que estão em greve lutando pela implantação do piso salarial, já estabelecido pelo governo federal e referendado, Deputado Sávio Souza Cruz, pelo STF. Infelizmente, o governo de Minas Gerais insiste em não implantar o piso já reivindicado e acertado com a categoria.

Da mesma forma, esperamos que o governo venha sentar-se à mesa para discutir também com os servidores da Polícia Civil e da saúde e várias outras categorias que estão reivindicando melhores condições de trabalho.

Agora há pouco houve um debate caloroso nesta Casa para discutir os problemas pelos quais vem passando Minas Gerais em relação à Cemig. Na quinta-feira da semana passada, Belo Horizonte ficou às escuras; aliás, não só Belo Horizonte, mas várias cidades de Minas Gerais. No Norte do Estado basta o tempo fechar, relampejar e trovejar que falta energia em toda a região. Por isso clamamos ao governo do Estado, como maior acionista e verdadeiro dono da Cemig - que aliás é do povo de Minas Gerais -, que faça uma intervenção na Companhia a fim de que os valores que essa empresa está lucrando todos os anos, da ordem de quase R\$3.000.000.000,00 por ano, sejam reinvestidos no Estado, nas linhas de transmissão, nos seus segmentos e funcionários, na capacitação dos seus servidores. Além disso, que diminua a terceirização, Deputado Sávio Souza Cruz, que é o problema hoje da Cemig. A terceirização está tomando conta, e as empresas terceirizadas não têm a mesma responsabilidade. Há funcionários e mais funcionários acidentados, muitos que morrem e outros que ficam aleijados porque a Cemig não está prestando os devidos serviços, não está qualificando os seus servidores nem melhorando suas condições de vida.

São indagações como esta que o nosso Bloco da Oposição propõe discutirmos com o governo. São questões de fundamental importância, como a reestruturação da Cemig, a implantação do piso salarial dos nossos professores e o respeito à reivindicação dos servidores da Polícia Civil. É uma vergonha a situação hoje da violência no interior de Minas Gerais e em todo o Estado. Só este ano, em Montes Claros, já ocorreram mais de 80 homicídios. Anteontem houve um na cidade de Mirabela, onde foi esfaqueada uma jovem de vinte e poucos anos; em Manga já ocorreram cinco homicídios este ano e nenhum deles ainda foi apurado. Por quê? Porque a maioria das cidades não possui Delegados nem Detetives e, portanto, as pessoas estão desestimuladas.

Por isso esperamos que o governo se reúna com o Sindicato da Polícia Civil para discutir as reivindicações e oferecer melhores condições de trabalho para os policiais civis, para os professores, para os servidores da educação e também para os servidores da Cemig.

O Sr. Presidente* - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. está se desviando da matéria. Solicito que volte a encaminhar a votação do Projeto de Lei nº 4/2011, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 1957.

O Deputado Paulo Guedes* - Justamente, Sr. Presidente. Esclareço aqui que estamos votando esse projeto, apesar de ser de autoria do governo, por dois motivos. O primeiro motivo é para sinalizar que estamos votando um projeto cuja iniciativa primeira foi minha, e não do governo. E, segundo, para aproveitar essa oportunidade e dizer que o Bloco só discutirá os demais projetos do governo que forem colocados em pauta quando o governo abrir um elo de negociação com o sindicato dos professores, da polícia civil e da saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aqui registrar a importância desse projeto, assim como o Deputado Paulo Guedes aqui muito bem o fez. Creio ser importante fazer jus à história. Esse projeto já tramitou nesta Casa por iniciativa da ex-Deputada Maria José Haueisen, assim como foi protocolado e registrado este ano pelo nobre Deputado que me antecedeu, Deputado Paulo Guedes. E agora, depois de tramitar pelas comissões nesta Casa, a iniciativa é então do Governador.

Quero não tão somente registrar a importância da história daqueles que tomaram essa iniciativa, mas também apresentar para aqueles que nos acompanham o papel importante que a Assembleia Legislativa cumpre nesse momento. Por meio da mídia nacional, muitos acompanharam o quanto a população manifestou-se contrária a esses benefícios em vários Estados. Porém Minas Gerais é exemplo. Com certeza ficará registrada na história a iniciativa da nossa companheira ex-Deputada Maria José Haueisen, a iniciativa do Deputado Paulo Guedes, assim como do Governador. Mas, sem dúvida nenhuma, ficará registrado na história o papel desta Casa, dos nobres Deputados e Deputadas aqui, hoje, os quais compreenderam que, nesse momento da história - assim como em sintonia com a população que cobrou e questionou para que houvesse moralidade no serviço público, com diminuição dos gastos, e que seja feita a justiça aqui -, esse benefício fosse extinto.

Quero aqui deixar isso registrado e parabenizar os Deputados que tiveram essa iniciativa, mas, mais do que tudo, quero registrar o momento desta Casa, que compreende, na essência, o importante papel da sociedade civil, que nos cobrou e nos pressionou.

Também nesse sentido, Sr. Presidente, relativamente à moralidade pública, como vimos tanta cobrança, tanta pressão, tive oportunidade de apresentar, já no primeiro mês de nossa legislatura, em fevereiro, uma proposta de emenda constitucional, PEC nº 8, que sugere a esta Casa - esperamos que essa proposta tramite rapidamente como tramitou o projeto - que acabe com o chamado mandato-tampão. Para os que nos acompanham pela TV Assembleia, mandato-tampão é aquele mandato em que um Deputado ou outro é chamado para ocupar um cargo no Poder Executivo, como Secretário de Estado, Ministro de Estado, como Deputado Federal ou Estadual. Ele é chamado para ocupar o cargo assim que toma posse. Como exemplo, temos o nosso caso, pois tomamos posse em fevereiro. Em janeiro deste ano, vários Deputados foram convocados pelo Governador para tomar posse como Secretários de Estado. E, nesse intervalo de um mês, alguns Deputados foram chamados para cumprir o mandato-tampão, naqueles trinta dias do mês de janeiro. E, como todos sabem, para aqueles que nos acompanham, no mês de janeiro não houve nenhuma reunião na Assembleia. É um gasto que compreendemos desnecessário para a administração pública, é um dinheiro público gasto de forma desnecessária, porque o Deputado fez jus à remuneração aqui, substituindo o que foi convocado, mas ele apenas cumpriu com a legalidade.



A nossa proposta tem exatamente o mesmo objetivo do projeto que estamos votando aqui. Ela está em consonância com o que a população nos cobra: que essa Proposta de Emenda à Constituição nº 8 possa tramitar rapidamente. Tivemos o apoio de vários Deputados, portanto esperamos votar esse projeto e acabar com o mandato-tampão.

Aqueles Deputados que cumprem mandato de 20 ou 30 dias nada podem fazer, pois não há reunião; os Deputados estão de recesso. Então, em consonância com esse projeto votado hoje, extinguindo a pensão vitalícia dos ex-Governadores, que possamos votar também o término do mandato-tampão nesta Casa.

A nossa proposta acaba com o mandato-tampão, mas, obviamente, deixa uma observação. Caso haja convocação para alguma reunião extraordinária, aí sim, tendo uma atividade específica, o Deputado pode, então, ser convocado e exercer o seu mandato, diferentemente do que acontece hoje. Ele é convocado, mas a Assembleia está em recesso, não há ação alguma aqui. Portanto não faz sentido que a Casa tenha esse gasto não só com o salário do Deputado, mas também com toda a sua estrutura parlamentar.

Deixo aqui o registro dessa importante proposta que também está tramitando nesta Casa. Assim estaremos ainda mais em consonância com a sociedade, que nos acompanha e que cobra a aprovação dessa proposta.

Mais uma vez, parabenizo esta Casa por, neste momento histórico, acabar com esse benefício cuja extinção é tão cobrada por nossa população. Hoje a Assembleia, por meio dos Deputados e das Deputadas deste mandato, mostra o seu papel e cumpre o seu dever. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho à tribuna encaminhar favoravelmente à aprovação desse projeto. Mas uma constatação não poderia ficar ausente na apreciação dele. Em torno do projeto, formou-se uma unanimidade, o que representa, de forma silenciosa, uma eloquente demonstração de como mudou a vida pública em Minas Gerais. O mesmo consenso, a mesma unanimidade, que hoje se apresenta no sentido da extinção da pensão vitalícia dos ex-Governadores de Estado, formou-se há quase um século para instituir essa pensão vitalícia. O que mudou nesses tempos? O que se alterou nas Minas Gerais que fez com que nesses períodos se constituíssem unanimidades antagônicas? Talvez se observarmos a quadra da política moderna, possamos fazer uma prospecção das mudanças nos ares da política mineira.

Hoje, por coincidência, os jornais estampam uma declaração do ex-Governador Aécio Neves no sentido de apresentar ao Prefeito da Capital uma proposta para que ele abandone determinados aliados, que se alie ao seu partido e então ganhará, em troca desse gesto, o Palácio da Liberdade. Como está apequenada a função de Governador de Minas! Ela passou a ser objeto de barganha. “Se o Prefeito largar alguns dos seus aliados - que não são meus, que não vão me apoiar -, unir-se ao meu partido, eu lhe darei de presente o governo de Minas.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governo de Minas outrora ostentava outra dimensão. O Governador de Minas, mais que um emprego a ser negociado por um candidato prematuro à Presidência da República, era uma liderança política de envergadura nacional. Que desrespeito faz o ex-Governador com o seu sucessor, atual Governador Antonio Anastasia. É como se ele não existisse.

É como se o seu antecessor dissesse: “Eu o coloquei lá; posso tirá-lo e colocar quem quiser. Esse é o objeto da barganha que tenho com os partidos políticos para que todos me apoiem nessa minha permanente campanha política”, campanha custeada em larga escala com o dinheiro público e promovida por meio das censuras aos jornais e da publicidade oficial da administração direta e indireta.

O outrora, na romântica política de Minas, o Governador do Estado tinha outra dimensão: era alguém que devotava a vida à causa pública; alguém que renunciava à possibilidade de enriquecimento e que o legislador mineiro quis acolher, protegendo-o do risco da carência na velhice. Lamentavelmente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, foi isso o que mudou em Minas Gerais. Hoje temos o cargo apequenado e os governos de “marketing”, com Governadores que abaixam o seu próprio salário como uma peça de “marketing”, mas, ao mesmo tempo, jogam milhões na rádio que possuem, assegurando-se de que apenas parte da notícia - a renúncia ao salário - será publicada. É a triste mudança da política de Minas.

É por isso, Deputadas e Deputados, que dois antagônicos consensos, duas opostas unanimidades se constituíram na Casa Legislativa de Minas no decorrer de menos de um século. Antes, a preocupação dos representantes do povo de Minas em acolher ex-Governadores, possivelmente no risco da carência na velhice; agora, os supergovernadores dos jatinhos de R\$24.000.000,00, das rádios, dos Land Rovers, das viagens para Aspen e da mentira - a Minas real e a Minas da mídia. A política de Minas se fez forte no País porque prestigiava aqueles valores antigos; porque os políticos mineiros tinham a autoridade moral de se apresentar nacionalmente como alguém que, na vida pública, buscava exercer o bem comum; alguém que não estava ali para se locupletar e muito menos para ser agente facilitador e beneficiar grupos empresariais amigos, brasileiros ou internacionais, pois o “lobby” das empresas amigas não era papel digno dos homens públicos. Os homens públicos se davam ao respeito e, muito especialmente, o Governador de Minas simbolizava tudo isso. É por isso que naquele tempo os legisladores se preocuparam em acolher aqueles que devotavam toda uma vida à causa pública de Minas Gerais, com o oferecimento de uma pensão.

Quanta diferença! Quanto mau exemplo os recentes Governadores têm dado! É preciso que a Casa de Minas deixe aqui o testemunho do que tem sido a história que valorizou Minas Gerais e fez da política mineira linha de frente em nosso país, para que, juntos, ao menos tentemos resgatar alguns desses valores, que são fundamentadores da qualidade da política mineira. Encaminho, assim, favoravelmente ao projeto, mas lamentando que tenhamos de participar do consenso de que hoje os ex-Governadores de Minas não representam mais o que representavam quando os legisladores instituíram essa possibilidade de pensão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, também quero encaminhar favoravelmente ao projeto de lei, mas, em primeiro lugar, faço a mesma ressalva que fez o Deputado Paulo Guedes.

Em solidariedade aos professores, aos trabalhadores da área da educação, aos médicos, às enfermeiras, aos servidores da saúde, aos servidores da segurança pública da Polícia Civil - Delegados, Detetives, Escrivães - e ao serviço público, o Bloco Minas sem Censura decidiu que, enquanto o Governador Anastasia não chamar para si a responsabilidade de negociar e resolver os problemas desses três

pilares básicos da construção e da obrigação do Estado - segurança, saúde e educação - não votará nenhum projeto de lei do Governador do Estado.

No caso, o projeto em tela não pertence ao Governador do Estado. Ele foi adquirido, melhor dizendo, subtraído do Bloco Minas sem Censura, por meio de um projeto de lei apresentado inicialmente pelo Deputado Paulo Guedes. Projeto de lei este que está agora em votação e fora, em três legislaturas anteriores, apresentado por Deputados do PT, mais precisamente, pela Deputada Maria José Hauelsen. Portanto, em nosso entendimento, não é um projeto do Governador do Estado, mas um projeto reconhecidamente fruto de uma luta dos partidos, em especial, do PT, que hoje compõe o Bloco Minas sem Censura.

Isso é importante ser dito, Sr. Presidente, porque dessa luta não participaram muitos partidos que sustentam hoje o Governador Anastasia. Tinham sido contrários a este projeto, por três vezes, o PSDB, o PFL - que hoje é o DEM -, e muitos dos Deputados que hoje ainda estão na Assembleia Legislativa, principalmente aqueles que, no passado, fizeram parte dos governos tucanos. Inclusive, numa dessas ocasiões, o próprio ex-Governador Aécio Neves conseguiu, com a sua base, derrotar projetos iguais a esse, que retirava as pensões alimentícias dos ex-Governadores, viúvas etc.

Portanto, esse projeto é originalmente do PT e é uma bandeira nossa. Repito que ele foi agora subtraído de forma vergonhosa, porque o Deputado Paulo Guedes o apresentou primeiro e, logo em seguida, foi dado um parecer de que o projeto seria do Governador do Estado, porque este o havia apresentado primeiro. Já que isso não condizia com a verdade - porque o Deputado Paulo Guedes havia apresentado o projeto primeiro, em nome do Bloco - arrumaram uma outra solução. Disseram que havia vício de origem e sustentaram essa inverdade para que o projeto fosse subtraído do Deputado Paulo Guedes e apresentado nesta Casa como se do Governador fosse. Então, que fique claro que estamos votando o projeto porque ele pertence a uma bandeira de luta nossa. Aproveito a ocasião para parabenizar o Deputado Paulo Guedes por tê-lo novamente apresentado, resgatando uma luta que a Maria José Hauelsen teve durante anos e anos nesta Casa.

Deputado Paulo Guedes, é evidente que votaremos favoravelmente a esse projeto. Queremos explicar aos professores, trabalhadores da saúde e da segurança pública que o nosso voto hoje se deve a um projeto de autoria do Deputado Paulo Guedes e do bloco Minas sem Censura, mas que o desrespeito com a Assembleia Legislativa tem sido sempre assim. Esta Casa se dá o papel de ser desrespeitada, porque na hora de dizer que o projeto era do Deputado Paulo Guedes, ela própria arrumou um jeitinho para modificar a interpretação e colocar um outro ingrediente, que não estava no ato de recebimento do projeto, esse tal vício de origem, dizendo que, originalmente, ele não tinha sido apresentado. Na verdade, não foi o governo que apresentou o projeto em primeiro lugar.

A Assembleia também, e em especial a base do governo, se deixa levar por esse procedimento de desconhecimento dos Poderes Legislativos, ao, por exemplo, não questionar o governo nas 30 indicações que ele faz. Aliás, ele já nomeou quem trabalha. Mas elas estão aí, e a base do governo até desistiu de votar. São 23 indicações de pessoas que já estão trabalhando, em desrespeito à Constituição e à lei. Aqui estão os nomes simplesmente para constar, como se a lei e a Constituição, Deputados, nada valessem.

Assim trabalha o Governador em relação à Assembleia Legislativa, em demérito absoluto desse Poder Legislativo, para depois o ex-Governador e atual Senador Aécio Neves reclamar das medidas provisórias, logo ele, que foi o pai da lei delegada. Então o Senador Aécio Neves, vestindo-se da cara de pau que lhe é peculiar, passando na cara um óleo de peroba, reclama das medidas feitas no Congresso Nacional, que são muito mais amenas do que as leis delegadas.

Portanto, esse projeto se insere neste procedimento: vamos aprovar o projeto como se fosse do Governador, mas ele é do Deputado Paulo Guedes e do Bloco Minas sem Censura. Assim tem sido feito nesses exemplos que dei. Mas não apenas. O governo também gosta muito de ter para si programas sociais e projetos que são do governo federal e que aqui têm os nomes trocados. Mais recentemente ocorreu uma desfeita com a nossa Presidenta Dilma, republicana, mineira e belo-horizontina, que veio a Belo Horizonte para fazer o lançamento do programa Rede Cegonha. Mal a Presidente saiu e, na televisão, o mesmo programa já aparecia com o nome Mães de Minas, como se fosse do governo do Estado. Há requerimento nosso pedindo para saber quantos centavos, se é que existiram, foram colocados nesse programa do governo do Estado.

Mas aqui também os nossos requerimentos não são votados. Aliás, são derrotados por uma tropa de choque do governo já nas comissões, rompendo conosco acordo feito para votação, até mesmo dos nomes indicados, que foi o que aconteceu com nada mais, nada menos que nove requerimentos que apresentei em nome do Minas sem Censura.

Sr. Presidente, estou agora, aproveitando o momento de votação desse projeto, reapresentando em Plenário todos os requerimentos derrotados, para discutirmos o conteúdo. São projetos que pedem esclarecimentos. Por exemplo, este pede esclarecimento sobre por que o Governador Antonio Anastasia fez agora um pregão presencial de R\$301.000,00 para realizar uma reforma e a adaptação de três edificações na Cidade Administrativa, na “Brasilinha” do Aécio, construída com pompas e rapidez para servir de palanque eleitoral. Quantas escolas esse dinheiro daria para construir em Minas? Ele gastou aproximadamente 400 milhões só em escolas e centros de saúde no mesmo ano em que gastou um bilhão e meio para construir a Cidade Administrativa, que hoje foi paralisada pela saúde e pela educação.

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia, a Presidência solicita que V. Exa. volte a encaminhar a votação do projeto que trata da pensão vitalícia.

O Deputado Rogério Correia - Cheguei exatamente a este ponto para dizer que o Governador, que não terá o direito à pensão porque agora nós a extinguiremos, estava lá na “Brasilinha” hoje e pôde assistir aos professores e aos servidores da saúde ocupando a Linha Verde, a BR, protestando e deixando milhares de pessoas em um trânsito caótico em Belo Horizonte. Portanto, por responsabilidade do Governador, até o aeroporto ficou sem funcionamento durante uma hora. Já vou terminando. Mas o Governador, ao invés de chamá-los para negociar, Sr. Presidente, chamou a Polícia Militar, na qual fez agora um pequeno afaço de reivindicação, mas com quem também está às turras. Ele fez um acordo que evidentemente não é o que a Polícia Militar queria. Mas, ao invés de negociar com os servidores da educação, que recebem R\$369,00 de salário-base, o Governador preferiu chamar a tropa de choque. Assim age o sucessor do Aécio Neves, talvez sob o comando dele ainda. E a base do governo, talvez sob o comando do ex-Governador Aécio, prefere que os trabalhos aqui não sejam valorizados, para blindar e censurar aquele, o já conhecido Aecinho Malvadeza, que só



pretende, como disse muito bem o Deputado Sávio Souza Cruz, ser Presidente da República, custe o que custar e doa a quem doer. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, quero louvar a atitude da Assembleia Legislativa, tanto da Situação quanto da Oposição, para a votação importantíssima que faremos agora extinguindo a aposentadoria de ex-Governadores. Foi uma atitude do atual Governador, que enviou uma mensagem a esta Casa, e do Deputado Paulo Guedes, que fez um projeto com mesmo teor. Temos de reconhecer isso. Vim louvar essa atitude e votar com muita satisfação. Quero me referir ao que disse o Deputado Rogério Correia a respeito da atitude do Governador em relação às greves. A primeira greve que tivemos este ano foi da Fhemig, cujos funcionários estiveram na Comissão de Saúde, aliás acompanhados do Deputado Rogério Correia, e foram muito bem recebidos. Fizemos uma reunião muito proveitosa e encaminhamos as solicitações à Seplog. Após alguns dias de negociação, todas as reivindicações dos funcionários da Fhemig foram aceitas, até uma solicitação que estava fora da pauta do movimento de greve, de diminuição da carga horária das enfermeiras de 40 para 30 horas, que já está sendo motivo de mensagem do governo a esta Casa.

Havia ficado uma pendência que não tinha nada a ver com o movimento grevista, mas que era uma exigência do Ministério Público. Refiro-me aos contratos administrativos que estavam na Fhemig e para os quais já havia funcionários concursados, cerca de 7.500. Eles poderiam entrar e ser efetivados, mas os contratados teriam de sair, e sobriam cerca de 1.500 contratos para os quais não havia funcionários concursados. O Ministério Público exigia a pronta retirada desses funcionários e que os contratos fossem substituídos por novos contratos administrativos. Após entendimento do governo com o Ministério Público envolvendo os funcionários da Fhemig, houve um acordo geral e os 1.500 funcionários contratados permanecerão na Fhemig enquanto não houver novo concurso.

Queria falar, ao contrário do que disse o Deputado Rogério Correia, da boa vontade do governo em ouvir essas reivindicações e, mais, na medida do possível, atendê-las. É isso que o governo está fazendo, como fez com as Polícias Militar e Civil e com os professores. O governo não está se negando a conversar, ao contrário, está mantendo um diálogo franco, aberto, democrático, que demora, mas pode chegar a uma solução plausível. Cumprimento o Governador Antonio Anastasia por essa disposição democrática, amadurecida e sábia de querer resolver com eficiência e competência os problemas do funcionalismo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, o Projeto de Lei nº 196/2011, do Deputado Elismar Prado, foi desarquivado e veio a partir do ex-Projeto de Lei nº 2.429/2008. Para que os Deputados tomem conhecimento, vou relatar o histórico desse projeto. Ele vai colocar em seu art. 1º, Deputado Paulo Guedes, a obrigatoriedade da apresentação, em todo o território estadual, da caderneta de saúde ou do cartão da criança no ato de inscrição de crianças para admissão em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré-escolar da rede pública ou particular. O § 1º explica que essa caderneta de saúde ou cartão da criança deverão ser atualizados em todos os itens de acompanhamento no ato da apresentação.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, Deputado Rogério Correia, gostaria de parabenizar o Deputado Elismar Prado por essa brilhante iniciativa, a apresentação da caderneta de saúde ou o cartão da criança no ato de inscrição em creches, escolas, maternas e jardins de infância. Esse é o caminho que temos de seguir para acompanharmos mais de perto a qualidade do ensino dos nossos filhos no Estado de Minas Gerais. Mais do que isso, precisamos avançar, Deputado Rogério, em uma série de coisas.

Na segunda-feira, assisti ao “Jornal Nacional” e fiquei abismado com uma reportagem sobre a qualidade do ensino público no País. Nessa reportagem mostraram Minas Gerais, a falta de livro didático para os alunos e a dificuldade que os professores têm para dar a matéria, por falta de livros, têm de copiar tudo no quadro porque não há livro disponível para os estudantes levarem para casa, estudar, fazer tarefas e melhorar o aprendizado deles. Isso me deixou triste porque, logo em seguida, mostraram uma reportagem de uma escola de ensino público do Piauí, que, por incrível que pareça, é referência nacional, onde há vários e vários campeões de Matemática. Uma escola pública do interior do Piauí, em uma cidade de 5 mil habitantes, dá exemplo para Minas Gerais, Estado rico cujas escolas ainda não têm livros didáticos. Ou seja, os alunos precisam usar livros de 4, 5, 6, 10 anos atrás, livros rasgados, conforme mostrou a reportagem da Rede Globo, no “Jornal Nacional” de segunda-feira. Parabenizo o Deputado Elismar Prado por essa iniciativa. É uma forma de acompanhamento, mas, acima de tudo, devemos exigir que o governo do Estado aplique mais na educação, a fim de melhorar a

qualidade de vida dos nossos estudantes e dos nossos filhos para um futuro melhor para o nosso Estado.

Acima de tudo, já que estamos aqui, Deputado Rogério Correia, discutindo a educação, é importante também que o governo se sensibilize para discutir e negociar, de forma correta com nossos professores, um piso decente, o piso salarial nacional implantado pelo Presidente Lula, referendado pelo STF. Esse piso precisa ser implantado em Minas Gerais, e o Governador precisa receber a categoria, a fim de abrimos uma discussão correta, séria, para, de fato, valorizarmos a educação no Estado. Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)* - Agradeço o ilustre parlamentar.

Sr. Presidente, gostaria que qualquer discussão em torno de uma matéria se ativesse a ela. Caso contrário, ficaremos 24 horas discutindo, uma vez que se foge totalmente da matéria em pauta. Isso é totalmente antirregimental. Gostaria que V. Exa., ilustre Presidente, grande companheiro, homem que realmente preside esta Casa com competência, se ativesse ao Regimento para que fossem discutidas realmente as matérias em pauta. Era apenas isso. Muito obrigado, ilustre parlamentar.

O Deputado Rogério Correia - Concedi aparte ao Deputado Romel Anízio. Não permitiria que ele interrompesse se não fosse um aparte por mim concedido.

O Sr. Presidente – Deputado Rogério Correia, V. Exa., há pouco, desviou-se do assunto. Logo depois o Deputado Carlos Mosconi, pela provocação, também o fez. Então solicito ao nobre Deputado que discuta o projeto na pauta. Se não o fizer, cortaremos a sua palavra.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Sr. Presidente, acho bastante estranha essa ponderação do Deputado Romel Anízio, porque se falou aqui sobre escola, que é o projeto que está sendo discutido. Não houve desvios. Está aqui o projeto: Cartão da Criança...

O Sr. Presidente - Não, nobre Deputado Antônio Júlio, é porque logo depois ele falou sobre a greve, e o projeto não fala sobre isso.



O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Sobre a greve sim, mas a educação não. Está aqui: crianças em creches, escolas maternas, jardins de infância, e dá outras providências. Então falou...

Não, mas ele estava falando da educação. Leia o projeto.

É só para fazermos essa ponderação para que todos tenhamos a liberdade de discutir. Acho que V. Exa. está dentro do tema, sem nenhuma dificuldade. Falamos de educação, porque aqui fala de educação, da educação infantil, da creche. Tudo é educação, e isso faz parte do projeto discutido. Não vejo nenhum desvio de discurso.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Só lembrarei ao nobre Deputado que é verdade que os Deputados usam de subterfúgios para se desviar do assunto em debate. Então, fala-se a palavra educação e desvia-se para um outro assunto. Peço aos parlamentares que discutam o projeto de lei em debate.

O Deputado Rogério Correia - Discutirei o projeto, Presidente, mas o que me estranha nesta Casa é o espírito de censura, de blindagem. Qualquer assunto que não é de interesse do governo é considerado proibido nesta Casa. A base do governo precisava escutar mais. Escutam pouco, depois vão às Comissões querendo fazer com que lá nos caemos. É impressionante isso. Eles interrompem a reunião, como fizeram. V. Exa. precisava estar na reunião, para fazer aplicar o Regimento. Na reunião que o Deputado Délio Malheiros, autoritariamente, terminou. Ou na reunião de Minas e Energia, onde os Deputados compareceram para falar de todos os assuntos que se fala na estratosfera, e nada falaram da minha reivindicação pela audiência. Nesse caso, não vejo a Mesa da Assembleia agir. Acho muito estranho que o pedido nos seja feito, para que o Bloco Minas sem Censura se adapte ao Regimento, da forma como o governo quer interpretar o Regimento, como foi feito agora no projeto do Deputado Paulo Guedes. Realmente, são dois pesos e duas medidas.

Mas não vamos nos calar nesta Casa. É preciso que a base do governo se acostume, Deputado Rômulo, a escutar. Não iremos ofender nenhum Deputado, mas queremos dizer como está a situação de Minas. Ela não pode ser só aquela que o Governador escolhe para dizer. O Parlamento existe para esse debate político. As pessoas chegam aqui, pedem questão de ordem para falar de um assunto e falam de outros assuntos, Presidente.

O Sr. Presidente - Deputado, apenas para lembrá-lo: V. Exa. esteve nesta tribuna para discutir o projeto da pensão vitalícia e falou do Centro Administrativo, desviando-se, portanto, do assunto. O Deputado Carlos Mosconi também desviou do assunto, então, não venha o senhor falar que aqui existem dois pesos e duas medidas. Iremos cumprir rigorosamente o Regimento Interno, a partir de agora, já que é assim que os Deputados querem.

O Deputado Rogério Correia - Na Casa há, sim, dois pesos e duas medidas. O projeto do Paulo Guedes foi com dois pesos e duas medidas; a atuação nas comissões, dois pesos e duas medidas; o espaço na imprensa da Assembleia, dois pesos e duas medidas. São dois pesos e duas medidas, sim, que existem nesta Casa. A Mesa faz aquilo, e põe a Casa para trabalhar para o governo, e não para a Assembleia Legislativa. Se a Mesa tivesse o respeito que quer ter, colocaria o Presidente não para deixar que o Governador nomeie quem queira, à revelia desta Casa, e se rebelaria.

Agora, voltarei ao projeto de lei, que é o que está em tela. Mas não deixo de reclamar da censura e da blindagem. Faremos isso o tempo todo, por isso é que o nosso Bloco chama-se Minas sem Censura, que, aliás já está com um reconhecimento público muito bom. Já está sendo aclamado, inclusive, pelos servidores públicos como Minas sem Censura. O povo mineiro já não aguenta mais.

A Deputada Liza Prado fez uma visita para ver a rede da Cemig, e chegou pedindo a cabeça do Presidente dessa empresa, porque viu que as coisas não são como o Governador fala na televisão, e que quer se permitir seja a única visão do Estado. Não, o Estado de Minas Gerais não é a ilha da fantasia de Aécio e Anastasia. Até rima.

Sr. Presidente, eu dizia sobre o projeto. Foi bom que o Deputado Elismar Prado aqui chegou, aprovamos o primeiro projeto do Deputado, sobre a questão da fruticultura no Triângulo Mineiro, aprovado em primeiro turno. Quero parabenizá-lo. Agora estamos discutindo um projeto de sua autoria, o Projeto 196/2011, que é oriundo do ex-Projeto de Lei nº 2.429/2008. Iniciava aqui a discussão do projeto, quando concedi aparte ao Deputado Paulo Guedes, e posteriormente fui interrompido por apartes que querem calar a voz da Oposição na Casa. Contudo, continuamos a fazer o debate, mesmo que não seja do agrado do Governador Anastasia e da base de governo, porque nem só o que agrada pode ser dito nesta Casa.

O projeto de V. Exa. pode ser que também incomode, porque fala de saúde, de educação e de criança. Lembro-lhes que a saúde está em greve. A verdade é essa e não há como esconder. Paralisaram hoje toda a BR. A chamada Linha Verde, hoje, ficou paralisada dos dois lados, Deputado Antônio Júlio, devido aos servidores públicos da saúde, que estão descontentes.

Só a caderneta, que é um bom instrumento, não adiantaria, se não tivéssemos um programa de atendimento à saúde, onde os servidores da saúde - médicos e enfermeiras - pudessem ter um salário digno para aplicar e observar a legislação no que diz respeito à caderneta de saúde. Essas crianças precisam também de escolas de boa qualidade. Não podem ser escolas, herança do ex-Governador Aécio Neves, em que o Prof. Anastasia pague a uma professora R\$369,00 de piso salarial. Aí a caderneta de saúde da criança, ou o cartão da criança, fica válido, mas com uma professora recebendo uma mixaria e com o Estado de Minas Gerais fora da lei. Aliás, a Assembleia Legislativa devia revoltar-se contra o Governador, que está fora da lei e não paga o piso nacional de R\$1.200,00.

Concedo um aparte ao autor do projeto de lei, Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Líder Rogério Correia. Concordo com suas palavras. Realmente Minas precisa respirar ares de liberdade. Esta Casa é do povo. Nela tem que haver a livre circulação das ideias, do contraditório. A educação realmente sofre muito porque o governo não cumpre uma lei que votamos em Brasília. Tivemos que enfrentar uma batalha judicial no Supremo Tribunal Federal.

O Projeto de Lei nº 196 já tramitou anteriormente nesta Casa. Nós o desarquivamos e o apresentamos. Ele visa vincular a saúde com a educação. Isso já é lei em Goiás, e o que queremos com esse projeto é ampliar o número de vacinações para as crianças até 10 anos, as mais vulneráveis. Sabemos dos surtos que sempre ocorrem nas escolas por causa do ambiente fechado. Quando os pais enviam seus filhos à escola, estão cientes de que elas estão mais propícias a ter uma contaminação, principalmente de doenças virais.



Sabemos que isso é muito comum, porque são ambientes fechados, que aumentam a possibilidade de propagação desses vírus. Muitos alunos acabam faltando às aulas em virtude de serem acometidos por alguma doença viral, algumas muito comuns nesta época mais fria do ano. O que queremos com o projeto é ampliar esse processo de conscientização, para que, no ato da matrícula, a escola cobre do responsável - pai ou mãe da criança - a apresentação da caderneta de vacinação em dia, com todas as vacinas obrigatórias, oferecidas pelo Ministério da Saúde. Sabemos que muitas vacinas que foram acrescentadas a essa lista estão contribuindo para diminuir a mortalidade infantil. O projeto prevê justamente isso. Ele foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Saúde. Esperamos que, além de se preocupar com o uniforme e o material escolar, os responsáveis pelos alunos também se preocupem com sua saúde. Queremos conscientizá-los de que precisam manter em dia a caderneta de vacinação e de que toda essa lista de vacinas é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, pelas unidades de saúde. Queremos realmente, com esse projeto, proteger as nossas crianças e os nossos jovens e conscientizar os pais da importância de manter em dia a caderneta de vacinação.

A Comissão de Saúde entendeu por bem deixar essa apresentação facultativa. Então, nenhuma criança será impedida de realizar sua matrícula se não tiver a caderneta, mas queremos um regime compartilhado de cooperação entre saúde e educação. Que a escola cobre das famílias e dos responsáveis pelas crianças e pelos jovens a apresentação, no ato da matrícula, da caderneta de vacinação. O projeto tem esse objetivo. Isso já é lei em Goiás, onde funciona muito bem. O objetivo principal é cuidar da saúde das nossas crianças. A Sociedade Brasileira de Pediatria, Líder Rogério Correia, estima que a criança passa pelo menos 16 mil horas na escola, na sala de aula, em ambiente fechado, propício à contaminação.

Sabemos que uma das formas de manter a criança na escola, de melhorar a frequência é manter em dia as vacinas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. É necessário apresentar o cartão de vacinação em dia. Então, esse é o objetivo principal do projeto.

Ampliar o número de vacinações é outro objetivo. Todos tomamos conhecimento pela mídia da questão da gripe H1N1, que foi divulgada mundialmente. Houve certo pânico, até na sociedade mundial, em relação à possibilidade de contaminação. Percebemos que, depois que o governo federal disponibilizou as vacinas, como na última campanha, muitos Municípios não conseguiram cumprir minimamente a meta estabelecida para a cobertura dessa vacina. Sabemos que uma forma de melhorar a situação e de conscientizar a população é trabalhar na escola a juventude, as crianças e cobrar, no ato da matrícula, além da documentação exigida normalmente, o cartão de vacinação. Isso contribuirá muito para proteger nossas crianças e diminuir a mortalidade infantil.

Termo pedindo o apoio dos nobres colegas, das Deputadas e dos Deputados, a esse projeto. Realmente, precisamos melhorar a saúde em nosso Estado. Independentemente da regulamentação da Emenda nº 29 em Brasília, o governo já poderia, sim, cumprir o que estabelece a lei, que é investir pelo menos 12% do Orçamento em saúde. A planilha da saúde, muitas vezes, é maquiada, manipulada. Há inserção de gastos com limpeza, com saneamento básico. Isso não é investimento direto na saúde. Esperamos que pelo menos 12% sejam investidos diretamente na saúde para, realmente, melhorarmos a situação dos nossos pequenos Municípios, que muitas vezes assumem atribuição do governo federal e estadual e não conseguem investir em média e alta complexidades. Uberlândia é um exemplo. O hospital de clínicas da cidade está no limite do seu atendimento, está realmente estrangulado, porque toda a região do Triângulo envia os seus pacientes para lá, por não haver recursos para cuidar da saúde nos pequenos Municípios. Eles às vezes recebem a doação de uma ambulância por parte do governo do Estado, que não investe, de fato, na saúde nos pequenos Municípios, os quais não têm as suas unidades de saúde, não atendem média e alta complexidades, sendo obrigados a enviar seus pacientes para as cidades-polo para procurar atendimento.

Realmente, é um caos a situação da saúde. O projeto trata de saúde, de melhorar as condições de saúde das nossas crianças, de proteger a nossa juventude, de diminuir os índices de mortalidade infantil. Por isso peço apoio desta Casa para aprovarmos esse projeto. É uma medida simples, que já é lei em várias Estados, onde tem apresentado números satisfatórios. As coberturas de vacinas estão, realmente, sendo ampliadas nessa faixa etária até 10 anos de idade, que é a mais vulnerável às doenças contagiosas.

Agradeço ao Líder Deputado Rogério Correia. Contamos com o apoio à aprovação desse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Elismar Prado. Foi uma boa oportunidade de V. Exa. explicar o alcance do projeto.

Quero referir-me a duas observações feitas por V. Exa. Primeiro em relação ao financiamento do projeto, visto que há o custeio das vacinas e das cadernetas. Esse é um custo que, a meu ver, deve sair do índice constitucional obrigatório da saúde. Portanto, o projeto de V. Exa. não precisa dizer a origem do recurso porque fica óbvio, por se tratar de um projeto de saúde pública, que sairia dos 12% obrigatórios. O que é problema nesse caso são outros financiamentos que não são da saúde e que são contabilizados.

Não é o caso do projeto, Deputado Antônio Júlio. V. Exa., que é da Comissão de Fiscalização Financeira, vai-me dar razão nessa questão. O projeto não tem vício na questão do custo, porque sairia da previsão orçamentária para a saúde pública, visto que a caderneta e as vacinas seriam custeadas com recursos dessa área.

Evidentemente não se pode contar com o dinheiro da Copasa, como é feito hoje pelo governo do Estado. O dinheiro da Copasa não é do orçamento próprio, como manda a Constituição. Esse truque orçamentário que o governo vem fazendo, há vários anos, foi utilizado pelo Governador Aécio e, em menor escala, pelo Governador Itamar Franco. O Governador Anastasia continua fazendo o mesmo, ou seja, pegando o recurso da Copasa e contabilizando-o como recurso orçamentário próprio. Nesse caso, se somarmos o recurso, é como se tivéssemos gasto o percentual da saúde em torno do índice obrigatório de 12%. Se retirarmos esse cálculo, veremos que esse gasto tem sido em torno de 6%, 7%, o que levou o Ministério Público a cobrar do governo do Estado uma dívida de R\$4.300.000.000,00. Esse é o valor que o Estado de Minas Gerais deve por não aplicar receita na saúde pública. Aí não se trata da discussão da regulamentação da Emenda nº 29, isso é nítido e claro. O próprio corpo técnico do Tribunal de Contas deliberou sobre isso. Nesse caso, Deputada Maria Tereza Lara, o recurso é considerado como se fosse do caixa do Estado, no entanto é do caixa da Copasa, que é empresa pública. Assim, não poderia ser considerado.



Não sei se me fiz entender, mas, no caso do projeto do Deputado Elismar Prado, da caderneta de saúde, cartão da saúde ou cartão da criança - que me parece melhor -, caderneta da saúde da criança, evidentemente o recurso deveria sair do financiamento dos 12% da saúde pública e não teria necessidade de esperar a regulamentação da Emenda nº 29. Basta uma vontade do Governador.

Aproveitamos para pedir ao Governador que não vete o projeto, caso seja aprovado por esta Casa, para que esse projeto tenha um final feliz. Deputado Elismar Prado, se estiver enganado, corrija-me, mas V. Exa. citou dois atores fundamentais para a execução do projeto. O primeiro deles se refere aos servidores da saúde pública, que irão vacinar, entregar a caderneta, explicar às famílias. Se estiverem em greve, o projeto atrasará ou poderá até mesmo ter um prejuízo enorme. Por exemplo, como hoje eles estão em greve, teríamos um prejuízo enorme. Esse é mais um motivo para o Governador, rapidamente, resolver os problemas fundamentais para o nosso povo, como o citado neste Plenário. O outro ator fundamental do projeto está relacionado aos professores, porque a escola fará o controle apenas se não estiver em greve. Não é isso, Deputado Neider? Se os professores estiverem em greve, Deputado José Henrique, não terá como o projeto de lei, ou a lei - pois espero que se transforme em lei -, ser colocado em execução, já que os professores farão o controle do cartão ou da caderneta de saúde da criança, como exposto pelo autor do projeto.

Portanto, esses dois atores são fundamentais: os trabalhadores da educação e os da saúde. Por isso, às vezes, defendendo tanto essa prioridade no Estado. Projeto é para isso, pois prevê uma prioridade na saúde, como saúde pública. A dupla educação e saúde andam juntas, e esse projeto é um exemplo disso. O controle de um cartão de saúde é feito na escola e é aplicado, por meio de suas vacinas, pelos agentes da saúde. Ambos estão em greve em Minas Gerais por reivindicações salariais, pois o piso salarial dos professores não está sendo pago. O valor do piso dos professores é de R\$369,00. Pela Legislação Federal e de acordo com o Supremo, o salário-base, ou seja, o piso, deve ser de R\$1.200,00 para quem tem ensino médio. Então, para que os professores apliquem esse projeto de lei, Deputado Antônio Júlio, evidentemente devem receber mais de R\$369,00 de vencimento básico, e a escola deve estar em pleno funcionamento. É preciso que recebam um salário adequado.

Para terminar, gostaria de dizer que os professores precisam ter um salário mais digno, pois sobre eles recaem muitas responsabilidades, às vezes responsabilidades da própria saúde pública.

Quando pensamos em elaborar um projeto de lei, sendo ele um bem para a saúde e a educação pública, há sempre alguém que terá de aplicar esse benefício para o povo mais pobre, que, aliás, precisa do serviço público. Às vezes, exageramos na defesa do serviço público, mas o fazemos por saber que os que mais precisam dele são os mais pobres. Os mais ricos não, porque possuem outros planos de saúde, portanto não precisam dessa caderneta. Quem precisará mais dela é o mais pobre. Não é isso, Deputado Elismar Prado? Foi em quem V. Exa. pensou ao elaborar o projeto.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, o aparte é para lembrar-lhe de que, na reunião de liderança, V. Exa. disse que a base de governo estava quebrando acordo. É visível que V. Exa. está quebrando um acordo feito ontem entre nós e obstruindo a votação. Todos os colegas estão enxergando que V. Exa. está obstruindo e repetindo sem parar a mesma coisa. É preciso alertá-lo para isso. V. Exa. está visivelmente obstruindo a votação e fugindo ao acordo que fizemos ontem - aliás, fizemos esse acordo para votar requerimentos e projetos dos Deputados. V. Exa. está obstruindo a votação de um Deputado da própria Oposição.

Estamos aqui atentos. V. Exa. está saindo do Regimento Interno e quebrando o acordo sem parar. Já foi chamada sua atenção por três vezes pelo Presidente. V. Exa. chegou a dizer que são dois pesos e duas medidas. A Presidência está sendo exercida pelo Deputado José Henrique, um parlamentar ilustre e conceituado nesta Casa, ou seja, um dos mais antigos e conceituados, que é do PMDB, da base de Oposição. Quando disse que há dois pesos e duas medidas, V. Exa. está acusando um colega da Oposição. Não podemos concordar com isso, porque ele está cheio de razão e fundamentado no Regimento Interno, que, aliás, V. Exa. está ofendendo vezes consecutivas de forma permanente e falando agora até em greve. O projeto fala tão somente em apresentação da caderneta de saúde da criança ou do cartão da criança. V. Exa. está aproveitando para falar sobre saúde e educação de um modo geral, assim como de greve no Estado. Portanto, está visivelmente afrontando o Regimento Interno desta Casa.

Ontem, em nosso entendimento, V. Exa., sem parar, chamou a atenção para que se cumprisse o Regimento Interno. Deputado Rogério Correia, qual autoridade tem V. Exa. de falar em cumprir o Regimento desta Casa? É isso que queremos saber, assim como se foi feito um acordo. Se V. Exa. não quer o acordo, diga logo que esvaziaremos este Plenário. O que não pode é V. Exa. fazer completamente diferente do que combinamos. O povo mineiro está nos assistindo e precisa saber disso.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vou me permitir responder a essa questão que nada tem a ver com o projeto em tela, mas, para mim, não há problema algum. Como o Deputado levantou essa questão, é preciso que seja respondida. Ontem não fizemos compromisso de não discutirmos projeto. O que dissemos foi que não obstruiríamos, mas, sim, votaríamos os projetos meramente de Deputados. Faremos obstrução aos projetos de governo. O Deputado Antônio Júlio foi muito claro e, aliás, reclamou dizendo que o debate nesta Casa estava terminando, e a base de governo procura evitar o debate político. Isso tem sido feito constantemente. Essa foi uma das reclamações apresentadas, portanto dissemos que faríamos o debate político, que, aliás, precisa ser feito nesta Casa. É preciso discutirmos, sim, a greve, Deputado, que atormenta milhares e, às vezes, milhões de pessoas e crianças. Por que não discutir esse assunto na Assembleia Legislativa? Por que sempre blindar que esse assunto venha ao debate?

Portanto, não foi feito compromisso algum de não discutir o projeto e não travar o debate político. Dissemos o tempo inteiro que iríamos fazer isso durante todo o procedimento e não deixaríamos de votar nem de fazer obstrução para que não votassem. Aliás, hoje já foram votados dois projetos de lei e diversos requerimentos. Senti-me no direito de discutir assuntos de interesse do Estado. Agora não posso discutir os assuntos de interesse do Estado? Na verdade, assuntos que se relacionam, sim, com o tema que está sendo exposto, com a saúde e a educação pública. O que estamos fazendo aqui agora é o processo de discussão democrática no Plenário. Creio que seja mais do que justo fazê-lo.

Agora, quebra de acordo houve, sim, por parte da base aliada. Ontem fiz essa denúncia. Estávamos em processo de negociação, ponto por ponto, não vou ler todos aqui, mas muitos deles ainda não estavam sendo cumpridos completamente. Esperávamos um procedimento, votamos indicações que não concordávamos em fazer, em nome de um processo que estava sendo discutido. Como esse procedimento foi interrompido? Ele foi interrompido pela base do Governo que, orientada ou não, formou uma espécie de tropa



de choque para que, nas comissões, interrompessem procedimentos e discussão que o próprio Bloco Minas sem Censura pediu para serem feitos e realizada audiência pública. Cito uma, que já citei várias vezes e não tive nenhuma resposta por parte do Governo.

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Estou respondendo a uma indagação que foi feita.

O Sr. Presidente - Está parecendo brincadeira. Não estamos aqui brincando. V. Exa. provoca, o Deputado entra e desvia do assunto. V. Exa. está respondendo questão que não se refere ao do projeto.

O Deputado Rogério Correia - Estou respondendo a uma questão que foi solicitada pelo Líder, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Vamos voltar à discussão do projeto. Se V. Exa. não tiver mais assunto, encerre a discussão.

O Deputado Rogério Correia - Estou apenas respondendo a uma questão apresentada.

O Sr. Presidente - Mas não é esse o momento para responder, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Mas se ele faz a pergunta, preciso responder, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Peço aos nobres colegas que não façam esse novo tipo de intervenção, porque estaria atrapalhando a discussão. Gostaria que V. Exa. voltasse ao tema, e, se não tiver mais como discutir o projeto, vamos encerrar a discussão.

O Deputado Rogério Correia - De forma rápida, apenas quero dizer que houve quebra de acordo, por exemplo, na reunião de administração pública. A reunião foi interrompida abruptamente. Faço aqui uma questão de ordem, Sr. Presidente, já disse ao Presidente da Casa e quero deixar claro para V. Exa. que a reunião foi interrompida abruptamente, antes que a audiência pública se consolidasse, antirregimentalmente alegando que a reunião teria um prazo já encerrado, quando o prazo é de 4 horas, podendo-se prorrogar. O Deputado Délio Malheiros encerrou a reunião e não permitiu que fosse feito aquilo que havíamos acordado para fazer a reunião.

O Sr. Presidente - Mais uma vez, vou pedir ao Deputado para voltar à discussão.

O Deputado Rogério Correia - O fato é, Sr. Presidente, que o projeto de lei aqui apresentado, que fala do cartão, da caderneta de saúde da criança, como eu estava lendo, Deputado Elismar Prado, o art. 1º, § 1º diz que a caderneta de saúde ou o cartão da criança deverá ser atualizado em todos os itens de acompanhamento no ato de apresentação. V. Exa. fez a explicação a respeito desse procedimento.

O § 2º, em relação à situação vacinal, diz que as crianças deverão estar imunizadas, com todas as vacinas contidas no calendário básico de imunização. Provavelmente se refere às vacinas obrigatórias. Os pais ou responsáveis pelas crianças que já estiverem frequentando estabelecimentos referidos no artigo anterior - creches, escolas maternas, jardins de infância, pré-escolar, da rede pública ou privada - terão o prazo de 30 dias a contar da data de publicação dessa lei para a apresentação do comprovante exigido. A observância do que dispõe essa lei será fiscalizada pelos Conselhos Tutelares Municipais. Os conselhos tutelares estão presentes hoje em praticamente todos os Municípios. Eu, quando Deputado Estadual em outra legislatura, presidi a Comissão de Combate à Prostituição Infantil ou Exploração Sexual de Criança e Adolescente. Naquela época, colocamos uma lei, uma obrigação para que todos os Municípios tivessem, e têm, Conselho Tutelar. Para o Município que não tem, há severas penalidades em relação às Prefeituras. Felizmente isso deu certo. Hoje o projeto de lei, Deputado Elismar Prado, fala que a lei será fiscalizada pelos Conselhos Tutelares. Então foi uma boa iniciativa, porque hoje os Conselhos Tutelares estão presentes, o que obriga ainda mais para que eles estejam presentes e funcionem por todo o Estado de Minas Gerais, reforçando ainda mais a importância dos Conselheiros Tutelares.

A justificativa do Deputado diz justamente isso: "A vacina é o procedimento que visa produzir anticorpos no organismo contra determinado agente infeccioso antes que uma infecção seja causada por aquele agente. A prevenção de algumas doenças tem maior relevância na infância, já que alguns distúrbios comuns, se mal curados nesse período da vida, podem ter consequências irreversíveis. A vacina é a maneira mais simples e eficiente de prevenir algumas dessas doenças".

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Rogério Correia, quero parabenizar o Deputado Elismar Prado, mas quero fazer uma ressalva: o projeto original é do ex-Deputado Fahim Sawan. A ideia é realmente fantástica. É um grande ganho para as crianças.

Vejam bem, uma família vai matricular o filho na escola. A escola tem de saber se a criança está em dia com suas vacinas, se houve realmente o cuidado com a criança, até por causa do contágio. Isso é importante para saber se a criança terá uma escola de qualidade. Portanto, a nossa intervenção é para saudar o bravo, o competente ex-Deputado Fahim Sawan, autor principal da matéria.

Assim acontece com muitas matérias. Deputado Luiz Humberto Carneiro, nosso Líder, aqueles que chegam a esta Casa têm oportunidade de desarquivar matérias que são de outra autoria. Isso é lícito, está no papel. Mas queria homenagear o ex-Deputado Fahim Sawan. Mesmo na sua ausência, esta Casa aprecia uma matéria tão importante, que dará as crianças de Minas Gerais oportunidade de chegar à escola e ter a averiguação inicial. A escola saberá se a criança está realmente em dia com a sua carteira de vacinação.

Deputado Rogério Correia, nós que estamos nesta Casa, que brigamos pela liberdade, pela justiça, não poderíamos deixar de fazer essa ressalva. É na ausência que reconhecemos o valor das pessoas. Damos a oportunidade de falar bem ou mal, mas fazemos isso principalmente quando a pessoa está perto. Estão faltando cerca de 18 minutos para o fim do seu pronunciamento, e o nome do ex-Deputado Fahim Sawan não foi citado uma única vez. Como parlamentar, como forma de fazer justiça, cito o nome do ex-Deputado Fahim Sawan, que deixou nesta Casa uma história muito bonita. Ele dirigiu uma comissão que viajou todo o Estado para saber os caminhos dos jovens de Minas na saúde, no enfrentamento às drogas. O ex-Deputado Fahim Sawan não conseguiu sua reeleição, mas conseguiu, sem dúvida, deixar um trabalho plantado nesta Casa que nutre os nossos conceitos de um parlamentar verdadeiramente completo, voltado para a saúde.

Permita-me V. Exa., o Projeto de Lei nº 2.429/2008 era o inicial. Ele está nesta Casa há três anos. O Deputado Elismar Prado, quando aqui chegou, ainda no recesso, já tinha noção do que era bom, foi inteligente e habilidoso - acho que o Deputado Elismar Prado é um dos campeões de projeto nesta Casa - e buscou coisa boa. Ele está certo. Estamos aqui para buscar coisas boas, aproveitar as boas ideias e aproveitar os bons caminhos e fluidos. Nesta Casa temos de ter união para mostrar que juntos somos mais e podemos oferecer mais ao povo de Minas.



Deputado Rogério Correia, sei que V. Exa. é combativo e justo. Então, faço a V. Exa. e aos demais pares esse relato para que não deixemos passar despercebido que o ex-Deputado Fahim Sawan foi o autor inicial da matéria. Mas hoje parabeno o Deputado Elismar Prado pela continuação dos trabalhos, saudando ambos pela ideia e pela matéria. Salve as crianças de Minas! Salve as escolas! E salve os Deputados autores do projeto! Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Como já adiantou o Deputado Duarte Bechir, com muita razão, logo após a justificativa do projeto, que eu terminava de ler, vem a autoria do Deputado Fahim Sawan. O projeto de sua iniciativa foi publicado no "Diário do Legislativo" em 31/5/2008. Agora, não tendo sido reeleito o Deputado Fahim Sawan, o projeto foi desarquivado pelo Deputado Elismar Prado.

Nesta Casa, fui colega do Deputado Fahim Sawan, sempre um batalhador pelas causas da saúde pública. Depois, candidatei-me a Deputado Federal, mas não consegui a eleição, e o Fahim Sawan aqui continuou como Deputado Estadual. Agora, que retornei a esta Casa, infelizmente não nos reencontramos, mas tenho certeza de que o Fahim tem tudo para voltar na próxima eleição, pelo belo trabalho que aqui desempenhou. Assim, acho que o desarquivamento e a aprovação do projeto são uma forma de homenageá-lo, pois, conhecendo o Fahim, tenho certeza de que o que ele mais queria não era ser o autor do projeto, mas, sim, fazer com que ele se tornasse lei. Com certeza, esse é o desejo do Fahim, que deve estar satisfeito por aprovarmos o projeto.

O Deputado Duarte Bechir está de parabéns por lembrar desse grande companheiro, desse grande Deputado e também grande amigo, lá das Uberabas, que sempre teve um carinho muito grande com esta Casa Legislativa e com a Comissão de Saúde. Acho que a aprovação do projeto faz justiça a uma causa que ele sempre defendeu, o que foi muito bem lembrado pelo Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço ao Líder Rogério Correia. Na mesma linha adotada pelo Deputado Duarte Bechir, acho importante, como autor da matéria nesta legislatura, ressaltar que foi justamente em respeito à iniciativa do Deputado Fahim Sawan, que não conseguiu sua reeleição, que apresentamos novamente a matéria. Essa é uma prerrogativa que temos, amparados pelo Regimento desta Casa, em que se diz que podemos reapresentar matérias que não tramitaram por algum motivo, desarquivando-as e mantendo o registro dos autores originais. Há nesta Casa matérias que passam por várias legislaturas, mas que, por força da conjuntura política, natural do processo, não encontram condições propícias para sua aprovação. Mas muitas vezes, em outro momento, em outra conjuntura, as condições já lhes são favoráveis.

Assim, em respeito ao Deputado Fahim Sawan, reapresentamos essa proposição, até mesmo para que ela não morresse no arquivo, porque, quando uma matéria não é conclusa nesta Casa, simplesmente vai para o arquivo. Também em respeito ao debate feito com a sociedade e com muitas pessoas que defendem essa mesma ideia, desarquivamos e reapresentamos esse projeto, que passou novamente pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissões temáticas, como a de Saúde, e agora vem à apreciação do Plenário da Assembleia.

Da mesma forma, Deputado Rogério Correia, desarquivei muitas matérias do ex-Deputado Estadual Weliton Prado, que aqui passou por dois mandatos, mas hoje está em Brasília, como Deputado Federal. Creio que isso era até uma obrigação minha, até porque muitas matérias não se originam apenas da nossa ideia, mas são resultado de discussões públicas, de debates e audiências públicas, fruto da relação que estabelecemos com os eleitores e a sociedade como um todo e da cobrança de diversos segmentos e lideranças. Ou seja, geralmente é uma ação muito mais coletiva do que individual. Assim, do Deputado Weliton Prado, muitas matérias foram aprovadas, mas várias estão nessa situação e, para que não morressem no arquivo, eu as desarquivei. Aliás, em parte fui eleito justamente para dar continuação ao trabalho que o Deputado Weliton Prado realizou nesta Casa; portanto desarquivei projetos importantes por ele apresentados, para que possamos continuar fazendo o debate com a sociedade e, em uma conjuntura mais favorável, viabilizar a aprovação deles.

Uma vez que esta Casa aprove uma matéria, simplesmente deixa de ser de autoria de um Deputado e passa a ser realmente uma proposição, uma lei, uma conquista da Assembleia Legislativa, pois a ação coletiva é muito maior do que a ação individual dos Deputados. Desarquivamos as matérias em respeito ao próprio debate feito na sociedade em conjunto com os movimentos sociais, as audiências e as conferências. Realmente, reencaminhamos essas matérias, para que não morram no arquivo da Assembleia, para que elas possam ser discutidas, aperfeiçoadas e ganhem condições de ser aprovadas nesta Casa. Afinal, uma prerrogativa que temos, além de fiscalizar os atos do Poder Executivo, é também elaborar proposições de lei. Estamos, assim, simplesmente cumprindo o nosso papel.

Gostaria, então, de parabenizar o Deputado Fahim Sawan e dizer que, em respeito e homenagem a ele, reapresentei essa importante matéria, que visa a proteger nossas crianças e diminuir, assim, a mortalidade infantil, ao manter em dia o cartão de vacinação. A ideia central do projeto é que o pai ou o responsável pelo aluno, no ato da matrícula, além de se preocuparem com o uniforme, com o material escolar, com as documentações que deverão ser entregues na secretaria da escola, também deverão apresentar o cartão de vacinação com todas as vacinas em dia. Trata-se de uma cooperação do sistema de educação com o sistema de saúde, visando à proteção da vida das crianças. Já é lei em outros Estados e funciona muito bem. Além disso, tal procedimento não acarreta nenhum ônus para o Estado, porque o cartão de vacinação já é um direito da criança, bem como a vacinação gratuita. O que queremos é promover maior conscientização de que o cartão de vacinação tem de ser mantido em dia, até mesmo para que possamos cumprir todas as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando à proteção, à vida e à defesa dos direitos da criança de nosso Estado e de nosso país.

Nossa ideia foi esta: desarquivar esse projeto, para que tivesse condições de ser discutido, votado, aprovado e sancionado. Espero que o governo implemente essa ideia em Minas, porque será um grande avanço ter mais qualidade na saúde e proteger de fato nossas crianças contra as doenças contagiosas. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Elismar Prado, agradeço os seus esclarecimentos. Sr. Presidente, quero novamente parabenizar o ex-Deputado Fahim Sawan e lembrar que o Deputado Duarte Bechir já mencionou aqui esse grande companheiro. Em homenagem a ele, herei a justificativa que elaborou para o projeto de lei. (-Lê:) "A vacina é o procedimento que visa a produzir anticorpos no organismo contra determinado agente contagioso. A prevenção de algumas doenças tem maior relevância na infância, já



que alguns distúrbios comuns, se forem mal curados nesse período da vida, podem ter consequências irreversíveis. A vacina é a maneira mais simples e eficiente de prevenir algumas doenças. Sendo assim, faz-se necessária a vacinação de todas as crianças, principalmente as crianças que estão em idade escolar, em virtude do maior contato entre si.”

Portanto, depois dessas palavras do ex-Deputado Fahim Sawan, terminarei a minha apreciação do projeto de lei. Sábias são as palavras do ex-Deputado Fahim Sawan. Apenas em dois parágrafos ele lembra as crianças, a educação - inclusive a pública - e as professoras. Lembra também, Deputado Sávio Souza Cruz, os médicos, as enfermeiras e os atendentes que estão no serviço de saúde pública em Minas Gerais, que, para chamar a atenção do Governador, tiveram de fechar hoje uma via importante, a única via de acesso ao Aeroporto de Confins, em frente à milionária Cidade Administrativa.

Eles tiveram de marcar presença, hoje, fazendo essa ocupação, às vezes sendo xingados por motoristas, que, com razão, estavam apressados, porque queriam chegar ao aeroporto. Mas não havia outro caminho. O Governador não quis recebê-los, não quis atendê-los. Disse que a greve era pequena, não reconhecida. Então, foi assim o dia pela manhã.

E esta semana também foi marcante na Casa, Deputadas e Deputados, pois, para cada projeto, como o Projeto de Lei nº 196/2011, do Deputado Elismar Prado, que acabei de discutir, há o direito regimental para qualquer Deputado de debatê-lo aqui por uma hora, como o fiz. Às vezes, o que ocorre em uma comissão causa reflexo no Plenário. Os Deputados não sabem nem pensam que um dia depois é o dia final, mas, depois de um dia, vem outro. No Parlamento, as coisas são dessa forma, e assim é o processo democrático. Às vezes ocorrem coisas com as quais concordamos e outras com as quais não concordamos, mas o processo democrático impõe paciência, e não intolerância. O que temos visto - e vimos nesta semana - foi muita intolerância. Digo que fazer aqui um pronunciamento de uma hora para discutir um projeto é muito pouco em relação ao que vimos nesta semana e que relatei ao Presidente e à Mesa. Então, eis aí um pouco desse aprendizado para todos nós. O que ocorre num dia nesta Casa causa reflexo nos dias seguintes. O Regimento Interno nos permite fazer debates e discutir, e usaremos o Regimento Interno. O que não é possível é a Casa ficar empobrecida. O Deputado Sávio Souza Cruz fala muito sobre isto: que Minas Gerais não pode continuar sendo um Estado de exceção, onde a imprensa, o Ministério Público e o Tribunal de Contas sejam dominados, onde tudo está dominado, e nem nós podemos fazer ouvir a voz da discordância, da minoria. Essa situação não pode continuar, pelo menos não com a nossa aquiescência.

O fato de um Governador, uma Presidente, uma Prefeita ou um Prefeito terem sido eleitos por maioria absoluta dos votos não significa que podem desconhecer o Parlamento e o processo democrático. A eleição é um dos aspectos do processo democrático; ele continua, e para isto o Parlamento existe: fiscalizar. Se os nossos requerimentos que pedem explicações, que pedem que se faça fiscalização, são rejeitados não pelo seu conteúdo, mas por discordância político-ideológica, que tenta impedir que seja feita a fiscalização e também nos cercear o papel que cumprimos como Oposição, o Parlamento perde a razão de ser, deveria ser fechado, porque é caro para a sociedade. É caro, mas é necessário. Se ele perde o objetivo, Deputado Fred Costa, para que estaríamos aqui?

Termino dizendo que foi preciso usar uma hora para dizer que as coisas nesta Casa têm consequência e sequência. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



RELATÓRIOS

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Condomínio Residencial das Américas (Bairro Betânia)

Apresentação

No dia 16/5/2011, às 15h30min, a Comissão de Direitos Humanos visitou o Condomínio Residencial das Américas, localizado na Av. Úrsula Paulino, nº 721, Bairro Betânia, em Belo Horizonte. A visita, requerida pelo Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão, teve como objetivo verificar as condições de moradia e possíveis violações de direitos humanos de policiais ali residentes.

Participaram da visita os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, além do Subten. Luiz Gonzaga Ribeiro, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra.

Relato

Inicialmente, o Deputado Durval Ângelo ouviu os policiais e alguns familiares que se encontravam presentes no local. Os policiais lembraram que eles e suas famílias foram obrigados a abandonar suas antigas casas pelo fato de terem sido ameaçados em razão de suas atividades profissionais. Os moradores narraram que foram expedidas notificações para desocupação dos apartamentos, tendo em vista o decurso do prazo concedido pelo Governo do Estado para o uso das moradias funcionais, mas que não têm condições de adquirir imóveis. Afirmaram ainda que, além das dificuldades financeiras para aquisição de residências próprias, tanto os policiais quanto suas famílias continuam sob ameaças e correndo riscos, inclusive de morte, pelo que reivindicaram sua permanência nos domicílios.

O Deputado Durval Ângelo disse que a Comissão de Direitos Humanos acompanha a situação dos policiais há vários anos, e que a visita servia para demonstrar, mais uma vez, a solidariedade da Comissão às reivindicações desses profissionais. Manifestou sua preocupação quanto à possibilidade de despejo das famílias, tendo lembrado, ainda, que o Governo do Estado havia se comprometido, alguns meses atrás, a cessar os procedimentos relativos ao despejo. Insistiu que é fundamental a prorrogação do prazo de permanência dos usuários nas moradias, tendo em vista que a situação de risco, inclusive de morte, perdura, tanto para os policiais quanto para suas famílias. Relatou ainda que um dos policiais teve um filho de 10 anos brutalmente assassinado e outro policial, apesar de haver registrado 15 ocorrências de ameaças sofridas, teve dois familiares mortos por traficantes. Concluiu dizendo que, considerando a



existência de requerimento aprovado na Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, para a realização de audiência pública a fim de discutir a prorrogação da permanência dos policiais nas moradias funcionais, ficava agendada a respectiva reunião para o dia 18/5/2011, às 16 horas, na ALMG.

O Deputado Sargento Rodrigues salientou que é dever do Estado proteger os profissionais que prestam segurança pública, assim como suas famílias, frisando que os policiais foram obrigados a sair de suas casas e residir nos domicílios funcionais em decorrência de suas atividades laborais. Asseverou que o eventual despejo dessas pessoas acarretará grave violação aos direitos humanos, haja vista que os policiais e seus familiares continuam ameaçados em sua integridade física ou sob risco de morte.

O Deputado lembrou que a Lei nº 17.949, de 2008, prevê que policiais e bombeiros militares cuja vida ou a de seus familiares estiver em situação de risco terão prioridade na contratação dos financiamentos para aquisição de moradias, cabendo ao Governo do Estado aportar recursos objetivando a resolução do problema. Disse, então, que cumpre ao Estado garantir-lhes a segurança antes de determinar a saída de suas residências. Asseverou que a Comissão de Direitos Humanos continuará atenta à situação dos policiais e de suas famílias, solicitando, por fim, que todos os presentes compareçam à audiência pública agendada para o dia 18/5/2011.

Foi colhido o depoimento da esposa de um policial militar, que afirmou ter residido na localidade conhecida como “Caldeirão”, no Bairro Palmital, Município de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatou que seu marido, após efetuar a prisão de traficantes, foi ameaçado de morte, tendo a família sido forçada a sair, às pressas, da antiga residência, e mudar-se para o Bairro Betânia. Contou que a família sofreu vários prejuízos em consequência das ameaças, do medo de represálias dos criminosos e da mudança inesperada. Relatou que essa situação acarretou sua saída do trabalho e que as duas filhas do casal ficaram alguns meses sem estudar, perdendo, inclusive, o ano escolar. Afirmou que, atualmente, está trabalhando, assim como seu marido – o qual, segundo ela, ainda corre risco de morrer –, e que, apesar de haver recebido uma notificação para desocupar o apartamento até o mês de setembro deste ano, não possui condições de adquirir um imóvel próprio, ratificando que a família permanecerá no domicílio.

O Subten. Luiz Gonzaga informou que o Governo do Estado adquiriu, no ano de 2004, 138 imóveis a serem utilizados como moradias funcionais de policiais civis, policiais militares e bombeiros militares que se encontram ameaçados ou correndo risco de morte, inserindo-os, portanto, no sistema de proteção do Estado. Lembrou que o prazo de utilização dessas moradias – estabelecido por decreto do Executivo Estadual – é de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos. Falou que existem, em média, 120 famílias ocupando os imóveis e que aproximadamente 90% delas já tiveram o prazo de permanência esgotado, sendo que 30 usuários foram notificados para desocuparem os domicílios.

Ratificou que as ameaças e o risco sofridos pelos policiais e seus familiares não foram eliminados, razão pela qual os moradores não desocuparão os domicílios. Asseverou que os programas habitacionais Lares Gerais e Promorar não atendem à grande necessidade de aquisição de residências próprias dos profissionais de segurança pública do Estado, e que as verbas destinadas a esses projetos são escassas. Segundo ele, a cessão das moradias funcionais é um procedimento importante, mas insuficiente, pelo que afirmou ser fundamental a implementação de ações que garantam a proteção dos profissionais de forma integral e efetiva pelo Governo do Estado. Por fim, sugeriu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/2011, que dispõe sobre a proteção, auxílio e assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado, em tramitação na ALMG, com a resolução definitiva da situação imposta a esses servidores.

Conclusão

A Comissão de Direitos Humanos verificou que os policiais e suas famílias continuam ocupando as moradias funcionais no Condomínio Residencial das Américas, tendo os mesmos reiterado sua intenção de permanecer nos domicílios. Ao final, ficou definido o comparecimento dos moradores à audiência pública marcada para o dia 18/5/2011, às 16 horas, na ALMG, para discussão mais aprofundada dos problemas narrados, com a participação de membros do Ministério Público, do Comando da PMMG, de entidades de representação dos moradores e outros convidados, a fim de serem realizados encaminhamentos objetivando a resolução do impasse.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Délio Malheiros – Célio Moreira.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Delegacia Regional da Polícia Civil de Uberlândia

Apresentação

A requerimento da Deputada Liza Prado, a Comissão de Direitos Humanos agendou a realização de audiência pública na Câmara Municipal de Uberlândia, em 19/5/2011, às 9 horas, com a finalidade de discutir as condições degradantes e insalubres a que estão submetidos os servidores da Polícia Civil que atuam na Delegacia Regional de Uberlândia, bem como a situação dos cidadãos que utilizam os serviços ali prestados.

Antes da realização da audiência pública, a Comissão, por decisão de seu presidente, visitou a delegacia. Foi a segunda ida da Comissão ao local em menos de dois meses, já que uma visita conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Segurança Pública foi realizada em 24/3/2011.

Participaram da visita os Deputados Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Liza Prado e Elismar Prado. A Comissão foi recebida pelo Delegado Gilmar Souza Freitas, Chefe da 9ª Região Integrada de Segurança Pública, e pelo Delegado Samuel Barreto de Souza, Chefe da Delegacia Regional da Polícia Civil de Uberlândia.



Relato

A Comissão retornou ao Município de Uberlândia com o objetivo de averiguar possíveis desdobramentos da visita que realizou à Delegacia Regional, em 24/3/2011, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública.

Os Deputados constataram que nenhuma providência foi tomada após quase dois meses da primeira visita. A situação causou preocupação entre os Deputados. Basicamente, as condições insalubres levantadas e registradas no relatório da visita anterior permanecem inalteradas. Como agravante, nas paredes externas da Delegacia havia faixas e cartazes anunciando estado de greve da Polícia Civil. Com a greve, o número de profissionais foi reduzido, causando atraso ainda maior nos atendimentos.

Os Deputados também foram informados da possibilidade de a Delegacia ficar sem as instalações e os equipamentos do serviço médico-legal, cedidos pela Universidade Federal de Uberlândia mediante convênio, já que o acordo em questão estaria em vias de expirar e a Universidade pretendia se desvincular dessa atividade em virtude de seu alto custo. Se confirmado o fim do convênio, Uberlândia ficará sem serviços de perícia médico-legal, e terá de solicitar esses serviços a outros Municípios da região.

Conclusão

A significativa presença de órgãos de imprensa na cobertura da visita da Comissão à Delegacia foi indício da grande preocupação que a questão tem despertado na população uberlandense.

Causou preocupação entre os Deputados a virtual inércia do governo estadual em relação a essa situação. Os parlamentares se comprometeram a manter os esforços e a reiterar pedido para que o Executivo tome providências urgentes em relação às instalações da Delegacia Regional de Uberlândia.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Délio Malheiros – Célio Moreira.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/6/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cássio Soares

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/6/11, que nomeou Alexandre de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, jornada diária de 4 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Luiz Eduardo Salomão Mendonça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 8/6/11, que nomeou Mariana Henriques Pacheco para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, jornada diária de 4 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Débora Mendes Guedes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Warley Acipreste para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Arlete Pereira Borges do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Eder Antonio Madeira Santos do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Helio Eustaquio Bacelete Junqueira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

exonerando Liuton Pereira de Vasconcelos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Antônio Alves da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Helio Eustaquio Bacelete Junqueira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

nomeando Liuton Pereira de Vasconcelos para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Romel Anízio Jorge, matrícula 1943-7, no período de 1º a 7/6/2011.

Mesa da Assembleia, 20 de junho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Romel Anízio Jorge, matrícula 1943-7, no período de 17 a 31/5/2011, e torna sem efeito o ato datado de 10/6/2011, que concedia licença ao Deputado nos dias 6, 17 e 31/5/2011.

Mesa da Assembleia, 20 de junho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 46/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/7/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de baterias e fones de ouvido para rádios de comunicação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório – GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 16/6/2011, na pág. 31, col. 4, onde se lê:

“Ângela Maria Santiago”, leia-se:

“Angela Maria Santiago Reis”.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/6/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/6/2011, na pág. 71, col. 2, no título, onde se lê:

“Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária”, leia-se:

“Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária”.